UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CLARA LEMME RIBEIRO

**GÊNERO E MOBILIDADE DO TRABALHO: BOLIVIANAS TRABALHADORAS NA
INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DE SÃO PAULO**

Versão corrigida

São Paulo
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CLARA LEMME RIBEIRO

**GÊNERO E MOBILIDADE DO TRABALHO: BOLIVIANAS TRABALHADORAS NA
INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DE SÃO PAULO**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Geografia Humana da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob
orientação do Prof. Dr. Heinz Dieter
Heidemann.

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R484g Ribeiro, Clara Lemme
 Gênero e mobilidade do trabalho: bolivianas
trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo
/ Clara Lemme Ribeiro ; orientador Heinz Dieter
Heidemann. - São Paulo, 2019.
229 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Gênero. 2. Mobilidade do trabalho. 3.
Bolivianas. 4. Indústria da confecção. I. Heidemann,
Heinz Dieter, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Clara Lemme Ribeiro

Data da defesa: 17/12/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Heinz Dieter Heidemann

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/02/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada a partir das formulações coletivas dos grupos de estudo e pesquisa do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR-USP), dos quais participo *gostosamente* desde a graduação. Agradeço, em primeiro lugar, a todos os companheiros e amigos dos grupos, cujas conversas me formaram.

Agradeço também a todas as bolivianas e bolivianos que toparam sair da sua rotina e me contar um pouco sobre as suas vidas.

Ao Dieter pelas conversas ao pé do morro. E ao Carlão, por estar sempre disponível para me receber, conversar e ler. Ao grupo que se acompanhou desde os processos de exclusão que nos colocaram dentro da graduação: Vivi, Pedro, Olivia, Daniel e Felipe. E, especialmente, ao Allan, por ter lido um rascunho inicial confuso deste texto; e a Ceci, Artur e Nina, por terem lido e comentado o texto já (mais ou menos) pronto.

A Carol por ter acompanhado a minha pesquisa, sempre com muita atenção e carinho.

A Katiuscia Galhera, pela disposição sempre gentil, pelas indicações de leitura e pelos comentários dedicados.

A Profa. Amélia Damiani por todas as aulas e pela conversa boa do exame de qualificação.

Ao CAMI e a todos os seus funcionários por terem me recebido e aberto todas as portas para que eu pudesse participar e me envolver; em especial a Ruth, Maricela, Elisete, Soledad e Carmen.

Às equipes das UBS do Bom Retiro e do Brás, especialmente ao Jorge e ao Dr. Francisco, por terem me recebido e desviado as suas rotinas para me ajudar na minha pesquisa.

A Fabiana e Lúa por terem me recebido e me acolhido na sua casa em La Paz; à Patrícia Freitas por ter compartilhado comigo seus contatos em La Paz; aos professores Vladimir Orság, Pablo Quisbert, Bertha Gozvalves e Alfonso Hinojosa, por terem me recebido e conversado comigo. Agradeço especialmente à família Condori Marca pela generosidade, hospitalidade e abertura. A Gabriela, pela companhia em La Paz.

Agradeço profundamente a Ana Mallimaci por ter me recebido em Buenos Aires, mesmo que em um momento difícil. Também a Claudia Pedone. À Fundação Alameda, por ter me recebido, em especial a Olga, por toda a atenção. Ao CACT Juana Villca e especialmente a Delia, pela acolhida e pelos cafés. Ao Centro Comunitário Marcelina Meneses e toda a sua equipe, em especial Reina e Demetrio. À AMUMRA e a Natividad, que me ajudou inclusive a fazer meus documentos. A María José Magliano e todo o grupo de pesquisa por terem me recebido em Córdoba e na UNC, pelas quais tenho muito carinho; a Victoria Perissinotti, pela acolhida cordobesa; por terem me feito querer morar em Córdoba outra vez. Também a Magui Moreno e Heder Rocha, pela abertura e pelas conversas. A Antonella Delmonte, pela companhia no trabalho de campo e no fetichismo produtivo.

E a vida não é só pesquisa. Agradeço a todos os familiares e amigos que, cada um à sua maneira, me possibilitaram chegar ao mestrado e me apoiaram durante esses três anos e meio. Em especial, ao meu pai; à minha mãe; aos muriquis; à Marina, pelos longos anos; à Bruna, com quem fizemos um *tour* por todas as bibliotecas da USP para terminar exatamente onde começamos; à Jub, que me abriu um novo lugar de estudos nos últimos dias de tensão; à Rebeca, companheira de Buenos Aires e de São Paulo; e ao Ladislau, pela parceria presente de todos os dias.

*

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2015/16841-0. O estágio de pesquisa realizado na Universidad de Buenos Aires em 2017 também foi financiado pela FAPESP, processo 2017/15299-2.

Presencia de la montaña

El Illimani se está – es algo que no se mira.

En el Illimani, el cielo es lo que se mira; el espacio de la montaña. No la montaña.

*En el cielo de la montaña, por la tarde, se acumula el crepúsculo; por la noche, se cierne la Cruz
del Sur.*

Ya el morador de las alturas lo sabe; no es la montaña lo que se mira.

Es la presencia de la montaña.

Jaime Sáenz, 1979

RESUMO

RIBEIRO, Clara Lemme. *Gênero e mobilidade do trabalho: bolivianas trabalhadoras na indústria da confecção de São Paulo*. 2018. 230 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O processo migratório de bolivianos para São Paulo com inserção em oficinas de costura existe desde a década de 1990, com uma alta participação de mulheres que trabalham como costureiras assim como os homens. O objetivo deste texto é caracterizar as relações de trabalho na costura em relação com as condições de formação dessa migração, além de caracterizar a inserção particular de mulheres nas oficinas e o seu papel no processo migratório. Para isso, realizamos entrevistas de profundidade com bolivianos costureiros e trabalhos de campo nos espaços de emprego e moradia de migrantes e seus familiares em São Paulo, Buenos Aires, La Paz e El Alto. Como as oficinas de costura se apresentam como lugar de moradia dos migrantes, a reprodução doméstica e familiar é uma dimensão fundamental das oficinas e do processo migratório como um todo, assim como o trabalho. As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades de cozinha e limpeza, ao mesmo tempo em que estão contraditoriamente inseridas na esfera do trabalho. A migração boliviana para São Paulo se sustenta, assim, sobre arranjos particulares de trabalho e de reprodução.

Palavras-chave: gênero, mobilidade do trabalho, bolivianas, indústria da confecção.

ABSTRACT

Gender and labor mobility: Bolivian female workers in the garment industry of São Paulo.

The Bolivian migratory process to São Paulo related to garment industry sweatshops begun in the early 1990s, with a wide participation of women working as seamstresses alongside the men. The aim of this text is to characterize labor relations in the sweatshops, regarding the conditions that formed this migration, as well as to characterize the particular insertion of women in the sweatshops and their role in the migratory process. The research included in-depth interviews with Bolivian sweatshop workers and fieldwork in São Paulo, Buenos Aires, La Paz and El Alto. As the sweatshops also offer housing to the migrants, domestic and familiar reproduction is a fundamental dimension of the sweatshops and the migratory process as a whole, as well as the labor. Women are mainly responsible for cooking and cleaning activities, while they are contradictory inserted in the labor sphere. The Bolivian migration to São Paulo is supported by particular arrangements of labor and reproduction.

Keywords: gender, labor mobility, Bolivians, garment industry.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
Relações de trabalho e migração no setor de vestuário de São Paulo.....	20
1.1. As condições de trabalho nas oficinas de costura.....	23
1.2. O processo migratório de bolivianos para São Paulo.....	58
1.2.1. A reestruturação produtiva como fator migratório.....	61
1.2.2. Histórico da migração boliviana para São Paulo.....	78
1.3. A reprodução doméstica como dimensão fundamental do processo migratório.....	105
CAPÍTULO 2	
Condições femininas no processo migratório de bolivianos para São Paulo.....	126
2.1. Experiências femininas no processo migratório.....	129
2.2. Trabalho feminino nas oficinas de costura.....	161
2.3. Assimetria e contradição.....	179
CAPÍTULO 3	
Costura, família e migração.....	182
3.1. Arranjos familiares de trabalho e reprodução.....	187
3.2. Crise do trabalho, crise da reprodução.....	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	219

INTRODUÇÃO

O processo migratório de bolivianos para São Paulo com inserção em oficinas de costura irregulares começou entre o final da década de 1980 e 1990. Em um primeiro momento, as oficinas de costura eram de propriedade de donos coreanos que, anos antes, haviam se inserido na indústria de vestuário paulistana, especialmente em concorrência com os comerciantes judeus que já trabalhavam no setor. Nesse período, as oficinas se concentravam em bairros mais centrais, como Bom Retiro, Pari e Brás.

Ao longo dessas três décadas de migração, a comunidade boliviana se expandiu em larga escala. Os migrantes bolivianos se tornaram majoritariamente donos das oficinas de costura onde estão inseridos e passaram a ocupar um lugar de destaque na indústria de vestuário de São Paulo, atendendo clientes diversos e de grande importância. Nesse processo, a presença feminina também cresceu: Cymbalista e Xavier (2007) registraram um aumento de 26% de mulheres em 1992 para 44% em 2007. As oficinas passaram a ocupar bairros em um vetor norte-leste, se dispersando principalmente por essas regiões da cidade. Hoje, a segunda maior população boliviana do estado de São Paulo, depois da capital, se encontra no município de Guarulhos.

Vale considerar, ainda, que um circuito muito similar se formou na cidade de Buenos Aires, no mesmo período. Lá, os bolivianos também foram inicialmente contratados por imigrantes coreanos e, aos poucos, se tornaram donos das oficinas de costura. Inseridos a princípio nos entornos do bairro de Flores, na zona sul da cidade, as oficinas se expandiram em torno do eixo da Avenida Rivadavia na direção sul, chegando a municípios vizinhos como Liniers e Ciudadela.

Em nosso exame de qualificação, em 2017, a professora Amélia Damiani apontou como nosso texto fazia aparecer como único *espaço vivido* pelos imigrantes bolivianos em São Paulo as oficinas de costura. Parecia uma observação contraditória com a nossa própria experiência de trabalho de campo, que foi encontrar os costureiros dentro das oficinas apenas depois de alguns anos de pesquisa, como relataremos a seguir. A provocação de Amélia, de pensar *até onde vão as oficinas de costura*, nos ofereceu um novo sentido para organizar nossas experiências de trabalho de campo anteriores e posteriores à qualificação.

Marx começa *O capital* afirmando que “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’” (MARX, 1983, p. 45). A indústria de vestuário, no seu alto nível de produtividade, parece produzir uma quantidade imensurável de mercadorias em um número também imensurável de oficinas de costura espalhadas por São Paulo e pelos municípios vizinhos.

Vale lembrar que a Feira La Salada, realizada na Grande Buenos Aires, já foi considerada a

maior feira ilegal da América do Sul, onde as principais mercadorias comercializadas são peças de roupa de todos os tipos. A feira apresenta três pavilhões distintos e um deles foi batizado de *Ocean*, oceano, em referência à infinitude do mar, cujo final não é visível aos olhos. Andar pela feira é realmente circular por uma imensa coleção de mercadorias.

Esse “até onde”, mais que como um limite espacial da circulação dos costureiros, pode ser entendido como uma relação; até onde as pessoas se relacionam com o circuito de oficinas de costura em São Paulo, dentro da própria cidade e fora dela? Essas perguntas nos levaram a realizar trabalhos de campo em La Paz e El Alto, na Bolívia, e em Buenos Aires e na sua região metropolitana, na Argentina. As relações estabelecidas com as oficinas de costura chegam até essas cidades, seja pelas remessas de dinheiro enviadas, pelos migrantes vão e voltam entre essas cidades ou pela construção da costura como um horizonte possível em torno do qual elaborar projetos e possibilidades de vida.

Se as oficinas de costura são uma relação de trabalho que produz mercadorias, então elas vão mesmo até o infinito, porque o trabalho e a mercadoria são a totalidade da relação social.

*

Esta pesquisa começa ela mesma com uma trajetória de mobilidade. Durante um intercâmbio acadêmico realizado na graduação para a Universidad Nacional de Córdoba, na Argentina, em 2012, em uma aula sobre migrações, ouvi dizer pela primeira vez que os fluxos migratórios latino-americanos estavam se *feminizando*. Segundo o professor, uma das tendências da migração do século XXI era o aumento de uma mobilização entre países da América Latina, com participação maior de mulheres, caracterizando uma *feminização*.

O argumento quantitativo, que passava apenas pelo aumento percentual da presença feminina, não respondia a uma série de questões que me vinham à cabeça: antes, as mulheres não migravam? Ou migravam apenas para acompanhar os maridos? E se isso é verdade, o que acontece agora na vida dessas mulheres que faz com que elas deixem seus países? Ou essa mudança tem a ver com a maneira como elas são recebidas nos contextos de destino? Agora elas decidem e viajam sozinhas ou a migração feminina acontece ainda em função do marido? Os números, no entanto, pouco respondem a esse tipo de pergunta.

De volta a São Paulo, em 2013, tinha vontade de caminhar nos estudos sobre gênero e sobre mobilidade do trabalho, ao mesmo tempo. E, aproveitando o argumento de que os processos migratórios em *feminização* eram aqueles dentro da América Latina, era relevante estudar esse processo considerando a migração boliviana feminina para São Paulo. O envolvimento da

comunidade boliviana com o trabalho na costura já era conhecido, mas o que acontecia com as mulheres? Estavam trabalhando na costura, como os homens, ou como babás e empregadas domésticas? Vinham sozinhas ou acompanhando a família? Por que vinham? E, falando em números, já haviam ultrapassado a presença masculina?

Em uma aproximação inicial com o objeto de pesquisa, fez-se claro que a inserção de mulheres bolivianas em São Paulo, assim como a dos homens, estava ligada ao trabalho na indústria da confecção. Até hoje, nesse tempo de pesquisa, conheci somente uma boliviana cuja migração não tinha relação alguma com o trabalho na costura. Entre as questões que estruturam esse trabalho na costura, estão a moradia nas próprias oficinas e o ganho por peça de roupa costurada.

Ao mesmo tempo, na revisão bibliográfica inicial com pesquisas diversas sobre migração boliviana para São Paulo, enunciava-se uma dificuldade em acessar os bolivianos inseridos na costura por condições como a sua indocumentação e recorrente preocupação com a legalidade, além do cotidiano fechado nas oficinas, sem muita circulação pela cidade. Desde então, me sentia inquieta com formas mais tradicionais de trabalho de campo, e abria-se um outro leque de questões sobre formas de encontrar as mulheres que eu queria estudar e estabelecer relações de tempo mais lento e conversas mais soltas.

A decisão foi por fazer uma entrada de campo a partir de caminhos institucionais, que abrissem caminhos de encontro. Com um pré-campo, anterior ainda ao projeto de iniciação científica, localizei o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), ligado à Pastoral do Migrante, como uma instituição de que trabalhava diretamente com as comunidades latino-americanas em São Paulo, principalmente bolivianos trabalhadores da costura. Nesse momento, foi concedida a bolsa de Iniciação Científica (IC) da FAPESP, o que ajudou muito na dedicação à pesquisa.

Com isso, as perguntas da pesquisa começaram a caminhar para as trajetórias de migrações dessas mulheres: como foi a decisão de migrar? Qual era o contexto de vida (em relação ao trabalho, principalmente) em que essa decisão era tomada? Como era a inserção laboral em São Paulo? Para as particularidades do trabalho feminino: realizavam as mesmas tarefas nas oficinas que os homens? Ganhavam os mesmos salários? Para as relações familiares: quais eram as particularidades de ser migrante solteira, casada, com filhos? A partir de pistas do próprio trabalho de campo.

Em 2014, comecei a trabalhar como professora de português voluntária no CAMI, dando aulas aos domingos, na sede da instituição, naquela época próxima à estação Armênia do metrô e da Praça Kantuta. Nesse mesmo ano, participei dos eventos realizados pelo CAMI, que começava a trabalhar com a questão de gênero; primeiro, a organização e a realização da Roda de Conversa com mulheres imigrantes e, depois, do Seminário Mulher Imigrante. Para organização da Roda de

Conversa, tivemos uma conversa com uma funcionária do CAMI e com Vilma¹, locutora de uma das rádios bolivianas de São Paulo. Dessas conversas, sugeriram temas de pesquisa fundamentais que persigo até hoje: a violência sexual e doméstica nas oficinas de costura, o trabalho doméstico, o chamado trabalho análogo ao escravo, o problema da moradia nas oficinas, o projeto migratório temporário, as condições específicas de trabalho das mulheres nas oficinas. Esse foi um momento importante de aproximação do campo e de entender quais eram os temas que vinham a partir dele, tomando-os como parte da própria pesquisa.

A partir daí, já com esses temas na cabeça, fiz entrevistas com três alunas do curso de português². As perguntas que eu tinha na cabeça orbitavam muito ao redor da ideia de trajetória: o que faziam na Bolívia, como decidiram migrar para São Paulo, quais tarefas realizaram nas oficinas ao chegar (ajudante, cozinheira, faxineira ou direto como costureira), quem realizava o trabalho doméstico nos lugares onde trabalhavam / moravam e quais foram os caminhos de inserção após a chegada (mudaram-se de oficina, tornaram-se donas, foram para outras ocupações etc.). Estas conversas mais longas, mais tarde, estruturaram o texto do Trabalho de Graduação Individual (TGI), na forma de relatos (RIBEIRO, 2015). Foi possível discernir as trajetórias a partir da posição que essas mulheres ocupavam na família: uma mulher casada com filhas, uma mulher solteira com filha e uma mulher solteira, mais nova e sem filhos, acompanhada da família (pais e irmãos).

No projeto de mestrado, enunciamos como questão a relação entre autonomia e violência, ou entre as formas de violência econômica e extra-econômica que enfrentam essas mulheres, tentando articular contraditoriamente a superexploração do trabalho na costura, a violência sexual e doméstica presente nas oficinas e um sentimento de independência em relação à família a partir da migração, a partir do acesso ao trabalho e ao dinheiro. Também estavam elaboradas perguntas sobre a necessidade da migração de mulheres em função das atividades de reprodução. Foi fundamental, nesse momento, uma passagem de uma pesquisa de *migração feminina*, tendo como objeto de estudo *as mulheres bolivianas*, para uma formulação de *migrações e gênero*, mais preocupada com as formas das *relações de gênero* no processo migratório e na inserção na indústria de confecção.

Ao longo de 2015, continuei dando aulas de português, então no bairro do Brás. Ainda em junho, consegui conversar com uma aluna e seu marido, mas direcionando as perguntas principalmente a ela, ainda da mesma maneira que eu havia feito as entrevistas anteriores. Nessa conversa, fiquei me perguntando sobre contextos de saída dos lugares de origem, particularmente

1 Todos os nomes utilizados neste textos são fictícios, para preservar a privacidade dos nossos interlocutores.

2 As transcrições de entrevistas apresentadas neste texto variam entre o português e o espanhol. A questão do idioma nunca foi colocada por mim, ficando sempre a critério do entrevistado falar na língua que se sentisse mais à vontade. Inclusive, muitos variavam entre uma e outra ao longo da entrevista ou misturavam as duas línguas. Isso apresentou um desafio muito grande para a transcrição das falas. Para evitar “corrigir” a maneira de falar dos interlocutores, tentei ser o mais fiel à maneira pela qual eles falaram.

das mulheres, para além de respostas estatísticas de desigualdade econômica de gênero (como havia sido feito no TGI).

No mesmo ano, comecei a buscar possibilidades de entrada nas oficinas de costura através do Programa Saúde da Família (PSF) que realiza, a partir das Unidades Básicas de Saúde (UBS), visitas domiciliares àqueles que se inscreverem no programa. As oficinas de costura, por serem também local de moradia, configuram como domicílios, permitindo as visitas. Através das UBSs do Bom Retiro e do Brás, consegui visitar algumas oficinas nos dois bairros, podendo ver como eram esses lugares e conversar com pessoas que não acessam cursos de português (inclusive aqueles migrantes que, sendo de origem rural, muitas vezes não falam espanhol, apenas quechua ou aymará). Eram notáveis a ocupação das mulheres com a cozinha e as crianças, a variedade de arranjos entre as diferentes oficinas, o desconforto dos ambientes. E, na conversa com as agentes de saúde, apareciam mais uma vez os temas da violência sexual e doméstica, além do planejamento familiar e, ainda, as doenças enfrentadas, como lesão por esforço repetitivo e tuberculose.

No fim do ano, fiz entrevistas com mais três alunas que frequentavam o curso de português do Brás. Para essas entrevistas, fiz um roteiro de perguntas, não para ser seguido durante mas para (me) orientar durante a conversa. Nele, uma parte das perguntas referia-se à trajetória, seguindo o tom das perguntas anteriores. Outra, referia-se ao trabalho nas oficinas de costura, para trazer à conversa as diferenças de inserção masculina e feminina. Outra parte referia-se a perguntas sobre formas variadas de violência extra-econômica e sobre um possível ganho de autonomia após a migração, tema que tinha centralidade desde o projeto de mestrado. Nessas três entrevistas, apareceu que, ao contrário do que eu pensava, a divisão sexual do trabalho entre as diferentes máquinas nas oficinas não era organizada por um problema de rendimento; à pergunta “quem ganha mais na oficina de costura” a resposta unânime foi quem trabalha mais; e se ganha mais o homem ou a mulher, a resposta novamente foi quem trabalhar mais. Isso me fez repensar as perguntas sobre a divisão do trabalho nas oficinas e pensar o que era, então, que a organizava. Nas entrevistas, também abriu-se uma entrada de formas de controle familiar masculino, já que todas se disseram controladas pelos pais e irmãos homens. Por fim, duas das entrevistas acessaram um problema com o qual ainda não sei como lidar: o aniquilamento de pessoas, pessoas (principalmente crianças) que morrem, por doenças variadas, após chegar em São Paulo.

Em 2016, dei sequência ao trabalho de campo a partir das aulas de português, mas realocada no bairro do Belenzinho, onde as aulas acontecem em uma igreja presbiteriana apenas para bolivianos, com pastor também boliviano. No segundo semestre, pude fazer ainda duas entrevistas, a partir do contato de uma amiga cuja mãe é vizinha de uma oficina de bolivianos situada em um bairro da periferia de São Paulo. Como a entrevista aconteceu de um jeito meio

repentino, fui sem roteiro e parti de uma pergunta de trajetória para começar a conversa com Elisa. Alguns dias depois, pude conversar com o seu marido, José, na minha primeira experiência de entrevista com um homem. Nessa conversa, são dois os contrapontos possíveis: sem o roteiro, aconteceu uma narrativa mais livre, mais aberta, e o próprio fio condutor dela, aberto para ser feito pela própria narradora, nos diz um monte de coisas; o espelho entre as formas de contar a mesma história, masculina e feminina, e os temas que passam por cada uma delas.

Nas entrevistas, apareciam diversas falas sobre os contextos de origem e particularidades da Bolívia que pareciam se relacionar com as trajetórias de migração. Algumas perguntas passaram a articular um trabalho de campo para a Bolívia: como é o lugar de origem desses migrantes? Há marcas da migração para São Paulo nas cidades de El Alto e La Paz? Como os familiares dos migrantes viam a migração? Como foram as experiências dos migrantes que retornaram à origem?

Em 2017, realizamos esse trabalho de campo com o objetivo de encontrar com migrantes que retornaram – que foram meus alunos e que já tinham concedido entrevistas – e com familiares de migrantes que se encontravam em São Paulo. Como preparação, fiz uma entrevista com Nicholas, que foi meu aluno no Belenzinho e frequentava as aulas com sua irmã Sandra, a quem eu já tinha entrevistado. A partir do contato com os dois, pude encontrar as suas irmãs em La Paz, visitar a casa da família, em El Alto, e conversar com a mãe deles, María. Em La Paz e El Alto, além de encontrar duas alunas que tinham retornado, também fiz algumas caminhadas pela cidade de El Alto. Pude ainda me reunir com alguns professores que me ajudaram a pensar questões históricas, os movimentos de migração do campo para a cidade e a própria migração boliviana para São Paulo.

Em 2017 também realizei estágio de pesquisa para o exterior na Universidad de Buenos Aires sob orientação da pesquisadora Ana Inés Mallimaci Barral, do Instituto Interdisciplinar de Estudios de Género. Os objetivos eram aprofundar os meus estudos sobre o campo da feminização das migrações e de migrações e gênero; conhecer o circuito de oficinas de costura de Buenos Aires e estabelecer comparações com o paulistano; e conhecer a experiência das cooperativas de costura fundadas por migrantes bolivianos em Buenos Aires. Também pude visitar o grupo de pesquisa de María José Magliano na Universidad Nacional de Córdoba e conversar, com outras pesquisadoras, sobre como pensar migrações, gênero e trabalho em relação. Como trabalho de campo, frequentamos as cooperativas da Fundação Alameda e do Colectivo Simbiosis; o Centro Comunitário Integral Marcelina Meneses, localizado em Quilmes; a Asociación de Mujeres Migrantes y Refugiadas de Argentina (AMUMRA) e a feira de La Salada.

Assim, as nossas perguntas em relação ao processo migratório de bolivianos para São Paulo nos direcionaram a dois campos de estudo diferentes: migrações e trabalho e migrações e gênero. A

crítica do valor-dissociação, aliada à perspectiva teórica da mobilidade do trabalho, nos permitiu lidar com esses campos.

Dentro do campo de estudos das migrações e trabalho, debatemos principalmente com a questão do trabalho análogo ao de escravo e as leituras da reestruturação produtiva. Nesta dissertação, nos dedicamos especialmente a discutir a pesquisa de Carlos Freire da Silva (2008), que sintetiza estas formulações.

Dentro do campo de estudos das migrações e gênero, debatemos principalmente com a divisão sexual do trabalho, a interseccionalidade e a feminização das migrações; através das pesquisas de Veiga e Galhera (2016), Almeida (2013), Rezera (2010), e do grupo de pesquisadoras que inclui María José Magliano, Ana Mallimaci, Gioconda Herrera e Carolina Rosas.

A mobilidade do trabalho como perspectiva teórica para o estudo das migrações é presente na Geografia desde os anos 1980 e parte da interpretação de Marx de Jean-Paul Gaudemar (1977). Dieter Heidemann orientou diversas pesquisas sobre migrações dentro dessa perspectiva. A crítica do valor-dissociação faz uma leitura radical de Marx. Lidamos com ela a partir dos trabalhos de Robert Kurz e Roswitha Scholz, que permitem dialogar tanto com questões do campo do trabalho quanto do campo do gênero.

A estrutura desta dissertação se baseia no diálogo entre as perguntas, os percursos de pesquisa e os campos de estudo. Os objetivos do texto são identificar as condições de formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo; caracterizar a inserção de mulheres bolivianas na indústria de vestuário em São Paulo, bem como as suas características particulares; identificar o papel das mulheres no processo migratório de bolivianos para São Paulo; caracterizar arranjos familiares de trabalho e reprodução; estudar as transformações do processo de reprodução capitalista através das novas dinâmicas migratórias, particularmente no que concerne a formação concreta das contradições de gênero no interior destas dinâmicas, localizando as mudanças na condição da mulher ao longo deste processo a partir da relação entre os conceitos de mobilidade do trabalho e valor-dissociação.

O primeiro capítulo discute as condições de trabalho na costura; a formação e a expansão do processo migratório de bolivianos para São Paulo; e identifica que, nesse o processo, a reprodução doméstica ocupa um lugar tão central quanto as relações de trabalho. O segundo capítulo caracteriza as experiências particularmente femininas na migração e o trabalho feminino dentro das oficinas de costura, dando especial atenção para como as atividades de reprodução acontecem dentro das oficinas. O terceiro capítulo apresenta diferentes arranjos familiares de trabalho e reprodução que sustentam a migração boliviana para São Paulo, a partir das trajetórias individuais e familiares dos nossos interlocutores.

CAPÍTULO 1

Relações de trabalho e migração no setor de vestuário de São Paulo

Elisa e José são um casal de bolivianos que moram e trabalham em um bairro da periferia de São Paulo, na zona oeste. Eles trabalham em uma oficina familiar montada em conjunto com os irmãos de José e suas esposas. Nessa oficina, as decisões são tomadas coletivamente por todos os irmãos. O casal, os outros irmãos de José, suas esposas e seus filhos moram todos juntos em outro imóvel. Conversei primeiro com a Elisa e, alguns dias depois, com o José.

Em 1985, os pais dele haviam saído da zona rural do Altiplano boliviano para a cidade de El Alto, porque a propriedade dos pais de José não era grande o suficiente para ser repartida entre todos os irmãos. Mesmo na cidade, a família se reproduzia com grandes dificuldades; até que um senhor ofereceu à mãe de José um emprego para os seus filhos, em São Paulo, que pagaria US\$100 por mês. Para eles, significava mais dinheiro do que conseguiam ganhar em um ano. No começo de 1996, migrou o irmão mais velho de José; seis meses depois, ele faria o mesmo percurso, aos 16 anos.

Na oficina onde ele chegou, trabalhavam de 8h até 1h, de segunda à sexta, e também durante todo o dia, no sábado. Tinham descanso aos domingos. José recebia R\$0,10 por peça costurada, então “para ganhar R\$25, tinha que trabalhar muito”. A oficina fornecia refeições todos os dias da semana, porque os costureiros não podiam sair. Como a dona da oficina “pegou confiança”, permitia que ele a acompanhasse ao mercado, para ajudar a carregar as compras. Os irmãos dela, que trabalhavam na mesma oficina, convidavam José para jogar futebol, porque ainda eram poucos bolivianos naquela época e faltavam homens para jogar. Foi assim que ele descobriu que em outras oficinas pagavam R\$1,50, R\$2 por peça.

Nessa oficina, José estava com um dos seus irmãos. Outro deles havia chegado depois, com outra pessoa, mas a comunicação naquela época era difícil. Eles se encontraram por acaso em uma festa boliviana onde foram levados pela dona da oficina. Assim, o terceiro irmão se juntou aos outros dois, mas percebeu que nessa oficina onde estava o José as condições eram piores. Por isso, decidiram fugir; segundo ele, “a gente não podia simplesmente ir embora”, porque ela trancava o portão com cadeado. Então José fugiu sozinho, um dia, pulando o muro. Depois soube que os irmãos fugiram nesse mesmo dia, mais tarde. Andando na rua, ele encontrou um boliviano que o levou para a sua oficina³. Nesse novo lugar, José trabalhava menos (até a meia-noite) e ganhava

3 Durante as entrevistas, foram vários os relatos de costureiros que saíram de uma oficina de costura – fugidos, brigados ou expulsos – e, andando na rua sem ter para onde ir, logo cruzaram com outro boliviano que os ajudou ou os levou para a própria oficina. Essa situação indica, por um lado, a concentração dos bolivianos em determinados bairros mas, por outro, a difusão e o volume das comunidades bolivianas em São Paulo e Buenos Aires.

mais: de US\$100 passou a ganhar R\$700, ainda em 1996. Ele não explica porque a diferença de moedas (de dólares para reais) e nem de remuneração; considerando toda a pesquisa de campo que fizemos, poderíamos supor que os donos da primeira oficina onde José trabalhou pagavam propositalmente menos aos costureiros, o que poderia explicar inclusive porque deixavam o portão trancado.

Só quando voltou para a Bolívia, em 1998, que reencontrou os irmãos. Sem conseguir emprego por lá, eles retornaram a São Paulo e passaram a trabalhar sempre juntos. Antes, eles sempre enviavam dinheiro para os pais, US\$100 ou 150. Foi então que um dos irmãos sugeriu que parassem de mandar esse dinheiro e comesçassem a juntar para adquirir os três alguma coisa em São Paulo. Eles trabalhavam para um brasileiro que mantinha a oficina acima da sua loja de roupas finas, no Itaim Bibi. Nessa mesma época, os três irmãos se casaram – José com Elisa, inclusive. Ela foi trabalhar junto com ele no Itaim. Passaram ainda muito tempo trabalhando para “o brasileiro”. Em certo momento, sendo ameaçado de denúncias ao Ministério do Trabalho por outros comerciantes do bairro, “o brasileiro” transferiu a oficina e a moradia dos costureiros para um bairro da periferia de São Paulo, onde já morava desde antes outro de seus funcionários.

Aos poucos foram trazendo a família: os outros irmãos e os pais, e também os irmãos da Elisa. Em 2005, já estavam todos aqui, sempre trabalhando na oficina. Na perspectiva de José, “trazer” os parentes da Bolívia para São Paulo sempre foi uma forma de ajudá-los; em uma parte da entrevista, ele lamenta uma viagem a El Alto em que queria “trazer” a todos mas não podia, então “trouxe” só aqueles que “mais precisavam”. Ao mesmo tempo em que buscava ajudar os seus parentes, José também “trazia” novos trabalhadores para a sua oficina familiar, assim como fez com Elisa.

Até que “o brasileiro” faliu, segundo José porque os seus outros funcionários – uma parte da oficina no Itaim Bibi foi mantida – bebiam e faziam festas ao invés de trabalhar. Nessa falência, ficou devendo parte do pagamento da família pelos trabalhos que tinham sido realizados. Para saldar a dívida, o “brasileiro” foi entregando a eles os bens que possuía e que já eram utilizados pelos costureiros: as máquinas de costura, os móveis da casa etc. José lembra que, na hora de ir descontando o valor dos objetos da dívida geral, o dono cobrou mais pela geladeira do que o preço pelo qual ela tinha sido comprada; mesmo assim, eles aceitaram porque, senão, corriam o risco de não receber nada. Assim, a família se tornou dona das máquinas e da oficina onde trabalhavam. Antes, o “brasileiro” entregava para eles os serviços de costura que seriam realizados e fazia os pagamentos; ao se tornarem donos das máquinas de costura, eles passaram a ser responsáveis por conseguir os pedidos mas também começaram a negociar diretamente com os clientes, sem passar pela mediação do dono da oficina.

Apesar disso, quando o “brasileiro” voltou ao negócio da costura, eles aceitaram costurar para ele “porque tinham amizade”, até que desistiram quando ele, novamente, deixou de pagar. Assim, a relação entre a família e seu antigo patrão brasileiro passa, ao mesmo tempo, pela amizade e pela dívida (que significa trabalho dos costureiros que não foi pago), até que a segunda impõe o seu limite à primeira. Como eles já não eram mais empregados do “brasileiro”, mas eram donos das próprias máquinas, conseguiam recusar os serviços oferecidos por ele; e também porque tinham, e tem até hoje, outros clientes que garantiam que tivessem trabalho.

Foi através desse trabalho conjunto que eles conseguiram comprar do “brasileiro” dono da oficina um sítio no interior de São Paulo e, depois, a casa que o mesmo dono já alugava para a família morar. Segundo José e a própria Elisa, eles só conseguiram comprar as propriedades porque trabalharam sempre em família e sempre economizaram muito. Também enfatizam que, como são da Igreja (toda a família frequenta igreja evangélica), não bebem, não arranjam confusão, são tranquilos, e também por isso trabalham bem.

O relato de José e de Elisa, muito centrado no trabalho coletivo familiar, nos permite fazer algumas perguntas importantes para começar a puxar o fio do processo migratório de bolivianos para São Paulo ligado às oficinas de costura. Podemos nos perguntar quais foram as condições que levaram Elisa, José e seus irmãos a migrarem de El Alto para São Paulo; se foi a situação que eles viviam ainda na origem ou a situação que parecia se apresentar no Brasil. Podemos indagar porque decidiram continuar em São Paulo diante das condições de vida e trabalho na costura. E, mais que isso, quais foram as condições para que se tornassem donos da própria oficina de costura e de imóveis em São Paulo e no interior.

Neste primeiro capítulo veremos, em primeiro lugar, como são as condições de trabalho e de vida nas oficinas de costura, que foram frequentemente consideradas como trabalho análogo ao de escravo. Diante disso, nos interessa investigar por que e como os migrantes bolivianos se envolvem com esta forma de trabalho. Além disso, olharemos para as estratégias encontradas pelos costureiros para sair do circuito das oficinas, seja através do trabalho autônomo, da formação de cooperativas de costura ou do trabalho regularizado em fábricas.

Em segundo lugar, nos perguntaremos sobre as condições de formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo. Tentaremos respondê-lo tendo em vista duas perspectivas distintas: que o processo migratório foi formado i) a partir de uma demanda por força de trabalho barata da indústria do vestuário e ii) a partir da crise econômica boliviana da década de 1980, em conjunto com a inserção de migrantes coreanos endinheirados no setor de costura.

Por fim, buscamos investigar, considerando os dados obtidos em campo, quais as condições para que as oficinas tenham se estabelecido como espaço simultâneo de trabalho e reprodução e a

sua relação com o processo migratório como um todo.

1.1. As condições de trabalho nas oficinas de costura

Como vimos, as experiências de trabalho de José, seus irmãos e Elisa são marcadas por longas jornadas diárias, baixa remuneração e formas de confinamento ligadas à moradia nas oficinas de costura. A partir de nossas observações de campo, nos perguntamos como se formaram tais condições de trabalho e por que os migrantes bolivianos se inserem nestas formas de emprego.

Ao acompanhar as equipes do PSF, pudemos ingressar em algumas oficinas de costura nos bairros do Brás e do Bom Retiro. As oficinas ocupavam espaços de todos os tipos: sobrados, sótãos, porões, apartamentos. Alguns imóveis abrigavam três ou quatro oficinas: uma no primeiro andar, uma no segundo, uma no sótão, com espaços divididos de forma improvisada, com lençóis e divisórias de plástico. Alguns prédios tem oficinas em vários apartamentos, que podem ser também na sala da família que trabalha junta. Há uma antiga vila operária no Brás onde cada sobrado abrigava, no momento da nossa visita, uma oficina de costura e duas, três, até quatro famílias bolivianas. A família de Gabriela, que foi nossa aluna de português em 2014, dividia um cortiço com outras famílias bolivianas em que cada uma ocupava um cômodo, onde camas e máquinas de costura brigavam por espaço.

Mesmo nessa variedade de arranjos entre famílias, moradia e espaço de trabalho, algumas características são comuns à maioria das oficinas: as máquinas costumam ficar concentradas em um único cômodo, em geral o espaço da casa designado para sala de estar, para que os outros cômodos sirvam de quarto para os costureiros. Assim, são máquinas, rolos de linha, retalhos de tecido, peças prontas ou no processo, amontoados em um espaço pequeno habitado pelo número de costureiros que estiver trabalhando no momento. As janelas costumam ficar fechadas e cobertas, para desviar a atenção da fiscalização. Além disso, a ventilação é muitas vezes precária em função inclusive dos tipos de imóveis e/ou cômodos que as oficinas ocupam, como porões e sótãos.

As jornadas de trabalho também costumam apresentar características parecidas. A maioria das oficinas oferece moradia e alimentação – nos dias e horários de trabalho. As jornadas costumam durar de 7h a 22h (podendo se estender) de segunda a sexta, de 7h a 12h ou 13h aos sábados, com folga aos domingos. A oficina oferece alimentação nos dias e horários de trabalho; nos períodos de descanso, a responsabilidade é dos próprios costureiros.

Para que a oficina trabalhe, é preciso chegar ao dono um pedido – de uma loja, marca ou distribuidor (alguém que compra roupas das oficinas e as revende) – de uma determinada peça em determinada quantidade. O tecido pode chegar cortado ou não, caso a oficina tenha uma mesa de

corte e possa realizar esse serviço. Cada peça exige uma quantidade diferente de costuras que podem ser também de tipos variados, realizados por máquinas diferentes, como reta, overloque, galoneira, interloque etc. A overloque faz costuras internas e costuma demandar menos tempo por peça; a reta faz golas, bolsos, detalhes e por isso em geral requer mais tempo. O salário é pago por peça costurada e, em geral, o preço por peça é definido antes do trabalho ser realizado; para cada pedido, o costureiro já sabe quanto vai receber por cada peça. O preço varia muito em função do tipo de costura, da máquina e do tempo estimado.

A cobrança por produtividade dá o tom das oficinas, em dois sentidos. Por um lado, o dono cobra os seus costureiros para entregar as encomendas no prazo e para poderem passar logo ao próximo serviço; o dono da oficina também ganha por peça costurada. Por outro lado, a remuneração por peça faz com que os costureiros também *queiram* costurar o mais rápido possível, como forma de aumentar o seu ganho.

Jésica nasceu em La Paz mas, por um problema de saúde, morava em Cochabamba. Um dos seus irmãos é dono de uma oficina de costura em São Paulo e, por isso, já tinha morado na cidade entre 2008 e 2010. Ela vinha nos períodos de alta temporada da costura, quando há maior demanda, para ganhar dinheiro e pagar os estudos universitários de odontologia. Em 2015, Jésica tinha voltado para a cidade com intenção de ficar permanentemente, por causa do seu filho. Ela acreditava que no Brasil trabalharia e ganharia melhor como dentista, e também poderia fazer uma especialização em cirurgia maxilo-facial.

Jésica: Hoje o salário da costura está muito baixo. Melhor trabalhar de outra coisa que de costura. Quem trabalha na costura deveria receber mais, porque é muito trabalho, é muito trabalhoso, tem muitos detalhes, tem muita coisa para fazer. Eles ganan muy poco. Quando uma peça tem muitos detalhes, ele demora mais. Que não só tem que hacer recta [a máquina reta], tem que fazer overloque, tem que fazer galoneira, a veces tem que hacer aparelho, tem que fazer muitas coisas en la misma peça. Y el trabajo es muito grande. Si você faz una camiseta en una hora, um pantalón jeans faz em dois horas, y ganan muito menos. Eu fazia 3000 peças por dia. Eso es muito rápido. E eso era sólo camisetas, porque eso es rápido, só selar com overloque, nada mais, y fazer unas puntadas na gola, nada mais. Pero fazer outra coisa não fiz, eu fiz só camisetas. Eu gané média de R\$3000, assim, por mês.

Brenda morava em um pequeno *pueblo* próximo a uma mina, no departamento de Oruro, onde seu pai trabalhava. A mãe tinha um pequeno comércio onde ela ajudava às vezes. O seu irmão é dono de oficina em São Paulo e ela veio para trabalhar com ele. Brenda teve dificuldade para trabalhar na máquina reta, por onde começou, e não rendia. Segundo ela, quando um costureiro é pouco produtivo, é muito pressionado pelo dono da oficina a produzir com maior rapidez, porque o dono, além de precisar cumprir com os prazos, também está pagando a comida e a casa do costureiro. No caso dela, a demora dela em costurar só foi tolerada porque os donos da oficina eram

seus irmãos.

Brenda: Los primeros días eran agotadores, porque desde las siete de la mañana hasta las once de la noche estás sentada en la máquina y es directo a la cama, te cansa. Te cansa mucho. Yo estaba aprendiendo a recién utilizar la máquina, era más difícil. Viajé con mi hermana, ella entró a la over [a máquina de overloque] y yo a recta. Ella agarró la maña más rápido que yo. Como eres nueva, no avanzas mucho. Igual mi hermano nos exigía un poco, no con agresividad que tal vez otra persona sí lo hubiera hecho, hubiera dicho: “Estás avanzando poco, no sirves”. Así te enseñan en la oficina: “No estás dando para yo gane, porque estoy gastando en tu comida, en tu desayuno, tu almuerzo, en la casa en la que estás viviendo”. Es por eso que la mayoría de los bolivianos de un trabajo a otro trabajo van, porque en las oficinas te enseñan, “no estás rindiendo, mejor ir a buscarte otra oficina”. Como eran mis hermanos, nos aguantaron. Luego yo decidí salirme, porque como yo no era buena para la costura y estaba empezando, sólo me quedé ocho meses, yo no era rápida. Entonces, yo no ganaba. Porque, tipo así, en la oficina te dan vale⁴ de R\$50 para la semana, dependiendo. Y yo veía R\$50 a la semana, eso es R\$200. Esos R\$200 yo no estaba sacando de la costura, porque recta es por pieza lo que pagaban. Y si yo tardo, la pieza tarda, y el vale sí vas a estar consumiendo, entonces yo no ganaba nada. Lo ganaba sólo para la semana. Y ese dinero sigo debiendo a mi hermano. Por qué? Porque yo no rendía.

Esse ganho por produtividade é um dos motes do trabalho considerado análogo ao de escravo e incentiva as jornadas diárias cada vez mais longas; ao mesmo tempo, os prazos apertados também obrigam que a produção das oficinas seja acelerada, e que os donos pressionem os costureiros, como relata Brenda.

É preciso pensar ainda que a abstração de tempo das longas jornadas de até 18 horas diárias tem em si a forma concreta do corpo que passa essas horas sentado, encurvado frente à máquina de costura, acelerando a sua própria repetição de gestos para poder chegar a uma produção de até 3.000 peças por dia. A pressão pela alta produtividade, própria ou provocada pelo dono da oficina, leva a formas variadas de doenças.

O problema das doenças advindas do trabalho e do ambiente das oficinas de costura sempre apareceu em nosso trabalho de campo, principalmente associado à tuberculose, mas ganhou importância para nós com o acompanhamento das equipes de saúde do PSF. Segundo os comentários das agentes, são comuns casos de lesão por esforço repetitivo tuberculose e doenças respiratórias. Os motivos seriam a insalubridade (falta de iluminação e ventilação, principalmente) e a falta de higiene dos ambientes⁵.

4 Os vales são uma das instituições que mantêm as oficinas de costura, para usar a expressão de Bruno Miranda (2017). São adiantamentos de dinheiro para o costureiro que ainda não está ganhando, ou que já gastou o pagamento do mês anterior, que serão descontados no final do mês. Do ponto de vista do costureiro, o vale é uma promessa de trabalho, uma dívida contraída com o dono da oficina que ele terá de trabalhar para pagar. No caso de Brenda, essa promessa de trabalho não se realizou, e ela seguia devendo esse dinheiro para o seu irmão.

5 Para uma análise das relações entre as doenças e as condições ambientais da oficina de costura, cf. trabalhos de Cássio Silveira (GOLDBERG E SILVEIRA, 2013; SILVEIRA, 2013).

Denise foi nossa aluna no Brás em 2015. Ela nasceu em El Alto e sempre morou lá. O pai é motorista e a mãe comerciante; ela começou uma faculdade de Agronomia, mas reprovou no primeiro ano. Nessa época, ela trabalhava em uma fotocopadora para tentar custear os materiais e as passagens necessários para frequentar a universidade. Denise veio para São Paulo para trabalhar na oficina de costura dos tios, onde lhe deram o serviço de ajudante e vendedora em um *box*⁶ também alugado pelos tios. Ela se mudou de oficina porque queria tentar trabalhar como costureira, mas teve um inchaço nos rins e foi informada pelo médico que não poderia trabalhar na costura. Assim, voltou para a oficina dos tios. Jéssica conta que o irmão e a prima tiveram tuberculose; a prima inclusive estava voltando à Bolívia por causa da saúde debilitada pela costura; a mãe de José também teve tuberculose. Um dos irmãos da Elisa pegou tuberculose em uma oficina em Buenos Aires e voltou para a Bolívia para se tratar, até falecer. Porém, o irmão que cuidou do primeiro também adoeceu e veio para São Paulo tentar o tratamento, onde acabou falecendo também. Além disso, Elisa tem asma até hoje, desde a época em que trabalhava, junto com José, na oficina do Itaim Bibi:

Elisa: Aí que eu peguei asma. Eu não tinha asma. Tinha um sótão [na oficina], eles deram esse quarto para nós. Dentro do sótão a gente morava.

Clara: Tinha janela?

Elisa: Não, não tinha nada lá. Aí eu peguei asma, pneumonia, quase cheguei a pegar pneumonia. Aí eu não melhorei mais. Até hoje tenho asma.

Clara: Você acha que tem a ver com o pó da costura?

Elisa: Talvez foi a umidade que tinha lá embaixo, porque fazia muito calor nesse... 2001, 2002, fazia muito calor, não fazia muito frio. Então a gente sempre ficava com ventilador ligado. Eu acho que mais pelo ventilador ligado que eu peguei asma porque não saía o ar, né.

Clara: Na parte da oficina que tinha as máquinas tinha janela?

Elisa: Tinha, e ficava aberta. Tinha tipo uma varanda só que pra dentro, não pra fora, pra ninguém perceber que a gente estava lá, né. Tinha uma janela assim grande só que ficava coberta com alguma coisa, a gente não saía. Mas tinha outra mais pra lá que a gente tinha pra lavar roupa e tudo isso, mas era aberto, ficava o tempo todo aberto. Tinha dois lugares assim, tinha janela sim, só que a gente não podia sair num horário, tinha um horário que a gente não podia, só se fosse necessário a gente sair, senão não, a gente ficava em casa mesmo.

Episódios de confinamento, retenção de documentos e cobrança de dívidas por parte dos donos das oficinas são frequentes. No caso que Elisa relata, também é interesse dos costureiros não sair “nos horários combinados”, para que a oficina não seja descoberta e denunciada. Em outros, as

⁶ Os *boxes* são pequenas lojas dentro de grandes galerias, muito comuns no Brás e em outros bairros de comércio popular. Tornou-se comum para os donos de oficina alugar um *box* para vender roupas.

portas são trancadas e os costureiros efetivamente proibidos de sair a qualquer hora, como aconteceu com José na oficina onde a dona mantinha o portão fechado com cadeado.

Aidé mora em Buenos Aires e trabalha em uma das cooperativas de costura que pesquisamos. Ela migrou para a Argentina para se inserir na oficina de uma tia. Junto com ela, foram mais duas meninas de El Alto. Chegando em Buenos Aires, a tia disse que elas passariam três meses aprendendo a costurar e que, por isso, não receberiam nada. Também é comum que, ao chegar a São Paulo, o costureiro tenha que trabalhar por um tempo para pagar a passagem que foi paga pelo dono da oficina. No caso de Aidé, a tia sempre pagava menos do que o valor que havia sido combinado, fazia contas que nunca fechavam e ainda acusava ela e as companheiras de roubo, então mexia nas coisas dela e pegava o dinheiro que encontrava. Mas, segundo Aidé, mesmo assim ela conseguia mandar dinheiro para ajudar a mãe na Bolívia. Um dia, ela e as companheiras também fugiram dessa oficina. Quando José fugiu, ele encontrou um boliviano na rua que o levou para outra oficina; Aidé e as amigas acabaram voltando porque depois de fugir não sabiam para onde ir.

Por outro lado, a mobilidade entre as oficinas por parte dos costureiros também é frequente. Marta e Christian foram nossos alunos de português no Brás, em 2015, e logo que chegaram não conheciam nada. Ficaram por um tempo em uma oficina em Artur Alvim, onde se decepcionaram por ter um quarto montado por uma divisória. Como ainda estavam aprendendo, tiveram dois meses de prática em que ganharam R\$350, que não era suficiente nem para pagar a passagem. Eles começaram a desconfiar que ganhavam pouco. Quando foram à feira da Rua Coimbra⁷ pela primeira vez, ficaram surpresos com a quantidade de bolivianos que encontraram. No fim da tarde, os donos das oficinas vão à feira para contratar trabalhadores; em geral, mostram a peça que será costurada no primeiro pedido e informam o valor daquela peça. Foi assim que o casal descobriu que estavam realmente ganhando muito pouco e nesse mesmo dia já combinaram a mudança para uma nova oficina. Não são todas as oficinas que retêm os costureiros e os impedem de sair, por isso há uma circulação possível e até bastante frequente entre oficinas. Eles gostaram dessa nova oficina, onde ganhavam de R\$1500 a R\$2000 entre os dois. Mas alguns meses depois, entrando na baixa temporada, a oficina fechou. Então, eles se mudaram para outra oficina no Brás, onde continuavam morando quando fizemos a entrevista, mais ou menos um ano e meio depois que eles chegaram ao Brasil. Mas já queriam sair de lá porque a dona da oficina passava os melhores serviços à irmã.

7 A Praça Kantuta (Pari) e a Rua Coimbra (Brás) tem importantes feiras bolivianas que acontecem nos finais de semana. São comercializados produtos importados da Bolívia, comidas típicas, roupas e outros. Também são oferecidos serviços de transferência internacional de dinheiro (envio de remessas), corte de cabelo, chamadas telefônicas e assistência social por ONGs como CAMI e *Sí, yo puedo*. As feiras também tem um mercado de trabalho importante, que se monta mais no fim do dia, em que donos de oficina vão buscar novos costureiros.

Os arranjos de trabalho internos às oficinas podem ser de muitos tipos. O que mais comumente se considera são acordos entre donos de oficina e empregados. Dependendo da demanda de serviços que a oficina tem em certo momento, contrata-se um costureiro para uma máquina já designada. Entre donos e parentes mais próximos, como pais, filhos e irmãos, os acordos de trabalho podem ser mais flexíveis, como foi no caso de Brenda ou também de Nicholas, que afirmava poder trabalhar menos horas porque a dona da oficina é sua irmã – mas, em contrapartida, ajudava em outras tarefas da casa, como cuidar dos sobrinhos e consertar aparelhos eletrônicos. Em relações de parentesco mais distantes⁸, a relação pode ser flexível ou não: Denise e Aidé, que trabalharam em oficinas de tios, eram empregadas como os outros costureiros, mas também ocupavam a posição de “sobrinhas dos donos” em certos momentos. Os laços familiares, próximos ou distantes, podem assim garantir melhores condições a um costureiro, mas não necessariamente, ou não o tempo todo.

Também existem oficinas exclusivamente familiares. Nesses casos, em geral trabalham pais e filhos, que moram e trabalham juntos. Normalmente não empregam outros costureiros, mas podem chegar a fazê-lo se for necessário. Esse foi o caso da família de Gabriela, que foi nossa aluna no CAMI, em 2014. Primeiro, sua irmã e seu irmão vieram para trabalhar em uma oficina de coreanos. Depois, ela, os pais e a irmã mais nova vieram visitar e acabaram ficando. Assim, alugaram um quarto em um cortiço e adquiriram algumas máquinas através de dívida. Conforme foram trabalhando, pagaram as máquinas e se mudaram para uma casa em Cangaíba, zona leste de São Paulo. Lá, trabalhavam os pais e o irmão de Gabriela. A irmã mais velha tinha se casado e Gabriela trabalhava fora, em uma fábrica de tecidos, mas ajudava na costura quando chegava do trabalho, se fosse necessário. Assim como na oficina de José e seus irmãos, a família de Gabriela não empregava outros costureiros. Nas visitas com o PSF, também vimos oficinas que seguiam esse arranjo. Cada uma terá formas próprias de distribuir internamente o dinheiro ganho na costura.

Os migrantes, em geral, já vem para São Paulo sabendo onde e para quem vão costurar, e são buscados na porta do ônibus no qual chegam da Bolívia pelo dono da oficina em que vão trabalhar⁹. Entre os migrantes com os quais conversamos, a maioria foi “convidada” a migrar por

8 Classificar as relações familiares entre costureiros é um exercício analítico para ajudar a decifrar um pouco o complexo conjunto relações dentro das oficinas. Além disso, há quem problematize o conceito de família mobilizado nesse contexto. Em uma das oficinas que visitamos com o PSF, a dona disse à agente de saúde que os cerca de 15 costureiros “eram todos família”. Depois, uma das costureiras disse que era prima do cunhado da dona. Para instituições que trabalham com migrantes, esse tipo de fala tenta mascarar a exploração do trabalho dentro das oficinas. Para os funcionários do Centro Comunitário Marcelina Meneses, no entanto, a concepção de família andina é diferente da ocidental e tem um sentido mais comunitário, que extrapola o núcleo familiar estrito. Para eles, a dona de oficina que citamos “realmente” compreende mesmo os seus parentes mais distantes como parte da sua família, dentro da visão familiar andina comunitária.

9 Os ônibus regularizados chegam na rodoviária da Barra Funda; durante alguns anos, era possível prever a chegada de um ônibus da Bolívia pela fila de bolivianos esperando na plataforma, muitos deles donos de oficina indo buscar

algun parente ou conhecido que já estava em São Paulo ou Buenos Aires, dono de oficina ou não. Apenas Marta e Christian, que moravam em Santa Cruz, tiveram que buscar o contato de alguém que pudesse “trazê-los”. Muitos também relatam que havia anúncios de emprego como costureiros no Brasil e na Argentina em El Alto e La Paz. Caminhando por El Alto, em 2017, encontramos um anúncio em um painel de uma agência de empregos que oferecia trabalho de costura em Buenos Aires.

Às vezes, os futuros patrões já estão na Bolívia e fazem a viagem junto com os costureiros. A passagem pode ser financiada pelo próprio migrante ou pelo dono da oficina onde ele vai trabalhar; nesse caso, esse dinheiro será descontado dos seus primeiros pagamentos. Em geral, quem chega ainda não sabe costurar e passa um período inicial (bastante variável) como aprendiz e/ou ajudante, até aprender a costurar com rapidez.

São essas as condições de trabalho que passam a ser compreendidas como “trabalho análogo ao de escravo”, a partir do código penal brasileiro e de normativas internacionais de defesa dos direitos trabalhistas. O artigo 149 do Código Penal Brasileiro é importante porque determina as características que qualificam o trabalho como análogo ao de escravo. São algumas delas: submissão a trabalhos forçados; jornada exaustiva; condições degradantes de trabalho; e restrição da locomoção em razão de dívida. Tal conceito é baseado em normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁰. Existem ainda outros dispositivos legais que, junto com o artigo 149, dão suporte à ação do Ministério do Trabalho contra empresas que empregam trabalhadores nessas condições.

O trabalho de migrantes bolivianos nas oficinas de costura se enquadra na definição do Código Penal, por causa da falta de contratos legais, das longas jornadas de trabalho, das condições de insalubridade das oficinas, da moradia no local de trabalho e dos casos de confinamento e retenção de documentos. Quando uma oficina irregular é identificada pelos fiscais do trabalho, os costureiros são “resgatados”, ou seja, retirados da oficina e indenizados em até R\$2000, dependendo do tempo de trabalho. A responsabilidade é atribuída à marca para a qual a oficina costurava, que é obrigada a assinar o Termo de Ajuste de Conduta e realizar ações diversas de

parentes e novos funcionários. Pegar o metrô costuma ser uma das primeiras experiências em São Paulo que os costureiros relatam.

10 Em 2017, foi promulgada uma portaria que altera os critérios para: submissão a trabalho sob ameaça de punição; restrição de transporte para reter trabalhador em razão de dívida; uso de segurança armada para reter trabalhador em razão de dívida; e retenção da documentação. A mudança foi pressionada pela bancada ruralista e entidades que representam auditores fiscais do trabalho, juízes e procuradores criticaram a medida, pois restringe os casos que podem ser caracterizados pela lei e a ação dos fiscais do trabalho, já que também altera as condições para que o fiscal registre a infração, bem como a divulgação da “lista suja” de empresas que se utilizam dessa forma de trabalho. Fonte: “Os debates em torno das mudanças na lei do trabalho escravo”, Revista Exame, disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-debates-em-torno-das-mudancas-na-lei-do-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 10/10/2018.

reparação (para uma análise do caso Zara, cf. CÔRTEZ, 2013).

Organizações da sociedade civil envolvidas com a questão migratória e, especialmente, com a comunidade boliviana residente em São Paulo também atuam junto ao Ministério do Trabalho no combate ao “trabalho análogo ao de escravo”. O CAMI muitas vezes acompanha os “resgates” de costureiros, atuando como mediador entre os migrantes, a oficina e o Estado. Além disso, promove diversas campanhas pelo “trabalho digno” e participa de conselhos públicos pela erradicação do trabalho análogo ao de escravo.

Ariel Lieutier foi Subsecretário de Trabalho, Emprego e Formação Profissional do Governo da cidade de Buenos Aires entre 2006 e 2007. A atuação sobre a questão das oficinas de costura como “trabalho análogo ao de escravo” ganhou força após o incêndio de uma oficina na rua Luis Viale¹¹, no bairro de Caballito, onde morreram cinco bolivianos, quatro deles menores de idade. Logo depois Lieutier assumiu o posto de Subsecretário e montou uma equipe de fiscalização e atuação sobre as denúncias que recebiam. Segundo Lieutier (2010), embora as oficinas fossem enquadradas como contrárias à lei trabalhista no país, não existe na legislação argentina uma definição de “trabalho análogo ao de escravo”. Através de normas internacionais, ele chega a uma definição própria para o caso da costura:

Entonces podríamos definir el trabajo esclavo como una forma de organización de la producción, realizada de manera oculta de toda regularización estatal y control sindical, cuyo fin es intensificar al máximo posible la apropiación del valor generado por el trabajador, imponiendo para ello condiciones de trabajo tales que implican la violación flagrante de las normas y avasallamiento de los derechos elementales de los trabajadores, forma de organización de la producción que es posible realizar dada la extrema vulnerabilidad social en la que se encuentran los trabajadores que son sometidos a este régimen. (LIEUTIER, 2010, p. 23)

Como assinala Lieutier (2010), em Buenos Aires, também é fundamental a atuação da ONG Fundação Alameda, formada a partir de uma assembleia de bairro organizada em 2001¹². A Alameda sempre atuou em parceria com os fiscais do trabalho, encaminhando denúncias que recebiam, apoiando ações de fiscalização e clausura de oficinas irregulares e oferecendo apoio aos migrantes

11 O episódio é conhecido como “incêndio de Luis Viale” e até hoje é um marco da história dos bolivianos na indústria de vestuário de Buenos Aires. Atualmente, movimentos sociais e coletivos de migrantes, entre eles o Colectivo Simbiosis Cultural, reivindicam o julgamento de dois dos responsáveis pela oficina incendiada (outros dois já foram julgados e presos) e a memorialização do local do incêndio, inspirados pelos movimentos de formação dos Sítios de Memória e Direitos Humanos nos antigos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura do período militar. Cf. ESTRADA VÁZQUEZ, 2010.

12 Durante a crise econômica argentina do final dos anos 1990 e começo de 2000, houve um movimento importante de auto-organização a partir dos bairros, a partir das assembleias de vizinhos. As assembleias, em conjunto com os Movimentos de Trabalhadores Desempregados locais, fomentaram a formação de restaurantes comunitários, cooperativas, hortas, escolas populares e outras iniciativas comunitárias para suprir a demanda por emprego e serviços. A Fundação Alameda nasce da Assembleia 20 de Diciembre (em homenagem ao conturbado dia 20 de dezembro de 2001), do bairro Parque Avellaneda, onde está até hoje a sede da ONG. Cf. GAGO, 2014, pp. 168-169 e LIEUTIER, 2010, pp. 52-55.

“resgatados”. Também foram um importante promotor de campanhas e da publicização da questão do trabalho migrante na costura.

Por sua vez, o coletivo argentino Simbiosis Cultural, organizado por jovens costureiros bolivianos, recusa o conceito de “trabalho escravo” porque se traduz, para eles, em uma vitimização dos costureiros. Nessa visão, o boliviano migrante tem capacidade de decisão, embora esta seja limitada pelas dificuldades que enfrenta tanto na Bolívia quanto na Argentina, onde o fato de ser imigrante torna o boliviano mais desprotegido – fato do qual donos de oficina e de marcas¹³ se aproveitam para criar condições de “maior exploração”. Assim, o coletivo sustenta o debate sobre exploração do trabalho e vulnerabilidade do migrante, mas tratando de evitar termos como “escravo” que coloquem o boliviano como uma vítima sem capacidade de ação.

A definição de “trabalho análogo ao de escravo” proposta por essas diferentes figuras não explica o que há em comum entre a situação dos trabalhadores têxteis com as pessoas escravizadas durante os processos de colonização na África e na América, que podiam ser vendidas e trocadas como outras mercadorias. A relação acontece, nesse caso, entre proprietário e propriedade, em que esta última é obrigada a cumprir os desígnios de seu dono sob ameaça de castigos, torturas e eventualmente morte, tudo isso amparado pelos dispositivos legais da época. Assim, o tema da escravidão é reduzido às condições de trabalho, pouco ou nenhum pagamento e falta de direitos laborais. Em parte, assim se explica a ideia de “análogo ao de escravo”; porém essa analogia ainda insiste em equiparar uma relação de propriedade com uma relação de assalariamento que é livre, ainda que contraditoriamente. Mesmo que o dono exerça formas de coerção e constrangimento sobre os costureiros que emprega, essa relação não se equipara – nem ao nível da analogia – com a relação entre uma pessoa escravizada e o seu proprietário. Isso não significa relevar o caráter violento das relações e condições de trabalho experimentadas pelos bolivianos dentro das oficinas de costura.

Para lidar com essa questão, nos ajuda ainda pensar na diferença entre o dono da oficina e o costureiro¹⁴. Em primeiro lugar, quem é esse dono? Em geral, é um boliviano que está há mais

13 As “marcas” às vezes aparecem como uma instituição difusa, porque pode significar coisas muito diferentes. Chama-se de marca a empresa cujo nome aparece na etiqueta da peça costurada. A marca pode ter lojas próprias para vender suas roupas ou vender a uma loja que fará a revenda para o cliente final. A marca, dependendo do seu tamanho, pode ser uma empresa com um dono ou ter vários acionistas. No entanto, essa configuração não parece interferir nas formas de trabalho adotadas dentro das oficinas.

14 Uma das coisas que mais me chamou atenção no trabalho de campo em Buenos Aires é a cisão de classe entre costureiros e donos de oficina; havia um antagonismo muito marcado entre os donos e os costureiros. O livro de Juan Estrada Vázquez (2010) também expressa essa cisão. Eu não saberia dizer se, em Buenos Aires, os donos de fato enriqueceram muito mais do que os costureiros, ou se essa diferenciação importante é reforçada a partir da militância organizada dos costureiros. Ou, ainda, se essa cisão também existe em São Paulo mas ficou apagada diante das minhas estratégias de trabalho de campo.

tempo no Brasil. Ele precisa conseguir comprar as máquinas, alugar e mobiliar um imóvel, contratar costureiros e garantir que cheguem encomendas à sua oficina. Também é importante considerar que a maioria das oficinas é de propriedade de um casal. Mais adiante, discutiremos como um migrante boliviano consegue se tornar dono de oficina e a relação entre o casamento dos donos e a montagem da oficina.

O dono, ao aceitar um pedido, recebe um preço por peça do qual apenas uma parte é repassada ao costureiro. A outra parte é usada para pagar o aluguel, a comida, as contas de casa e também o seu próprio trabalho como gestor da oficina e, muitas vezes, também como costureiro. Vale lembrar que a propriedade da oficina costuma ser de um casal, homem e mulher¹⁵, que divide as tarefas entre si. Segundo dados do CAMI¹⁶, os donos costumam ser mais velhos e estar há mais tempo no Brasil. De acordo com a pesquisa de Veiga e Galhera (2016), as costureiras recebiam de R\$600 a 800 e as donas de oficina cerca de R\$2000. Em nosso trabalho de campo, vimos costureiros ganhando até R\$1200, R\$1400, o que talvez implique em um ganho maior também para os donos dessas oficinas.

Nicholas foi nosso aluno no Belenzinho em 2016. Também frequentavam o curso sua irmã Sandra com o filho, Johnny. Nicholas é formado em engenharia eletrônica e trabalhava dando aulas em um instituto privado em La Paz. Veio para São Paulo em 2016, a princípio, para “conhecer o negócio dos irmãos”: além de Sandra, seu irmão mais velho Julio também é dono de oficina, onde há anos trabalha o pai deles. María, a mãe, já morou em São Paulo e trabalhou em costura, mas voltou a El Alto e pretende continuar morando lá. Quando conversamos, Nicholas afirmava já ter entendido “como era” a costura e queria se inserir em São Paulo como trabalhador complexo – se empregando como engenheiro ou fazendo um mestrado – embora ainda estivesse trabalhando como costureiro na oficina da irmã. Acreditamos que Nicholas pode ter considerado tornar-se dono de oficina como os irmãos, mas que a queda nos preços e na quantidade de trabalho a partir de 2014, aproximadamente (a chamada “crise da costura”), pode ter contribuído para seu outro plano. Para ele, ser dono de oficina já não compensa mais.

Clara: A Sandra também me falou que agora está ganhando muito pouco na costura, né, que está muito baixo.

Nicholas: Ahora sí, os donos de costura estão ganhando quase como o costureiro. O costureiro ganha R\$1000, en promedio, otros ganan menos, otros más, los más

15 Em conversa com a pesquisadora María José Magliano, da Universidad Nacional de Córdoba (UNC), ela nos questionou se a propriedade é de fato do casal ou se é apenas do homem. Para ela, a pista para essa pergunta é entender quem é responsável pelas tomadas de decisão.

16 O CAMI tem um projeto de visitas de agentes comunitários a oficinas de costura. Nessas visitas, os agentes realizam questionários com os donos e pelo menos um dos costureiros (considerando o comentário de Magliano, a maioria dos questionários com donos foram respondidos por homens, e pelas mulheres apenas quando estes estavam ausentes). Em 2014, tivemos a oportunidade de tabular uma parte desses questionários.

capos ya más. Os donos estão ganando mil... Tienen que pagar el aluguel, alimentación, luz, água, internet, los hilos, todo. Sólo que sus hijos tienen libertad. Libertad de... Por ejemplo, los hijos de los costureros están encerrados en el cuarto, no pueden moverse... Mientras que los hijos de los dueños pueden moverse por todo el lugar, pueden salir. Es la única ventaja que veo, porque está ganando casi lo mismo.

Para Gloria, militante da Fundação Alameda, quem ganha na costura são a marca e o dono da oficina¹⁷.

Clara: Quién es el que gana con el trabajo mal pago de los talleres?

Gloria: La marca. El primero que gana es la marca y el segundo que gana es el dueño del taller. Son los dos los beneficiarios.

Clara: Los dueños de los talleres ganan bien?

Gloria: Claro, porque nadie va a abrir un taller para no ganar, porque vos invertís en tiempo, en las máquinas, en conseguir casa, tener que pagar alquiler alto, todos los servicios, y si no ganaras no había porque tener un taller. Porque un taller cuando lo abren marido y mujer, ellos viven de eso. Muchos de ellos si les va bien incluso tienen a los hijos en colegios privados, tratan de dar la mejor educación, mientras alrededor de ellos los hijos de los trabajadores van a la escuela pública, al fin de año no pagan a los trabajadores lo que prometieron, o sea, hay mucha desigualdad y mucha diferencia entre los dos, tanto la marca y el dueño del taller.

Pela fala de Nicholas, podemos nos perguntar se hoje em dia o dono realmente ganha tanto. Da mesma forma, teríamos que olhar para os balanços comerciais das marcas para saber se a exploração do trabalho boliviano na costura tem gerado lucros ou se são empresas que, como muitas, se mantêm através de dívidas.

Assim, o problema do trabalho análogo ao de escravo, tanto nos termos dos dispositivos legais quanto das organizações empenhadas em combatê-lo, passa pela ideia de que os trabalhadores são altamente explorados, são controlados pelos seus empregadores e experimentam condições degradantes de trabalho e de vida. Os bolivianos nem sempre se identificam com essas

17 Estrada Vázquez considerou a questão da seguinte maneira: "F [fabricante; o cliente da oficina] le da a T [tallerista; dono da oficina] 1.000 prendas a 3\$ cada una. T se las reparte a sus 10 C [costureiro] a 100 prendas cada uno. Se las da a 1\$ por prenda (supuestamente 1\$ de ganancia del T, otro para pagar comida, alquiler, etc. y así queda el restante para C). Esto sería 100\$ cuando termine el corte. Para hacerlos con números redondos supongamos que cada C hace 1.000 prendas por mes. Esto haría de que a fin de mes C ganara 1.000\$ y T 2000\$, claro que tiene que pagar el alquiler y todo. Pero T gana 2.000\$ por cada C que tiene, eso quiere decir que a fin de mes T gana 20.000\$, sacando 5.000\$ en alquiler (es una exageración) y 3.000\$ por la comida, le queda un total de 12.000\$ a fin de mes, en contra los 1.000 pesos que se gana el C. Esto ya parece una injusticia, pero hay algo más terrible todavía. Por cada prenda que F le da a T a 3\$, él la vende a 100\$, lo que le da una ganancia de 97\$ por prenda. Habíamos dicho que este T le garantiza 10.000 prendas por mes, eso sería, 970.000\$, claro que tiene que comprar la tela, mandarla a cortar, etc., supongamos que le signifiquen 20.000\$ lo que le daría un total de ganancia de 950.000\$ solamente por ese taller. 950.000\$ para F cuando C gana solamente 1.000\$ con suerte. Aquí podemos agregar unos cuantos personajes más, desde los ayudantes que llegan a ganar 300\$ por mes hasta las autoridades, ya sean policías o de los organismos de control que también sacan una buena tajada sin trabajar ni una sola hora, mientras que C, el ayudante y la cocinera lo hacen por más de 14hs. diarias" (ESTRADA VÁZQUEZ, 2010, pp. 32-33).

definições e reivindicam que não tem as suas vidas absolutamente controladas pelos donos das oficinas; tampouco se sentem altamente explorados já que, para eles, o trabalho na costura em São Paulo aparece como uma alternativa viável de inserção no país ou de acúmulo rápido de dinheiro que permite realizar outros planos na Bolívia. Ao longo de 2014, pudemos presenciar duas vezes os costureiros em debate com representantes do CAMI sobre a questão do trabalho análogo ao de escravo. Uma delas foi durante as aulas de português, quando se fez uma exposição em sala sobre o que era “trabalho análogo ao de escravo” e como denunciá-lo. A outra foi durante a roda de conversa de preparação para o Seminário Mulher Imigrante.

De modo geral, os costureiros diferenciam duas situações. Por um lado, há migrantes que recebem informações enganosas sobre o trabalho, o pagamento e a jornada diária. Também podem se deparar com situações em que os donos não pagam o que foi acordado, além de formas de violência e confinamento. Estes costumam ser os migrantes de áreas rurais, que muitas vezes não falam espanhol e vivem um estranhamento maior em relação à cidade e à migração. Por outro, há migrantes que conhecem as condições de salário e de emprego e, ainda assim, escolhem este trabalho. Para eles, apenas a primeira situação pode ser considerada análoga à escravidão.

Defesa parecida fez uma boliviana durante a roda de conversa sobre sua pequena oficina familiar. Ela afirmou que não contrata outros costureiros e que, por se tratar de um negócio particular, seu trabalho não pode ser considerado “escravo” mesmo que exceda as oito horas diárias. Assegura que tem garantido seu direito pessoal de escolha sobre o próprio trabalho. Essas falas mostram que os costureiros tem interpretações próprias sobre as suas condições e formas de trabalho que não são “falta de esclarecimento” ou desconhecimento sobre a própria exploração, mas que consideram um campo mais amplo do que a questão das jornadas e da remuneração.

O que fica oculto nessas falas, no entanto, é que a possibilidade de negociar horários de trabalho com o patrão nem sempre é tão flexível, já que este também precisa cumprir prazos; que a pressão dos prazos incide mesmo sobre o trabalho familiar em que “não há patrão”; e que se não trabalham, não ganham; e que muitas vezes para chegar ao dinheiro que se pretende juntar ou enviar à Bolívia, são necessárias muitas horas de trabalho. Os costureiros reivindicam positivamente a sua liberdade ao se sentirem subjetivamente anulados diante da sua definição como vítimas e escravizados; mas na mesma medida em que se reivindicam como sujeitos, apagam a condição de sujeitados – ao trabalho como forma de reprodução – que experimentam diariamente.

Algumas formulações nesse sentido acabam aparecendo quando o que se discute é o preço pago por peça. O que afirmaram os costureiros nas conversas que tivemos é que sempre há quem trabalhe por um preço mais baixo, por isso é difícil exigir das empresas que paguem valores mais altos por peça. Gabriela e Jérica mencionaram nas entrevistas que, quando uma oficina aceita fazer

uma peça por um preço baixo, ela rebaixa o preço para todos. Aqui, a única margem possível é recusar trabalhos que paguem muito pouco, como Selma, que foi nossa aluna no CAMI em 2014. Ela contou que tinha negado um pedido de costura para uma camisa igual à que eu vestia, dizendo que queriam pagar R\$2,50 pela peça, mas que esse preço não valia a pena, porque tinha muitos detalhes. Também aqui caberia a pergunta se é possível a cada produtor individual – considerando os donos de oficina – negociar com as empresas os preços das peças.

Como preparação para a primeira roda de conversa, em 2015, participamos de uma reunião com uma funcionária do CAMI e Vilma, locutora de rádio¹⁸ e costureira. Ela afirmou vários dos mesmos pontos dos outros bolivianos: defende que o que fazem não é trabalho escravo porque é por vontade daquele que trabalha, e que tem direito de trabalhar muito se quer ganhar muito para poder voltar logo à Bolívia. Vilma contou, inclusive, casos de imigrantes que deixaram a costura por um trabalho regularizado em empresa e acabaram voltando para a costura, porque aí ganhavam mais, além de não gastar com comida e aluguel. Para ela, é por isso que muitos não se regularizam, para poder trabalhar mais horas e aumentar a remuneração. Então, a irregularidade da forma de trabalho fica entre esse duplo da “vontade” dos costureiros e da possibilidade que esse trabalho oferece de alto ganho, mas que existe apenas porque se dá nos termos das longas jornadas, da remuneração por produtividade e da precarização das condições de vida decorrente da moradia e alimentação nas oficinas. Vilma também relatou o caso de uma oficina de costura que tentou se regularizar mas esbarrou em uma condição: a legislação exige que os locais de trabalho e moradia sejam separados, o que o dono da oficina declarou não ser possível. Nenhum dos costureiros quer se responsabilizar pelo próprio aluguel, ao mesmo tempo em que ter dois imóveis inviabilizaria o negócio.

A mesma questão que aparece no trabalho de campo – o “trabalho análogo ao de escravo” e a “vontade dos costureiros” – foi formulada teoricamente nas pesquisas sobre migração boliviana para São Paulo. Muitos estão de acordo com a definição jurídica e entendem o trabalho boliviano nas oficinas de costura a partir desse conceito (CYMBALISTA E XAVIER, 2007; SILVA, 2008; ETZEL, 2017), criticando a “superexploração” dos bolivianos no setor. Outros se posicionaram a partir do conceito de agência, a capacidade de um agente de avaliar a sua situação e fazer escolhas conscientes (FREITAS, 2014). Nesse caso, concordam com os costureiros que o seu trabalho é uma condição sobre a qual puderam elaborar uma avaliação consciente e tomar uma decisão informada sobre manter-se ou não nesse tipo de emprego.

Bruno Miranda (2017) considerou a questão ainda de um outro ponto de vista. Para o autor, o processo migratório de bolivianos não teria se mantido ao longo de quase três décadas se fosse

18 Existem em São Paulo diversas rádios comunitárias bolivianas, que podem ser acessadas pela Internet. Elas tocam músicas tradicionais e falam sobre temas relevantes para a comunidade boliviana na cidade. Entre as mais conhecidas, podemos citar as rádios Trianon e Infinita.

baseado somente na premissa da coerção e da submissão dos costureiros. Assim, ele identifica formas de consentimento e não-consentimento dentro das relações de trabalho das oficinas de costura. Dependendo dos mecanismos de coerção empregados, o trabalho poderá ser livre ou não livre. Portanto, dentro dos acordos de trabalho, há condições que o costureiro aceita, como as jornadas, a remuneração, a moradia na oficina, e outras que o costureiro não aceita, como a cobrança de dívidas indevidas, a proibição de sair da oficina, o não-pagamento. A fala dos costureiros na roda de conversa expressa uma interpretação similar, no sentido de que eles mesmos identificam as condições que são permitidas e aquelas que não são. Para Miranda (2017) as relações de trabalho dentro da oficina se constituem como uma relação assalariada com componentes não-livres. O autor ressalta, ainda, os momentos em que o costureiro tem espaço de decisão, por exemplo se entra ou não para trabalhar em uma determinada oficina, e inclusive se migra ou não. Nessa perspectiva, o migrante não é nem um agente absoluto nem um escravizado, mas alguém que se move entre formas de consentimento e formas de coerção de acordo com os seus interesses e a imposição dos patrões.

A partir daqui, simplificamos a nossa argumentação afirmando que, em linhas gerais, as concepções de “trabalho análogo ao de escravo” e exploração do trabalho na costura se referem à mesma questão e entendem de forma similar as condições laborais das oficinas.

É importante fazer um breve desvio para compreender de onde vem as falas dos costureiros de que querem ganhar o máximo possível de dinheiro no mínimo de tempo. O objetivo inicial da maioria dos costureiros, ao contrário de outros processos migratórios, é concebido a princípio como temporário: vir para São Paulo trabalhar por algum tempo para juntar dinheiro, voltar à Bolívia e lá comprar uma casa, abrir um negócio, saldar uma dívida ou pagar os estudos universitários, muitas vezes deixados pela metade. Esse projeto só é formulado diante das próprias características do trabalho na costura, que permite um ganho maior na alta temporada e os costureiros não pagam aluguel nem comida, gastando o mínimo necessário. Assim, a possibilidade de um emprego informal, sem vínculos e que ainda exime o migrante de se responsabilizar financeira e burocraticamente por um imóvel – questão realmente séria para os estrangeiros – é o que permite a formulação desses projetos migratórios temporários.

É nessa medida em que o dinheiro oferecido pelo Ministério do Trabalho a costureiros “resgatados” de oficinas clausuradas pela fiscalização não é suficiente: não cobre os gastos que o migrante teria para alugar uma casa e se manter até conseguir um emprego que pague a sua vida e da sua família se for o caso. Além do costureiro receber pouco apoio nesses dois aspectos, a estratégia de compensar o costureiro pelo trabalho análogo ao de escravo realizado parece estar completamente cindida do projeto migratório que ele tenta realizar em São Paulo. Assim, não é de

surpreender que, como relatou uma funcionária do CAMI, os costureiros resgatados logo sejam encontrados em outra oficina de costura.

Se os costureiros conseguem ou não juntar dinheiro e realizar o que pretendiam na Bolívia é uma pergunta ainda a ser investigada. Denise planejava ficar por dois anos em São Paulo, retornar e retomar os estudos universitários. Quando a encontramos em La Paz, em 2017, ela estudava direito. De fato, Denise retornou após dois anos, mas outros fatores – que discutiremos adiante – fizeram parte desta decisão. Aqui, é importante indicar que os projetos migratórios vão se modificando após a chegada em São Paulo e podem tomar outros caminhos, como a permanência no Brasil, uma nova migração ou um retorno que não se realiza nos termos esperados. As condições que levam a uma ou outra decisão também merecem novas investigações¹⁹.

Outras vezes, o projeto migratório inicial – juntar dinheiro e retornar – se transforma, depois da chegada em São Paulo, em permanência, o que depende das experiências vividas pelos costureiros e dos objetivos que eles se propõem. Uma possibilidade é tornar-se dono de oficina e, assim, ficar no Brasil. Hoje, com a “crise da costura”, mesmo aqueles que se estabeleceram como donos pensam em retornar à Bolívia.

Outra possibilidade é empregar-se fora da costura, sair da oficina e alugar um imóvel próprio. Isso pode ser mais viável para filhos de donos de oficina que tiveram a oportunidade de estudar nas escolas públicas brasileiras e acessar escolas técnicas ou a universidade. A ONG *Sí, yo puedo*, fundada por duas irmãs filhas de donos de oficina, tenta facilitar o acesso de imigrantes a oportunidades fora da costura, ajudando com informações sobre vagas, processos seletivos e elaboração de currículos, além de oferecer aulas de português e um cursinho popular voltado para as provas de ingresso das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Selma trabalhou de cozinheira quando chegou a São Paulo, tornou-se costureira e, depois, dona de oficina junto com o marido. Quando fazia o nosso curso, pegava alguns trabalhos da oficina do seu irmão e fazia alguns bicos cozinhando e lavando roupa. Ela não queria ter oficina ou trabalhar como costureira porque tinha medo que as filhas – de 10 e 12 anos de idade – fossem assediadas por um costureiro. Assim, seu sonho era fazer um curso técnico de confeitaria e poder

19 A decisão de retorno também pode ser relacionada à própria expansão do processo migratório, porque aumenta a concorrência e, assim, dificulta a realização de trajetórias ascendentes em São Paulo. Entre os migrantes que conhecemos que retornaram, todos indicaram que foram por questões pessoais e familiares. Marta e Christian decidiram voltar para Santa Cruz porque ela engravidou e eles não queriam criar a filha dentro da oficina de costura; María, mãe de Nicholas e Sandra, retornou a El Alto porque, por ser idosa, já não podia ajudar com a oficina de costura e não queria a família dissesse que ela ficava em casa o dia inteiro sem fazer nada. Nessas falas, a impossibilidade de se realizar em São Paulo – seja como dono, seja fora da oficina – fica obscurecida como um possível motivo para o desejo de retorno, além da “crise da costura” e da concorrência interna ao setor. No caso de Marta e Christian, podemos ainda nos perguntar se decidiram pelo retorno porque não puderam se estabelecer em São Paulo; se não quiseram ser donos de oficina ou não encontraram caminhos para sê-lo.

trabalhar com isso; ela tinha vontade de voltar à Bolívia porque mesmo depois de 14 anos se sentia estrangeira em São Paulo, mas tinha decidido ficar porque acreditava que as filhas teriam mais oportunidade no Brasil do que na Bolívia.

Entre nossas alunas do Brás, também tinham aquelas que trabalhavam como vendedoras em *boxes* dentro de galerias comerciais, como Brenda e Mirian, que também foi nossa aluna no Brás em 2015. Ela nasceu na cidade de Copacabana, à beira do Lago Titicaca, e migrou para El Alto antes de se mudar para São Paulo. Ela trabalhou primeiro como costureira e conseguiu sair para morar com a irmã e o sobrinho, trabalhando como vendedora. Quando ela fazia o curso de português, saiu do emprego onde estava porque o patrão não queria liberá-la a tempo de chegar na aula; por isso, ela mudou de trabalho para ser vendedora em outro *box*, em uma galeria no Largo da Concórdia, no Brás, onde cheguei a visitá-la uma vez. Tornar-se vendedor(a) de roupas também é um caminho para sair da costura e, no caso da Mirian, sair da oficina. Ela morava com a irmã e a sobrinha em um apartamento alugado no Tucuruvi; dizia que assim ganhava menos e não podia mais enviar dinheiro à mãe, mas preferia a nova situação a continuar vivendo e trabalhando dentro da oficina.

Esse projeto migratório nos interessa agora porque ajuda a pensar porque os bolivianos argumentam a favor da sua vontade de trabalhar muitas horas e porque aceitam as condições de trabalho que são consideradas “análogas à escravidão”. Quando esse projeto muda para a permanência no Brasil como costureiros, o trabalho na costura pode também adquirir novos significados, como a condição para juntar dinheiro para abrir a própria oficina, ou continuar morando no Brasil para que os filhos tenham acesso à universidade aqui. Mesmo nesses casos, continua sendo de maior interesse do costureiro trabalhar mais para ganhar mais.

Seguindo essa pista, podemos nos perguntar porque os bolivianos querem juntar esse dinheiro. Os tipos de projetos que querem realizar na Bolívia – negócios, imóveis, estudos superiores – remetem a estabilidade e acumulação, e até certa ascensão social. No caso daqueles que permanecem, esses valores se recolocam mas também estão presentes, pela ideia de dar melhores oportunidades aos filhos ou para si mesmos. Vale marcar que esses desejos são próprios dos sujeitos sujeitados às formas de sociabilidade de uma sociedade capitalista, regida pelo trabalho e pelo dinheiro – e é apenas através deles que esses projetos podem se realizar ou mesmo ser concebidos. Nesse sentido, não são os desejos de uma sociedade tradicional ou arcaica, mas são próprios da modernidade. Não se trata de migrantes miseráveis que fogem da pobreza na Bolívia em busca de subsistência, mas de trabalhadores de periferias urbanas²⁰ que encontram na costura uma

20 Quando falamos de população das periferias urbanas, nos referimos sobretudo aos nossos alunos do CAMI. No trabalho de campo com o PSF, ficou evidente para nós como há uma grande população de origem rural que, muitas vezes, fala quechua ou aymara, mas não espanhol (ou português). Essa população fica mais exposta a situações de

alternativa viável para realizar projetos que caracterizam a sua própria classe: a estabilidade através de um imóvel ou negócio, a ascensão através da universidade. Vale lembrar ainda que muitos dos migrantes que conhecemos tinham começado os estudos superiores²¹.

Mesmo diante das contestações dos costureiros, instituições como o CAMI e o Ministério do Trabalho não abandonam a categoria de trabalho ao análogo ao de escravo, criticando-o como um trabalho que não é decente nem digno. Para elas, o problema do trabalho imigrante se resolveria com a regularização e o cumprimento das leis trabalhistas. Como indicamos, essa defesa não acessa problemas como onde os costureiros morariam, se não ganham o suficiente para pagar o aluguel, ou como eles realizariam os projetos de acumulação imaginados.

Assim, a atuação das instituições de combate ao “trabalho análogo ao de escravo” e o posicionamento dos costureiros diante do seu próprio projeto migratório nos colocam diante do problema da liberdade do trabalhador. Como compreender as falas dos costureiros de que “são livres para trabalhar quantas horas quiserem”?

Jean-Paul Gaudemar (1977), economista francês, fez um estudo aprofundado sobre o conceito de força de trabalho de Marx (1983). Para Gaudemar (1977), o trabalhador é formado historicamente enquanto tal quando é obrigado a deixar a terra e se reproduzir através do trabalho: vender horas do seu dia em troca de mercadorias. Quando é expulso da terra, aquele que se torna trabalhador passa a ter como única propriedade a sua força de trabalho, que ele será obrigado a vender para se reproduzir; porém, será livre para vendê-la a quem quiser. A essa característica fundamental do trabalhador Gaudemar (1977) chama de dupla liberdade: livre dos meios de produção, livre para vender sua força de trabalho.

Retomemos o argumento. Para responder ao papel de mercadoria particular que lhe é atribuído, a força de trabalho deve ser livre sob dois pontos de vista. Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como ator da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. A 'liberdade de trabalho' encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de o vender. (...) vê-se desenharem-se como formas contingentes desta 'liberdade' de compra-venda da força de trabalho as formas de uma *mobilidade* capitalista do trabalho.

confinamento, engano e outras formas de violência. Podemos nos perguntar quais são as motivações e desejos dessa população e como se diferenciam dos migrantes de origem rural; mas sustentamos, a nível de hipótese, que também aqui trata-se de projetos temporários de migração.

21 O perfil do migrante boliviano, no entanto, é de níveis educativos mais baixos. Segundo dados de Pucci (2016), a partir do Censo de 2010, entre os bolivianos residentes no município de São Paulo, 42% não tinham educação formal, 23% tinham concluído o ensino fundamental, 28% tinham concluído o ensino médio e 6% tinham concluído o ensino superior. Atribuímos o dado do nosso trabalho de campo, em parte, às aulas de português, que podem ter atraído um público mais específico – de origem urbana, como comentamos, e talvez mais escolarizados.

(GAUDEMAR, 1977, pp. 189-190)

Assim, podemos voltar à fala de que “o costureiro é livre para trabalhar quantas horas quiser” também como uma afirmação de uma classe trabalhadora urbana que se reproduz se reafirmando como tal. Nessa afirmação se expressa a liberdade contraditória do costureiro: ele é livre para vender sua força de trabalho como e quanto quiser, mas obrigado a vendê-la, e por muitas horas, para realizar seus projetos na Bolívia – projetos próprios da mesma sociedade que o transformou em trabalhador. O costureiro é, assim, incapaz de escolher trabalhar menos horas e ainda ganhar o mesmo dinheiro.

Seguindo a afirmação de Gabriela, para isso seria necessário que os costureiros e donos de oficina reivindicassem maiores preços por peça. Por que, então, os preços praticados pela costura são tão baixos? Antes, vale considerar que as oficinas de costura podem pagar valores por peça diferentes aos seus costureiros, o que também reconfigura percepções subjetivas de exploração, como vimos nos relatos de José e Marta. Segundo Marx (1983), cada mercadoria leva uma certa quantidade de tempo para ser produzida, portanto contém certa quantidade de trabalho objetificado. A soma das várias forças de trabalho iguais que produzem mercadorias iguais forma uma força de trabalho socialmente média que determina também um tempo de trabalho socialmente médio para a produção de uma certa mercadoria, a que Marx chamou tempo de trabalho socialmente necessário²². Assim, o preço pago ao costureiro por cada mercadoria produzida – cada peça de roupa – corresponde a uma média social que não se determina individualmente. Embora essa média não se explicita, ela está na cabeça de quem costura, quando aceita ou quando recusa os pedidos: Jérica, ao falar sobre a sua alta produtividade de 3.000 peças por dia, recupera o problema do tempo médio de produção – no seu caso, ela ganhava porque conseguia ser muito mais rápida. Ela também chega ao problema da média dos preços.

Clara: Mais isso [3.000 camisetas por dia] é a média ou é mais que o normal?

Jérica: É mais. Eu gané desse jeito. Mas hoje em dia você não consegue mais. Eu posso fazer, mas no hay trabalho como antes.

Clara: Não tem mais 3.000 peças para fazer por dia?

Jérica: Não. Eu faço rápido pero não tem esse trabalho hoje. E não gana a mesma coisa, porque hoje baixou muito, porque nós pedimos mais mas tem outro boliviano que baixa o preço dele, e fala o dono “se você não faz, eu não preciso de você, eu tenho outro que dá menos e trabalha igual que você”. Só eso falam, o sea,

22 “O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. (...) Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média. (...) Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1983, p. 48).

eu falo, se nós sermos todos unidos e tem só um preço para fazer, todo seria muito melhor. Pero hay gente que baixa o preço deles, nos baixa a todos. Que já não valoram o que eles fazem, fazem só para ganhar dinheiro porque a crisis está muito grande.

Por outro lado, os mecanismos pelos quais são estabelecidos os preços das peças pagos aos costureiros e cobrados nas lojas são fantasmagóricos. O argumento de Marx (1983) apenas nos ajuda a explorar esse mistério e a dificuldade que cada dono de oficina e/ou costureiro tem de estabelecer um preço mais alto para cada peça de roupa produzida. Lieutier (2010) tentou decifrar esses números (cf. Figura 1) de uma maneira que ainda nos parece insuficiente para explicar como são eles determinados.

Figura 1: Circuito da peça confeccionada nas oficinas de costura. Fonte: LIEUTIER, 2010, p. 109.

Retomando as considerações de Bruno Miranda (2017), o jogo entre as formas de consentimento e de coerção por parte dos costureiros parece apontar para o caráter contraditório da liberdade dos trabalhadores. Partindo de Gaudemar (1977), no entanto, não caberia diferenciar formas de trabalho livre e não-livre, mas compreender as formas de coerção na costura como a contradição fundamental do trabalho. Assim, uma “relação assalariada com componentes não-livres” pode ser toda a relação de trabalho, mantida a consideração de que os bolivianos estão submetidos a formas de violência e uma forma exacerbada da sujeição ao trabalho.

O que nos interessa reter é que o capitalista individual – dono dos meios de produção – busca reduzir o tempo de produção das suas mercadorias abaixo da média social e, ao mesmo tempo, vendê-las no preço médio estabelecido. Assim, quando as suas mercadorias – camisas, por exemplo – se confrontam no mercado com outras camisas, são vendidas pelo mesmo preço, porém produzidas em menor tempo, aumentando as suas taxas de lucro. Isso constitui o fundamento da

concorrência entre os capitalistas individuais que, em cenários mais complexos, pode levar também à redução do preço das mercadorias abaixo da média. Uma das formas possíveis de fazê-lo é com o desenvolvimento dos meios de produção, com a criação de novas máquinas que acelerem o processo produtivo. Conforme os capitalistas concorrentes acessam as novas tecnologias, o tempo médio socialmente necessário vai caindo, exigindo outras inovações técnicas. Essa disputa concorrencial em torno dos tempos de produção e dos preços das mercadorias parece não encontrar nunca o seu fim, já que faz parte do próprio movimento do capital. Porém, há de ter algum limite para a redução do tempo de produção das mercadorias...

Esse caminho da média social dos preços ainda é insuficiente para explicar como se formam os preços da costura, mas vale a pena fazê-lo para considerar se há possibilidade de que os costureiros e donos de oficina façam um acordo comum para elevar os preços da costura coletivamente. O ponto a ser reforçado é que os preços da costura não dependem da vontade individual de cada boliviano envolvido nessa cadeia produtiva, mas de processos fantasmagóricos que definem esses números.

Assim, pudemos apresentar algumas características fundamentais do trabalho nas oficinas de costura: os espaços das oficinas, as jornadas de trabalho, a cobrança por produtividade, as doenças, o confinamento, as dívidas, a mobilidade entre oficinas e os arranjos de trabalho. Todos esses fatores foram compreendidos como “trabalho análogo ao de escravo” por diferentes organizações, mas o conceito é criticado pelos costureiros, que reivindicam a própria autonomia. Investigamos as concepções por trás dessas falas, chegando à liberdade contraditória dos trabalhadores. Consideramos também que as condições de trabalho nas oficinas de costura, por mais violentas que sejam, possibilitam a elaboração e a realização de um projeto migratório específico, qual seja, de trabalhar e juntar dinheiro. Por fim, tratamos de investigar ainda o problema dos baixos preços da costura através do conceito de média social de Marx. Agora, investigaremos alguns dos caminhos realizados pelos costureiros para fora das oficinas de costura, especialmente para lidar com o problema dos preços e da exploração do trabalho por parte dos donos e das marcas.

Caminhos de saída das oficinas de costura

No caso da costura, a disputa concorrencial parece ainda não ter causado grande impacto na inovação das máquinas de costura. Isso talvez nos permita puxar um fio para pensar porque as condições de trabalho na costura se constituem dessa forma. Diante dos baixos preços pagos por peça nas oficinas, os próprios costureiros buscaram formas de “cortar o intermediário”. Entre os nossos interlocutores, vimos três caminhos possíveis por dentro do setor da costura que, a princípio,

pareceriam responder aos problemas que fazem parte do trabalho análogo ao de escravo: i) “empreendedorismo”; ii) cooperativas; iii) trabalho formal.

Chamamos de “empreendedorismo” duas estratégias diferentes que não implicam na saída das oficinas mas em formas de cortar a figura do dono ou do intermediário.

A primeira delas é a venda de roupas na Feira da Madrugada, que permite ao dono da oficina vender as peças sem um intermediário fixo, porque a feira é frequentada geralmente por pessoas que revendem essas peças em suas próprias lojas, mas que não encomendaram as peças previamente. Isso apareceu sobretudo no nosso trabalho de campo do Brás, bairro onde a feira acontece, tanto nas entrevistas com os alunos quanto na conversa com as agentes de saúde que acompanhamos. Tanto Denise quanto Jéssica trabalhavam como vendedoras para as oficinas onde moravam. Assim, a venda na feira aparecia como uma forma de “pular” os distribuidores intermediários e vender as peças por um preço mais alto. Além disso, a venda independente permite uma produção fora da alta temporada, quando há menos pedidos de costura de lojas e marcas.

Outra possibilidade é cortar a figura do dono da oficina, também por dois caminhos: o empreendimento individual ou familiar. Lucía foi nossa aluna no Brás em 2015. Ela costumava chegar atrasada ou faltar nas aulas porque cursava modelagem na escola do Serviço Social da Indústria (SESI) e tinha aula aos sábados. Ela morava com a prima em um apartamento na zona norte de São Paulo e costurava sozinha, para um coreano que, segundo ela, dava prazos bastante longos e ela conseguia entregar antes sem precisar correr muito. Costurando sozinha para a loja do “coreano”, Lucía não dependia de um dono da oficina e também não contratava outros costureiros para ajudá-la. Esta estratégia também permitiu que o projeto migratório se tornasse de permanência em São Paulo.

Nos encontramos de novo em La Paz, em 2017, quando ela passava uma temporada com a família em El Alto. Ela tinha ido à Bolívia para acompanhar a irmã, ajudá-la com os sobrinhos e também para estar com os pais; como eles estão ficando mais velhos, um dos irmãos que estava com ela no Brasil decidiu voltar para cuidar deles, mas a Lucía não queria voltar a morar em seu antigo *pueblo*. Por isso estava aproveitando o tempo em El Alto para tirar a carteira de motorista; como já costurava sozinha, ela queria aprender a dirigir, comprar um carro e ter seu próprio *box* de roupas. Com o automóvel, ela poderia levar os tecidos cortados e buscar as peças na casa dos costureiros para quem ela encomendasse os pedidos. Assim, ela poderia contratar a produção de outros costureiros e ser responsável por todas as outras tarefas até a comercialização final das roupas no seu próprio *box*, cortando qualquer mediação entre distribuidores e intermediários, sem precisar se tornar dona de oficina. Segundo a Lucía, sua prima já trabalhava assim, mas como não tinha carro gastava muito dinheiro com táxi.

José e Elisa não se consideram donos de oficina porque trabalham em família. Foi difícil para nós entender como eles fazem a divisão dos salários e dos ganhos com a costura. Em um momento da conversa, Elisa afirmou que há uma divisão de salário por peças costuradas, mas que não diferencia o tipo de máquina como as oficinas tradicionais; além disso, as esposas dos irmãos se revezam para trabalhar como cozinheiras, por um salário fixo de R\$300. Ela afirmou que é um ganho mais baixo do que quando estão na costura, mas José disse que eles atualmente não ganham mais que R\$200 por mês costurando. Em outro momento, Elisa afirmou que todo o dinheiro ganho vai para a família, que compra junta alimentos e outras mercadorias, e que os irmãos decidem todos juntos o que será feito com o dinheiro: a compra de novas máquinas, de um veículo, de uma propriedade etc. De todo jeito, nesse caso, as relações familiares parecem se sobrepor às relações tradicionais entre dono da oficina e costureiro, e para Elisa e José o negócio da costura está ancorado sobre a unidade familiar, ou seja, parece tomar a forma de um empreendimento familiar amplo, que não mobiliza só pais e filhos como a maioria das oficinas familiares, mas todo o conjunto dos irmãos, das suas esposas e dos seus filhos. Para o casal, a grande vantagem de trabalhar em família e não para uma oficina é que eles podem trabalhar menos, parar mais cedo e fazer outras coisas, “como dar essa entrevista”.

Muitas vezes os intermediários aparecem entre as figuras exploradoras de trabalho boliviano, porque compram as peças produzidas e as revendem por preços mais altos. Na feira ou no contato direto com o cliente “coreano”, os costureiros conseguem receber um valor um pouco maior pela peça costurada do que na relação com o intermediário ou a marca. No entanto, esse preço maior também tem o seu limite: o costureiro não consegue vender a sua peça na Feira da Madrugada por qualquer preço, mas precisa corresponder à média daquelas peças. Lucía tampouco consegue impor um preço mais alto para o seu cliente, nem poderá vender as peças no *box* pelo preço que quiser. Nem se verifica, entre elas, uma redução das jornadas de trabalho. Tanto Jérica quanto Lucía trabalham no mesmo ritmo dos outros costureiros, e quando não o fazem é porque não há trabalho. Lucía costura mais rápido que o prazo oferecido pelo seu cliente justamente para poder pegar mais pedidos e ganhar mais, seguindo a lógica de produtividade dos costureiros das oficinas.

Lourdes faz parte, junto com Gloria, da Fundação Alameda. Quando perguntei a ela sobre casos como o de Lucía, ela considerou como uma “auto-exploração” o fato de que alguém sozinho precisa trabalhar muitas horas. Gloria fez a mesma ponderação que sua companheira:

Clara: En São Paulo conozco a una chica que trabaja sola, costura todo y lo vende a un cliente coreano.

Gloria: Claro, se auto-explota, gana todo pero trabaja mucho. Si ella pensara en trabajar menos horas contrataría un trabajador y no trabajaría tanto; ella tampoco quiere compartir algo con otra persona.

Clara: Qué quiere decir que se auto-explota?

Gloria: Se auto-explota ella misma. Hay casos aquí, por ejemplo la compañera de una amiga, tiene máquinas de tejidos, que ella sola maneja, teje, tiene la tienda, trabaja con su tejido ella sola, pero no duerme, debe dormir tres, cuatro horas por día, consigue su dinero, consigue todo lo ella quiere, pero no vive la vida tampoco. Está todo el tiempo ahí. No quiere hacerse cargo de los trabajadores pero ella misma se auto-explota.

A outra possibilidade é o estabelecimento de uma oficina familiar onde trabalhem juntos pais e filhos sem que ninguém se assuma como o dono da oficina. Gloria indicou que, mesmo assim, já viu muitos casos de exploração entre familiares. José, por exemplo, não considera que realiza trabalho análogo ao de escravo e, como vimos, quando ele traz a família o faz pensando em ajudá-los. É possível entender o trabalho familiar na costura do ponto de vista estrito da exploração?

O segundo caminho possível para contornar as duras condições de trabalho das oficinas de costura é a formação de cooperativas de costureiros, que aconteceu sobretudo em Buenos Aires, onde pudemos fazer trabalho de campo em duas²³.

A Cooperativa 20 de Diciembre foi fundada pela Fundação Alameda. Nós chegamos à ONG porque o seu trabalho é amplamente conhecido. Fizemos algumas visitas iniciais e estabelecemos contato com a Gloria, que é uma das militantes mais antigas da Alameda e ajudou a fundar a cooperativa. Ela nos indicou dois costureiros para conversar, Lourdes e Ángel, durante o período de almoço. Mais para o fim do ano, com a chegada da alta temporada da costura, já não era possível marcar novas conversas porque os costureiros estavam bastante ocupados com o volume de pedidos daquele período.

A cooperativa funciona no andar de cima do edifício ocupado pela Fundação Alameda. No andar de baixo, funciona o restaurante comunitário fundado no começo dos anos 2000 pela assembleia do bairro que, até hoje, serve almoço diariamente, sem cobrar. Os alimentos são fornecidos pelo governo da cidade de Buenos Aires, mas o trabalho é realizado todo por voluntários. No começo dos anos 2000, a assembleia tinha fomentado a formação de várias cooperativas: padaria, rádio e de costura, porque muitos moradores do bairro eram bolivianos e trabalhavam em oficinas. A cooperativa de costura foi fundada em 2005 e se mantém na ativa desde então.

Segundo os membros mais antigos, eles nunca receberam ajuda do Estado para a

23 Além das duas cooperativas com as quais trabalhamos, nossos interlocutores também comentaram sobre a existência de outras, algumas delas auto-organizadas. Outras das cooperativas mencionadas formam parte do Pólo Têxtil de Barrancas, fundado pelo Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI). Cerca de 30 máquinas foram apreendidas após a clausura de uma oficina irregular. Estas máquinas foram usadas pelo INTI como meio de produção no novo pólo têxtil, onde operam apenas cooperativas. Cf. LIEUTIER, 2010.

cooperativa, só para o restaurante, e as primeiras máquinas vieram do financiamento de uma outra ONG. Atualmente, eles são cerca de dez cooperados, a maioria bolivianos. Todos os membros da cooperativa precisam prestar pelo menos uma hora semanal de trabalho voluntário no restaurante comunitário. A oficina fica aberta em um horário fixo, de 8h a 16h, de segunda a sexta, e os cooperados podem escolher em quais horários querem trabalhar dentro desse período, desde que não ultrapassem as oito horas diárias e, ao mesmo tempo, se cumpram os prazos dos pedidos que precisam entregar. A divisão dos serviços é feita por um acordo comum entre o tempo que cada um trabalha, a máquina onde trabalha melhor e o tamanho do pedido que chega, para que todos possam trabalhar por igual²⁴; mas Ángel indicou que isso já foi tema de brigas e rupturas dentro da cooperativa. Por outro lado, todos indicaram que as decisões são tomadas coletivamente, em reuniões mensais.

O Centro Autogestivo y Cooperativo Textil Juana Villca (CACT Juana Villca) foi fundado em 2015 pelo Colectivo Simbiosis Cultural, homenageando a jovem que faleceu no incêndio de Luis Viale²⁵. Nós contatamos diretamente a Aidé, uma das fundadoras do coletivo e da cooperativa, com quem também nos encontramos em diversos eventos do movimento migrante ao longo da nossa estadia na Argentina. A decisão de montar a cooperativa foi uma extensão da militância do coletivo, depois de experiências de precarização tanto nas oficinas quanto em fábricas têxteis. Assim, encontraram um galpão no município de Ciudadela, vizinho a Buenos Aires, que reformaram dentro das normas de conforto e segurança do trabalho. Para conseguir pagar o aluguel do espaço, o CACT divide o galpão de três andares com mais seis oficinas de costura; a princípio eram sete, mas uma delas foi expulsa porque o dono não pagava os seus costureiros.

No CACT, diferente da Alameda, não há um limite de horas de trabalho para os costureiros. Cada um pode decidir o quanto trabalha e nem todos tem o mesmo envolvimento com a cooperativa; Aidé, por exemplo, trabalha na cooperativa apenas três dias por semana, em horários variados mas, quando é necessário, ela chega a trabalhar mais horas, diferente de outros cooperados que vão de segunda a sexta e estão mais “por dentro”, segundo ela. Assim, as decisões são centralizadas em duas pessoas que gerenciam os pedidos e a divisão do trabalho. Quando é necessário, eles passam a noite trabalhando para terminar um determinado pedido. No final de

24 “Clara: Cuando llega el trabajo cómo lo dividen? Gloria: No es que dividimos, depende en qué está cada uno, si uno está en otro trabajo o no. En general trabajamos con pedidos pequeños, cada uno hace el trabajo de un cliente. Lo dividimos de acuerdo al orden de llegada y de acuerdo al tiempo también los dividimos, respetamos los tiempos y las fechas de cada entrega, según eso organizamos el trabajo. Clara: Claro, lo pensaba porque me cuentan ustedes de que en ese momento hay poco trabajo, así que me preguntaba como hacen para dividirlo. Gloria: Más que nada por tiempo. Por ejemplo si el trabajo se hace en tres máquinas, dividimos 10, 15, 20 [peças] para cada uno, tratamos de que hagan por partes iguales todo para que siempre para que los tiempos también estén divididos”.

25 Dos cinco mortos no incêndio de Luis Viale, Juana Villca era a única maior de idade. A postura dos corpos carbonizados indica que ela tentava proteger as crianças do fogo (ESTRADA VÁZQUEZ, 2010).

2017, eram nove cooperados, oito bolivianos e uma brasileira. Ao contrário da cooperativa da Alameda, eles levam os filhos se necessário. A divisão dos serviços também é feita de acordo com as aptidões e o tempo disponível de cada um, tentando equilibrar entre todos.

Nas duas cooperativas, o cálculo da remuneração de cada costureiro é feito através do “valor-hora”, que é o preço de cada hora trabalhada. No fim do mês, faz-se um cálculo entre o total das horas trabalhadas e o ganho do mês, e o salário de cada costureiro equivale ao valor-hora multiplicado pelas horas trabalhadas no mês. Assim, não se diferencia o tipo de máquina ou de serviço e a variação de salário fica atrelada apenas a quanto cada um trabalha.

Na Alameda, cobra-se um valor-hora mínimo que equivalia a AR\$130 (cerca de US\$8, na época) no final de 2017. Quando chega um pedido novo, eles estimam qual será o tempo de produção daquelas peças; se cobrir o preço do valor-hora, o trabalho é aceito e se não, recusado. No fim do mês, o valor-hora final é calculado e dividido pelos costureiros de acordo com as horas trabalhadas, o que quer dizer não há diferença no preço pago pelo tipo de peça ou de máquina. Entre os cooperados, há uma preocupação constante em “manter o valor-hora”, o que significa não aceitar pedidos que paguem abaixo do preço estipulado mas também um controle sobre a produtividade dos costureiros: segundo Ángel, se uma pessoa demora metade do tempo estimado para costurar um certo número de peças, aquela pessoa recebe como se tivesse trabalhado metade das horas que trabalhou, o que garante que o valor-hora seja mantido. Por exemplo: se um costureiro demora quatro horas para fazer um serviço que demoraria duas, receberá por duas horas de trabalho. O cálculo do tempo necessário para cada pedido é calculado antes dele começar a ser feito. Por outro lado, isso também significa que nos períodos em que não há pedidos que paguem o valor-hora mínimo, os costureiros ficam sem trabalho e sem remuneração.

No CACT Juana Vilca não há um valor-hora mínimo. Na maioria das vezes, eles tentam negociar melhores preços para os pedidos que costuram, mas quando não há outra opção aceitam os serviços que pagam menos para não ficar sem trabalho e sem salário, o que também significa, como indicamos, que as jornadas se estendem se for necessário para cobrir os prazos curtos e aumentar o ganho dos costureiros. Essa decisão marca a principal diferença entre as duas cooperativas. A própria Aidé indicou que, quando necessário, se “auto-exploram”, se referindo aos momentos em que é necessário trabalhar durante a madrugada. Para Gloria e Lourdes, na sua cooperativa, não há exploração.

Clara: En la cooperativa ustedes no consideran que hay explotación?

Gloria: No, porque tenemos horario de entrada y horario de salida, cada uno marcamos a qué hora vamos a venir y qué hora nos vamos a ir. Acá el taller está abierto de 8h a 16h, a lo mucho a las 17h, de ahí yo lo cierro y no puede entrar nadie, por más que quiera trabajar, son nuestros propios reglamentos que ponemos.

Lamentamos mucho la persona que por más que tenga trabajo no vino este día, entonces tiene que venir mañana, y no podemos recuperar esas horas porque hay horario de trabajo. Entonces de alguna manera nosotros ya sabemos automáticamente si no llegamos. Y si es perdido ese día, bueno, no cobramos ese día.

Então, na Cooperativa 20 de Diciembre, quem perde um dia de trabalho nas horas determinadas fica sem trabalhar. Os principais motivos são ir ao médico ou levar os filhos. Para Lourdes, a questão da exploração se relaciona não só às horas trabalhadas, mas também às relações próximas de amizade e camaradagem que há entre os cooperados. Mais que isso, poder levar os filhos à escola e ao médico é um ponto central dessa “liberdade” da cooperativa, o que também foi reforçado por Ángel na sua entrevista.

Clara: Para vos, cuál es la mayor diferencia entre trabajar en un taller y trabajar acá en la cooperativa?

Lourdes: Libertad. Para mí es una libertad, porque yo me acomodo con las horas. Por ejemplo, yo voy y dejo a mis nenes, uno a la escuela y otro al jardín, y me vengo acá a las nueve y media a trabajar. También ya dejo de trabajar a las tres y media para poder ir a retirarlos. Sí tengo esta libertad de poder manejarme con los horarios. Ahora, se me enferman los chicos, ellos entienden, yo les digo “mirá, les tengo que llevar a la salita [posto de saúde], no vengo este día” y ellos me dicen “bueno, andá”. Estoy más, a parte, con mis hijos. Estando con un taller no tienes mucha libertad, porque no te dejan ir a un centro médico (...) y eso no quería yo para mis hijos.

(...)

Clara: Y acá en la cooperativa no ves explotación de ninguna manera?

Lourdes: Acá no. Prácticamente todos, ya como estamos hacen muchos años la mayoría, somos casi como hermanos todos. Todos los días nos vemos [risos].

Clara: Están todos ahí juntos un montón de horas.

Lourdes: [risos] Sí, nos acostumbramos entre todos, nos extrañamos, nos preocupamos porque no vino, estamos llamando y dicen “no, la nena la tengo mal”, dicen, “ah, bueno”. Preguntando a cada rato si está viniendo, no sé... (...) Cuando nos separemos nos vamos a extrañar, decimos.

Nas cooperativas, no entanto, há sempre o problema da falta de trabalho. Um costureiro de oficina, por mais que ganhe pouco ou nada nos períodos de baixa temporada, tem garantidas pelo dono a moradia e a alimentação. No CACT Juana Villca, como dissemos, eles aceitam cobrir a falta de pedidos de remuneração alta com os serviços que pagam pouco pelas peças, assumindo uma “auto-exploração”. Na Alameda, o que se assume é a falta de trabalho: se não há pedidos que cumpram o valor-hora mínimo, eles podem ficar sem costurar. Aí, cuidam de outras coisas, ajudam mais no restaurante comunitário, cuidam de outras tarefas da ONG ou aproveitam para estar mais

tempo com a família. Quando não há trabalho, os cooperados não recebem nada, e precisam se organizar individualmente para sustentar a si e à família.

Clara: Los pedidos, cómo deciden si quieren o no un trabajo?

Gloria: Por lo que pagan, hacemos una muestra en tiempo y nuestro presupuesto y si lo aceptan lo hacemos, si no aceptan no podemos bajar nuestro valor-hora.

Clara: Si llega un trabajo de valor bajo...

Gloria: No lo aceptamos.

Clara: Aunque no tengan otro?

Gloria: No, porque nosotros invertir tiempo y que nos paguen poco, nosotros estaríamos en contra de nosotros mismos. Ellos también tienen que aprender a entender que nosotros lo que ganamos, además de repartir en partes iguales, no es que se lleva otra persona las ganancias, sino que lo repartimos, por ahí una parte sí o sí hay que pagar servicios de luz, el gas del comedor [restaurante comunitário], para los gastos tenemos que poner.

Clara: Eso quién paga es la cooperativa?

Gloria: Una parte sí, una parte es la fundación y otra parte viene del comedor. Entre todos ponemos un poco de cada uno para poder pagar todo eso. Hacemos valer nuestro tiempo, si no hay trabajo nos ponemos a hacer otras cosas, quedamos un poco más con los hijos, o hacemos algo personal de nosotros acá, un arreglo, algo. La idea es hacer valer nuestro tiempo y hacer ellos entender que tienen que pagar lo que corresponde.

Isso significa, para Ángel, que a cooperativa é “uma alternativa que custa”, porque há muitas dificuldades em mantê-la funcionando. Segundo ele, dependendo das horas que cada um trabalha, um costureiro cooperado ganhava de AR\$6.000 a AR\$10.000 (cerca de US\$350 a US\$590, na época) durante 2017, nos meses em que houve trabalho.

Ángel: Yo digo, la cooperativa es una alternativa, no es la solución. Es una alternativa. Por ahí, queremos que haya más trabajo en blanco [trabalho formal, com carteira assinada].

Clara: La solución sería trabajo en blanco?

Ángel: Trabajo en blanco. Pero es una alternativa. La cooperativa es una alternativa que cuesta, no te digo que es todo color de rosas, pero bueno...

Clara: Cómo cuesta?

Ángel: O sea, no es todo una maravilla. Siempre hay sus bajos, sus altibajos, como este año, nosotros con el cambio de gobierno que tuvimos, todo el año casi no tuvimos trabajo. Me entendés? Y ahí se ve los compañeros como estamos, nos preguntamos si nos quedamos o no. Hacemos lo posible para que no se caiga y, viste, de nuevo estamos trabajando.

(...)

Ángel: Por eso, como te digo, es una solución que es una alternativa, pero cuesta. Cuesta armar, hasta conseguir por ahí un grupo bien fortalecido donde ese grupo tiene que arrancar. Incluso ganamos más, el valor-hora, digamos, nosotros sacamos al monto que hacemos de trabajo. O sea, cuanto tardamos el trabajo, una prenda, o sea, segundo eso sacamos el valor-hora.

Assim, mesmo cortando a figura do dono da oficina e garantindo que as decisões sejam tomadas pelos costureiros sem que um se beneficie mais que o outro, as cooperativas ainda tem que lidar com os problemas do setor de vestuário como um todo: a variação de demanda entre a alta e baixa temporada e, diante da recusa de aceitar os preços médios praticados pelas marcas, a falta de encomendas (e de remuneração). As temporadas da costura determinam o ritmo da produção como nas oficinas e os preços médios, mesmo sendo recusados, também sujeitam as cooperativas e os seus trabalhadores. Por isso, para Ángel, “a cooperativa é uma alternativa que custa”.

Recuperando a experiência das oficinas familiares, será possível diferenciá-las das cooperativas nos termos das relações de trabalho? Para Gloria, o que caracteriza a cooperativa são os horários fixos e o valor-hora mínimo. Dessa perspectiva, tanto as oficinas familiares quanto o CACT Juana Villca se “auto-exploram”. Porém, se não há contratação de costureiros e o dinheiro é distribuído igualmente, as relações de trabalho não parecem ser tão diferentes.

Em nossa pesquisa, não trabalhamos diretamente com o trabalho formal em fábricas de costura, em parte porque em São Paulo encontramos poucos migrantes que tivessem feito esse caminho. Em Buenos Aires, os trabalhadores das cooperativas já tinham tido essas experiências, que valem a pena ser comentadas já que o trabalho formal registrado é tido como uma das soluções para o “trabalho análogo ao de escravo” na costura. Todos eles tiveram experiências em oficinas e em fábricas antes de chegar às cooperativas.

Lourdes trabalhou por um período em uma fábrica de lingerie de donos judeus. Segundo ela, também aí o pagamento era baixo e havia muita cobrança sobre a produtividade; “era igual [às oficinas], mas com câmeras”. Filmando, eles controlavam os horários de intervalo e as idas ao banheiro. Para o almoço, tinham meia hora. Lourdes disse, ainda, que o emprego era metade regularizado e metade informal, ou seja, estavam registrados com uma jornada de trabalho abaixo da que realmente faziam. Quando ela entrou, afirmaram que o registro seria feito após um período de prova de três meses, e a partir daí sempre prometiam que ia formalizar dali a dois meses, mais dois meses, sem nunca fazê-lo. Ela foi demitida quando pediu uma licença para cuidar do marido que faria uma operação. Seu emprego seguinte já foi na cooperativa da Fundação Alameda.

Aidé trabalhou em outra fábrica, onde o trabalho era regularizado, mas também relata uma

alta pressão sobre a produtividade do trabalho e um controle absoluto sobre o corpo dos trabalhadores. Para ela, a vantagem era ter a jornada fixa de oito horas. Porém, Aidé atribui ao emprego na fábrica um aborto espontâneo que sofreu e o suicídio de uma companheira de trabalho.

Ángel trabalhou em uma fábrica de brinquedos infláveis. Ele também via como principal vantagem a jornada de oito horas diárias, que lhe permitia mais tempo livre que a costura, especialmente para estar com os filhos. Para ele, a melhor solução para o trabalho na costura seria que todos tivessem empregos regularizados, com carteira assinada. No entanto, Ángel diz que foi demitido da fábrica por causa da sua idade. Segundo ele, são contratados trabalhadores com até 30, 35 anos; depois dessa idade, a produtividade cai muito e já não se consegue emprego.

Em São Paulo, Gabriela foi nossa única interlocutora com experiência em fábrica. Ela elogiava muito as condições de trabalho e via como maior vantagem ter os direitos trabalhistas assegurados, citando a irmã que teve direito à licença-maternidade quando engravidou.

Assim, podemos nos perguntar se todo emprego em fábricas é de fato regularizado. Mesmo com a jornada de oito horas, os trabalhadores precisam lidar com várias formas de pressão sobre a produtividade – câmeras, controle do tempo, idade – e, como decorrência, com o controle total dos seus corpos durante o horário de trabalho, limitados os intervalos e até mesmo as idas ao banheiro. Essas condições também mudam em função de que a remuneração, aqui, é sobre um salário fixo, portanto a produtividade interessa menos ao costureiro do que nas oficinas de costura.

As estratégias que mencionamos acima – o empreendedorismo individual e familiar, as cooperativas e o trabalho nas fábricas – parecem ser caminhos para contornar a exploração das oficinas de costura. Porém, ainda podemos nos perguntar se há ou não exploração do trabalho nestas experiências. Vejamos como Gloria, da Fundação Alameda, entende a questão.

Clara: Cómo ustedes ven a los talleres?

Gloria: Los talleres siguen trabajando como clandestinos, pagando muy poco, las leyes son buenas pero no se las cumple, tiene que ver con el gobierno de la ciudad para que se termine todo eso, los inspectores que salen. Tiene que ver con migraciones, con las embajadas y los consulados que también tienen que poner de su parte en qué condiciones trabajan las personas que migran, todo ese control falta, de cada inmigrante desde su país, para dar un apoyo o saber en qué condiciones está trabajando su gente. Hasta el día de hoy aunque hicimos muchas denuncias, muchas marchas, aún siguen trabajando así y siguen pagando centavos. Siguen pagando, 3 mil, 4 mil, 5 mil, hasta 6 mil, pero ese dinero no alcanza para vivir a un trabajador, porque una pieza alquilas entre 5 mil, 4500, por esa razón también los trabajadores deciden trabajar cama adentro [dormindo no local de trabalho], pensando que van ahorrar, y el problema del que no se dan cuenta los que están ahorrando, todo el trabajo que hacen el tallerista [dono da oficina] ya sabe cuánto tiene que pagar y cuánto tiene que detener para la comida, todo eso. En cima ellos no pueden decidir que van a comer todos los días, el que decide es el dueño del taller. Y bueno, todo eso algunos no lo quieren ver, algunos ven de que está muy mal, al ver tantos talleres. Hay mucha competencia, a muchos también no

les queda otra que trabajar en esas condiciones. Por ahí fábricas en blanco por ejemplo hay, ahora están renovando personal cada tres meses, cada contrato tiene tres meses y van otras personas, eso tampoco está bien. Tiene que ver todo, la industria textil, como sabemos, en todo el mundo no sólo en Argentina, siempre se habla que están bien, que se gana bien, los dueños de marcas están en publicidad, ellos invierten más en publicidad y no invierten en sus trabajadores. La gente no ayuda, más que todo los compradores, ellos compran la marca, pagan el precio, pero no preguntan cómo se hicieron sus prendas, nadie se pregunta eso. No se dan cuenta de que hay mujeres embarazadas, mujeres con maltratos, niños, jóvenes, que vinieron con otros sueños y están trabajando en condiciones que no deberían de ser. Eso es lo que tratamos que termine nosotros acá y avanzamos pero falta mucho.

(...)

Clara: Cómo ustedes piensan a la explotación? Que uno no pueda decidir, que no tenga esa libertad que decís?

Gloria: Sí, por ejemplo, traer de mi país, contratar personal, prometer vivienda, comida, buena paga, y una vez que llego no hay nada de eso, me encuentro que soy extranjera, indocumentada, no puedo salir, ellos me van a poner un precio para pagarme, ellos deciden a qué hora duermo, qué hora levanto, qué voy a comer, por poco falta hasta qué voy a vestir para el trabajo, los horarios, poco falta que pongan horario para ir al baño, sí querés darte un baño tienes que hacer una cola, lo mismo para lavar ropa, por eso nosotros decimos que es un trabajo esclavo. Si el trabajador trabajara ocho horas y cobrara lo que corresponde, pudiera decidir qué comer, y no lo que dan [isso não seria trabalho escravo].

A fala de Gloria equivale “trabalho escravo” e exploração. Para ela, o cerne da exploração é o excesso de horas de trabalho e as condições degradantes. Vale lembrar que algumas dessas condições também se verificam nas fábricas com trabalho regularizado. Podemos recuperar a definição de trabalho análogo ao de escravo de Lieutier (2010), que também se estende às condições de moradia, ambientais etc. Dentro disso, Gloria considera que há formas de trabalho explorado, auto-explorado e não explorado. O que garante que não haja exploração é que se paguem “os preços que correspondem” e que a jornada de trabalho dure oito horas no máximo. Porém, quais são as condições para que isso aconteça?

A partir das experiências de empreendedorismo, cooperativas e trabalho formal, podemos nos perguntar se a diferença estabelecida por Gloria procede. Os relatos acima, incluindo as dificuldades encaradas pelos costureiros cooperados, parecem indicar um limite dessa formulação. Por exemplo, quando o CACT Juana Vilca precisa aceitar trabalhos similares aos das oficinas, mesmo trabalhando como cooperativa. Ou quando a cooperativa da Alameda fica parada se não encontra trabalhos que cubram o seu valor-hora. Como vimos, a cooperativa é “uma alternativa que custa”.

Para lidar com essas perguntas, vamos rever brevemente a argumentação de Marx (1983).

Todo trabalhador produz mercadorias: no caso dos costureiros, eles produzem peças de roupa, como camisas, calças, saias, vestidos e casacos, entre outras. Cada mercadoria contém em si uma certa quantidade de trabalho objetificado – a que chamamos *valor* – que corresponde ao tempo necessário para a sua produção. Como já indicamos, esse tempo é estabelecido a partir de uma média social. Cada mercadoria possui também uma qualidade útil – a que chamamos *valor de uso* – que corresponde à necessidade suprida pelo uso daquela mercadoria; por exemplo, se vestir, se proteger do frio etc. O problema que Marx (1983) se propõe é como mercadorias com diferentes qualidades e valores de uso podem ser trocadas entre si. Para ele, a troca *abstrai* as qualidades úteis das diferentes mercadorias e as equivale a partir do único termo que elas tem em comum: o seu *valor*, ou a quantidade de trabalho objetificado que elas possuem. Para que as mercadorias se confrontem no mercado, o *valor* se expressa como *valor de troca*²⁶.

Como vimos com Gaudemar (1977), o trabalhador porta uma liberdade contraditória. Do seu ponto de vista, ele vende a sua força de trabalho para poder se reproduzir. Do ponto de vista do capitalista individual, ele compra a força de trabalho necessária para produzir mercadorias a partir dos meios de produção que possui. Cada trabalhador é contratado para uma jornada diária determinada em horas que produzirá certa quantidade de valor. Segundo Marx (1983), o segredo da acumulação do capitalista é que o trabalhador produz uma quantidade de valor maior do que aquela que necessita para a sua reprodução. Assim, a jornada de trabalho é dividida em duas partes: i) a quantidade de horas necessárias para que o trabalhador produza o valor equivalente à sua reprodução, o *tempo de trabalho socialmente necessário*, que será pago a ele como salário; e ii) a quantidade de horas excedentes, o tempo de *mais-trabalho*, que será apropriado pelo capitalista como *mais-valia*.

Em síntese, o trabalhador é remunerado somente por uma parte das horas da sua jornada, ou seja, é pago por apenas uma parte do trabalho que realiza. Para Marx (1983), portanto, o cerne da exploração não é a quantidade de salário a ser paga para o trabalhador ou a quantidade de horas que ele trabalha, mas a proporção entre o tempo de trabalho socialmente necessário e o tempo de mais-trabalho, ou o tempo excedente do qual o capitalista se apropria como mais-valia e que será transformado em lucro. Nesse sentido, não há trabalho que não seja explorado, ou seja, do qual uma

26 “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma mesma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. (...) O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor (...) Portanto, um valor de uso ou um bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da 'substância constituidora do valor', o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.” (MARX, 1983, pp. 46-47).

parte não seja apropriada como mais-valia. O cerne da crítica do trabalho não é, portanto, a quantidade justa de horas ou a existência de trabalhos explorados (em relação a outros que não o são), mas o trabalho como mediação social necessária.

As relações de trabalho contemporâneas – como na indústria do vestuário – complexificam esse movimento. No caso da costura, não existe uma jornada diária com um número determinado de horas e um salário fixo, o que não permite que o trabalho dos costureiros seja compreendido estritamente nos termos descritos acima. Ainda, entre o dono da oficina, o intermediário e a marca, é difícil analisar quem é o capitalista que se apropria do mais-trabalho dos costureiros. Para Gloria, tanto o dono quanto a marca exploram os costureiros. O dono da oficina pode ser considerado como o capitalista individual que explora trabalho? São eles os proprietários das máquinas de costura. Mas aqui também podemos lembrar que mesmo os donos de oficina cumprem longas jornadas de trabalho e muitas vezes também costuram. A figura do capitalista seria personificada então pela marca, que nesse caso também exploraria o trabalho dos donos da oficina, além dos costureiros?

É preciso, assim, considerar a questão da exploração do trabalho diante da extensão da cadeia produtiva da costura. Esquemas como o de Lieutier (2010, cf. Figura 1) nos ajudam a entender, em parte, os caminhos feitos pelas mercadorias costuradas e sugerem que a mais-valia produzida pelos bolivianos na costura é apropriada por toda a cadeia. Os números misteriosos de Lieutier (2010) tateiam essa relação.

O conceito de exploração de Gloria e a concepção do trabalho análogo ao de escravo como um todo, vistos pelas lentes da argumentação de Marx (1983)²⁷, fazem parecer que há um nível mínimo e condições aceitáveis de exploração do trabalho, dentro das jornadas de oito horas, com a escolha da comida, do local de moradia, do horários de intervalo e outros aspectos. Porém, mesmo dentro das jornadas de oito horas há exploração do trabalho – porque uma parte dele não é paga, mas apropriada pelo dono da fábrica –, posto que esse é o fundamento da acumulação capitalista.

Assim, podemos ou não falar em exploração nas cooperativas de costura? Se não há dono, há exploração por parte da marca? Inclusive, a Fundação Alameda tem uma marca própria, a Mundo Alameda, principalmente de camisetas com estampas referentes ao combate ao trabalho escravo e aos direitos dos migrantes. Seria de se perguntar se as marcas que compram das cooperativas não se apropriam de uma parte do trabalho não-pago dos costureiros ou, em outras palavras, se a manutenção do valor-hora dentro de uma certa margem é capaz de eliminar completamente o tempo de mais-trabalho dos costureiros. Nas camisetas da Mundo Alameda, a mais-valia seria redistribuída entre todos os costureiros, que dividem entre si os lucros da marca.

²⁷ Vale lembrar que, aqui, fazemos uma interpretação da obra de Marx informada pelas leituras da crítica do valor-dissociação.

Lembrando que a tiragem dessas camisetas é baixa, podemos nos perguntar também se as condições de trabalho e o valor-hora seriam mantidos diante da produção de 3.000 camisetas por dia, como fazia a Jérica.

É possível comparar, ainda, a situação dos cooperados com os empreendimentos individuais e familiares. Há, nesse caso, exploração por parte de quem compra? Levando esse argumento ao limite, ainda, como podemos pensar os costureiros que vendem suas peças diretamente ao cliente final em camelôs, *boxes* ou na Feira da Madrugada, sem a mediação dos intermediários ou das marcas? Deixamos essas perguntas em aberto. O que importa, sobretudo, é que elas sugerem caminhos para pensar se é de fato possível conceber o trabalho sem exploração.

Tudo isso nos remete de volta à contradição fundamental da reprodução dos trabalhadores, a liberdade contraditória (GAUDEMAR, 1977). A partir das experiências dos costureiros fora das oficinas de costura, o problema da exploração pode ser deslocado para o trabalho como forma de mediação totalitária da modernidade. A crítica da exploração do trabalho é insuficiente diante das experiências dos costureiros nas fábricas e nas cooperativas; mesmo nesses contextos, em que se tenta eliminar a exploração do trabalho, nos termos de Marx (1983), o limite é a submissão inevitável dos trabalhadores à reprodução pelo trabalho. Oficinas, cooperativas, fábricas e “empreendedores” estão igualmente submetidos ao trabalho abstrato, isto é, abstraído das suas qualidades úteis e sensíveis na troca de mercadorias, a partir do qual se estabelecem as médias sociais que determinam o jogo da concorrência no qual todos se confrontam.

Podemos agora diferenciar exploração e “trabalho análogo ao de escravo”, considerando falas como a de Gloria em que os termos parecem se remeter à mesma coisa. A exploração pode ser compreendida como o fundamento do trabalho, qualquer trabalho, sem recairmos na ideia de que há taxas aceitáveis de exploração. O “trabalho análogo ao de escravo” diz respeito a um conceito jurídico que expressa formas violentas e coercitivas dessa exploração. Todas as formas de trabalho na costura estão, de uma maneira ou de outra, submetidas à exploração. O conceito e o dispositivo jurídico dão conta de uma parte dessas situações. Entre estas, estão os costureiros que se reivindicam sujeitos livres para trabalhar o quanto quiserem – nisso consiste o caráter contraditório da sua própria liberdade.

Ainda assim, é importante marcar que a abstração do trabalho ao nível da mediação social não significa que as diferentes experiências laborais dos bolivianos sejam compreendidas subjetivamente como abstração pura. Até porque existem diferenças objetivas entre o trabalho de costura nas oficinas, nas fábricas e nas cooperativas, como o número de horas trabalhadas, o ganho salarial, as condições ambientais, as condições de moradia, o tempo livre disponível e outras. Não há dúvidas que, dentro das oficinas de costura, os migrantes se deparam com condições de extrema

precariedade e violência. Os depoimentos das fábricas, por mais que também expressem a violência exercida sobre os corpos do trabalhadores, vem acompanhados de ponderações de suma importância sobre o maior tempo livre e os direitos garantidos (licença-maternidade, décimo terceiro salário, aposentadoria etc.).

Por outro lado, parece que a violência exercida sobre os migrantes nas oficinas de costura pode ser compreendida apenas com o recurso a expressões como “análogo à escravidão” e “superexplorado”. Nesse sentido, insistimos que a imposição do trabalho é uma violência em si²⁸. O horror das oficinas de costura não é a definição de “escravo” ou “superexplorado”, mas a oficina em si: as experiências de confinamento, as doenças, as mortes e a própria violência do trabalho. Assim, as condições precarizadas do trabalho na costura não se resolvem no trabalho regularizado, mas antes revelam o seu segredo, isto é, a exploração como o seu fundamento e o trabalho como forma de mediação necessária da sociedade capitalista produtora de mercadorias.

Caberia ainda perguntar se essa forma de trabalho é determinada pela ganância dos donos de marcas e oficinas, pela ilegalidade dos trabalhadores ou pela forma da cadeia produtiva da costura. Voltemos ao problema da mais-valia. Segundo Marx (1983), a mercadoria força de trabalho – trocada e vendida pelos trabalhadores para assegurar a sua reprodução – é única capaz de produzir valor. O conceito de mais-valia de Marx (1983) pode ser dividido em dois tipos. O primeiro é a mais-valia absoluta, aquela que se produz com a extensão das jornadas de trabalho, ou seja, do tempo de trabalho excedente. Esta foi a forma inicial de exploração do trabalho dos capitalistas quando as legislações trabalhistas nacionais aceitavam jornadas de até 18 horas. A segunda é a mais-valia relativa, aquela que se produz a partir do desenvolvimento das forças produtivas, já que no mesmo período de tempo um trabalhador poderá produzir um maior número de mercadorias.

A jornada de trabalho é dividida por Marx (1983) em duas partes: uma, chamada de tempo de trabalho necessário, equivale às horas necessárias para que se produza o equivalente aos custos de reprodução do trabalhador (alimentos, roupas, aluguel etc.) e retorna a ele na forma de salário. O tempo de trabalho restante é apropriado pelo capitalista e por isso chamado de mais-valia. Uma das maneiras de estender esse tempo de trabalho excedente é o investimento em novas tecnologias de produção: um único trabalhador consegue produzir muito mais no mesmo período de tempo e recebendo o mesmo salário; assim, o tempo de trabalho necessário diminui e o tempo de mais-trabalho aumenta²⁹. A este processo Marx (1983) chamou desenvolvimento das forças produtivas,

28 Basta olhar para os processos históricos violentos de imposição do trabalho, como a acumulação primitiva e a colonização (MARX, 1985).

29 Isso em linhas gerais. Na argumentação de Marx, ele enfatiza que para o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador seja de fato reduzido, é necessário que o desenvolvimento das forças produtivas aconteça nos setores de produção das mercadorias consumidas pelos trabalhadores – alimentos, roupas etc. - ou dos meios de produção dessas mercadorias, garantindo assim o seu barateamento e a redução do custo de vida do trabalhador (cf. MARX, 1983, pp. 250-254).

cujo desdobramento é elevar as taxas de mais-valia relativa.

No entanto, o mesmo desenvolvimento necessário à concorrência capitalista leva à substituição dos trabalhadores pelas máquinas – em outras palavras, de trabalho vivo por trabalho morto, corporificado nos meios de produção. Com isso, sabota-se o fundamento mesmo da acumulação, qual seja, a produção de valor. Esse processo gera uma contradição fundamental sobre a qual o modo de produção capitalista gira em falso: o seu desenvolvimento leva à desvalorização do seu próprio fundamento, o valor³⁰. Essa crise central e fundamental do capital se desdobra como fenômenos econômicos, políticos e sociais variados, até hoje. Um dos principais fenômenos é o seu desdobramento como crise do trabalho, em que há cada vez menos trabalho disponível para uma massa cada vez maior que depende dele para a sua própria reprodução. Esse trabalho é, ao mesmo tempo, pressionado por taxas cada vez maiores de exploração.

Com as sucessivas revoluções industriais – especialmente a terceira, com o advento da revolução micro-eletrônica – prevaleceu a exploração da mais-valia relativa sobre a absoluta. Mas, nesse processo crítico de reprodução do capital, o desenvolvimento das forças produtivas como forma de aumentar a parcela da mais-valia apropriada pelo capitalista encontra o seu limite. Observa-se, então, um “retorno à mais-valia absoluta” (KURZ, 2004), uma extensão das jornadas de trabalho em contextos diversos que costuma estar associada a situações de informalidade laboral, que é um caminho possível para pensarmos a relação da crise do sistema econômico mundial com as experiências de trabalho particulares das oficinas de costura. Portanto, indicamos ainda que as longas jornadas de trabalho e as condições precárias das oficinas de costura não podem ser compreendidas como uma forma arcaica do setor de vestuário, mas como uma expressão da crise que apontamos acima.

Assim, as formas de coerção apontadas por Bruno Miranda (2017) e compreendidas como “trabalho análogo ao de escravo” ou exploração podem ser recuperadas, agora, como formas de expressão dessa mesma crise. Em parte, por causa da forma como a concorrência se expressa dentro da indústria do vestuário, que discutiremos a seguir; e, em parte, por causa de como os próprios

30 “Porém, a produção da mais-valia relativa conduz a uma contradição lógica. Ela aumenta a parcela de mais-valia por cada força de trabalho, mas ao mesmo tempo por causa dos efeitos da racionalização produzidos pelo mesmo desenvolvimento, pode-se empregar cada vez menos força de trabalho para cada soma de capital (o que faz aumentar, como vimos, os custos preliminares para cada emprego, ou seja, a intensidade de capital ou a parcela de capital fixo na 'composição orgânica'). Este segundo efeito de tendência contrária compensa o primeiro efeito a longo prazo. Isto significa que o aumento da taxa conjunta de mais-valia para cada força de trabalho é obtido ao preço duma queda concomitante da taxa de lucro para cada soma de capital investido. Tal efeito só pode ser compensado se crescer a massa absoluta de força de trabalho (produtiva!) utilizada, e portanto se juntamente com a massa absoluta de mais-valia crescer a massa absoluta de lucro; mas isto só é possível com uma extensão permanente do modo de produção como tal. Tal extensão foi efetivamente conseguida em certa medida no modo de expansão fordista. Mas já na dinâmica da expansão fordista da massa absoluta de mais-valia/lucro há um sério problema: tal expansão só era possível através da concomitante expansão das condições infra-estruturais improdutivas em termos capitalistas” (KURZ, 1995, s/p).

donos de oficina precisam lidar com essa mesma concorrência e com as suas possibilidades de acumulação. Se o dono rouba ou engana o costureiro e enriquece, vale perguntar se ele conseguiria enriquecer se não fosse por isso; dessa forma, o problema pode ser deslocado do campo da moral e recolocado no campo das formas capitalistas de mediação social.

Como vimos, a relação dos costureiros com as formas de trabalho na costura depende das suas experiências como migrantes: os funcionários do CAMI se posicionam de uma maneira diferente dos cooperados, que diverge da posição de José e Elisa e dos costureiros que tem como projeto, pelo menos inicial, trabalhar na costura para juntar dinheiro e retornar. Esse projeto migratório ajuda a entender a fala de que “um costureiro pode trabalhar quantas horas quiser”. Ao mesmo tempo, o setor da costura apresenta certas determinações gerais que se impõem mesmo sobre as iniciativas que tentam contornar as formas de exploração, como os “empreendimentos” individuais e familiares, as cooperativas e o trabalho registrado nas fábricas.

Podemos ainda sustentar a pergunta sobre as condições necessárias dessa forma de trabalho. Do ponto de vista do costureiro, quais são as condições não para que ele *aceite*, mas para que ele *possa* morar dentro da oficina? Quais atividades da sua vida cotidiana e da sua reprodução como trabalhador – atividades da esfera doméstica – precisam ser trazidas para dentro da oficina de costura? Especialmente se considerarmos que muitos dos costureiros são casados e tem filhos. Do ponto de vista dos donos, o que significa para eles que a sua própria casa – onde também criam os seus filhos – seja transformada em oficina de costura? Desse ponto de vista, quais as condições para que sejam montadas as oficinas de costura?

No próximo item, seguiremos desdobrando essas perguntas a partir de outra ponta da questão: a formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo, considerando duas abordagens distintas. Vejamos.

1.2. O processo migratório de bolivianos para São Paulo

A trajetória de migração do José e de seus irmãos se repetiu na vida de milhares de bolivianos que migraram para São Paulo entre os anos 1980 e 1990. Foram muitos os que saíram de cidades como El Alto e La Paz e chegaram a São Paulo para trabalhar em um circuito de oficinas de costura que começava a se formar e ainda se circunscrevia, naquele período, a bairros centrais e tradicionalmente ligados à indústria do vestuário, como Bom Retiro, Pari e Brás. Ainda que o seu cotidiano estivesse confinado às oficinas de costura, a circulação desses bolivianos pelo espaço público da cidade e, especialmente, a feira estabelecida na Praça Antônio Bento (Pari), chamava a atenção dos moradores de São Paulo. A partir do acervo de jornais do Centro de Estudos

Migratórios (CEM), a pesquisadora Patrícia Freitas fez uma extensa compilação de matérias jornalísticas da época (de 1989 a 2007) que expressam o estranhamento que provocou a chegada dos bolivianos e o seu trabalho na costura, especialmente porque se deu em conjunto com uma população coreana que vivia há mais tempo em São Paulo³¹.

Mesmo anos depois, a dimensão do processo migratório de bolivianos para São Paulo ligado ao trabalho nas oficinas de costura levanta perguntas importantes: por que tantos bolivianos decidiram migrar para cá? Como se inseriram em um circuito tão específico como o da costura? A inserção na costura deu-se antes ou depois do início do processo migratório? Por que o número de migrantes cresceu continuamente durante tantos anos, mesmo diante de condições de trabalho tão violentas como as da costura? Como os bolivianos se tornaram donos das oficinas que eram, antes, de propriedade dos coreanos? Como explicar essa migração? Essas perguntas nos provocaram desde o início em relação à nossa investigação. As motivações individuais de cada migrante, as decisões de permanência, retorno e saída da costura, a relação dos migrantes como o próprio trabalho foram temas relevantes trazidos pelas entrevistas e pela convivência cotidiana com bolivianos ao longo do nosso trabalho de campo.

Há 20 anos, diversos pesquisadores também tatearam as mesmas questões. Sidney Silva publicou, em 1997, uma etnografia pioneira sobre o grupo de bolivianos que trabalhava nas oficinas de costura que, naquele período, concentravam-se em bairros centrais como Brás, Pari e Bom Retiro e já começavam a se espalhar para bairros mais periféricos e inclusive outros municípios. Neste trabalho, Silva (1997) destaca que os bolivianos migram sobretudo em busca de melhores oportunidades de trabalho e de uma vida melhor. Em trabalho de campo à Bolívia, pôde delinear as condições de vida na origem e, assim, traçar certo “contexto de saída”. Foi também a primeira grande exposição das formas de vida e trabalho de uma população boliviana que começava a se fazer visível na cidade de São Paulo, sobretudo em bairros como Bom Retiro e Pari. Silva (1997) descreveu as longas jornadas de trabalho, os baixos ganhos, a remuneração por peça e os complicados acordos laborais entre costureiros e donos de oficina. Isso mostra como o conhecimento sobre o contexto de inserção destes bolivianos começou a aparecer depois de já ter se consolidado o circuito de contratação e produção, que depois se expandiria aceleradamente. Ao

31 Das 45 matérias compiladas, 28 foram publicadas nas décadas de 1980 e 1990. Entre as manchetes, encontram-se: “Brasil hoje só é refúgio de sul-americanos: peruanos entram no Brasil para fugir do cólera e bolivianos substituem coreanos como mão-de-obra barata em São Paulo”; “Trabalhadores se oferecem na praça como escravos: jornadas de 16 horas diárias de trabalho” (esta se refere especificamente ao mercado de trabalho que se formava na feira da Praça Antônio Bento e que ainda hoje tem lugar nas feiras da Praça Kantuta e da Rua Coimbra); “Coreanos exploram bolivianos em São Paulo”; “Senzala paulistana: a vida dura dos bolivianos que fogem do seu país para trabalhar em São Paulo como escravos modernos do século XX”; “O drama dos bolivianos em São Paulo”; “Emprego ilegal teve início com colônia coreana”. Cf. FREITAS, 2009, pp. 212-229, onde a autora apresenta resumos de cada uma das matérias compiladas.

final, Silva (1997) descreve e analisa práticas religiosas e festivas bolivianas trazidas a São Paulo e promovidas por migrantes anteriores ao período de inserção nas oficinas de costura, mas argumenta que são um momento importante de ressignificação da presença destes imigrantes na cidade.

A recepção pública deste trabalho, no entanto, contrariou as expectativas do autor. No debate público, foi encarada como uma denúncia das condições de vida e trabalho das oficinas de costura como *trabalho análogo ao de escravo*, especialmente a partir de uma matéria publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* (MONTES, 2003; SILVA, 2003)³². A própria reportagem atribuiu ao autor seu tom denunciante e a carga negativa colocada sobre os bolivianos a partir da identificação das suas formas de trabalho com a escravidão. O autor se sentiu mal interpretado, porque seu objetivo não era denunciar ou acusar a comunidade boliviana em São Paulo.

Diante dessa questão – a inserção de migrantes bolivianos em postos de trabalho altamente precarizados na indústria de confecção – o debate realizado no campo da sociologia do trabalho explicou a contratação de costureiros nessas condições através do conceito de *reestruturação produtiva*, um processo desencadeado pelas transformações contemporâneas do capitalismo pós-1970. No caso da indústria de confecção brasileira, o processo de reestruturação produtiva teria levado à substituição de grandes fábricas de produção de roupas por pequenas oficinas domiciliares e de fundo de quintal. Como forma de redução dos custos e maximização dos lucros, os imigrantes bolivianos empobrecidos e vulnerabilizados que chegavam à cidade de São Paulo passaram a ser contratados por essa mesma indústria. Vale lembrar que a perspectiva da reestruturação produtiva apareceu relacionada ao conceito trabalho análogo de escravo, que seria o auge das estratégias de barateamento da força de trabalho do setor.

O trabalho de Carlos Freire da Silva (2008) apresenta tais argumentos de forma bem estruturada. Esse esquema interpretativo foi apropriado por vários outros autores como explicação para a migração boliviana para São Paulo, causada pela pobreza dos bolivianos, por um lado, e pela necessidade de redução de custos da indústria da confecção impulsionada pela concorrência com países asiáticos, por outro. Tal esquema interpretativo aparece mesmo em pesquisas que não se preocuparam diretamente com o problema das relações de trabalho, como em Nóbrega (2009), que tratou da inserção boliviana na costura como “globalização popular”; e em Cymbalista e Xavier (2007), que se preocuparam com as formas de territorialidade manifestadas pelos bolivianos.

Patrícia Freitas, em sua pesquisa de mestrado, concluída em 2009, faz uma crítica do conceito de reestruturação produtiva como explicação para a formação de “circuitos de subcontratação transnacional” de força de trabalho boliviana para o abastecimento das oficinas de

32 Entre as matérias compiladas por Freitas, encontra-se esta reportagem, que levou o título “Padre denuncia regime escravo em livro” (FREITAS, 2009, p. 221). A autora encontrou 11 matérias publicadas em 1997, possivelmente por causa do lançamento do livro; a maioria delas foca a questão do “trabalho escravo”.

costura da cidade de São Paulo, seu objeto de estudos. Segundo ela, a análise através do conceito de reestruturação produtiva do setor de confecção a partir da década de 1990 supõe que a formação de um tal circuito teria sido impulsionada a partir do contexto urbano paulistano, o que é refutado, por um lado, pela formação do mesmo circuito em período anterior ao processo de reestruturação produtiva e, por outro, em outros países da América Latina, como a Argentina.

Para Freitas (2009), o que explica a formação do circuito de subcontratação da indústria têxtil de São Paulo seriam processos históricos internos à Coreia do Sul e à Bolívia. Assim, a relação entre coreanos e bolivianos se explicaria por um momento histórico em que os coreanos se dirigem à Bolívia, se encaminhando posteriormente a cidades como Buenos Aires e São Paulo, onde se envolveram com as indústrias de confecção locais e articularam o circuito de subcontratação de bolivianos. Contextos históricos locais da Bolívia e da Coreia explicam a migração de certos grupos sociais, notadamente, coreanos com dinheiro para investir na indústria têxtil e bolivianos com necessidade de empregar-se ainda que em postos precarizados.

Entre esses dois autores, a pergunta sobre as condições de formação e expansão do processo migratório de bolivianos para São Paulo parece polarizar-se entre origem e destino. O que pesaria mais? As difíceis condições de vida na Bolívia ou a demanda por trabalho imigrante no setor de confecção paulistano? Como se vê na trajetória de José, as duas coisas não parecem estar separadas: diante da pobreza da família e do desemprego, a proposta inesperada de migrar para São Paulo aparece como uma saída atraente. Assim, veremos as duas argumentações com mais detalhes para seguirmos desdobrando as nossas perguntas sobre a formação e a consolidação do processo migratório de bolivianos para São Paulo.

1.2.1. A reestruturação produtiva como fator migratório

Foi a partir de uma pesquisa coletiva sobre as dinâmicas urbanas do extremo Leste de São Paulo, especialmente no bairro de Guaianazes, que Carlos Freire da Silva se deparou com a importância que o trabalho na costura tinha nas trajetórias de diversas pessoas, principalmente mulheres. Elas eram, em grande parte, ex-operárias das fábricas têxteis que foram fechadas durante a década de 1990 e passaram a ser contratadas como costureiras terceirizadas pelas mesmas empresas para as quais trabalhavam antes. Chamava atenção, ainda, a presença de bolivianos no bairro também trabalhando como costureiros. Com isso, o pesquisador chegou ao debate sobre as dinâmicas urbanas produzidas pela indústria de confecção em São Paulo e pela relação de costureiras, bolivianos e vendedores ambulantes com o setor que tinha produzido, em todos esses casos, formas de emprego informal e precarizado. O autor se perguntava sobre o significado da

crescente informalização do trabalho e sobre as relações entre os diferentes grupos de trabalhadores que viviam esse processo: ex-operárias, bolivianos e vendedores ambulantes.

Assim, Silva (2008) analisou o aumento da informalidade como resultado não de um arcaísmo terceiro-mundista, como aparecia em autores da época³³, mas da globalização e das transformações do capitalismo contemporâneo. O autor se opõe, principalmente, ao ponto de vista liberal que encara a informalidade como falta de desenvolvimento e meramente como desregulação. Para ele, a informalidade faz parte do capitalismo contemporâneo globalizado, e o seu aumento diz respeito às mudanças provocadas por este. Para o autor, a mudança colocada pelo aumento da informalidade não é a “desregulamentação” do trabalho, mas sim mudanças nos modos de dominação e exploração: “transformações nas formas de dominação e exploração do trabalho que afetam os modos de regulação constitutivos do mercado de trabalho” (SILVA, 2008, p. 11).

A queda no emprego formal no Brasil – substituído por formas de empreendedorismo e “geração de renda” –, acirrada nos anos 1990, teria tido então o sentido de criar novas formas de exploração e dominação (em oposição a ser meramente o efeito de uma “desregulação” do mercado de trabalho), diante de novos regimes de acumulação. Essas formas seriam: 1) transferência dos riscos da queda da produção das empresas para os trabalhadores, associado à remuneração por produtividade; 2) crescente indistinção entre trabalho e não-trabalho; 3) individualização e subjetivação dos modos de controle do trabalho. Ao longo da dissertação, Silva (2008) identifica essas formas concretamente nas experiências de trabalho das ex-operárias e dos bolivianos.

A leitura da reestruturação produtiva em relação com a migração boliviana foi bem sintetizada por Freitas (2009):

De maneira geral, as análises sobre o ressurgimento de estabelecimentos irregulares de trabalho que empregam, geralmente, de maneira informal, força de trabalho de imigrantes indocumentados nos grandes centros urbanos do capitalismo mundial, apontam (...) para o papel determinante das 'novas' necessidades de acumulação capitalista, engendradas a partir dos contextos recessivos das décadas de 1970 e 1980. Destacando-se o advento de processos de reestruturação produtiva desencadeados no interior de empreendimentos econômicos formais e que, muitas vezes, passariam a mobilizar amplas cadeias de subcontratação de força de trabalho de dimensões transnacionais. Nessa perspectiva, portanto, a despeito dos “contextos de origem / expulsão” dos fluxos migratórios, as determinantes históricas desses circuitos de subcontratação encontrar-se iam nas necessidades de acumulação dos negócios que mobilizam tais circuitos, nas sociedades de destino dos fluxos migratórios. (FREITAS, 2009, p. 2)

Para Silva (2008), ainda, a reestruturação produtiva no setor de confecção se deu como uma reorganização das formas de produção e da gestão da força de trabalho, e não como resultado de inovações tecnológicas: “Vale ressaltar que não foi *nenhuma inovação tecnológica de grande*

33 Cf. debate realizado por Silva (2008) no primeiro capítulo de sua dissertação.

impacto sobre o processo de trabalho que atuou neste sentido de desvalorização da atividade das costureiras. A mudança foi principalmente na gestão da mão-de-obra e na organização produtiva” (SILVA, 2008, p. 58, grifo nosso). Embora essa inovação de grande impacto não tenha ocorrido diretamente nos processos de costura, ocorreu em outros campos do setor de confecção, como no corte de tecidos. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas ocorreu em outros setores, reconfigurando uma média global de produtividade que pressiona a concorrência mesmo entre os diferentes setores.

Nesse contexto, a precarização do trabalho, especialmente do trabalho feminino no caso das costureiras, foi compreendida como uma estratégia necessária de redução de custos diante de uma crise vivida pelo setor ao longo dos anos 1990. A reestruturação produtiva também teria sido provocada pela própria “evolução” do consumo da moda, que passou a exigir uma produção mais diversificada e flexível.

A exigência de uma produção variada, de pequena escala e que fosse capaz de acompanhar as mudanças nas tendências da moda, fez com que o processo produtivo se tornasse mais flexível. Estas adaptações da produção às novas condições do mercado foram acompanhadas de significativas transformações na gestão da mão-de-obra, nas quais as oficinas de costura terceirizadas tiveram um peso fundamental. (SILVA, 2008, p. 58)

Assim, para Silva (2008) o próprio processo de reestruturação produtiva poderia explicar a crescente informalização do trabalho como um desdobramento próprio das crises econômicas, levando a novas formas de dominação e exploração. A crise do setor de vestuário dos anos 1980 e 1990 teria se resolvido na descentralização e na terceirização da produção e do comércio, passando a empregar informalmente ex-operárias, bolivianos e vendedores ambulantes.

Jerónimo Montero, geógrafo argentino, fez sua pesquisa de doutorado sobre as mudanças na indústria da moda “do fordismo ao neoliberalismo” e como essas mudanças incidiram nas relações de trabalho. Seu trabalho de campo incluiu o setor de vestuário de Buenos Aires, onde trabalham os bolivianos, e de Prado (Itália), onde trabalham imigrantes chineses. Através de entrevistas com diversas figuras ligadas à confecção nos dois países, como donos de fábrica, sindicalistas, donos de oficina e costureiros, Montero (2014) chegou aos argumentos mais comuns para justificar as formas de trabalho na costura: i) impacto do aumento das importações de roupa produzida em países asiáticos, argumento usado inclusive para solicitar apoio financeiro do Estado; ii) impossibilidade, por parte das marcas, de controlar as relações de produção em toda a cadeia; iii) costume cultural de autoexploração dos imigrantes³⁴ (MONTERO, 2014).

34 No debate argentino, a questão da “cultura boliviana” como explicação e justificativa para as formas de trabalho na costura aparece em diversos contextos. Lieutier (2010) relata como o juiz Norberto Oyarbide, em 2008, absolveu uma conhecida marca de roupas pelo uso de trabalho considerado “análogo ao de escravo” com a seguinte

Sua conclusão sobre a “verdadeira” causa da exploração do trabalho de imigrantes na indústria de confecção é a reorganização do setor, fenômeno vinculado às estratégias das companhias de moda para fazer frente ao estancamento e à instabilidade econômicos globais do período 1980-1990, que impactaram o setor. Segundo Montero (2014), ainda, maiores gastos em publicidade pressionaram os “custos de mão de obra”, o que deu origem a uma profunda reorganização baseada na terceirização da produção. Também considera que a exploração e informalidade do setor são estratégias de “redução de custos” que não poderiam se dar de outra forma, dada a falta de modernização tecnológica da costura. Assim, se aproxima do tipo de interpretação proposta pela reestruturação produtiva. Como Silva (2008), dá relevância à transferência de custos ao trabalhador, bem como a exigência provocada pelas tendências da moda de uma produção flexível.

Esta no fue solo una forma de reducir costos laborales sino también de trasladar al trabajador los costos de la temporada baja y de la alta inestabilidad que caracteriza al sector. En este sentido, desde los setenta las estrategias de marketing de las empresas líderes de la moda han profundizado cada vez más esa inestabilidad de la demanda de ropa de moda al fomentar cambios constantes en las tendencias, modas cada vez más efímeras y mercados hiper-segmentados. La producción racionalizada ha permitido a estas empresas precisamente trasladar esos riesgos a los subcontratistas y sus trabajadoras [aquí, o autor também enfatiza o uso de força de trabalho feminina, além de imigrante]. Esto quiere decir que si bien el origen de los sistemas de talleres del sudor está relacionado a múltiples factores (incluyendo grandes cambios institucionales y dificultades macroeconómicas), las decisiones tomadas por las empresas más grandes del sector han iniciado los procesos que finalmente derivaron en la actual situación, y a pesar de sus incalculables ganancias, emplean mano de obra en condiciones de servidumbre. (MONTERO, 2014, p. 119)

declaração: “En ella [na sentença] se argumentaba (citando lo actuado por otro tribunal en una causa diferente) que no había delito, puesto que se trataba de 'costumbres y pautas culturales de los pueblos originarios del Altiplano boliviano', y se describía a los talleres como 'un grupo humano que convive como un *ayllu* o comunidad familiar extensa originaria de aquella región, que funciona como una especie de cooperativa'. Según los conceptos vertidos por el Juez, en su fallo, las situaciones registradas en los talleres no serían violaciones a la ley sino prácticas culturales ancestrales que, en nombre del relativismo cultural, habría que tolerar y respetar. De esta manera, utilizó una argumentación sobre la tolerancia de la diversidad para legitimar la violación explícita y manifiesta de los derechos de los trabajadores en los talleres clandestinos” (LIEUTIER, 2010, p. 58; cf. pp. 58-60). Em conversa com os funcionários da ONG Marcelina Meneses, de Quilmes (Argentina), eles destacavam elementos da cultura andina que explicariam as formas de inserção na sociedade de destino e, através da ideia de paridade, afirmavam que não haveria nessa cultura diferença entre homens e mulheres. Por fim, destacamos como isso aparece ainda em Silvia Rivera Cusicanqui, que defende que as relações de exploração do trabalho nas oficinas de costura refletem noções da cultura andina. A autora boliviana foi por esse motivo duramente criticada pelos costureiros do Colectivo Simbiosis: “La realidad de los talleres, desde la perspectiva de Silvia, nos generó sentimientos encontrados. Sobre todo, bronca y pena. Por un lado, porque reconocimos allí la forma de pensar de muchas y muchos que vienen a trabajar a los talleres (que también fuimos nosotros mismos, nuestros conocidos y parientes), pero esta vez formulada incluso como 'fundamentación teórica'. Por otro, porque sentimos que era necesario confrontar sus percepciones con lo que nosotros hemos vivido acá, con lo que sabemos que pasa dentro de los talleres” (COLECTIVO SIMBIOSIS/COLECTIVO SITUACIONES, 2011, p. 10). Também vale a pena que ressaltar que a conversa entre Silvia Cusicanqui e o coletivo, exposta nesse livro, vai além da “questão cultural” e apresenta diversos pontos de encontro entre ambos.

Assim, a terceirização da produção exigida pela reestruturação produtiva teria criado uma alta demanda por força de trabalho barata – por isso, imigrante – como forma de redução dos custos do setor de vestuário, levando à formação do processo migratório. Para chegar nessa questão, faremos primeiro alguns comentários sobre a perspectiva da reestruturação produtiva em si que nos remetem, inevitavelmente, a conteúdos do nosso item anterior.

A reestruturação produtiva e as crises do setor de vestuário

Em 2015 e 2016, muitos migrantes – como Sandra, Jérica, José, Elisa e Nicholas – se referiam à “crise”, relatando que já ganhavam muito menos do antes (até mesmo aqueles que eram donos de oficinas de costura) e que havia um movimento de retorno dos costureiros porque a costura já não valia mais a pena. Diziam eles que, desde 2014, os preços na costura haviam baixado muito.

Sandra, em nossas conversas durante o ano de 2016, ela comentou diversas vezes que ser dono de oficina “já não compensava”, porque agora as oficinas “já não davam mais para ganhar, só para comer”. A queda nos preços da costura ocorrida nessa época também relativiza a condição de “sucesso” de alguém que se tornou dono de oficina, já que o negócio que, em seu momento de abertura, pode ter sido lucrativo, já começava a se tornar um estorvo.

Nicholas veio para São Paulo em 2016, com o objetivo de “conhecer o negócio dos seus irmãos”. Provavelmente, pensava se seria uma possibilidade viável se estabelecer também como dono de oficina em São Paulo; porém, tinha decidido que não valia a pena, não só por causa das longas e cansativas e jornadas mas porque, segundo ele, os donos da oficina – no caso, sua irmã e seu cunhado – ganhavam quase o mesmo que os costureiros e a única diferença que ele via entre ambos era que os filhos dos donos “tinham mais liberdade”, porque podiam circular pela oficina, sair para fazer aula de judô, enquanto os filhos dos empregados passavam o dia dentro dos quartos dos pais.

Jérica também comentou sobre a “crise” diversas vezes ao longo da nossa entrevista com ela. Como já havia morado em São Paulo e trabalhado na costura antes, tinha se decepcionado com o cenário que encontrou quando voltou para a cidade em 2015. Segundo ela, o problema não era só que os preços pagos por pedido haviam baixado muito, mas que já não tinha tanto trabalho quanto antes. Como já mencionamos, ela ganhava em média R\$3.000 por mês costurando cerca de 3.000 camisetas por dia. Mas em 2015 dizia que isso já não era possível, não só porque haviam baixado os preços, mas porque já não havia demanda para essa quantidade de peças. A estratégia de venda na Feira da Madrugada ganha força também por causa desse contexto. As falas dos migrantes reiteram

que não é só o costureiro mas o próprio dono da oficina que já não consegue ganhar na costura como se ganhava antes.

Em Buenos Aires, os trabalhadores das cooperativas também se queixavam da crise, que tinha provocado uma queda nos preços e no volume de trabalho. Gloria, Ángel e Lourdes afirmaram que tiveram períodos de muito pouco ou nenhum trabalho em 2017 e coincidiram que os problemas tinham sido causados pelas políticas no novo governo. Essa fala coaduna com o argumento de Montero (2014) de que a crise que levou à reestruturação produtiva foi resultado de políticas neoliberais. Já veremos essa questão adiante.

A perspectiva da reestruturação produtiva como resposta à crise das décadas de 1980 e 1990 nos propõe um caminho para lidar com as dificuldades dos trabalhadores da costura relatadas em nosso trabalho de campo. As formulações de Silva (2008) e Montero (2014) se aproximam do processo de transformação do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível, conforme estudou o geógrafo norte-americano David Harvey (1992). Para Harvey (1992), a crise do fordismo como sistema de produção levou a uma reestruturação econômica nas décadas de 1970 e 1980. As mudanças sugeridas por essa reestruturação abarcaram diversos espectros da vida social e política em variadas escalas; também apontaram a passagem para um novo regime de acumulação e produção, associado a um novo sistema de regulamentação política e social.

Diferente do fordismo, o regime de acumulação flexível implicou em uma produção baseada na demanda, sem estoques, de pequenos lotes de tipos variáveis de mercadorias, redução do tempo de produção, aumento da automatização e modernização dos processos produtivos que, ao nível do trabalho, implicaram em terceirizações, novas formas de contrato de trabalho e perda da segurança social dos trabalhadores enquanto, politicamente, os trabalhadores perdem a capacidade de se organizar em sindicatos e o Estado assume novas funções (HARVEY, 1992). Da mesma maneira como Silva (2008) critica leituras que consideram a reestruturação produtiva como um momento de desregulamentação da produção, Harvey (1992) argumenta que o neoliberalismo aparece como a forma política e regulatória da acumulação flexível. Assim, este processo também se coaduna com o que Jerónimo Montero (2014) chamou de neoliberalismo.

A reestruturação produtiva da indústria de vestuário no Brasil e na Argentina – e em outras partes do mundo – faria parte dessa transformação do regime de acumulação fordista para o flexível. Para Harvey (1992), essa passagem resolveu a crise interna ao regime fordista, da mesma maneira que para Silva (2008) e Montero (2014) a reestruturação produtiva teria resolvido a crise do setor de vestuário dos anos 1990, ao favorecer a maximização dos lucros das marcas rebaixando os custos de produção. Assim, o edifício teórico da reestruturação produtiva parece construído sobre o pressuposto de que as crises de acumulação do capital – como crise do modo fordista de produção

– podem ser resolvidas com a reorganização da produção – processos de reestruturação em cada setor produtivo, como a confecção.

Para Silva (2008) e Montero (2014), a reestruturação produtiva oferece um caminho para pensar a precarização das condições de trabalho e de vida nas oficinas de costura. Seguiremos essa pista junto com eles, começando pela principal diferença dos autores com David Harvey (1992). Para Harvey (1992), o cerne da passagem do fordismo para a acumulação flexível é a inovação técnica, o desenvolvimento de novos meios de produção altamente cientificizados que substituíssem trabalho humano, acelerando o processo produtivo. No setor de vestuário, esse processo aconteceu na área de corte, como indicou o próprio Silva (2008), impondo o seu ritmo ao passo seguinte, à costura. A cobrança de produtividade das oficinas de costura por parte das marcas também faz parte desse processo. O que não aconteceu foi uma mudança fundamental no processo produtivo da costura em si, isto é, o desenvolvimento de novas máquinas e a substituição do trabalho humano. Antes, na perspectiva da reestruturação produtiva, a reorganização da produção pode ser entendida como resposta à falta de inovação técnica na costura.

José afirmava que ele e os irmãos continuavam utilizando as mesmas máquinas que tinham ganhado do “brasileiro”, porque não viam necessidade de trocá-las. Em uma oficina que visitei acompanhando o PSF, eu vi pela primeira vez a máquina de costura eletrônica, que consegue costurar mais rápido que as tradicionais. Lá havia apenas uma, e elas também não eram comuns nas outras oficinas que visitamos, nem nas cooperativas. Naquela oficina, ainda, quem costurava na máquina eletrônica era o próprio dono; segundo ele, não compensava ter muitas daquela máquina porque eram caras, e saía mais barato pagar o trabalho do costureiro do que a máquina eletrônica.

Diante disso, podemos nos perguntar por que não houve um grande desenvolvimento tecnológico nas máquinas de costura, especialmente em relação com a força de trabalho barata que costuma ser empregada no setor³⁵. Não houve inovação técnica por que há trabalho barato disponível ou, como não houve inovação técnica, a costura “exige” trabalho barato? A modernização do setor de costura poderia transformar as relações de trabalho? Como se verificou na modernização da colheita da cana-de-açúcar que acabaria com o trabalho exaustivo do corte de cana e, em seguida, foram encontrados operadores de colheitadeiras trabalhando em condições análogas às dos antigos cortadores (LEITE, 2014).

Nesse contexto, podemos ainda nos perguntar porque incide sobre a costura o imperativo da redução de custos – que teria levado à reestruturação produtiva. Na explicação de Silva (2008) e Montero (2014) essa exigência teria sido consequência da crise do setor. De onde, então, se

35 Em outros países, na Europa, na Ásia e na América do Norte, o padrão das formas laborais da costura se repete, privilegiando a inserção de migrantes com baixa remuneração. Vale considerar que Montero (2014) também estudou o trabalho de migrantes chineses na costura na Itália.

originam as crises? Essa pergunta é especialmente relevante se considerarmos os diversos relatos ouvidos sobre a “crise da costura”. Ora, os mesmos migrantes que teriam resolvido a crise do setor dos anos 1990 parecem estar vivendo a sua própria crise nos anos 2010. Seria essa uma “nova crise” do setor de vestuário paulistano? Os setores produtivos não passam por crises sucessivas que logo obrigam as empresas a buscarem novas estratégias de redução de custos? Para fazer esse caminho, vamos refazer o caminho da reestruturação produtiva tendo em vista as questões levantadas no item 1.1 e também a “nova” crise da costura com a qual nos deparamos em campo. Assumir que a reestruturação produtiva foi um momento em que lançou-se mão de medidas necessárias de redução de custo, sem considerar os mecanismos que implicam em uma exigência contínua de novas estratégias com o mesmo objetivo, parece entender “as crises” como um pressuposto natural do movimento da economia e a reorganização da produção como a sua solução naturalizada.

Assim, essa formulação esquiva uma pergunta importante sobre os fundamentos da acumulação, acreditando que ela se resolve em termos de rebaixamento de salários e aumento dos lucros das empresas. Se nos voltarmos para Marx (1983) veremos que, para ele, o fundamento da acumulação é a produção de valor.

Retomemos Marx (1983) puxando o fio da mais-valia relativa, aquela que o capitalista obtém a partir do desenvolvimento dos meios de produção em que o trabalhador consegue produzir mais peças pelo mesmo período de tempo. Como vimos, desdobra-se daí uma contradição fundamental que é a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo. Cada mercadoria tem objetivada, em si mesma, uma quantidade cada vez menor de trabalho – embora produza-se, cada vez mais, quantidades infinitas de mercadorias. Esse processo desdobra-se também como crise do trabalho.

Para Robert Kurz (1995) houve, no período fordista, um grande desenvolvimento das forças produtivas que, seguindo a tendência crítica descrita acima, acabou empurrando parte do trabalho para fora da produção. No entanto, a expansão do consumo de massas no período foi simultânea a uma expansão da produção automobilística e do trabalho empregado, uma possibilitando a outra. Esse processo criou um certo “mecanismo de compensação” que, no fim das contas, levou a um aumento real da produção de valor. Esse “mecanismo de compensação” era reforçado, ainda, pela inserção na reprodução capitalista de regiões do planeta que até então encontravam-se fora dela.

O salto de produtividade na indústria automobilística organizado por Henry Ford fez com que para cada automóvel se empregasse muito menos força de trabalho; mas a conseqüente transformação do automóvel num produto de consumo de massas desenvolveu a produção automobilística de tal forma que, no conjunto, apesar da racionalização e do aumento da produtividade, muito mais força de trabalho pudesse ser empregada produtivamente na indústria automobilística, aumentando assim a própria produção real de valor. É evidente, porém, que esta

condição não existe automaticamente, e que não pode perdurar *ad infinitum*. É inevitável chegar a um ponto em que a relação se inverte: perante mercados relativamente saturados, novos saltos no crescimento da produtividade têm o efeito inverso, isto é, superam a ampliação dos mercados de trabalho e das mercadorias por eles proporcionada. Todo este mecanismo de compensação iria então parar à medida que a força de expansão fordista decrescia. (KURZ, 1995, s/p)

O final do trecho citado acima parece apontar para a crise do fordismo encontrada por David Harvey (1992). A formulação de Harvey (1992) sobre a acumulação flexível, de forma análoga à argumentação de Silva (2008) e Montero (2014) sobre a reestruturação produtiva, parece pressupor uma possibilidade infinita de acumulação e expansão do capital, desde que ele seja capaz de se reorganizar e absorver “novos campos”, ou seja, manter o “mecanismo de compensação”; tendo-se como segundo pressuposto de que sempre haverão “novos campos” ainda não penetrados pela lógica do capital. Inversamente, sugerimos que a reestruturação produtiva surge como uma “solução” apenas paliativa e temporária de uma crise estrutural que não se resolve com a reorganização dos setores produtivos. A própria tendência crítica aparece aos donos das grandes marcas de roupas como exigência de redução de custos: economizar trabalho para baratear a produção. Por outro lado, nessa estratégia há o apagamento do trabalho vivo que é fundamento da acumulação capitalista.

Se, no período fordista, prevaleceu a mais-valia absoluta, o período de acumulação flexível privilegiou a mais-valia relativa. É nesse sentido que Robert Kurz (2004) fala de um “retorno à mais-valia absoluta”, apontando para o limite da própria mais-valia relativa. No caso da costura, esse caminho nos permite voltar à questão do desenvolvimento técnico em relação ao trabalho como um prevalecimento da mais-valia absoluta em um contexto de crise da reprodução do capital. Assim, a passagem do prevalecimento da mais-valia absoluta para o prevalecimento da relativa é uma expressão da própria crise de acumulação do capital, mas não a resolve, como se vê nos desdobramentos atuais dessa mesma crise – inclusive, o “retorno à mais-valia absoluta” das oficinas de costura de bolivianos. Como diz Kurz (1995), as condições da acumulação não existem automaticamente e não podem perdurar *ad infinitum*.

Assim, a força de trabalho, ao invés de fundamento da acumulação, aparece aos donos das marcas de roupa apenas como custo. A reestruturação produtiva aparece como “solução” especialmente aos donos e seus gestores, mas cabe ainda perguntar se ela realmente garante que as contas fechem no fim do mês. Porém, no movimento da mais-valia global, estratégias como a reestruturação produtiva acabam reforçando a tendência crítica que ela mesma tenta salvar. É por isso que, de tanto em tanto tempo, os estrategistas das marcas precisam lançar mão de novas estratégias de redução de custos que os ajudem na disputa concorrencial global. A argumentação da

reestruturação produtiva acaba reiterando a formulação dos donos das marcas, na medida em que também entende a força de trabalho como um custo que, ao ser reduzido, pode maximizar os lucros das marcas – mas, por outro lado, criticando-as na medida em que “super-exploram” o trabalho dos migrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires (e de outros migrantes em outras partes do mundo). Nos parece importante não perder de vista o caminho que vai das decisões “estratégicas” do capitalista individual para o movimento da mais-valia global.

Faltaria a esta linha de argumentação uma ponderação sobre a remuneração por peça, em que não há uma jornada de trabalho fixa. Nesse caso, os termos da mais-valia precisariam de alguma mediação, pois se referem a situações em que o tempo de trabalho é pré-determinado e a remuneração acontece em função das horas trabalhadas, e não da quantidade de mercadorias produzidas.

A redução do custo da mão-de-obra como estratégia necessária diante da falta de modernização tecnológica precisa ser compreendida nesse contexto. Sobretudo porque, devido à tendência crítica do desenvolvimento das forças produtivas, a modernização tecnológica de determinado setor pode vir acompanhada, logo depois, das mesmas estratégias de redução de custos e inclusive de aumento das jornadas de trabalho.

Dentre as estratégias listadas por Silva (2008) e Montero (2014) como parte das medidas adotadas pelas empresas do setor de vestuário com o advento da reestruturação produtiva, nos dedicamos ainda ao breve exame de duas: a terceirização e o emprego de imigrantes indocumentados – no caso que nos interessa, bolivianos.

O que nos parece relevante sobre a terceirização é que ela permite às empresas, que antes eram proprietárias de fábricas, empregadoras de milhares de funcionários e gestoras de redes produtivas complexas, externalizar a exploração do trabalho. Assim, ao tornar-se clientes de distribuidores as marcas abrem mão da gerência do processo produtivo, podendo assim desimplicar-se não apenas de custos de produção, mas também de custos jurídicos e sociais que a exploração do trabalho acarreta, como greves, processos, acidentes trabalhistas e outros³⁶. Como mostrou Jerónimo Montero (2014), é através dessa cadeia pulverizada que as marcas tentam se evadir da responsabilidade sobre as condições de trabalho nas oficinas de costura.

Como já indicamos, a terceirização da atividade da costura se desdobra em uma longa cadeia de intermediários até chegar à marca ou à loja que vende a peça ao cliente final. A diferença entre os valores repassados em cada degrau da cadeia (cf. Figura 1) parece indicar que a mais-valia

36 É considerada uma vitória das organizações de combate ao trabalho análogo ao de escravo que o Ministério do Trabalho tenha passado a responsabilizar e penalizar as marcas e não o dono da oficina pelas violações aos direitos trabalhistas. Carlos Freire da Silva (2008) indicava que a não responsabilização das marcas era uma das grandes barreiras ao enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo; como se viu, mesmo depois desse marco, as marcas continuam fazendo uso do trabalho altamente precarizado de imigrantes bolivianos.

produzida pelos bolivianos é distribuída ao longo de toda a cadeia, até chegar ao topo. Assim, a terceirização também entra no movimento da mais-valia global reforçando a sua tendência crítica e exigindo dos trabalhadores bolivianos jornadas de trabalho cada vez mais longas.

Diante do cenário da crise da costura dos últimos anos, nos perguntamos o que aconteceu com as oficinas de costura de migrantes bolivianos nos últimos anos. Grande parte delas pode ter falido e fechado; ou podem ter se centralizado, isto é, se fundido em oficinas maiores. Ao nível individual, isso significa que muitos migrantes – costureiros e donos – podem ter retornado à Bolívia ou tentado se inserir em outras áreas de atuação profissional na cidade de São Paulo. Jérica, por motivos diversos, retornou à Bolívia em 2016 e hoje vive em Cochabamba; Nicholas, que tinha vindo sondar o negócio na costura, planejava fazer um mestrado e se estabelecer como engenheiro em São Paulo. Esta crise poderá se apresentar, também, como o limite do processo migratório, quando já não compense mais aos bolivianos se inserir como costureiros em São Paulo e Buenos Aires.

Assim, a crise atual da costura mencionada pelos interlocutores ao longo do nosso trabalho de campo ajuda a problematizar o caminho explicativo da reestruturação produtiva. Pudemos, a partir da experiência mais contemporânea dos bolivianos, vislumbrar certa tendência crítica que não se resolve em processos de redução de custos e reorganização da produção. Passemos agora à análise da reestruturação produtiva como fator migratório.

A reestruturação produtiva e a migração

Quanto ao “emprego de imigrantes indocumentados” como estratégia de redução de custos do setor, o próprio trabalho de Silva (2008) expõe a fragilidade do nexo entre a “redução de custos” e o “emprego de imigrantes indocumentados”. Assume-se que o imigrante indocumentado aceita trabalhar mais horas e por menores salários. Ao relatar as formas de trabalho das ex-operárias das fábricas de costura, verificam-se formas parecidas de exploração do trabalho: pagamento por produtividade, longas jornadas para cumprir com prazos exíguos, mobilização de trabalhadores de acordo com as altas temporadas de produção, mesmo entre brasileiras e brasileiros sem problemas de documentação. Como já mencionamos, também, o trabalho dos imigrantes bolivianos não substituiu inteiramente as ex-operárias que apareceram na pesquisa de Silva (2008).

Ainda nesse sentido, vale recordar que muitos migrantes regularizados continuam trabalhando na costura, nas mesmas condições. Como afirmaram Sidney Silva (1997) e Carlos Freire da Silva (2008), a documentação é uma condição importante para que o boliviano consiga sair do emprego como costureiro ou tornar-se dono de oficina; no entanto, a regularização

migratória não implica necessariamente na saída da costura, como vimos com muitos dos bolivianos que conhecemos não só em São Paulo, mas em Buenos Aires também. Podemos retomar os relatos de Vilma de pessoas que voltaram para a costura mesmo depois de se inserir em empregos regularizados. Vale, ainda, recuperar do item anterior a questão dos projetos migratórios, que explicita o outro lado do problema, isto é, o fato dos bolivianos aceitarem as condições de trabalho na costura por conta do seu objetivo de retornarem à Bolívia. Podemos aqui acrescentar a variação cambial que significa que, para um boliviano, o valor ganho em reais é convertido na sua moeda com grandes vantagens (porém, também vale dizer que a conversão do real ao boliviano já não é tão vantajosa hoje em dia).

Além disso, o nexos direto entre redução dos custos e emprego de imigrantes indocumentados, ao fazer parecer que a indocumentação dos trabalhadores é a condição de lucro dos patrões, acaba por apagar a exploração do trabalho que, voltamos a insistir, é o fundamento da acumulação. O problema da indocumentação, portanto, parece insuficiente para deduzir um nexos necessário entre os trabalhadores migrantes e a indústria do vestuário, porque aponta para questões mais complexas, como a própria formação das oficinas de costura e de um processo migratório complexo.

Se invertermos esse argumento, podemos chegar a outra formulação: a indústria não demanda imigrantes porque são mais baratos, mas os migrantes aceitam esse tipo de trabalho porque outras coisas entram em jogo, como os seus projetos migratórios. Além disso, como ressalta Miranda (2017), a possibilidade que a costura oferece de receber migrantes sem qualificação e experiência, mesmo que seja como ajudantes, oferece uma inserção imediata, o que permite que a migração concretize em muitos casos em que não seria possível.

Na perspectiva de Silva (2008), a mobilidade “clandestina” é acionada pelo trabalho subcontratado e informal. Para ele, portanto, a migração boliviana para São Paulo pode ser explicada pela reestruturação produtiva, responsável por formar um certo tipo de trabalho na costura e pelo emprego preferencial de imigrantes indocumentados, sempre com o objetivo de reduzir os custos de produção:

Estas migrações não podem ser explicadas apenas pelo argumento das diferenças econômicas entre Brasil e Bolívia, isto não explica o porquê de certos destinos peculiares e nem a ligação com atividades específicas. (...) A hipótese é que foram as mudanças no setor de confecções que deram o impulso para que este fluxo migratório assumisse o peso que tem hoje. Há uma relação entre as mediações em torno das quais a migração ocorre e a sua posterior atuação na cidade no setor de confecções. Não são imigrantes que uma vez estando aqui, por coincidência, vão ser empregados nas confecções. Eles já vêm da Bolívia com um destino certo de trabalho. (...) Pode-se dizer que a intensificação desse fluxo migratório está associada às mudanças no setor das confecções na cidade e acompanha o seu desenvolvimento recente, ou seja, é pelas vias desse circuito e pelas redes que se

estruturam a partir dele que em parte se faz a mediação pela qual se dá sua grande afluência para São Paulo. (SILVA, 2008, p. 83)

Assim, no argumento da reestruturação produtiva, parece haver uma lacuna em relação a como os bolivianos teriam chegado a São Paulo e se inserido nas oficinas de costura. Silva (2008) passa pelos argumentos dos “contextos de expulsão” e tenta responder por que os bolivianos chegaram a São Paulo e à costura, mas com dificuldades. Como os bolivianos souberam que o setor de costura de São Paulo exigia a sua força de trabalho?

As transformações econômicas da Bolívia na década de 80 ajudam a entender a mudança no perfil destes imigrantes. (...) De fato a Bolívia se tornou um país fornecedor de migrantes. (...) No entanto, estas mudanças internas na Bolívia não são condições suficientes para explicar o processo migratório, não se trata apenas das diferenças econômicas da Bolívia com os demais países que recebem seus migrantes. No caso de São Paulo, não explicaria as particularidades da migração atual e a vinculação dos bolivianos a um setor específico de mercado e até mesmo o padrão de dispersão destes bolivianos pela cidade. É importante levar em conta as condições em São Paulo que criaram canais específicos para a atuação destes imigrantes na cidade. Neste sentido, os caminhos cruzados entre a imigração boliviana e a imigração coreana parecem ter desempenhado um papel importante. (SILVA, 2008, p. 87)

Acontece que Silva (2008), em sua pesquisa, deparou-se com ex-operárias de antigas fábricas de costura que, após serem demitidas, passaram a ser contratadas como costureiras a domicílio para grandes marcas de roupa. Nesse contexto, o argumento da reestruturação produtiva sem dúvida ganha força. No entanto, a sua determinação como causa fundamental da migração boliviana parece apagar processos históricos importantes que ocorreram na Bolívia e que levaram à migração de um grande número de seus habitantes. Esses processos são reduzidos, no texto de Silva (2008), a “diferenças econômicas” entre Brasil e Bolívia. Se analisarmos detidamente os trechos acima, veremos que para Silva (2008) essas “diferenças econômicas” são parte da explicação, assumindo em parte que essa migração sai de um país mais “pobre” a um mais “rico”. Porém, para ele, a verdadeira determinação não está nem na oferta de empregos para bolivianos na costura, mas na exigência do setor de empregar imigrantes indocumentados.

Isso também não ajuda a decifrar os “destinos peculiares” e a “ligação com atividades específicas”, principalmente porque não indica por qual caminho os bolivianos passaram a ser contratados pela indústria de vestuário paulistana. Por que não outra nacionalidade de migrantes, ou nacionalidades diversas? Por que as costureiras de Guaianazes não foram suficientes para essa indústria? Silva (2008) não chegou a apurar se de fato elas recebiam mais que os bolivianos; se isso se confirmasse, elas não deveriam ter sido substituídas por esse trabalho imigrante e indocumentado

cujo único sentido parece ser, justamente, a “redução de custos com mão-de-obra”? A questão dos projetos migratórios ganha força ao ser confrontada com essas perguntas.

A determinação da reestruturação produtiva como fator migratório decisivo para bolivianos e bolivianas acaba por hipostasiar a esfera econômica como motivadora das migrações. Os migrantes que se tornam costureiros – como José – aparecem como um sujeito abstrato que é determinado por regras e processos macroeconômicos. Por essa perspectiva, a proposta de migrar para São Paulo chega ao José por determinação absoluta dos processos de reestruturação produtiva da indústria de vestuário paulistana. Assim, as condições históricas de formação dos processos migratórios ficam obscurecidas. Nisso nos referimos à formação categorial da mobilidade do trabalho e aos processos de modernização que colocaram a força de trabalho disponível em movimento, como já veremos.

Através desta explicação, Silva (2008) parece se remeter ao chamado tronco teórico estruturalista dos estudos migratórios, conforme conceito de Salim (1992), posteriormente retomado por Becker (1997), Póvoa Neto (1997) e Leite et al. (2017). O enfoque estruturalista pensa os movimentos populacionais não como atos de decisão soberana dos indivíduos, mas como uma relação produzida a partir de estruturas sociais determinadas histórica e geograficamente. Tais estruturas são responsáveis por determinar regiões de atração e repulsão de migrantes, de acordo com as condições de trabalho e sobrevivência oferecidas em cada uma delas. Assim, as desigualdades espaciais ganham destaque e figuram como pressuposto das migrações, ainda que para o enfoque estruturalista essa desigualdade entre níveis de emprego e renda se explique por relações de produção e estruturas regionais de classe e exploração, formadas historicamente.

Outro pressuposto desse enfoque, para Leite et al. (2017), seria a afirmação de que os movimentos migratórios tem o papel de redistribuir a força de trabalho, tornando-a disponível para a dinamização e otimização dos processos de acumulação do capital. Nesse sentido, níveis ótimos de acumulação podem ser alcançados através de um balanceamento entre a necessidade e a oferta de força de trabalho, ainda que a acumulação seja entendida a partir da exploração do trabalhador como seu fundamento.

Essa perspectiva parece insuficiente diante dos relatos de campo apresentados até agora, porque apaga dimensões tão importantes do processo migratório quanto a demanda por força de trabalho da indústria do vestuário. O argumento proposto por Carlos Freire da Silva (2008) – que a migração boliviana para São Paulo seria um resultado dos processos de reestruturação produtiva no setor de vestuário da cidade – remete ao enfoque estruturalista na medida em que retoma argumentos clássicos dessa perspectiva, como o migrante mobilizado em função de determinações capitalistas macro-estruturais cuja subjetividade é apagada e a migração orientada pela localização

do trabalhador em um local ótimo para a acumulação do capital que significa, em geral, a saída de países “menos desenvolvidos” para “mais desenvolvidos”. Mesmo o argumento de Silva (2008) construído em cima da perspectiva da reestruturação produtiva parece flertar com estes pressupostos.

Por outro lado, a perspectiva da mobilidade do trabalho nos permite interpretar a questão de outro ponto de vista. Um migrante como José aparece como um sujeito mobilizado: portador unicamente da sua força de trabalho, é obrigado a vendê-la porém livre para vendê-la onde quiser. A decisão da sua migração não foi tomada individualmente, mas em conjunto com a sua família diante das próprias condições de reprodução, naquele momento. Foi, assim, elaborada subjetivamente, ainda que através de uma subjetividade formada pelas determinações da forma-mercadoria. Trata-se de sustentar que a migração boliviana para São Paulo não foi meramente uma determinação incontornável do setor de vestuário paulistano mas um momento da liberdade contraditória dos trabalhadores que passa, também, pela sua possibilidade de se inserir na costura como um costureiro altamente precarizado mas que ao mesmo tempo tenta se realizar a partir dos seus projetos na Bolívia.

O enfoque da mobilidade do trabalho diferencia-se dos anteriores na medida em que pensa a migração como um agente de transformação do espaço, e não apenas um reflexo das suas desigualdades. O trabalho deixaria de ser concebido como forma existente “desde sempre e para sempre” de relação entre homens e natureza, porque considera-se o seu processo de formação histórica como categoria da reprodução do capital. Assim, a mobilidade do trabalho se diferencia do enfoque estruturalista na medida em que recusa a ideia de zonas de atração e repulsão de migrantes conformadas por uma distribuição desigual de oferta de trabalho e de sobrevivência; tampouco aceita um sujeito migrante indeterminado que se movimenta em função da sua localização ótima para processos de acumulação.

Ambas recusas partem da compreensão do migrante como portador da mercadoria força de trabalho, cuja principal característica é a sua disposição para ir ao mercado se vender. Em outras palavras, é a única mercadoria cujo valor de uso é a sua capacidade de produzir outras mercadorias, enquanto seu valor de troca é o mínimo necessário para a sua reprodução enquanto tal. Essa característica não é um dado em si, mas o resultado de um processo histórico violento que não pode ser cindido do processo de formação do modo de produção capitalista. Como já comentamos, assim se configura a sua mobilidade, também como fundamento necessário à reprodução ampliada do capital.

Leite et al. (2017) radicalizam a concepção de Gaudemar (1977) ao insistir no sentido do processo histórico de mobilização para o trabalho como processo de formação do trabalho abstrato

como categoria fundamental da mediação social capitalista e da produção de mercadorias. Para os autores, Gaudemar (1977) sinaliza um conceito de trabalho sob o qual podem cair “quaisquer atividades humanas de relação com a natureza”. O processo original de mobilização para o trabalho seria, para ele, a transformação de um trabalho “não-capitalista” em força de trabalho mobilizada diretamente para a reprodução do capital, o que pode ser compreendido como um conceito de trabalho ontológico cujo sentido histórico pode se transformar.

Um trabalho compreendido radicalmente como forma exclusivamente capitalista vem sido formulado e debatido há décadas. Atendo-nos ao debate em pauta, recuperamos Leite et al. (2017) que insistem em afirmar que o processo de mobilização para o trabalho percebido por Gaudemar (1977) foi o processo de formação do trabalho como categoria moderna, própria do modo de produção capitalista e da sua reprodução ampliada, e entranhado portanto no processo da sua própria produção. O trabalho – atividade abstraída de qualidade, porém concreta na sua realização; atividade produtora de mercadorias e de valor – é uma categoria exclusiva de um tal modo de produção e não pode ser compreendida fora dele. Que os trabalhadores, como portadores da mercadoria força de trabalho, sejam sujeitos sujeitados ao trabalho como forma necessária de mediação social, é o fundamento dos processos de acumulação e reprodução ampliada do capital. A mobilidade como característica dessa força de trabalho é também parte desta fundação.

Como consequência, a definição radical do trabalho como categoria moderna e exclusivamente capitalista seria o silêncio comum entre o enfoque estruturalista e o enfoque da mobilidade do trabalho quando não foi capaz de fazer essa crítica. Assim, o migrante boliviano que se emprega na costura em São Paulo migra como um sujeito mobilizado moderno, portador de uma liberdade contraditória que é, essencialmente, moderna.

Por fim, perguntamos: quais foram as condições de estabelecimento da família de José em São Paulo? A perspectiva da reestruturação produtiva explicaria o estabelecimento dessa família em São Paulo apenas como determinação do setor do vestuário? José e Elisa compreendem esse processo como um empreendimento familiar, que “deu certo” graças ao empenho coletivo, à economia e ao comportamento adquirido pela devoção evangélica. Não são falas, como as dos costureiros que defendem o seu “direito ao trabalho”, que expressam uma forma de subjetividade típica de sujeitos modernos, mediados pelo trabalho, pela família e pela religião? Nesse sentido, por que será que, para eles, a família aparece como o centro desse processo de estabelecer-se no Brasil?

Carlos Freire da Silva (2008) afirma que uma das formas de exploração e dominação criadas pelo regime de acumulação flexível baseado na reestruturação produtiva é a crescente indistinção entre trabalho e não-trabalho dentro da costura. Nesse sentido, ele vê nas costureiras o trabalho

familiar a domicílio, a mobilização de contatos de parentes e vizinhos para cobrir os períodos de alta produção e uma crescente indistinção entre o espaço da produção e o espaço doméstico:

O trabalho assalariado fornecia os parâmetros que delimitam as distinções entre o tempo de trabalho e não trabalho através do estabelecimento de uma jornada, mas também a distinção entre um espaço de produção e um espaço doméstico usualmente também associados, respectivamente, a um espaço masculino e a um espaço feminino. Hoje muitas vezes se confundem o espaço da produção e o espaço doméstico. (SILVA, 2008, p. 40-41)

Isso se aplica também aos bolivianos, entre os quais há uma “associação entre trabalho e moradia” que, para ele, se complexifica na medida em que “a casa não corresponde necessariamente a uma unidade familiar” (SILVA, 2008, p. 41). Em nosso trabalho de campo, a situação mais comum que encontramos é que a oficina pertença a um casal, que organiza tanto o trabalho e a atividade da costura quanto as outras tarefas que exige o espaço doméstico, como a cozinha, a limpeza, o cuidado com as crianças e outros. Assim, mesmo quando há muitos costureiros contratados, é comum que a oficina se organize em torno de uma unidade familiar principal, a dos donos.

Mesmo diante das suas próprias considerações, Silva (2008) considera que, em comparação com as costureiras,

O que podemos notar em relação às oficinas dos bolivianos é que, diferentemente das outras, a questão do gênero não se coloca da mesma forma, não há uma predominância de mulheres, os homens também estão presentes neste tipo de atividade e em alguns casos parecem ser maioria. Entre estas oficinas o gênero não parece fazer muita diferença em termos do trabalho com a costura. (SILVA, 2008, p. 95)

Essa afirmação do autor poderá ser relida à luz dos conteúdos discutidos no próximo capítulo. O que se expressa é que, para ele, a “questão do gênero” dentro das oficinas de costura se limita a uma predominância de mulheres que, entre os bolivianos, não se verifica. As relações entre espaços de produção e doméstico que existe dentro das oficinas de costura – que ele mesmo apontou e, ainda, associou a espaços masculino e feminino – passa despercebida não só ao autor, mas à leitura da reestruturação produtiva em geral.

Nessa perspectiva, uma dimensão fundamental das oficinas, que é a sua organização em torno da família e do casal, parece não fazer parte das estratégias de redução de custos, embora apareça como condição para o estabelecimento das oficinas de costura de migrantes bolivianos em São Paulo. Esse arranjo familiar das oficinas se remete a uma gerência interna das relações de trabalho – jornadas de trabalho, pagamentos, contratação, contato com clientes, transporte de mercadorias e matérias-primas, entre infinitos outros – e às atividades que fazem parte da gestão do

espaço doméstico cotidiano – cozinha, limpeza, cuidado com as crianças, limpeza das roupas, entre mais tantas outras.

Neste item, discutimos a perspectiva da reestruturação produtiva em dois sentidos: na sua relação com as crises do setor do vestuário e na sua concepção como fator migratório para os bolivianos. O trabalho de Carlos Freire da Silva (2008) não é o único que parte do argumento da reestruturação produtiva para explicar o processo migratório de bolivianos. Nos interessa debatê-lo porque nele essa perspectiva é apresentada com mais detalhe. O argumento de que as formas violentas e coercitivas de trabalho enfrentadas nas oficinas de costura de São Paulo são uma expressão da própria crise de acumulação do capital ganha mais densidade. Vejamos agora outra abordagem possível para as mesmas perguntas que nos colocamos sobre a formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo.

1.2.2. Histórico da migração boliviana para São Paulo

Em sua pesquisa de mestrado, Patrícia Freitas se dedica ao estudo do que chama de “circuito de subcontratação transnacional”³⁷ de força de trabalho boliviana para o abastecimento de negócios de imigrantes coreanos na indústria da confecção que, para a autora, constitui um tipo específico de fenômeno migratório, transnacional e “clandestino”³⁸. O faz a partir de duas questões centrais: as origens deste circuito e a experiência social boliviana no seu interior. Assim, propõe uma outra perspectiva para o problema:

A abordagem alternativa (...) mostra que a constituição do circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana dependeu de uma série de processos que se estabeleceram em temporalidades e espaços diversos em torno das histórias de desenvolvimento industrial e sócio-econômico da Bolívia e da Coreia do Sul – configurando um diagrama de relações que ultrapassam em muitos sentidos a capital paulistana e seus arranjos. De maneira geral, foram identificados dois momentos determinantes para a formação do circuito, desenvolvidos no interior desses países: um primeiro momento, entre 1950-1970, em que os dois países iniciavam super tardiamente o desenvolvimento de suas estruturas produtivas industriais e urbanas e que, naquelas circunstâncias, significou, diferentemente dos processos clássicos de desenvolvimento industrial, a expulsão de uma parte da força de trabalho – que, nos casos da Coreia e da Bolívia, seria uma força de trabalho urbana, em um contexto de concentração populacional. E,

37 Definido pela autora da seguinte maneira: i) circuito: atividade que possui territorialidade própria; ii) subcontratação: contratar de maneira precária pessoas para determinada atividade econômica; iii) transnacional: circuito que “une dois pontos que se encontram no interior de fronteiras nacionais diferentes e essa vinculação é feita por atores não institucionalizados” (adaptado de Freitas, 2009, p. 28).

38 A palavra “clandestino” remete a uma característica portada pelos migrantes, ao invés de uma condição imposta às pessoas que migram pelas formas de controle do Estado, exigências que nem sempre podem ser cumpridas. Gostaríamos de apontar que, nos trabalhos de Silva (2008) e Freitas (2009), a “clandestinidade” aparece como um resultado do próprio processo migratório, e não da regulação do Estado sobre a entrada de pessoas estrangeiras em seu território. A mesma consideração pode ser feita em relação à palavra “ilegal”.

um segundo momento, a partir de fins da década de 1970, em que a Coreia e a Bolívia tomam rumos de desenvolvimento praticamente opostos, mas que implicam, por motivos diversos, a expulsão de uma parte de sua população, que passa a se ligar diretamente ao circuito de subcontratação nascente. (FREITAS, 2009, p. 192)

Patrícia Freitas considera a sua abordagem uma alternativa à perspectiva da reestruturação produtiva, sugerindo um debate crítico com o campo de debate estabelecido até então. Para ela, tanto as origens quanto a abrangência do circuito de subcontratação transnacional demonstram a insuficiência da perspectiva da reestruturação produtiva porque este extrapola a economia urbana paulistana, na medida em que: i) se relaciona, para ela, com processos migratórios coreanos e bolivianos ocorridos entre as décadas de 1950 e 1970; e ii) se estabeleceu um circuito muito parecido em Buenos Aires – portanto não seria um fenômeno de reorganização produtiva a nível local. Mas, como vimos, o debate argentino também recorreu à formulação da reestruturação produtiva para explicar a emergência das oficinas de costura de trabalhadores bolivianos por lá. A autora se pergunta, portanto, sobre as condições de formação do “circuito” migratório tendo em vista os processos históricos desencadeados na origem.

Dessa forma, considera-se que, *apesar da abertura dos mercados ser um fator importante para explicar os processos de relocalização industrial e reestruturação produtiva do setor, na década de 1990, em São Paulo*, e que implicaram um aumento considerável das práticas de subcontratação generalizada da força de trabalho boliviana e de outros imigrantes em situação precária na cidade, tal perspectiva parece pouco profícua para a compreensão das origens desse circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana, pois esse circuito não seria, a princípio, produto dos processos de reestruturação produtiva estabelecidos no contexto urbano paulistano. Portanto, propõe-se um deslocamento do foco analítico dos “contextos de recepção” desse circuito no espaço urbano paulistano, para os “contextos de origem” dos fluxos migratórios que compõem o circuito. (...) [A perspectiva analítica dessa abordagem] busca repor as análises baseadas nas especificidades das formas de realização do desenvolvimento industrial das economias nacionais, em meio a contextos internacionais específicos, ao invés de buscar as explicações nas “semelhanças” produzidas contemporaneamente pelas mudanças na dinâmica de acumulação capitalista. (FREITAS, 2009, p. 49, grifo nosso)

Assim, para a autora, o centro da origem do processo migratório de bolivianos para São Paulo se encontra nos “contextos de expulsão” da Bolívia e da Coreia – considerando a inserção dos coreanos na costura em São Paulo –, que criaram as determinantes históricas para a formação do “circuito de subcontratação transnacional”. Ela desloca a análise dos “contextos de atração” da reestruturação produtiva para os “contextos de expulsão” dos dois países.

Da mesma forma como Carlos Freire da Silva (2008) faz alusão às “desigualdades regionais” como um fator migratório “menos importante” para explicar a migração boliviana para

São Paulo, Freitas (2009) faz um recurso similar ao argumento da reestruturação produtiva. Embora os dois autores pareçam polarizar-se entre contextos de atração e de repulsão, um também recorre ao outro como “complemento” da sua explicação. Relembrando Carlos Vainer, “se entendem, mesmo quando discordam” (VAINER, 1984, p. 10).

Na argumentação de Freitas (2009), os primeiros grupos de bolivianos e coreanos teriam chegado a São Paulo entre 1950 e 1970, como resultado dos processos de desenvolvimento ocorridos nos respectivos países a partir de 1950. Nesse período, os coreanos que chegam a São Paulo se inserem informalmente no setor de costura através dos negócios já estabelecidos de migrantes judeus³⁹. Em 1980 e 1990, o perfil dos imigrantes coreanos muda para pessoas com certo capital, que fazem amplos investimentos no setor de confecção a partir da relação já estabelecida pelos migrantes mais antigos.

Tendo em vista, mais especificamente, o fato de um circuito de subcontratação transnacional ser uma variação de um fenômeno migratório, considera-se que estaria sujeito ao mesmo tipo de condição de existência que os outros fenômenos migratórios. (...) Nesse sentido, o circuito de subcontratação em foco se constituiria a partir de condições específicas estabelecidas nos “contextos de expulsão” da força de trabalho a ser posta em circulação, na Bolívia, e nos seus “contextos de recepção” que, nesse caso, diriam respeito às configurações dos negócios dos imigrantes coreanos na cidade de São Paulo, a partir dos quais essa força de trabalho seria primeiramente mobilizada. (FREITAS, 2009, pp. 112-113)

A nova forma de organização produtiva estabelecida pelos coreanos parece exigir a produção em pequenas oficinas de costura informais, e laços anteriores firmados com bolivianos explicariam a contratação desses imigrantes. Aliado a isso, o contexto boliviano de crise econômica, instabilidade política e desastres naturais teria levado a uma migração para o exterior nunca antes vista, dando origem ao processo migratório com inserção na costura, tanto em Buenos Aires como em São Paulo. Vejamos a argumentação de Freitas (2009) com mais detalhe, considerando também o percurso que ela faz em seu doutorado sobre os processos ocorridos na Bolívia em 1950 e 1980. Nos interessa discuti-los, especialmente, para investigar como reverberam hoje na migração boliviana para São Paulo.

Bolívia, 1952

Até 1952, a economia boliviana estava centrada principalmente em agricultura e mineração. A maioria da população vivia ainda fora das cidades, embora já houvesse uma formação urbana onde viviam camadas médias e intelectuais. Foram essas camadas médias, associadas a setores

³⁹ Sobre o estabelecimento de negócios de confecção de migrantes judeus em São Paulo e, especialmente, no Bom Retiro, cf. Freitas, 2009, pp. 134-139.

populares – trabalhadores rurais, operários e mineiros, organizados em centrais sindicais – que promoveram a revolução que levou Victor Paz Estenssoro e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) ao poder. Suas principais bandeiras foram a estatização e a modernização da economia boliviana. As camadas mais baixas pressionaram ainda por outras reivindicações como o voto, o acesso à educação e a distribuição de terras. Assim, as medidas tomadas foram, em linhas gerais: reforma agrária, nacionalização das minas, estabelecimento do voto universal e estabelecimento de uma política de substituição de importações, com controle da economia pelo Estado. Desse processo, nos interessa discutir três pontos: a reforma agrária; o caráter modernizador da Revolução de 1952; e a Revolução de 1952 como marco inicial das migrações internas e internacionais da Bolívia.

A reforma agrária, realizada em 1953, é relevante por causa da sua relação com processos de mobilização e migração. Antes da medida, a permanência na terra de populações de origem indígena dava-se pelo sistema de *pongueaje*, uma prestação de serviços não remunerada ao proprietário da terra (Freitas, 2014). Assim, o principal objetivo da reforma foi o fim desse sistema, rompendo com os laços que prendiam os trabalhadores rurais à terra. Segundo Freitas (2014), “a reforma agrária só serviu para liberar os camponeses, sem estabelecer uma efetiva redistribuição de terra” (FREITAS, 2014, p. 155), isso porque a maioria dos antigos trabalhadores rurais não teve direito a receber parcelas de terra. Assim, embora as relações de trabalho no campo tenham sido transformadas, a estrutura de distribuição de terras não foi modificada fundamentalmente. Contraditoriamente, a reforma agrária significou a fixação na terra pela sua propriedade apenas para uma parte reduzida da população rural; boa parte dela acabou migrando para os grandes centros urbanos, como La Paz, Cochabamba e Santa Cruz (FREITAS, 2014).

Para Vacaflares Pereira (2004), o processo de reforma agrária resultou na “liberdade da força produtiva campesina”. Retomando Gaudemar (1977), esse processo pode ser lido como *mobilização para o trabalho*, ou seja, os antigos camponeses foram *mobilizados*, tornaram-se força de trabalho cuja característica mesma é ser móvel; tornaram-se, nas palavras de Marx (1983), “livres como pássaros”. Não significa que esse seja o momento inicial de formação do trabalho abstrato na Bolívia já que, ao que tudo indica, a categoria já existia nos centros urbanos do país. Faltaria investigar mais detidamente os termos da relação de *pongueaje* e os vínculos que ligavam o camponês à terra. Porém, se o principal feito da reforma agrária de 1953 foi ter desfeito esse vínculo, os antigos camponeses passam a portar uma força de trabalho mobilizada e mobilizável, que deve ser vendida a alguém, mas pode ser vendida a qualquer pessoa, e não mais se vincula necessariamente ao dono de uma certa propriedade.

A “liberação dos camponeses” da terra faz parte do processo de modernização boliviana do

período, ao cindir a propriedade da terra da propriedade do trabalho, tornando proprietários exclusivos da sua força de trabalho os próprios trabalhadores, agora mobilizados para vendê-la, considerando os termos de Gaudemar (1977). A modernização se explicita assim como um processo totalizante, que passa pela formação de sujeitos que não são apenas trabalhadores, mas também cidadãos: por isso torna-se importante o direito ao voto e à educação simultaneamente ao que parece ter sido o fim de relações não-capitalistas de produção e a imposição total do trabalho abstrato pelo fim do sistema de *pongueaje*. A modernização abarca os processos de industrialização mas é mais ampla do que eles; se refere às mediações sociais impostas – o trabalho e o dinheiro – e a uma forma de consciência particular, regida por essas mesmas categorias.

As terras que foram de fato distribuídas eram, em grande parte, de solos pouco férteis; além disso, a propriedade foi feita em nome dos “chefes de família”, ou seja, os homens (FREITAS, 2014). Verificam-se hoje dois desdobramentos principais deste processo: o minifúndio e a tradição patrilinear de propriedade da terra. O minifúndio significa que, ao longo das gerações, as parcelas de terra foram sendo reduzidas cada vez mais; considerando que é comum que as famílias bolivianas tenham muitos filhos, cada geração herda pedaços de terra cada vez menores. Hoje, essa é considerada uma das maiores causas de migração de zonas rurais para urbanas no altiplano boliviano (ORSÁG, 2017; URQUIETA, 2017). O pai de José, por exemplo, saiu do campo por causa da disputa pela terra que havia entre ele e seus irmãos:

José: A mãe do meu pai morreu com 96 anos, ela viveu até velhinha. Quando eu vim aqui perdi ela, não vi a morte dela. Mas eu conheci ela, era brava pra caramba. Mas o marido dela morreu antes, o meu pai perdeu o pai dele com 16 anos. Ele já estava jovem, mas depois a mãe teve que sustentar eles. Eles também são vários irmãos e os irmãos dele tem um monte de filhos também. E o terreno deles... Os pais sempre passam o terreno deles para os filhos. Só que como o meu pai e os irmãos deles tem um monte de filhos, o terreno da minha avó não ia dar para todo mundo. Por isso que meu pai decidiu comprar um terreninho.

Elisa: Mas sempre teve briga de família.

José: Nossa, até hoje, tem irmão que se bate até hoje.

Clara: Mas brigam pelo quê?

José: Pelo terreno.

Elisa: Mesmo que fossem família, eles brigam.

José: Bate, bate um no outro. Às vezes brigam assim, é muito injusto eu acho, se um bicho passar pro lado do outro eles brigam já. É terrível isso aí. Você teria que morar lá para entender essa cultura, é diferente.

Elisa: É triste, né. Tem muita ignorância.

José: É triste, eu sei.

Soma-se ainda o fato de que as terras que foram distribuídas foram entregues aos “chefes de família”, ou seja, aos homens. Apenas mulheres viúvas se tornaram proprietárias de terra, porque considerava-se que teriam que sustentar a família na ausência do marido. Assim, estabeleceu-se uma tradição patrilinear de herança da terra que significa que as mulheres conseguem permanecer no campo apenas quando se casam com um homem que herda a terra. Ou, no caso da avó de José, quando se tornam viúvas (porque já se casaram). Marta, que morava em um pequeno *pueblo* rural à beira do Salar do Uyuni, migra pela primeira vez por não ter direito a permanecer na terra. Seu marido, Christian, sai da terra para deixá-la à irmã que, solteira, não teria outra forma de reproduzir-se. Por outro lado, a decisão de Christian poderia estar bem mais organizada por um desejo dele de ir à cidade buscar outras formas de inserção no trabalho, já que ele se queixava da dificuldade de reproduzir-se no campo: dificuldade de produzir e preços baixos das mercadorias (no caso dele, gado). É possível que, para ele, ficar no campo fosse a pior opção, o que também o permite deixar a terra à irmã. A situação atual dos minifúndios faz parecer que a divisão das terras também entre as filhas mulheres teria apenas adiantado o problema em uma geração.

Quanto ao caráter modernizador e de oposição à elite rural da Revolução de 1952, coincidem tanto Patrícia Freitas (2014) quanto Durán Gil (2008). Para ambos, foi o ponto central de transição entre uma Bolívia “tradicional”, “arcaica”, e um país que forma condições de se integrar ao capitalismo mundial. O debate entre eles, no entanto, expressa as duas posições recorrentes assumidas sobre a revolução: o seu caráter popular ou burguês.

Freitas (2014) defende o caráter popular e socialista de 1952, que buscava “dar resposta às insatisfações das populações indígenas, a partir de uma associação entre essas últimas, representadas pelos operários mineiros e camponeses, e os intelectuais nacionalistas urbanos” (FREITAS, 2014, p. 153). A autora argumenta ainda, a partir de Vacaflores Pereira (2004), que havia uma convergência entre os interesses dos setores populares com a burguesia que tentava se estabelecer, apesar da crítica já mencionada ao processo de reforma agrária.

O projeto de converter a Bolívia em um país capitalista moderno fez com que a diversificação da economia, a liberdade da força produtiva campesina, a abertura da educação e a presença da população na consulta eleitoral fizessem parte do desenvolvimento social e também de uma intenção de fortalecer uma classe dominante capaz de empreender o “desenvolvimento” capitalista. (...) As grandes aspirações do povo com relação às minas, à agricultura e à educação terminaram se mesclando com o interesse de uma nova classe dominante que sonhava industrializar o país, empreender o desenvolvimento, liberar as forças produtivas e incorporar o país na dinâmica capitalista dominante depois da Segunda Guerra mundial. (VACAFLORES PEREIRA, 2004, p. 45 *apud* FREITAS, 2014, p. 154, tradução da autora)

Há, porém, dissonâncias: segundo Durán Gil (2008), foi uma revolução de “natureza nacionalista burguesa”, em que a aliança com a Central Obrera Boliviana (COB) era uma forma de controlá-la. Para Durán Gil (2008), a concessão de direitos políticos às classes populares resumia-se a uma necessidade de angariar o seu apoio e garantir o seu controle, assegurando um caráter conservador. Assim, a burguesia nacional que promove a Revolução de 1952 manipula o movimento operário e sindical apenas em benefício próprio. Durán Gil (2008) não discorda de Vacaflores Pereira (2004) de que tratava-se de incorporar o país ao capitalismo mundial, embora critique a insuficiência da sua realização:

Ou seja, trata-se de uma nacionalização burguesa que tem como objetivo precípua o desenvolvimento capitalista a médio e longo prazo, um tipo de transição capitalista periférica que, no seu processo global, demonstrou ser retardatária e muito mais lenta e conflituosa em relação aos casos brasileiro, argentino ou chileno. (DURÁN GIL, 2008, p. 161)

Qual o caráter, portanto, dessa revolução modernizadora? Cidadão ou perverso? Popular ou burguês? Do nosso ponto de vista, o processo de modernização é inerentemente contraditório e não pode ser resumido a esses termos. A inserção de camponeses e mineiros na cidadania através da educação e do voto faz parte do mesmo projeto modernizador de desenvolvimento capitalista “a médio e longo prazo”. A cidadania significou, para os antigos camponeses, uma inserção forçada na sociedade capitalista, na qual agora eles são obrigados a se educar formalmente, aprender espanhol no lugar das línguas indígenas (quechua e aymara) e a participar das formas de sociabilidade modernas. Tirá-los da terra pode ter significado tirá-los de um vínculo senhorial, mas também significou a sua nova condição de trabalhadores. Caso as centrais operárias tivessem tomado controle da revolução, como parece querer Durán Gil (2008), elas não poderiam ter feito mais que também favorecer um “desenvolvimento capitalista a médio e longo prazo”, na medida em que as suas minas e fábricas só poderiam se manter caso pudessem sustentar a concorrência global com outros países produtores de estanho – o que às levaria, inevitavelmente, ao desenvolvimento das forças produtivas.

Considerando ainda a argumentação de Durán Gil (2008), se o caráter da Revolução de 1952 era burguês, como entender que tenha se dado sobre um momento estatista, ou seja, sobre um prevailecimento do Estado perante o mercado que aparece, por exemplo, na nacionalização das minas de estanho? Vale destacar que o caráter modernizador de 1952 não se limita ao desenvolvimento das forças produtivas, mas abarca a modernização como todo – a educação formal, o ensino do espanhol, a obrigação do voto diante de comunidades que se organizavam a partir de outras hierarquias, entre várias outras transformações – imposta à sua população pela

abstração do trabalho, do dinheiro e do tempo. Sua condição conquistada de cidadãos se trata de uma forma do sujeito moderno.

Segundo Kurz (1992), para as ex-colônias que não passaram pelo processo de modernização e industrialização nos moldes de certos países europeus, o Estado foi o responsável por possibilitar processos importantes de industrialização, atuando como proprietário e explorador de setores industriais estratégicos ou pelo menos garantindo investimentos fundamentais. Esse investimento estatal, no entanto, não é suficiente para alcançar os níveis de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais, que continuam aprofundando esse processo enquanto as economias periféricas ainda estão tentando chegar aos seus níveis anteriores de produtividade. A esse processo Kurz (1992) chamou modernização retardatária: sempre atrás, sempre tentando alcançar aqueles que estão à frente.

Por outro lado, os investimentos massivos feitos pelos Estados dos países periféricos visando impulsionar a própria modernização só foram possíveis através do endividamento externo, que forneceu o capital necessário para os empreendimentos modernizadores. O processo de modernização retardatária foi, assim, parcialmente responsável pela “crise das dívidas do Terceiro Mundo” que aconteceu décadas depois (KURZ, 1992). Na crise das dívidas, desdobrou-se um momento monetarista, em que o mercado prevalece sobre o Estado. Em muitos países, o monetarismo adquiriu a forma de neoliberalismo, reformas e políticas neoliberais – também na Bolívia, como veremos.

Seguindo essa linha, podemos considerar que as políticas *modernizadoras* realizadas pelo Estado boliviano nesse momento visavam criar condições para um desenvolvimento das forças produtivas que alcançasse os níveis concorrenciais globais, aumentando a produtividade e criando, assim, as condições necessárias para a expansão da acumulação capitalista. Em outras palavras, realizavam a *modernização retardatária*. Nisso se inclui também a reforma agrária como liberação da força de trabalho no campo e a “inclusão social” dos antigos camponeses por meio da cidadania – sobretudo educação e voto, mesmo que estas tenham sido “demandas populares”. Ao contrário do que diz Durán Gil (2008), não se considera retardatária porque insuficiente e lenta, mas porque jamais alcançará os níveis de produtividade dos países centrais. Como estes começaram os processos modernizadores um século antes, e seguem desenvolvendo-os aceleradamente, não há “modernização suficiente” que permita aos países periféricos alcançar a média social da modernização, não obstante os esforços de “recuperação”. Nesse sentido, não parece estranho que a Revolução de 1952 apareça como uma revolução burguesa por ter como objeto um “desenvolvimento capitalista a médio e longo prazo”.

Paralelamente, a Revolução de 1952 é considerada o marco inicial das migrações internas e

internacionais na Bolívia. Considerando o processo de reforma agrária de 1953, houve uma migração para os centros urbanos bolivianos. Esse processo, pelo ponto de vista de Gaudemar (1977), pode ser entendido como a mobilização para o trabalho propiciada pela Reforma Agrária de 1953 e, como indicamos, como caráter fundamental da força de trabalho que torna uma possibilidade a migração de profissionais liberais para o exterior, mesmo que revestida de “motivos políticos”.

O momento estatista de 1952 implica em uma centralização do Estado que se desdobra em formas políticas e ideológicas; daí as “migrações por motivos políticos” que se iniciaram na década de 1950 e continuaram depois durante os períodos de ditadura militar boliviana. Ainda que apareça sob a forma de “migrações políticas” a expulsão de opositores do regime nacional para outros países só é possível no marco da mobilidade do trabalho como característica intrínseca da força de trabalho.

É assim que o Brasil se torna um destino de migração boliviana: com a assinatura das “Atas Roboré” por Juscelino Kubitschek e Victor Paz Estenssoro, presidentes do Brasil e da Bolívia, em 1958, incentivando intercâmbios comerciais, econômicos e culturais entre ambos países. Na análise dos “contextos de expulsão” da Bolívia entre 1950 e 1970, Freitas (2009) destaca a diferença de “níveis de desenvolvimento” em relação ao Brasil, comparando dados do Produto Interno Bruto (PIB) e de urbanização, industrialização e produtividade, concluindo que o Brasil seria, naquele momento, mais desenvolvido e industrializado. A autora também conclui que o Brasil tinha, à época, uma taxa de crescimento do PIB mais elevada que Chile e Argentina, e constituía-se portanto como a “melhor opção”.

(...) note-se que, diferentemente da Bolívia, o Brasil já possuía, na época, um mercado interno mais consolidado e todo um estruturado aparato estatal, industrial e urbano, constituído durante a era Vargas. (...) no caso brasileiro, tratava-se de um momento posterior do desenvolvimento. (...) a economia brasileira ainda era bem mais industrializada que a boliviana. (FREITAS, 2009, pp. 84-85).

Nessa explicação inicial de Freitas (2009) sobressaem dois argumentos que parecem remeter a outro tronco teórico dos estudos migratórios, chamado de neoclássico: a diferença de níveis de desenvolvimento como fator migratório e o migrante como um sujeito racional (SALIM, 1992; BECKER, 1997; PÓVOA NETO, 1997; LEITE ET AL., 2017). Este enfoque recupera formulações da economia política para pensar os fenômenos migratórios. Os movimentos populacionais são entendidos como mobilidade *geográfica* de trabalhadores sobre um espaço *isomórfico*, causados por desequilíbrios entre níveis de oferta de emprego e renda. Assim, a migração aparece como um fenômeno positivo que promove a readequação dos fatores de produção excedentes, levando ao reequilíbrio e ao crescimento econômico, porque leva ao aproveitamento ótimo dos recursos

disponíveis. Daí a hipótese de que seria possível uma mobilidade perfeita, que levaria ao equilíbrio pleno entre oferta e demanda de trabalho. Para Póvoa Neto (1997), disso decorre que o migrante se reduz a um portador de trabalho que deve ocupar uma localização ótima para potencializar ganhos que parecem ser seus mas que são, na verdade, do capital.

Por outro lado, do ponto de vista da perspectiva neoclássica, o migrante é um sujeito dotado de uma *racionalidade individual* capaz de avaliar a sua melhor posição em relação aos custos e benefícios do processo migratório, aproveitando-se do desequilíbrio econômico para encontrar a posição mais vantajosa para si. Becker (1997) reafirma especialmente o foco no indivíduo como escala privilegiada de análise no caso dos neoclássicos. Nessa linha, a formação de processos migratórios parece acontecer como uma somatória de decisões racionais assumidas individualmente. O migrante boliviano capaz de escolher “a melhor opção” – que, para Freitas (2009), se explica através da análise do PIB dos países – tentando encontrar uma localização ótima para a sua força de trabalho remete à formulação do migrante racional neoclássico.

Segundo Freitas (2009), ainda, o cerne das migrações está nas “desigualdades regionais”, como faz ao considerar que nesse momento o Brasil era “mais industrializado e desenvolvido” que a Bolívia e a Coreia do Sul, como veremos adiante. Também transparece aí o pressuposto de que as “desigualdades regionais” se formam como níveis diferentes de desenvolvimento e modernização, em uma perspectiva evolutiva do desenvolvimento. Voltamos a insistir que a modernização tem duas faces: o centro e a periferia; e que as chamadas “desigualdades regionais” são a forma de ser da modernização e não existe desenvolvimento “reparador” que permita uma igualação. Menos ainda que o que vai garantir a “reparação” será um “equilíbrio” de fatores, incluída aí a população.

Como destacam Leite et al. (2017), os enfoques estruturalista e neoclássico partilham fundamentos comuns. Em primeiro lugar, em ambos as desigualdades espaciais figuram como pressuposto das migrações, ainda que para o enfoque estruturalista essa desigualdade entre níveis de emprego e renda se explique por relações de produção e estruturas regionais de classe e exploração, formadas historicamente. Outro pressuposto comum, para Leite et al. (2017), seria a afirmação de que os movimentos migratórios tem o papel de redistribuir a força de trabalho, tornando-a disponível para a dinamização e otimização dos processos de acumulação do capital. No caso dos neoclássicos, essa afirmação é feita do ponto de vista de ideia de mobilidade perfeita e de uma acumulação positiva, que levaria à melhoria da sociedade como um todo. No caso dos estruturalistas, compartilha-se o argumento de que níveis ótimos de acumulação podem ser alcançados através de um balanceamento entre a necessidade e a oferta de força de trabalho, ainda que a acumulação seja entendida a partir da exploração do trabalhador como seu fundamento.

Da perspectiva da mobilidade do trabalho, no entanto, o fundamento histórico dos processos migratórios é a mobilidade como característica intrínseca da força de trabalho. Ainda que fatores econômicos e políticos possam configurar, em certos momentos, a origem, o destino, as formas de inserção e a intensidade dos movimentos migratórios, o seu fundamento se encontra na própria formação do trabalho abstrato como forma necessária de reprodução que define os processos de modernização. Assim, o boliviano que saía do país em 1952 ou depois, o fazia porque já havia sido formado como um trabalhador móvel. Se opta por Brasil, Argentina ou Chile, podem fazer parte dessas decisões impressões gerais sobre cada economia nacional ou oportunidades de trabalho, mas também inúmeros fatores de outra ordem como relações de parentesco e amizade, legislação migratória, outras representações sobre o país de destino (moderno, violento, acolhedor etc.), entre outros. A revolução modernizadora de 1952 reitera nosso argumento do item anterior de que a Bolívia é um país plenamente – ainda que perifericamente – incluído na modernidade. Seus trabalhadores são formados como sujeitos modernos, sujeitados à mediação do dinheiro e do trabalho.

Os mesmos pressupostos aparecem na análise que autora faz da migração coreana na mesma época. Freitas (2009) faz referência ao plano para o desenvolvimento nacional elaborado pelo governo sul-coreano após a guerra⁴⁰. Nele, identificava-se um contexto de “superpopulação” que impediria o desenvolvimento nacional. A partir daí, o governo coreano assinou acordos de emigração com diversos países latino-americanos, o que trouxe os primeiros grupos de imigrantes coreanos para zonas rurais do Brasil e, especialmente, do estado de São Paulo.

Quando houve restrição dos acordos, os coreanos passaram a entrar no Paraguai e na Bolívia como turistas de onde migravam irregularmente, por terra, para Argentina e Brasil. Ao mesmo tempo, a inserção rural prevista não aconteceu e estes primeiros grupos logo migraram para os centros urbanos, como a cidade de São Paulo⁴¹. Chegando em São Paulo, se estabeleceram na rua Conde de Sarzedas, no bairro da Liberdade, onde viviam em condições precárias:

(...) a alternativa de inserção econômica encontrada enquanto estratégia de sobrevivência imediata foi a prática do 'bendê' (venda ambulante, a domicílio), realizada pelas mulheres coreanas, a princípio, de objetos trazidos da Coreia. (...) E, a partir de então, tendo em vista as possibilidades abertas pelo início do comércio ambulante, esses coreanos iniciam uma atividade de produção de roupas

40 A divisão do país em duas Coreias havia ocorrido em 1948, durante a Guerra Fria. A Coreia do Sul filiou-se aos Estados Unidos e a Coreia do Norte à União Soviética, adotando o regime socialista. Em 1950, o acirramento do conflito entre os dois blocos levou à chamada Guerra das Coreias, que durou até 1953.

41 “Essas características comuns à inserção dos imigrantes coreanos na América Latina seriam: concentração nos centros urbanos, concentração no setor de confecção a partir do estabelecimento de oficinas de costura ou lojas de venda de roupas conformação de uma série de associações comunitárias, importância dos vínculos familiares no interior da comunidade e desenvolvimento de trajetórias de ascendência social e econômica nas sociedades de destino” (FREITAS, 2009, p. 101).

domiciliar para a continuação dessa venda ambulante. Note-se que, de acordo com a literatura citada, aliadas às condições precárias de vida, esses imigrantes coreanos passaram a desenvolver um processo de trabalho intenso e exaustivo. Processo de trabalho, inclusive, muito parecido com aquele que será implementado nas oficinas de costura que passaram a utilizar a força de trabalho boliviana. (FREITAS, 2009, p. 103)

Segundo Freitas (2009), essa inserção inicial no setor de confecção é digna de destaque porque ela será a condição fundamental para o estabelecimento da comunidade coreana nessa indústria, que passará a empregar os migrantes bolivianos, como se verá adiante.

Bolívia, 1985

De acordo com Freitas (2009) este segundo momento dos processos migratórios de bolivianos e coreanos, ocorrido entre 1980 e 1990, é que apresenta os “contextos de expulsão” dos bolivianos que vieram para São Paulo e se inseriram na costura. Nos anos 1980, tanto Brasil como Argentina começam a receber um novo grupo de imigrantes coreanos: vindos sobretudo de Seul, com capital para investir em negócios, chegando aos países de destino de avião (FREITAS, 2009).

Portanto, ao invés de imigrantes coreanos empobrecidos que imigraram, de navio, para conseguir sobreviver – em meio a mudanças estruturais na economia e perseguição política na sociedade de origem – a partir da década de 1970, emerge a figura de um imigrante coreano que chega de avião e com algum dinheiro para investir, muitas vezes, em negócios no ramo têxtil iniciados por familiares que vieram nos primeiros grupos, mesmo que de maneira ilegal e a partir de outro país de passagem na América Latina, como a Bolívia e o Paraguai. (...) esses fluxos migratórios de coreanos que vieram de uma Coreia mais moderna e desenvolvida foram determinantes para a compreensão das mudanças sofridas pelos negócios coreanos no setor de confecção na capital paulistana no período. (FREITAS, 2009, p. 133)

Assim, há uma relação direta entre “os primeiros grupos” de coreanos e os migrantes chegados após a década de 1980. Nos perguntamos, no entanto, se os dados do PIB e do seu crescimento apresentados pela autora são suficiente para essa análise, já que o tamanho do PIB ou sua taxa de crescimento não correspondem diretamente às condições de vida da população ou às suas condições de acumulação de capital. Na década de 1980, a Coreia do Sul vive um processo recessivo temporário mas, mesmo assim:

Esses números indicam, portanto, que, no contexto pós década de 1970, com exceção de um período recessivo temporário durante a década de 1980, a economia sul-coreana apresentava um desempenho relativamente melhor do que aquelas para onde se dirigiram parte de seus fluxos emigratórios do período, constituindo-se o Brasil e, depois o Chile, nas *melhores alternativas* para os coreanos no continente. O que significa também que os “contextos de expulsão” e, talvez, os sentidos dessa emigração de coreanos – que, nesse momento, vão se consolidar no setor têxtil e de

confeção das capitais latino-americanas – sejam distintos daqueles originadores dos fluxos para esse continente durante a década de 1960. (FREITAS, 2009, pp. 131-132, grifo nosso)

Assim, Brasil e Chile são definidos como “melhores alternativas” a partir de uma comparação dos PIBs de diferentes países latino-americanos. Voltamos a nos perguntar se os dados do PIB são suficientes para avaliar as condições de inserção e reprodução de um imigrante na sociedade de destino. Isso evoca novamente a concepção do “migrante racional” que é capaz de avaliar a sua localização ótima a nível global e as possibilidades de investimento da sua força de trabalho e/ou capital, chegando na “melhor opção” através de um cálculo bem-feito. Nisso perdem-se de vista outros tantos fatores possíveis, pelos quais passam as redes de sociabilidade, as legislações migratórias, a inserção particular das comunidades coreanas em cada país, e outros tantos ainda como relações familiares, questões raciais, de gênero e religiosas.

Por outro lado, para Freitas (2009) o desenvolvimento econômico vivido pela Coreia do Sul entre 1960 e 1980 é suficiente para explicar a “mudança no perfil do imigrante coreano para a América Latina”, como se o desenvolvimento nacional implicasse automaticamente em uma acumulação de capital generalizada por toda a população; também não implica necessariamente que as pessoas tenham dinheiro para investir em negócios próprios. Dada a importância que a autora confere aos “contextos de expulsão”, seria interessante discernir que posição ocupavam estas pessoas na sociedade coreana, onde e como conseguiram seu capital e por quais motivos decidiram deixar o país, fatores que parecem mais incisivos na determinação do processo migratório que o “desenvolvimento econômico do país”.

Segundo Freitas (2009), ainda, o grande motivo para a migração seria uma competitividade acirrada na Coreia que reserva poucas vagas de ensino superior ao mesmo tempo em que determina uma humilhação social para aqueles que não ingressam na universidade. Não fica claro se o objetivo seria ingressar na universidade no Brasil ou escapar à humilhação no país de origem. Mesmo assim, ainda nos perguntamos se o capital acumulado não poderia ser investido no local de origem. Essa formulação parece remeter aos modelos explicativos neoclássicos de oferta e demanda de mão de obra, que aponta a falta de possibilidades de inserção na Coreia e a abundância dessas oportunidades no Brasil.

De todo jeito, esse capital de investimento trazido pelos imigrantes coreanos possibilitou que eles comprassem diversos negócios de confecção que antes pertenciam a donos judeus, especialmente no Bom Retiro, fazendo uma

(...) oferta de altos lances, em dólares, dos imigrantes coreanos aos membros das comunidades imigrantes que controlavam esse comércio, especialmente, da comunidade judaica, concentrada no Bom Retiro. (...) Dessa forma, estaríamos

diante de pequenos empreendedores com capital suficiente para conseguir estabelecer com bastante agilidade uma espécie de enclave comercial coreano no bairro, principalmente, a partir da década de 1980. (FREITAS, 2009, p. 139)

(...) a escolha em investir em lojas e oficinas de costura adviria da experiência dos primeiros imigrantes, provavelmente familiares dessa segunda leva, como trabalhadores nas oficinas e no comércio para a comunidade judaica do bairro. (FREITAS, 2009, p. 141)

A partir daí, os coreanos organizaram suas próprias redes de distribuição e comércio de roupas, como discutiremos adiante, baseados em uma produção flexível de roupas, com uma grande variedade de peças por coleção. Com isso, estabelecem um sistema de produção parecido ao que haviam se inserido previamente, informal e doméstico.

Freitas (2009) indica que a associação entre bolivianos e coreanos teria surgido a partir das rotas estabelecidas pelos coreanos que entravam no Brasil através de uma passagem como turistas pela Bolívia; para a autora, os coreanos que chegaram em 1980 aproveitaram os contatos que já haviam sido estabelecidos pelos migrantes coreanos que passaram por lá em 1950. No entanto, a autora não esclarece como os imigrantes coreanos dos anos 1980-1990 foram capazes de mobilizar essas rotas para a migração de bolivianos que, como veremos, não tem relação com a chamada primeira onda da migração boliviana.

Em relação aos fluxos migratórios de bolivianos que vieram para São Paulo a partir da década de 1980, percebe-se uma inflexão quantitativa e qualitativa no perfil desses imigrantes. Esses fluxos passaram a ser compostos, principalmente, por extrabalhadores das minas e fábricas bolivianas, geralmente jovens e com baixas qualificações e que se dirigiam, em sua grande maioria, para o trabalho como costureiros em um circuito de subcontratação ligado ao abastecimento de lojas e oficinas, a princípio, de imigrantes coreanos. (FREITAS, 2009, p. 120)

Essa “inflexão” seria, para ela, resultado de um “caminho oposto” do desenvolvimento nacional boliviano em relação ao coreano, que teria levado ao desemprego generalizado e à migração, portanto, de um grupo empobrecido, pouco qualificado, “oposto” ao grupo de coreanos. Qual seria o processo histórico de realização desse “caminho oposto” trilhado pela Bolívia depois da década de 1950?

Após uma sequência de golpes militares, o país vive o processo de redemocratização em 1982. Em 1985, Victor Paz Estenssoro torna-se novamente presidente da Bolívia, promulgando reformas através do Decreto 21.060⁴², um novo plano modernizador promovido pelo Estado. As

42 O Decreto 21.060 altera a constituição e marca a entrada do modelo de regulação neoliberal no país, promovendo uma série de reformas. “Em 1985, o modelo de Capitalismo de Estado foi abandonado, transferindo-se ao setor privado a responsabilidade principal de investimento produtivo. O Estado assumiu o papel de regulador e garantidor da estabilidade macroeconômica e de promotor dos investimentos públicos em saúde, educação, saneamento básico e infraestrutura. Com o Decreto 21.060, também conhecido como a nova política econômica, o investimento privado e a abertura e integração da economia na globalização constituem as novas bases do crescimento

medidas tomadas foram: i) liberalização dos preços e salários, ii) dolarização da economia, iii) abertura total ao comércio exterior, iv) “relocalização” dos trabalhadores (um projeto de mobilização forçada pelo Estado)⁴³, v) transferência das atividades econômicas estatais rentáveis a empresas privadas.

Em relação ao regime de emprego, o impacto dessas chamadas reformas neoliberais é alto, na cidade como no campo, estabelecendo a livre contratação e “revogando as disposições que garantiam a estabilidade no trabalho” (WANDERLEY, 2009, p. 166). Instituiu-se também a livre determinação de salários entre trabalhadores e empresas privadas, reduzindo o custo do trabalho formal. Além disso, o Decreto 21.060 garantiu a liberdade de importação de produtos agropecuários. Segundo Wanderley (2009),

(...) esse é um fato pouco registrado e analisado mas que desencadeou a debilitação das unidades familiares camponesas nas décadas seguintes, afetando os níveis de emprego no campo. Ambos os grupos, mineiro e camponês, encontraram na migração aos centros urbanos e às áreas de plantações de folha de coca a saída para seus problemas. Um dos resultados da intensificação da migração campo-cidade foi a perda do peso relativo do setor primário na geração de emprego. (WANDERLEY, 2009, p. 166)

Na verdade, diríamos antes que a falta de empregos na indústria e na agricultura, entre outros fatores que impossibilitaram formas de reprodução no campo e nas zonas mineiras, é que teria levado à intensificação da migração campo-cidade. As causas do declínio do emprego no chamado setor primário precisariam ser discutidas com profundidade em outra ocasião. Nos interessa ressaltar aqui que, segundo Wanderley (2009), há uma mudança da estrutura ocupacional para um “setor urbano de serviços”. Essa nova estrutura de empregos é acompanhada por um processo de precarização do trabalho: contratação eventual ou por prazo definido, sem direitos trabalhistas, à margem da proteção social, baixas remunerações, sem perspectiva de desenvolvimento ocupacional ou profissional; sem jamais ser garantida uma forma de trabalho dentro dos padrões das legislações trabalhistas. De acordo com Wanderley (2009), “Nos primeiros anos do plano de estabilização, a demanda por trabalho diminuiu, tendência que se reverte nos anos posteriores para voltar a cair no começo de 2000 devido à crise econômica internacional (...) A

econômico” (WANDERLEY, 2009, p. 165). Em 2011, o Decreto 21.060 é derogado pelo presidente Evo Morales (cf. <http://hoybolivia.com/Noticia.php?IdNoticia=47456>, acesso em 01/10/2018).

43 “Essa medida foi empregada como forma de incentivar a formação de um mercado de trabalho mais substancial para que os efeitos da livre concorrência pudessem se manifestar, em um país de baixa densidade demográfica. Entretanto, na prática, a ‘relocalização’ significou a demissão imediata de milhares de trabalhadores bolivianos dos centros mineiros e indústrias públicas e privadas (...) sem que fossem estabelecidas condições efetivas para a sua reinserção laboral. Essas famílias passaram a ter duas opções: ou se inseriam na informalidade ou migravam” (FREITAS, 2014, pp. 160-161). Essa relocalização, aparentemente, foi outra forma encontrada pelo Estado para liberar e mobilizar trabalhadores antes empregados nas minas. Freitas (2014) entrevista um mineiro relocalizado que, eventualmente, chega a São Paulo para trabalhar nas oficinas de costura.

situação do desemprego afetou com mais intensidade as mulheres a partir de 1997” (WANDERLEY, 2009, p. 167). A “demanda por trabalho” precisaria, também, ser analisada mais detidamente em seus conteúdos; remarcamos apenas o quadro de desemprego generalizado.

Esse tipo de leitura faz parecer que “a crise econômica” foi instituída pelas reformas neoliberais, enquanto os seus defensores anunciam certa crise anterior como justificativa. Como indicamos no debate com Harvey (1992) e Silva (2008), a crise do modo de produção fordista e o acúmulo de dívidas decorrente das tentativas de modernização retardatária promovidas pelo Estado boliviano ao longo de três décadas permitiu que o neoliberalismo aparecesse como pretensa solução para os “erros” do período estatista; como vimos, no entanto, a tendência crítica do capital é estrutural.

O que vale destacar, no processo ocorrido na Bolívia ao longo da década de 1980, é que aqui também aparece a dimensão dessa tendência crítica que se expressa como crise do trabalho: a possibilidade de reprodução dos trabalhadores do campo e da cidade esgota-se rapidamente, quadro que é certamente agravado a partir de 1985. Tornam-se os bolivianos *mobilizados sem trabalho*, ou seja, ainda que precisem vender sua força de trabalho para se reproduzir não encontram quem a compre. Quando encontram, os baixos salários garantem parcamente a sua sobrevivência e o sustento da família.

Assim, é decisivo o trabalho feminino nesse período, já que diante da crise do trabalho torna-se quase impossível sustentar o modelo de homem-ganha-pão e mulher-dona-de-casa (SCHOLZ, 2016)⁴⁴. María, mãe de Nicholas e Sandra, nos contou, na sala da sua casa em El Alto, que saiu aos 12 anos do pequeno povoado andino onde vivia para trabalhar como empregada doméstica na zona sul de La Paz (onde ficam os bairros de classe alta da cidade). Sua mãe, que migrou com ela para La Paz, fazia pequenos trabalhos em troca de comida. Lembra de ter sofrido com a fome. Casou-se com um homem do mesmo povoado, com o qual se mudou para El Alto. Enquanto ele trabalhava em uma fábrica, ela saía para vender zíperes na rua.

Os pais de José também eram do campo. Ele nasceu e foi criado na roça até criança, quando o pai percebeu que, pela quantidade de irmãos e filhos que tinha, a terra da família não seria suficiente para todos. Ele compra então um terreno na cidade, em El Alto, onde vai morar com os filhos para que possam estudar, em 1985. Na cidade, sentia o peso da pobreza e da fome e, para conseguir algum sustento, a mãe saía com os filhos para catar ossos, papelão, vidro e outras coisas

44 “A formação do modelo de família homem-ganha-pão/mulher-doméstica veio assim de par com a passagem da produção com mais-valia absoluta à produção com mais-valia relativa, proporcionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. (...) O homem como ganha-pão da família e a mulher como dona de casa tornam-se obsoletos” (SCHOLZ, 2016, p. 19). Esse modelo se reproduz particularmente em cada contexto, mas vale perguntar como ele se concretizou na Bolívia e, especialmente, entre as famílias que migravam do campo para a cidade naquele período. Vale olhar para os casos das mães dos nossos interlocutores, como Nicholas e José, que tiveram que trabalhar para sustentar a si e à família.

que pudesse vender. Assim, os 1980 marcam um período de mobilização em que há trabalho para poucos. As mulheres aparecem já responsáveis tanto pela esfera da reprodução doméstica quanto pela esfera do trabalho.

Vacaflores Pereira (2003) ressalta a intensificação das migrações internas e internacionais da Bolívia a partir de 1985: “existe una migración antes y otra después del 21.060” (VACAFLORES PEREIRA, 2003, p. 2). No artigo, o autor destaca como as medidas tomadas nesse período fizeram recrudescer a migração do campo para os principais centros urbanos do país, chegando a 100.000 habitantes/ano em um país de 8,5 milhões de habitantes (VACAFLORES PEREIRA, 2003, p. 2). Por outro lado, também foi um momento de aumento das migrações internacionais para destinos já considerados tradicionais, como a Argentina, e para “novos” destinos, como o Brasil.

Relocalização, liberalização da importação agropecuária, liberalização dos salários: a modernização retardatária toma nesse período a forma de uma mobilização generalizada de trabalhadores das zonas rurais e mineiras para os centros urbanos, formando-os a partir das suas periferias⁴⁵. Além da migração interna, parte dessa população urbana migra *para fora* do território nacional⁴⁶: “Paralelamente às migrações internas, nesse período recrudesce as migrações internacionais que levaram ao maior êxodo populacional da história boliviana, colocando em circulação internacional, destacadamente, populações indígenas / campesinas” (FREITAS, 2014, p. 162). Esse teria sido, portanto, o “contexto de expulsão” dos bolivianos, isto é, as condições históricas de formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo.

Assim, conteúdos como o recrudesimento das migrações internas e internacionais, a guinada para o chamado “setor terciário”, a precarização do trabalho decorrente e o estabelecimento do desemprego estrutural aparecem como a crise em si, ou ainda como uma crise contingencial causada pela instabilidade política e climática. Sugerimos, porém, que expressam justamente os termos contraditórios da modernização na Bolívia que se reproduz criticamente através destes conteúdos. É notável como na Bolívia não se estabelecem regimes de trabalho formais, regulados por uma legislação trabalhista consolidada. A mobilização de pessoas nos anos 1950 e 1980 parece acontecer diretamente como *supérflua*, desde sempre fora de qualquer possibilidade de realização produtiva da força de trabalho. Daí também a mobilização internacional que se forma nesse período.

45 El Alto, lugar de procedência de grande parte dos costureiros de São Paulo, era um bairro da periferia de La Paz até 1988, quando torna-se um município independente devido ao seu adensamento populacional (Freitas, 2014).

46 As duas coisas acontecem até hoje na migração boliviana para São Paulo: há pessoas que migram diretamente das zonas rurais ou pessoas de origem rural que migram primeiro para os centros urbanos bolivianos e depois para fora do território, como Maritza, Carlos, Mirian, Betty, Joaquín. Os migrantes de origem diretamente rural, muitas vezes, não falam espanhol, apenas quechua e aymara, por isso não participavam das aulas de português, dificultando a nossa conversa com eles. Nas visitas às oficinas e conversa com os agentes de saúde, ficou claro como essa é uma grande parte dos trabalhadores da costura de São Paulo, homens e mulheres.

Segundo Freitas (2009), portanto:

As condições históricas para a emergência desse tipo de trabalhador – enquanto trabalhador livre para se inserir em um circuito de trabalho que implica um movimento de migração internacional – a partir da Bolívia e em grandes quantidades, conformaram-se a partir da década de 1980, quando uma série de crises naturais e uma recessão econômica profunda passam a desenrolar-se nesse país, em meio à implementação de medidas neo-liberais para o saneamento do sistema financeiro boliviano. (FREITAS, 2009, p. 114, grifo nosso)

Insistimos que as condições históricas para formação dos trabalhadores foram a formação das categorias do capital e a mobilização para o trabalho, tomando como hipótese que parte desse processo ocorreu em 1952. Assim, as condições históricas de formação desse trabalhador não foram as medidas liberais de 1985 mas, muito antes, os processos históricos de formação e mobilização do trabalho, em que se tornaram portadores de uma dupla liberdade: livres dos meios de produção, livres para buscar emprego onde for possível.

Aproveitamos aqui para pensar quais as relações possíveis entre as chamadas primeira e segunda onda da migração boliviana para São Paulo:

(...) temos dois tempos da migração boliviana a São Paulo: o daqueles que se deslocaram entre as décadas de 1950 e 1970 principalmente por motivos políticos e que, por seu maior grau de escolaridade – estudantes universitários, médicos, engenheiros etc. –, conseguiram integrar-se na sociedade brasileira mais profundamente do que aqueles que vieram a partir da década de 1980 e passaram a ser bastante numerosos a partir da década de 1990. Os que chegam neste segundo movimento migratório são de classes mais pobres na Bolívia, com menor escolaridade e, em sua maioria, destinados ao trabalho nas oficinas de costura dos bairros centrais da cidade. (FAVARETTO, 2012, p. 31)

Em diversos trabalhos, a primeira é apresentada como “precursora” da segunda, embora apareça já nos trabalhos de Sidney Silva a falta de relações entre os dois grupos (SILVA, 1997, 2003). Isso também nos ajuda a questionar a tese de Freitas (2009) de que o “circuito de subcontratação transnacional” teria se formado a partir dos “contextos de expulsão” bolivianos de 1950 e 1980.

Sidney Silva (1997, 2003) indica que, entre os dois grupos, há uma cisão de origem e de classe que aparece na celebração das festas reproduzidas e ressignificadas na sociedade de destino – e que não parece ter se desfeito ao longo dos anos. É possível ver uma continuidade entre as “duas ondas” como desdobramentos subsequentes de diferentes momentos do processo de modernização boliviano. Em relação aos migrantes da costura, os processos históricos de 1952 e 1985 podem ser encontrados tanto nos aspectos da relação com a propriedade da terra – minifúndio e propriedade masculina – quanto nas experiências infantis e familiares com a crise econômica de 1985, inclusive a migração.

Pensemos nas histórias familiares de Nicholas e José. Nos dois casos, os pais migraram do campo para a cidade antes (pais de Nicholas) e durante a década de 1980 (pais de José). Como já indicamos, estes processos migratórios podem ser relacionados aos desdobramentos da reforma agrária de 1953. A geração que migra para São Paulo para trabalhar na costura já é uma ou duas gerações depois daquelas que viveram a expulsão do campo e que eventualmente chegaram, elas mesmas, ao trabalho na costura – como os pais tanto de Nicholas como de José.

Assim, a perspectiva dos “contextos de expulsão” nos permite perguntar, inversamente ao que fizemos com Silva (2008), porque estes migrantes teriam migrado para São Paulo e se inserido na costura. Como veremos, para Freitas (2009), por causa da comunidade coreana que, tendo estabelecido contato com bolivianos na década de 1950, voltaria a mobilizar trabalhadores a partir da mesma rota.

São Paulo, 1990, 2000

A pergunta que se coloca, a partir da argumentação de Freitas (2009), é dupla: por que os coreanos passam a contratar os bolivianos e por que os bolivianos aceitam trabalhar para os coreanos. A autora considera que os “contextos de expulsão” coreanos formaram “contextos de inserção” para bolivianos em São Paulo, com a configuração particular da produção têxtil que organizaram os imigrantes coreanos quando ingressaram com força na indústria de confecção paulistana. Os coreanos entravam, assim, em concorrência com as grandes redes varejistas que já terceirizavam a produção e também repetiam certos padrões de produção que eram empregados desde antes nos negócios de migrantes judeus, como comenta a própria Freitas (2009). Portanto, torna-se difícil argumentar que os imigrantes coreanos “inauguraram” a terceirização da produção para oficinas domésticas. Como se vê no trabalho de Silva (2008), outros setores da indústria de vestuário também lançavam mão deste tipo de estratégia.

A grande diferença dos negócios de imigrantes coreanos seriam, então, as estratégias de concepção das marcas e distribuição das mercadorias. Houve um investimento na criação de marcas exclusivas para clientes lojistas, em que cada coleção traz muitas variações para as mesmas peças. A cada quinze dias, novas variações são lançadas e o estoque é renovado em função daquelas que tiveram mais saída. Os modelos pouco vendidos são retirados das prateleiras e das coleções. Essa forma de distribuição exigiria uma produção flexível e capaz de produzir baixas quantidades de muitas peças variadas, em prazos curtíssimos, o que justificaria o uso da força de trabalho boliviana e das oficinas de costura por parte dos negócios coreanos.

É estabelecida assim uma “divisão social do trabalho” entre coreanos e bolivianos que é hierarquizada. Os primeiros tem uma inserção “por cima” (como trabalhadores complexos e gestores da produção); são responsáveis pela concepção das marcas e das peças, organizam logísticas de produção e distribuição, negociam com clientes e fornecedores. Os outros tem uma inserção “por baixo” (como trabalhadores simples), como costureiros e, no máximo, como gestores da oficina:

(...) nota-se o estabelecimento de uma divisão do trabalho para a produção e comercialização das peças em que, principalmente: i) os coreanos seriam responsáveis pelo desenvolvimento do produto e insumos necessários para a sua realização e pelo controle das oficinas de costura ou, em alguns casos, pelo capital inicial dos bolivianos através do empréstimo de máquinas e/ou outros equipamentos para que constituam as próprias oficinas e pela comercialização de roupas confeccionadas. ii) (...) os bolivianos, mas, muitas vezes, imigrantes de outros países da América Latina, realizariam o trabalho de costura das roupas e, atualmente, em muitos casos, também seriam responsáveis pelo corte dos tecidos, pois são muito mais baratos do que os cortadores coreanos ou mesmo brasileiros, além de se consolidarem cada vez mais como agenciadores dessa força de trabalho ilegal desde a própria Bolívia e como donos das oficinas de costura. (FREITAS, 2009, p. 147)

Para ela, o cerne da “inserção diferencial” de bolivianos e coreanos na costura se explicaria pelos níveis diferenciais de desenvolvimento nos dois países, que teria resultado na posse de um capital de investimento por parte dos coreanos e na “submissão” dos bolivianos que, dada a sua situação de desemprego e pobreza na origem, “precisavam” daqueles empregos e aceitariam preços mais baixos que os brasileiros. Assim, os diferentes “contextos de expulsão” determinariam as formas de inserção hierarquizada de cada comunidade migrante; dito de outra forma, os “níveis de desenvolvimento” diferenciais de cada país de origem teriam garantido inserções “por cima” e “por baixo” de coreanos e bolivianos. Por outro lado, como já argumentamos, o trabalho de Silva (2008) mostra que havia brasileiros trabalhando da mesma forma para as mesmas marcas que, antigamente, os haviam empregado nas fábricas de costura. Portanto, esse caminho dos “contextos de expulsão” parece não responder exatamente por que os coreanos empregariam bolivianos e não brasileiros, por um lado, e por que os bolivianos se inseriram em um nicho tão específico como a costura, por outro, a não ser pelo fato de que os coreanos que migraram em 1950 passaram pela Bolívia para chegar à Argentina e ao Brasil.

Ainda assim, dessa relação entre os dois grupos migrantes, Freitas (2009) deriva uma questão de suma importância que, de maneira geral, é pouco discutida. No início, os coreanos eram donos das oficinas de costura e contratavam os bolivianos como seus empregados. Em um segundo momento, há uma transferência da propriedade das oficinas. Como ressalta Freitas (2009), foi uma transferência planejada e realizada pelos próprios coreanos, que emprestavam máquinas ou capital

para que os bolivianos montassem suas próprias oficinas que produziriam os pedidos para aqueles patrões⁴⁷. Para ela, a principal motivação teria sido uma questão de imagem externa da comunidade boliviana:

Nesse período e em torno da questão das condições de trabalho nas oficinas de costura, percebe-se uma inflexão no debate, em que as atividades comerciais da comunidade coreana vinculada ao setor de confecção começariam a ter sua imagem cada vez mais distanciada do problema do trabalho informal dos imigrantes bolivianos ilegais em oficinas de costura irregulares. Tais circunstâncias refletem a entrada dos imigrantes bolivianos em outra atividade no interior desse circuito: a de donos das oficinas de costura e, portanto, a de exploradores diretos da força de trabalho de seus compatriotas bolivianos. (FREITAS, 2009, p. 19)

Porém, algo ainda fica pouco esclarecido sobre essa transferência. Pouco se fala sobre a organização interna das oficinas de propriedade de coreanos para além dos aspectos do trabalho, que são reproduzidos pelos bolivianos. Assim, não se comenta como era a reprodução e o cuidado com a oficina, e nem se os donos coreanos moravam na oficina ou não (como não há menções sobre isso, a hipótese mais provável é que não). Gabriela comentou sobre a sua irmã que trabalhava de cozinheira em uma oficina de coreanos. Chamamos de reprodução doméstica o campo de atividades que inclui o cuidado com o lar e as crianças: cozinhar, limpar, lavar roupas, ficar com as crianças, fazer supermercado e tantas outras tarefas necessárias para o funcionamento da casa e o bem-estar dos filhos, que fazem parte das oficinas na medida em que elas se configuram como moradia dos costureiros e negócio familiar dos donos. Nesse caso, a pergunta sobre como se dava a reprodução nas oficinas de coreanos é importante para que se pensem as causas dessa transferência e como ela inclui também uma transferência da responsabilidade sobre a reprodução, que passa a ser gerenciada pelos bolivianos junto com a produção; note-se que entre os casos de Freitas (2009) todos os homens se casaram antes de montar as suas oficinas. Note-se que gradualmente também parece sumir a imagem da boliviana faxineira / cozinheira, seja porque as esposas assumem o trabalho, seja por causa da queda nos preços pagos por peça aos donos das oficinas nos últimos

47 Vejamos os relatos de transferência que aparecem em Freitas (2009). Juan tinha comprado duas máquinas retas e recebeu uma overloque de “empréstimo” de um coreano. O acordo era que o primeiro deveria costurar principalmente para o segundo, desde a sua própria oficina doméstica. A esposa, que trabalhava em um restaurante, se demitiu e foi trabalhar junto com Juan na costura. Até que outra coreana perguntou se ele poderia trazer mais funcionários, se ela lhe emprestasse as máquinas. Não havia um aluguel, um valor pago pelo uso das máquinas. A coreana pagava a Juan com vales, sem nunca explicitar quanto ela estava pagando por cada serviço ou por cada peça, enquanto ele esperava que eles pudessem sentar para fazer as contas de quanto ele deveria receber. Quando ela decidiu sair do Brasil, deu a ele as máquinas que estavam emprestadas e mais uma quantia em dinheiro que correspondia à parte do trabalho que ainda não tinha sido paga. Segundo Freitas (2009), Juan considerou esse acordo vantajoso. Ramiro, outro boliviano, trabalhava com um coreano que lhe ofereceu máquinas de costura e dinheiro para que trouxesse a sua família e começasse uma oficina própria. “De acordo com Ramiro, foram 16 anos de trabalho e amizade. Entretanto, depois de algum tempo, começa a se cansar do esquema de trabalho imposto pelo coreano, apesar de considerar que existem aspectos muito bons no trabalho com os coreanos” (FREITAS, 2009, p. 168).

anos, especialmente a partir de 2014, como se viu em campo. A hipótese é que a reprodução doméstica é uma parte importante dessa transferência.

Nesse processo, Patrícia Freitas (2009) se surpreende com a “solidariedade” entre coreanos e bolivianos que está implícita na transferência das oficinas e que inclui diversos acordos informais, de “confiança”. Gostaríamos de chamar a atenção para essa “solidariedade étnica” interna aos grupos migrantes e entre grupos de diferentes nacionalidades como uma forma de concorrência organizada pelas comunidades migrantes com as sociedades locais. Assim, um grupo organizado de migrantes consegue, em certas situações, criar condições de concorrência com os grupos que já estão estabelecidos e garantir uma certa inserção na sociedade de destino. Essa associação entre bolivianos e coreanos é um exemplo de duas comunidades migrantes que, a partir de uma relação estabelecida em torno do trabalho na costura, conseguiram se inserir como concorrentes no setor de confecção.

Os sistemas de empréstimo internos às comunidades migrantes também são muito comuns e representam essas estratégias de ajuda mútua para possibilitar uma inserção na concorrência local. O *key*, sistema de empréstimo da comunidade coreana, permitiu um acesso ao capital interno ao grupo que possibilitou sua entrada na confecção. Em Córdoba (Argentina), foi graças a um sistema parecido que a comunidade peruana de bairros periféricos também conseguiu começar uma produção doméstica de roupas (MAGLIANO, PERISSINOTTI E ZENKLUSEN, 2017). Na região metropolitana de Buenos Aires, pela nossa conversa com os funcionários do Centro Comunitário Marcelina Meneses, também foi por causa de um sistema similar que os bolivianos entraram no cinturão verde da cidade e hoje dominam grande parte da produção e do comércio de hortifruti da capital e região (BENENCIA E QUARANTA, 2005).

Assim, para Freitas (2009), a formação de um “circuito transnacional” está na relação estabelecida entre os grupos migrantes de coreanos e bolivianos nas décadas de 1950 e 1980. No entanto, a migração boliviana para São Paulo expande e se consolida nas décadas posteriores a 1980. Não podemos considerar que as décadas seguintes continuavam compondo os “contextos de expulsão”? A chegada massiva de bolivianos nas décadas posteriores não reconfigura as “condições de formação do circuito”? Vejamos como isso aconteceu.

Pucci (2016) fez uma compilação dos microdados do Censo de 2010 do IBGE para o município de São Paulo, que mostrou que 46,6% dos bolivianos entrevistados tinham chegado entre 0 a 4 anos antes e 24,5% entre 5 e 10 anos. No total, 71% dos migrantes registrados haviam chegado durante a década de 2000. O autor ainda comparou dados dos Censos de 2000 e 2010: no primeiro, foram registrados 7.723 bolivianos, o que correspondia a 3,95% do total de estrangeiros; no segundo, foram registrados 21.680, 14,3% do mesmo total. O Observatório das Migrações no

Estado de São Paulo trabalhou com os microdados do Censo de 2010 para todo o estado, que computou 27.734 bolivianos. O segundo município com maior população de bolivianos registrado, depois de São Paulo, foi Guarulhos, com 1.976 migrantes. Os outros municípios registravam uma população de menos de 422 bolivianos. Segundo a compilação do Observatório, 65,37% dos bolivianos chegou entre 2001 e 2010 e 34,1% entre 1951 e 2000⁴⁸.

Considerando, então, que esses dados apontam uma certa tendência, por que figuram como “contextos de expulsão” as décadas de 1980 e 1990, e não os anos 2000 e, especialmente, pós-2005? Por que este período raramente é referido e estudado como “momento de expulsão” de bolivianos da Bolívia?⁴⁹ Insistimos que as perguntas precisam ser elaboradas para além daqueles que aparecem como “contextos de origem”, que parecem indicar muito mais um momento inicial de inserção dos bolivianos na costura. As transformações que o processo migratório viveu ao longo das (pelo menos) três décadas da sua formação e existência também precisam ser incorporadas. Por exemplo, qual a relação entre os “contextos de expulsão” pós-1990 e a expansão da migração boliviana; e quais os novos conteúdos que vão adquirindo o agenciamento, as relações de trabalho e a reprodução doméstica dentro das oficinas de costura.

Nosso próprio trabalho de campo foi realizado com migrantes que chegaram, em sua maioria, após os anos 2000. Embora suas trajetórias familiares tenham relação com a crise boliviana de 1980, não podemos afirmar estritamente que o desemprego e a pobreza generalizada do período sejam os seus “contextos de expulsão”. A maioria dos migrantes expressou, como principal motivação para a migração, muito mais o projeto migratório temporário a que já nos referimos –

48 Os dados do Censo tem, por sua vez, certos problemas de elaboração. Muitos bolivianos não atendem os recenseadores porque não estão regularizados e tem medo da fiscalização. Portanto, os dados são bastante subdimensionados. Vale lembrar que o Censo de 2010 identificou 38.815 bolivianos em território nacional, enquanto organizações como o CAMI e o Consulado boliviano faziam uma estimativa de 200 mil pessoas só no município de São Paulo (ALMEIDA, 2013, pp. 87-88). Segundo Joshué, funcionário da UBS do Bom Retiro e locutor de rádio, essas estimativas também são subdimensionadas; para ele, seriam 400 mil bolivianos na cidade naquele período. Esse problema pode ser explorado ainda a partir de duas hipóteses. Uma primeira sugere que há uma tendência maior à documentação e à regularização migratória entre os migrantes mais antigos. Uma segunda hipótese sugere que o Censo tende a registrar então os migrantes mais antigos. Se essas duas afirmações estiverem corretas, torna-se ainda mais surpreendente a proporção de migrantes bolivianos chegada nos anos 2000.

49 Em seu doutorado, Patrícia Freitas (2014) faz uma análise do contexto sobretudo político da Bolívia nos anos 2000, especialmente após 2005, ano de eleição de Evo Morales. Porém, a autora não o faz do ponto de vista dos “contextos de expulsão”, e sim com o objetivo de desdobrar algumas questões sugeridas pelo seu trabalho de campo na Bolívia. A leitura que ela faz sobre o período considera que houve um empoderamento identitário das populações “indígenas e camponesas bolivianas”. Ainda na segunda metade dos anos 1990, as organizações indígenas se reorganizam, assumindo também a identidade de camponesas, e fundam o MAS (Movimento ao Socialismo), de onde emerge Evo Morales como líder político. Nos anos 2000, há diversos confrontos com protagonismo dessas populações: i) a Guerra da Água, em Cochabamba; ii) a Guerra do Gás, iniciada em El Alto e estendida por toda a Bolívia; iii) a Marcha dos Povos Originários, em 2002, com formação de uma constituinte e estabelecimento do Estado Plurinacional boliviano. Em 2005, Evo Morales é eleito com mais de 50% dos votos. Infelizmente não teremos tempo de estender o debate nesta dissertação e desdobrar o sentido do conceito de “populações indígenas e camponesas”. Seria de se perguntar também quais os sentidos da emergência de uma identidade étnico-política ao longo dos anos 1990, num momento de acirramento da crise na Bolívia.

com exceção de José e Elisa, que vieram em 1996 e no começo dos anos 2000, respectivamente. Informados também pelos dados do Censo de 2010, vejamos agora o que acontece nas décadas posteriores.

Freitas (2009) analisa algumas trajetórias de migração de bolivianos. Para ela, há uma diferença fundamental entre aqueles que chegaram nos anos 1990, que alcançaram uma inserção estável tornando-se donos das oficinas, e aqueles que chegaram nos anos 2000 e tem uma inserção mais precária, além de terem vivido experiências de confinamento e coerção. Este tornar-se donos de oficina, como vimos, esteve associado, nos anos 1990, à “ajuda” por parte dos coreanos que queriam transferir as oficinas aos bolivianos.

Em primeiro lugar, aqueles que chegaram em 1990 também podem ter sofrido formas de confinamento e coerção (não se comentam as condições de trabalho anteriores ao momento em que o patrão coreano decide “ajudar” o costureiro boliviano a montar a sua própria oficina), embora o final das suas trajetórias seja aparentemente de “sucesso”. Relembramos que José, que chegou a São Paulo em 1996, teve que fugir da primeira oficina onde trabalhou porque a dona trancava o portão com cadeado e não deixava que os costureiros saíssem. A própria Freitas (2009) relata como, em muitos casos, os patrões coreanos não pagavam diretamente pela produção das peças, e sim apenas o necessário para garantir o aluguel ou a compra de alimentos; ou atrasavam pagamentos; ou repassavam pedidos sem informar o preço final da peça. São diversas situações que sugerem que, por mais que no final o migrante boliviano tenha conseguido abrir sua própria oficina, a possibilidade de fazê-lo dependeu de muitas horas de trabalho não pagas para o patrão coreano que o “ajudou”. Em apenas um dos casos de Freitas (2009) não apareceu a figura do coreano; nesse caso, a montagem da própria oficina dependeu de um esforço familiar coletivo de trabalho e economia para o pagamento das primeiras máquinas e do aluguel do imóvel – como a maioria das histórias dos nossos próprios interlocutores.

Em segundo lugar, há trajetórias de migrantes que conhecemos que refutam essa separação estrita entre costureiros e donos de oficina, entre trajetórias de confinamento e trajetórias de sucesso; um deles é o próprio José que, depois de ter vivido experiências de confinamento em oficinas de costura, tornou-se dono junto com os irmãos. Selma contou que chegou a ter quinze máquinas de costura, mas depois teve que fechar a própria oficina e voltar a trabalhar de costureira. Sandra, por outro lado, montou oficina própria mesmo tendo chegado ao país depois de 2000. Houve formação de uma grande quantidade de novas oficinas nessa década. Essas oficinas já não contaram com “apoio” de coreanos, pois foram posteriores ao período em que ocorreu a “transferência” das oficinas. Aí, os bolivianos já tinham se autonomizado. Assim, nos perguntamos se essa abertura das oficinas nos anos 2000 não foi responsável pela dimensão que o processo

migratório de bolivianos adquiriu e se, nesse sentido, não faria parte das condições de formação do mesmo. De certa forma, podemos dizer que não faz, porque tais condições dizem respeito ao começo do processo migratório; esse é, justamente, o limite da perspectiva dos “contextos de expulsão”, que obscurece as mudanças posteriores que ocorreram no processo migratório.

Então, se existe uma diferença palpável entre as possibilidades de inserção dos bolivianos entre 1990 e 2000, a nossa sugestão seria muito mais pensar quais as condições que mudam de uma década para outra. Podemos falar, nesse sentido, em um “segundo momento” de *expansão* e *generalização* do emprego de oficinas de costura de bolivianos na indústria de confecção paulistana. Por mais que os coreanos tenham sido os primeiros a empregar bolivianos na costura, quando os primeiros transferem a propriedade das oficinas de costura para os segundos, estas passam a ser contratadas por diversas marcas e lojas não apenas de coreanos. As denúncias feitas ao Ministério do Trabalho, por exemplo, mostram a amplitude dos “clientes” das oficinas de costura, como mostra também o aplicativo Moda Livre⁵⁰.

A *generalização* das oficinas de costura de bolivianos na indústria de vestuário de São Paulo para além dos negócios de migrantes coreanos constitui o cerne desse “segundo momento”. A nossa hipótese é que o processo migratório se expande e se consolida depois da transferência das oficinas dos coreanos para os bolivianos, quando ocorre a generalização do uso das oficinas de costura de migrantes bolivianos como forma de trabalho da indústria de confecção. A migração boliviana para São Paulo cresce a partir da inserção na costura e por causa dela. Por isso interessa ainda olhar para os conteúdos dessa generalização.

A demanda de trabalho das oficinas cresce muito, porque passam a ter muito mais clientes do que as lojas do Brás e do Bom Retiro. A possibilidade de fornecer roupas para todas essas marcas também é dada pela própria expansão do processo migratório. Os donos bolivianos das oficinas assumem a função de “trazer trabalhadores”, o que acontece com parentes próximos e distantes, vizinhos, amigos etc. José trouxe toda a sua família – irmãos e pais – para trabalhar com eles, sempre na perspectiva de estar ajudando e cuidando dos seus parentes ao lhes oferecer uma inserção segura em São Paulo. Outros migrantes que entrevistamos foram “trazidos” por tios que precisavam de novos trabalhadores, com quem muitas vezes tinham uma relação já distanciada e não tinham os mesmos laços de afeto que José. Muitos bolivianos, como Marta e Christian, ao ver vizinhos e parentes chegarem de São Paulo com dinheiro, buscaram eles mesmos os caminhos da

50 O aplicativo de celular Moda Livre dá informações sobre as condições de trabalho dos costureiros para 45 marcas. Cf. matéria da ONG Repórter Brasil *Com nova atualização, App Moda Livre monitora 45 marcas e varejistas de roupa*: <<https://reporterbrasil.org.br/2014/08/com-nova-atualizacao-app-moda-livre-monitora-45-marcas-e-varejistas-de-roupa/>>. Acesso em: 30/08/2018. Cf., ainda, a reportagem da mesma ONG, *As marcas da moda flagradas com trabalho escravo*: <<https://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>>. Acesso em: 30/08/2018.

migração. Entre os bolivianos que são “trazidos”, estão também pais e mães dos donos das oficinas, já idosos, que podem ajudar em pequenas tarefas ou cuidar dos netos, como as mães de Sandra e de José. Assim, a expansão das oficinas sugere a intensificação da migração e a intensificação da migração também sugere a expansão das oficinas.

Com isso, há uma mudança dos projetos migratórios de 1990 e 2000. Elisa e José, como indicamos, vieram mais em um contexto de pobreza e, inclusive, criticam os jovens que “estão vindo agora”⁵¹. A virada para os projetos migratórios de juntar dinheiro para estudos, negócio próprio, imóveis ou dívidas parece ter acontecido nos anos 2000, junto com a generalização.

Considerando os pontos levantados por nós nos itens anteriores, nos perguntamos se é possível separar a formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo das condições de trabalho nas oficinas de costura nas quais se inserem. Mais que isso, se é possível considerar a expansão e a consolidação da migração boliviana para São Paulo como um processo cindido da expansão e da consolidação das próprias oficinas de costura na indústria de vestuário paulistana. Nesse sentido, é possível dar primazia aos contextos de “expulsão” ou de “inserção”? Do nosso ponto de vista, não; os dois processos – a saída dos bolivianos da Bolívia e a sua inserção como costureiros nas oficinas – são simultâneos. Mais que isso, são dois momentos de um mesmo processo, porque acontecem em conjunto e um alimenta o outro.

Para o professor Alfonso Hinojosa da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), de La Paz, a articulação entre esses dois momentos pode ser feita, na verdade, a partir de uma triangulação entre São Paulo, Buenos Aires e El Alto⁵². Para Hinojosa, bolivianos e coreanos estabelecem uma relação inicial no trabalho na costura em Buenos Aires. Nessa cidade, os coreanos também começaram trabalhando nas confecções de judeus no bairro do Once, ao mesmo tempo em que moravam no que hoje é conhecido como “bairro coreano” ou *Baek-ku*, próximo ao Bajo Flores, bairro tradicional de moradia de migrantes bolivianos (MERA, 2012; SASSONE, 2007; SASSONE E MERA, 2007). A formação da *villa de emergencia* 1.11.14, no mesmo bairro, como uma concentração de imigrantes latino-americanos (especialmente bolivianos, peruanos e paraguaios) é ressaltada por Gago (2014). Assim, os coreanos que começaram a estabelecer os seus negócios em torno do *Baek-ku* criaram um novo pólo de confecção na cidade que passou a empregar os

51 “José: Mas naquela época [1996] os jovens da Bolívia saíam por necessidade. Porque era... tinha muito pouca oportunidade para trabalho. Clara: Não tinha emprego. José: Não tinha, era pouco emprego que tinha. O comércio era fraco, o país não estava muito desenvolvido. Mas aí os jovens saíam a procura de trabalho. (...) Hoje eu vejo que não é por questão de trabalho. Eu vejo que os jovens de hoje, que saem lá da Bolívia, são mais porque eles... Elisa: Se aventuram. José: Porque eles perderam o valor de o respeito com a família. O pai está exigindo, eles não gostam de ser exigidos, sai de casa. Quando eles vêm que aqui é diferente, não é aquilo que eles tem lá, eles voltam, tem muita gente voltando. Alguns, que tem orgulho, eles ficam também aqui”.

52 Nos baseamos em uma conversa que tivemos com o Prof. Hinojosa em La Paz, em 12/05/2017.

bolivianos que já haviam migrado (MERA, 2012; SASSONE E MERA, 2007). Segundo Hinojosa, o circuito de relações de trabalho estabelecido entre os dois grupos em Buenos Aires foi “transferido” para São Paulo, onde alguns processos desenvolvidos no circuito de costura da capital argentina teriam acontecido mais rápido, como uma transferência também de conhecimentos e “modos de fazer” das duas comunidades. É através desses “conhecimentos adquiridos” que Hinojosa explica que a comunidade boliviana inserida nas oficinas de costura tenha se estabelecido como classe média mais rápido em São Paulo do que em Buenos Aires.

Assim, a perspectiva dos “contextos de expulsão” proposta por Freitas (2009) acaba por se referir ao momento de formação do processo migratório sem, no entanto, relacionar a sua formação inicial com os momentos posteriores. Por mais que nos dê pistas importantes para desvendar as origens dessa migração, acaba por apagar os seus próprios conteúdos na medida em que desvincula essa formulação inicial dos processos posteriores de autonomização em relação aos negócios de migrantes coreanos e à generalização da força de trabalho boliviana na indústria de confecção paulistana, que atribui à reestruturação produtiva. Ou seja, essas abordagens deixam de ver a migração de bolivianos para São Paulo como um processo contraditório, que se transforma tanto na origem como no destino.

A perspectiva da mobilidade do trabalho permite sustentar um nexo entre esses dois momentos: as condições históricas, sociais e econômicas da Bolívia que formam os “contextos de expulsão” e a reorganização das cadeias de produção e distribuição da costura. O migrante boliviano – como tantos que mencionamos aqui – não é nem o sujeito estruturalista determinado pelas dinâmicas macroeconômicas nem o sujeito racional neoclássico que vislumbra sua inserção ideal, mas um sujeito formado historicamente como sujeitado ao dinheiro e ao trabalho dentro da sua liberdade contraditória, no que se configura uma subjetividade que se apropria da própria sujeição, que lida com formas particulares de expressão de uma crise global de reprodução do capital, como as oportunidades que se oferecem a ele na Bolívia (estudos universitários, negócio próprio, propriedade de imóveis), em São Paulo e Buenos Aires (dentro e fora da costura). É um sujeito que lida com as formas dessa crise tanto na origem quanto no destino, mas objetivada de formas diferentes.

Ainda, as lentes da mobilidade do trabalho nos ajudam a olhar para o que acontece com a comunidade boliviana ao longo dos anos da sua inserção em São Paulo. Como vimos, os migrantes lidam hoje com a permanência como costureiros ou donos de oficina, mas também com a crise da costura, o retorno à Bolívia e a saída da costura para outras áreas de trabalho. Esses novos conteúdos⁵³ expõem o limite das perspectivas da reestruturação produtiva e dos “contextos de

53 Os últimos anos também viram uma mudança impactante: o uso de redes sociais, como Facebook e Whatsapp, por

expulsão”, que não conseguem dar respostas a eles. E, mesmo diante desse cenário, faltaria olhar para a rede de trabalho boliviano na costura que permanece e, pelo menos até 2016⁵⁴, mobilizava migrantes bolivianos para São Paulo.

Resta ver como o processo migratório de bolivianos tem sido impactado pela “crise da costura”: se estão chegando menos migrantes, se há altas taxas de retorno, se os antigos costureiros estão se inserindo em novas áreas mesmo permanecendo em São Paulo, se as oficinas de costura estão fechando ou se estão sendo centralizadas em oficinas maiores, além de outras tendências que já indicamos aqui, como a venda na Feira da Madrugada, os “empreendimentos individuais” etc. Como o processo migratório de bolivianos irá se transformar nos próximos anos?

1.3. A reprodução doméstica como dimensão fundamental do processo migratório

No primeiro item deste capítulo, nos dedicamos à análise da inserção dos migrantes bolivianos nas oficinas de costura, investigando as suas condições de trabalho e moradia. Nos perguntamos, especialmente, por que os bolivianos “aceitam” trabalhar nas oficinas em condições que são consideradas “trabalho análogo ao de escravo”. Nos perguntamos também sobre os caminhos de saída das oficinas, como o “empreendedorismo” individual e familiar, as cooperativas e as fábricas, como forma de contornar as condições de trabalho e de vida nas oficinas de costura e entender como estas se formam. No segundo item deste capítulo, analisamos detidamente a formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo, através do contraste de duas perspectivas distintas: a reestruturação produtiva e os “contextos de expulsão” como causa dessa migração.

Nesse percurso, recuperando pontos do primeiro e do segundo item, chegamos à seguinte proposição: o trabalho nas oficinas de costura e o processo migratório são dois momentos do mesmo processo, que articula origem e destino e a condição dos migrantes como trabalhadores

parte dos migrantes bolivianos. Por um lado, o uso destas redes atesta que um certo “circuito boliviano de costura” se mantém. Por outro, chama a atenção o uso das redes sociais para o agenciamento do trabalho na costura, que reconfigura o que foi compreendido até agora como “redes de contratação”. Em grupos de Facebook, como “Anuncios rua Coimbra y Kantuta”, donos de oficina e costureiros oferecem e buscam trabalho, em geral indicando o tipo de máquina e o bairro. Além disso, há muitos anúncios de venda de máquinas de costura, mesas de corte e outros instrumentos necessários, além de outros tipos de publicação, como oferta / busca de imóveis, celulares, veículos etc. Outro destaque são as publicações que denunciam calotes, como donos de oficina que não pagaram os costureiros ou clientes que contrataram serviço e não pagaram, às vezes inclusive indicando os perfis da rede social dos “culpados”. Que novos conteúdos emergem desse uso das redes sociais para a troca de informações e contatos entre costureiros, donos de oficina, novos e antigos migrantes?

54 2016 foi o último ano em que demos aulas de português no projeto do CAMI. Nessa turma, tivemos alunos que tinham chegado naquele ano e que foram trabalhar em oficinas de costura, inclusive Nicholas. Em 2017 e 2018, não realizamos trabalho de campo em São Paulo, por isso não podemos afirmar se houve ou não, e em qual intensidade, chegada de novos migrantes para o trabalho na costura.

contraditoriamente livres. Advogamos pela hipótese de uma formação e expansão conjunta das oficinas e do processo migratório. Assim, o trabalho na costura impulsiona o crescimento da migração boliviana para São Paulo mas, inversamente, os conteúdos dessa migração também determinam as condições de trabalho, e o circuito das oficinas só se constitui em torno de um projeto migratório bastante específico.

Assim, as perspectivas da reestruturação produtiva e dos “contextos de expulsão”, apesar de se apresentarem como pólos opostos da explicação, coincidem ao apontar para um movimento de equilíbrio entre “oferta” e “demanda” de força de trabalho boliviana barata para a indústria de confecção paulistana, que aparece mobilizada em uma pelos coreanos, em outra pelas leis de mercado.

Nesse sentido, sugerimos que a ideia de uma “oferta e demanda” de empregos que organizaria a migração boliviana para São Paulo também pressupõe a ideia de que o equilíbrio dos fatores produtivos em um determinado setor poderia levar a níveis ótimos de acumulação. Considerando a questão do ponto de vista do nosso argumento – de que o circuito de oficinas de costura foi se formando conjuntamente com a expansão do processo migratório, um alimentando o outro – entendemos que a “demanda” por força de trabalho imigrante na costura não foi dada previamente, mas foi sendo construída a partir da chegada dos mesmos bolivianos. Aos poucos, eles se tornaram donos de oficinas e vendedores de roupa e foram abrindo campos de trabalho para si mesmos, o que não diz respeito a uma demanda dada e previamente estabelecida. A venda de roupa nas feiras da madrugada ou mesmo a gigantesca feira La Salada, na região metropolitana de Buenos Aires⁵⁵, mostram como os empregos ocupados não são aqueles que promovem o “desenvolvimento” da região mas que, pela sua informalidade e precariedade, mostram muito mais o lado obscurecido desse mesmo desenvolvimento.

Por outro lado, a ideia de uma grande reserva de força de trabalho desempregada e disponível, constituindo certa “oferta” na Bolívia também pode ser revista. Nas entrevistas, apareceram diversos casos de pessoas que estavam desempregadas na hora de migrar, mas que afirmam que decidiram vir para São Paulo motivadas menos por “ter um emprego” e mais por uma perspectiva de alto ganho salarial em pouco tempo que as permitisse realizar o projeto migratório que já indicamos. Não ignoramos que o desemprego seja uma dimensão oculta dessas falas, mas que a elaboração subjetiva dos migrantes sobre os próprios processos migratórios passa por questões mais diversas do que a mera “falta de empregos na Bolívia” – tanto que o desejo da maioria é justamente o retorno.

55 Cf. matéria de Saskia Sassen, *La Salada: The largest informal market in South America*, disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/megacities/2011/03/28/la-salada-the-largest-informal-market-in-south-america/#58a32cc27d46>>. Acesso em: 17/09/2018. Cf. também Gago, 2014, pp. 27-93.

Inclusive, alguns migrantes estavam empregados na Bolívia quando decidiram trabalhar como costureiros em São Paulo – até mesmo trabalhadores complexos, como dentistas e engenheiros. Essas histórias nos mostram como a própria inserção dos bolivianos na costura vai se recriando junto com a migração; porque a expansão das oficinas de costura na cidade se desdobra em novos conteúdos do processo migratórios. Um deles seria justamente uma migração “qualificada” de pessoas que já realizam trabalhos complexos na Bolívia mas desejam realizá-los no Brasil e, para isso, veem nas oficinas de costura (muitas vezes pertencentes a familiares) uma inserção estratégica para que possam se manter em São Paulo enquanto tentam realizar o projeto migratório que planejaram (DELMONTE ALLASIA E RIBEIRO, 2018).

Poderíamos, assim, dizer que José é um migrante estruturalista – determinado pelo processo da reestruturação produtiva que ocorreu em São Paulo – ou um migrante neoclássico – que pode calcular racionalmente qual país oferecia “as melhores condições”? Se esses momentos não aparecem cindidos na sua fala, mas antes como parte de um mesmo processo que passa pela saída da família da zona rural, pelas dificuldades de se reproduzir na cidade e pela oferta repentina de um salário de US\$100 ao mês em outro país. Mas não se trata simplesmente de uma sobreposição dos dois contextos como momentos de igual importância, mas de pensar quais os nexos que articulam esses dois contextos e possibilitam a formação e a consolidação do processo migratório.

Carlos Vainer (1984) analisa as diferentes definições de acadêmicos e organizações sobre as migrações e se pergunta, diante dessa pluralidade de conceitos, como podem ser tão diferentes e ainda assim se confrontar em um campo de debates comum, dos estudos migratórios. Para Vainer (1984), a sua unidade se daria não por aquilo que dizem, mas pelo que silenciam. Os diferentes enfoques migratórios poderiam, assim, confrontar-se em um mesmo campo a partir do seu não-dito compartilhado: “a unidade que permite que o que é dito, por mais disparatado que pareça, possa ser confrontado num campo único, é o não dito em comum” (VAINER, 1984, p. 10). Assim, “se entendem, mesmo quando discordam” (VAINER, 1984, p. 10).

Para ele, o silêncio comum se faz sobre a mobilidade do trabalho como fundamento das migrações. O que possibilita que Silva (2008) e Freitas (2009) façam referências aos arcabouços teóricos um do outro, ainda que pareçam confrontar-se em pólos opostos do debate, é que nenhum deles considera esse fundamento; portanto, podem discutir se importam contextos de atração ou repulsão, fatores históricos e econômicos, como se se tratassem de esferas absolutamente cindidas da relação social.

Do ponto de vista da mobilidade do trabalho José é um trabalhador mobilizado portador de uma liberdade contraditória. A migração de bolivianos com inserção nas oficinas de costura para São Paulo é desdobramento de um processo de colapso da modernização, entendido como

totalidade, que apresenta formas particulares concretas, que não podem ser confundidas com o processo em si. Esse processo leva à mobilização de bolivianos para o exterior e à sua inserção como costureiros em São Paulo, historicamente determinada. Embora as formulações subjetivas dos migrantes sejam relevantes para uma compreensão mais ampla do processo, estas também devem ser pensadas a partir da sua determinação histórica. Além disso, o contexto atual da indústria da confecção e os desdobramentos não previstos das trajetórias de migração boliviana permitem críticas às formulações anteriores.

Com isso, sintetizamos o percurso argumentativo feito até aqui. Nos cabe perguntar, agora, como fizemos ao longo do capítulo, quais as condições necessárias para a montagem de uma oficina de costura. Como vimos, a oficina começa, em geral, com um casal (um homem e uma mulher). Será necessário, para montar a oficina, alugar um imóvel, adquirir as máquinas de costura, encontrar clientes e contratar costureiros. A força de trabalho pode ser mobilizada por relações de parentesco, vizinhança e amizade na Bolívia.

Em um primeiro momento, o capital inicial foi garantido pelos coreanos, que foram aos poucos transferindo as oficinas para os bolivianos. De acordo com os relatos de Freitas (2009), o novo dono da oficina herdava do “coreano” todas as condições necessárias, como as máquinas e o imóvel, que ao mesmo lhe garantia as encomendas de costura, mesmo que houvesse nesses acordos formas de engano e dívidas não pagas.

Nesse “segundo momento”, não acontecendo aquele “apoio” dos coreanos para a montagem de oficinas de costura pelos bolivianos, as condições para fazê-lo são encontradas em diversas relações. Em alguns casos, os bolivianos que se endividam para comprar as primeiras máquinas, que são pagas com os trabalhos realizados posteriormente, como aconteceu com a família de Gabriela; em outros, vão trabalhando e economizando dinheiro até conseguir pagar as condições iniciais; e, na maioria dos casos, é importante a possibilidade de mobilizar trabalho familiar – pais, irmãos, filhos – para arcar com os primeiros custos, como nas famílias de Elisa e José, Gabriela, Sandra e outras. Há ainda a possibilidade do costureiro ganhar as máquinas por causa de um patrão que entra em falência e já não consegue pagar o salário que deve. Foi o que aconteceu com José na relação com o “brasileiro”, mas aqui também foi importante o trabalho em família, que articulou a força de trabalho e a economia de gastos necessárias à manutenção do negócio.

Mas há ainda outras condições necessárias para que a oficina possa funcionar: montar cozinha e quartos para os costureiros que irão morar lá. Não à toa, José e sua família herdaram do “brasileiro” não só as máquinas mas outros itens essenciais para montar a oficina de costura: fogão, geladeira, camas e outros móveis. Assim, quando insistimos na pergunta conjunta sobre as condições de estabelecimento e consolidação das oficinas de costura e, ao mesmo tempo, do

processo migratório, parece haver ainda mais uma lacuna que o conceito da mobilidade do trabalho também não é capaz de preencher.

O outro não-dito

Renato Cymbalista e Iara Rolnik Xavier se preocuparam, em 2007, em identificar os “padrões de territorialidade” da comunidade boliviana que já há mais dez anos começava a se estabelecer na cidade de São Paulo, a partir do seu trabalho nas oficinas de costura. O artigo nos ajuda a refletir brevemente sobre os caminhos feitos desde a universidade para chegar aos bolivianos e, além disso, mostra como mesmo depois de anos da chegada dos primeiros migrantes no final da década de 1980, o “modo de vida” da comunidade boliviana parecia ser ainda misterioso aos olhos dos pesquisadores. Assim, afirmam os autores que se configurava uma “hipertrofia” das oficinas de costura como espaço vivido, constatando que a experiência social urbana dos migrantes bolivianos se dava sobretudo nesse espaço de trabalho e moradia, onde costumam ficar durante toda a semana por causa das suas longas jornadas de trabalho – consideradas *trabalho análogo ao de escravo*. Para Cymbalista e Xavier (2007), assim se explicaria a “hipertrofia espacial” vivida pelos migrantes costureiros; ponderam ainda que é apenas nos momentos de não-trabalho que se apresentam formas de socialização e lazer da comunidade boliviana em espaços externos às oficinas, como as feiras da Praça Kantuta e da Rua Coimbra, as festas e eventos na Igreja da Paz e os jogos de futebol.

Na década que se passou desde a publicação desse artigo, a presença boliviana em São Paulo tornou-se muito mais visível e integrada. Vemos os bolivianos fazendo uso dos equipamentos públicos da cidade como o sistema de saúde, as escolas e o transporte, embora em horários e regiões determinados. As feiras e festas cresceram. E, como já indicavam também os autores, as oficinas chegaram mais longe no espaço metropolitano, aparecendo em bairros das regiões norte e leste principalmente mas também das regiões sul e oeste da cidade de São Paulo, além de vários municípios vizinhos. Sidney Silva (1997) já apontava para essa distribuição extensa dos bolivianos não só em São Paulo mas na região metropolitana.

Para Cymbalista e Xavier (2007), essa “expansão urbana” das oficinas se deu por causa de um movimento de fuga da fiscalização, que seria mais contundente nos bairros de região central (p. ex. Brás, Bom Retiro, Luz, Pari) e por causa da subida dos aluguéis. Sugerimos que essa expansão tem a ver com a generalização das oficinas de costura e a expansão do processo migratório, aumentando o número de bolivianos e fazendo com que eles ocupassem novos bairros. Nosso trabalho de campo na região central mostrou que ainda há um grande número de oficinas em bairros

que seriam de alugueis caros e alta fiscalização. É possível que esse movimento de aumento dos bolivianos e do número de oficinas tenha, na verdade, criado uma forma particular de especulação imobiliária, em que estão em disputa os imóveis dos bairros de maior comércio de roupas, que não se deslocaram junto com as oficinas⁵⁶, o que também se traduz em processos de concorrência entre as oficinas. Os argumentos utilizados pelos autores parece naturalizar certa “mobilidade urbana”.

Mas a principal pergunta que o texto de Cymbalista e Xavier (2007) levanta é sobre a questão da “hipertrofia espacial” dos bolivianos. Esse “padrão de territorialidade” surpreende porque, mesmo entre grupos migrantes, é comum que haja uma circulação pela cidade diante da cisão entre o espaço de trabalho e de moradia, que não acontece no caso das oficinas de costura. Nesse contexto, é importante considerar as formas de confinamento, isto é, os costureiros proibidos ou “aconselhados” a não sair pelos donos⁵⁷. Mas também é fundamental olhar para essa *fusão* entre o espaço de trabalho e o espaço de moradia que, mais que isso, é um espaço *doméstico*, isto é, onde se desdobram relações de reprodução individual e familiar.

A pergunta que interessa, portanto, é por que essa cisão entre espaço laboral e doméstico não acontece nas oficinas de costura; por que é tão comum que os costureiros morem nas oficinas onde trabalham. Mais que isso, quais os nexos possíveis de estabelecer entre essa *fusão*, a indústria de vestuário e o processo migratório como um todo.

Do ponto de vista dos costureiros, como já indicamos, isso é um ponto importante de como se formula o projeto migratório. Vale perguntar aqui quais são as condições para que os costureiros possam morar na oficina. Do ponto de vista dos donos, nos perguntamos quais são as condições para montar uma oficina de costura. Nesse sentido, importa perguntar ainda por que a grande maioria das oficinas (todas as que conhecemos) são montadas por um casal, um homem e uma mulher.

Quais são, então, as atividades que cabem ao espaço de trabalho e ao espaço doméstico, aparentemente indiscerníveis nas oficinas de costura? Ao espaço laboral cabem costurar, dobrar, *despiquear* (cortar as pontas de linha que sobram), passar, consertar as máquinas, limpar e lubrificar as máquinas, *despolvorear* (tirar o pó que a costura solta). Ao espaço doméstico, cozinhar, lavar roupas, dobrar roupas, cuidar das crianças, limpar a cozinha e os espaços privados, como os

56 Diferente do que aconteceu em Buenos Aires, onde os coreanos que começaram a investir na indústria de vestuário conseguiram formar um novo pólo de produção e comércio de roupas – em oposição ao “pólo judeu” do bairro do Once – em torno da região que hoje é conhecida como “bairro coreano” ou *Baek-ku* (SASSONE E MERA, 2007; MERA, 2012).

57 Há casos, como o de Joaquín, em que os costureiros são deliberadamente proibidos de sair pelos donos da oficina. Em outros, os donos amedrontam os costureiros, ameaçando-os de serem pegos pela polícia e presos ou deportados, por estarem indocumentados.

quartos. São atividades que competem às mesmas esferas, ao mesmo campo?

Roswitha Scholz (2000) argumenta que não. A partir do repertório da crítica do valor, a autora insiste que o valor e o trabalho abstrato não representam a *relação social total*. Há uma “cisão” entre os conteúdos da esfera do valor e aqueles que não são parte dela, mas que a ela estão remetidos, constituindo uma esfera cindida – seu caráter é ser aquilo que não é valor, que é dele *dissociado*. Destes, fazem parte as atividades de reprodução, como cozinhar, limpar, cuidar e também o afeto e o amor que não podem ser identificados com o trabalho abstrato, pois carregam em si conteúdos sensíveis.

O conjunto do relacionamento social no capitalismo, contudo, não se determina somente pelo auto-movimento fetichista do dinheiro e pelo caráter de fim em si do trabalho abstrato. Pelo contrário, verifica-se uma “dissociação” especificada sexualmente⁵⁸, mediada dialeticamente com o valor. O dissociado não é nenhum simples “sub-sistema” desta forma (como por exemplo o comércio externo, o sistema jurídico ou até a política), mas é essencial e constitutivo da relação social total. Quer dizer que não há nenhuma “relação de derivação” lógica imanente entre o valor e a dissociação. A dissociação é o valor e o valor é a dissociação. Cada um está contido no outro, sem ser idêntico a ele. Trata-se de ambos os momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e fragmentária, que devem ser compreendidos ao mesmo alto nível de abstração. O que não pode ser compreendido no valor, que é portanto por ele dissociado, já desmente a pretensão de totalidade da forma do valor; ele representa o oculto da própria teoria e por isso não pode ser compreendido com o instrumental da crítica do valor. (SCHOLZ, 2000, s/p)

Assim, esta dissociação assume um caráter de relação de gênero, já que esfera do trabalho é personificada como masculina e a dissociada, como feminina. O valor-dissociação se constitui, assim, como fundamento de um *patriarcado produtor de mercadorias*. É fundamental na análise de Roswitha Scholz a ideia de formação do trabalho abstrato em oposição dialética às atividades de reprodução. Embora em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* Engels (2012) se aproxime do problema da reprodução doméstica, para Scholz, a obra marxista nunca acessou o valor-dissociação como fundamento, ou seja, nunca encontrou essa oposição dialética que para ela é central. Façamos um pequeno desvio que nos ajuda a entender a formação dessas duas esferas cindidas que determinam dois conjuntos de atividades personificados nos gêneros feminino e masculino.

Marx, ao escrever o capítulo sobre *acumulação primitiva*, começa pela crítica à Economia

58 No texto original, escrito em alemão, consta a palavra *geschlechtsspezifisch*, traduzida como “especificada sexualmente”. No entanto, em alemão não se diferenciam as palavras sexo e gênero, podendo ambas ser traduzidas como o substantivo *Geschlecht*. Pesquisadores e pesquisadoras de teoria feminista e de gênero alemães que se remetem ao debate sexo/gênero usam as palavras do inglês *sex* e *gender* para diferenciar os conceitos. É possível que Scholz insista no uso de *Geschlecht* para manter o significado duplo da palavra, já que para ela não apenas o gênero é uma construção social – como frequentemente determina a teoria feminista e de gênero – mas também o chamado “sexo biológico”, considerando-se aqui a crítica da autora à ciência como uma forma de pensamento moderna, iluminista e androcêntrica.

Política, para quem “(...) reinou desde sempre o idílio. (...) Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (MARX, 1985, p. 262). A própria expressão *acumulação primitiva* vem de empréstimo de Adam Smith. O problema inicial de Marx é pensar sobre o lugar dessa acumulação: primitiva em que sentido? Antecedendo ao quê? Daí o título do capítulo nomeá-la como *a assim chamada acumulação primitiva*. Marx resolve da seguinte maneira: “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1985, p. 262). É a história, portanto, da expropriação da população do campo das terras onde antes viviam e produziam, obrigando-a a *mobilizar-se* para a cidade para vender sua força de trabalho.

Antes disso, na Inglaterra do século XV viviam, segundo Marx, camponeses livres da servidão e economicamente autônomos. A partir do século XVI, no entanto, as terras de lavoura são transformadas pelos senhores feudais em pastagens de ovelhas, negando ao campesinato da época a sua base fundiária, *expulsando-os*. Parte da legislação tenta impedir o revolucionamento que acontecia no campo, tentando conservar a propriedade camponesa.

No entanto, a Reforma do século XVI e o roubo dos bens da Igreja dá novo impulso ao violento processo de expulsão do povo do campo; a dissolução do chamado por Marx de *baluarte religioso das antigas relações de propriedade* torna impossível a manutenção das mesmas. Na chamada Revolução Gloriosa (golpe de Estado inglês de 1688), a ascensão ao trono de Guilherme III leva ao poder um grupo de burgueses e proprietários fundiários que praticam o roubo das terras do Estado em escala colossal. O *processo de constituição primordial da modernidade* vai além de uma fórmula de expropriação do camponês e formação do trabalhador. A formação moderna inclui também a caça às bruxas, a reforma protestante, os avanços bélicos e a formação de uma concorrência impessoal, como afirma Kurz (2014).

Assim, com o impulso da Revolução Industrial no século XVIII, a população já expulsa das suas terras torna-se força de trabalho para a indústria em formação. Segundo Marx, ainda, “O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo” (MARX, 1985, P. 269). Já sem possibilidade de continuar a reproduzir-se no campo, a população camponesa inglesa é obrigada a *mobilizar-se* para as cidades em busca de se empregar nas fábricas da grande indústria em desenvolvimento. A mobilização para o trabalho abstrato é portanto momento fundamental da sua formação como categoria do capital, formando a dupla liberdade do trabalhador.

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada

moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (MARX, 1985, pp. 274-275)

É promulgada uma legislação violenta contra a vagabundagem, para todos aqueles que não conseguiram adequar-se à nova condição a que foram obrigados; mendigagem, esmola e vadiagem tornam-se crimes passíveis de prisão, tortura e marcação a ferro. Simultaneamente, a legislação sobre trabalho assalariado garante aos capitalistas a possibilidade de salários baixos e longas jornadas de trabalho, que garantissem um grau máximo de extração de mais-valia. Esse ponto é de fundamental importância para pensar o lugar que ocupa o feminino na formação do trabalho abstrato, como comentaremos adiante. Aqui, destacamos apenas este conjunto de leis como instrumento essencial para garantir a violência necessária à formação do trabalho abstrato.

Segundo o mesmo Marx, torna-se necessário perguntar a origem da classe dos capitalistas, já que a princípio formariam-se apenas grandes proprietários fundiários a partir do processo da assim chamada acumulação primitiva. Acontece que, desde os séculos XV e XVI, quando o campesinato inglês começa a ser expulso do campo, cresce a classe de arrendatários rurais, que enriquece rapidamente com as terras então “liberadas”. Ao final do século XVI, portanto, existe na Inglaterra uma classe bastante rica de arrendatários.

Além disso, a expulsão do povo do campo transforma os meios de subsistência e as matérias-primas agrícolas em capital constante. Por outro lado, também passa a ser necessária a compra do material de trabalho das manufaturas, que antes garantia a sua independência: “A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno” (MARX, 1985, p. 283). É apenas com a grande indústria que o processo de expropriação se radicaliza:

Somente a grande indústria fornece, com as máquinas, a base constante de agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria do povo do campo e completa a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, cujas raízes – fiação e tecelagem – ela arranca. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno. (MARX, 1985, p. 284)

O capitalista industrial não surge da mesma maneira que o arrendatário, porém. Aqueles que haviam conseguido acumular um capital monetário através da usura ou do comércio eram impedidos de usá-lo pela constituição feudal do campo e pela constituição corporativa nas cidades. No entanto, a dissolução dos séquitos feudais e a expulsão do povo do campo fazem cair estas barreiras e pequenas manufaturas são instaladas em áreas portuárias e rurais, fora do controle das

legislações.

Além disso, o processo de acumulação primitiva se alinha ao sistema colonial, financiando a *aurora da era de produção capitalista*, para manter a expressão de Marx. Nesse período, a supremacia comercial garante a supremacia industrial, ao contrário de como seria depois. É aí que começa a se formar também a dívida pública estatal: “A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva” (MARX, 1985, p. 288), ao tornar produtivos capitais ociosos. Com isso, cria-se um sistema internacional de crédito que articula credores e os títulos de dívida que circulam como se fossem dinheiro. Impulsiona também o sistema tributário moderno, já que o Estado precisa cobrar novos impostos para financiar os juros e os pagamentos anuais das suas dívidas.

Tudo isso se acirra com o advento da grande indústria: “Sistema colonial, dívidas do Estado, peso dos impostos, proteção, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito se agigantam durante a infância da grande indústria. O nascimento desta última é celebrado pelo grande rapto herodiano de crianças” (MARX, 1985, p. 290); esse *rapto herodiano de crianças* nada mais é que a apropriação violenta de trabalho infantil comentada por ele mesmo no capítulo da grande indústria. Segundo Marx, por fim, a tendência da acumulação capitalista não pode ser outra que a centralização de capitais e a expropriação dos capitalistas por eles mesmos, por outros capitalistas.

Marx também sinaliza o desenvolvimento das forças produtivas como tendência inerente do capital, na sua busca tautológica pela autovalorização do valor. Assim, o desenvolvimento da maquinaria é determinante para a consolidação do capital como forma de relação, ao dar impulso à cientifização e à tecnificação da produção, aumentando os níveis de produtividade e, contraditoriamente, reduzindo a necessidade de trabalho humano, ao que corresponderão novas formas de aumento do tempo de trabalho excedente dos trabalhadores, como acessa Marx também no capítulo sobre a grande indústria.

É a transferência de valor da máquina para a mercadoria que desvaloriza a força de trabalho do trabalhador, levando a revoltas direcionadas contra as máquinas. A criação de riqueza efetiva passa a depender muito mais do nível geral de progresso e desenvolvimento da ciência e da tecnologia que do tempo de trabalho da produção ou do *quantum* de trabalho contido nas mercadorias. Essa contradição torna-se, para Marx, insuperável:

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. (MARX, 1985, pp. 588-589)

No capítulo *Maquinaria e grande indústria*, Marx desdobra o processo de desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria, a contradição entre capital constante e variável e as maneiras como ela afeta a classe trabalhadora. Nesse texto, Marx já lida com o prolongamento das jornadas de trabalho e, mais que isso, com a adoção do trabalho feminino e infantil como força de trabalho barata para a indústria em desenvolvimento. É daí que partirá a nossa crítica.

Segundo Marx (1985), a principal finalidade da maquinaria é baratear mercadorias e encurtar o tempo de trabalho necessário, aumentando o tempo de trabalho excedente, apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia. A maquinaria, assim, *é o meio de produção da mais-valia*.

A máquina substitui a ferramenta por constituir-se de um conjunto monstruoso de ferramentas, que consegue realizar o trabalho de muitas ferramentas reunidas. Da mesma forma, a máquina exige um ou poucos operadores para controlar sua quantidade desmedida de ferramentas, no lugar de um trabalhador para cada uma. É nesse sentido que ela é capaz de substituir força de trabalho em relação à manufatura. Marx, porém, faz uma ressalva importante: a máquina não substitui literalmente certa quantidade de trabalhadores, mas o faz em relação à média social; mais que isso, eleva a média social de produtividade, produzindo uma quantidade muito maior de produtos do que a manufatura.

Posteriormente, a máquina se torna capaz de alimentar diversas máquinas ao mesmo tempo, expandindo também as formas dos mecanismos de transmissão. Com isso, faz-se necessária a diferença entre a cooperação de muitas máquinas da mesma espécie e o sistema de máquinas, em que o primeiro representa uma forma de cooperação simples e o segundo, uma cooperação por meio da divisão do trabalho. De um jeito ou de outro, a grande indústria passa a ser então um grande autômato, movido por um único motor principal. O processamento da matéria-prima, ou seja, sua transformação em produto, prescinde agora de ajuda humana, que passa a ser necessária apenas para a manutenção da máquina, constituindo por fim um sistema de maquinaria automático. O assombro de Marx perante os complexos fabris monstruosos que surgiam na época explícita talvez o choque sofrido por toda uma sociedade perante o desenvolvimento de suas forças produtivas:

Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos. (MARX, 1985, p. 14)

Ao mesmo tempo, se estabelece uma divisão do trabalho em que a manufatura ainda é

responsável pela produção das máquinas, enquanto a maquinaria tende a se especializar de acordo com os diferentes ramos produtivos. A divisão social do trabalho articula, no processo global da produção, os diferentes ramos da produção, condicionando todas ao desenvolvimento das suas forças produtivas. O revolucionamento da indústria e da agricultura provoca, também, mudanças profundas nos meios de comunicação e transporte, que devem se adequar ao novo modo de produção. Os meios anteriores, do período manufatureiro, tornam-se obstáculos ao crescimento da grande indústria e desenvolvem-se aí os navios a vapor, os telégrafos e as ferrovias. No entanto, a manipulação das gigantescas massas de ferro necessárias à produção dos novos meios de transporte e comunicação não é viável por meio da manufatura e obriga a grande indústria a revolucionar-se mais uma vez: “A grande indústria teve, portanto, de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas” (MARX, 1985, p. 16).

No entanto, nenhuma máquina é capaz de produzir valor ela mesma; a máquina é capaz apenas de transferir valor ao produto, valor que ela já tenha objetificado a partir do trabalho humano despendido na sua própria produção. Mas há grande diferença entre o valor que possui uma máquina e o que é transferido ao produto, que é apenas uma pequena parcela equivalente ao desgaste da máquina para a sua produção. Quanto menor o valor, ou seja, trabalho humano corporificado na máquina, menos valor será ela capaz de agregar ao produto. Ao mesmo tempo, quanto mais produtiva a máquina, menores as parcelas de valor que ela transferirá a cada produto individualmente. Segundo Marx, “A produtividade da máquina se mede portanto pelo grau em que ela substitui força de trabalho humana” (MARX, 1985, p. 20); porém,

Caso a máquina custe, por conseguinte, tanto quanto a força de trabalho substituída por ela, então o trabalho objetivado nela mesma é sempre muito menor do que o trabalho vivo por ela substituído. Considerada exclusivamente como meio de baratear o produto, o limite para o uso da maquinaria está em que sua própria produção custe menos trabalho do que o trabalho que sua aplicação substitui. (MARX, 1985, p. 21)

Mas, de acordo ainda com o mesmo Marx, o que influencia a decisão do capitalista é muito mais a diferença entre o preço da maquinaria e o preço da força de trabalho a ser substituída por ela, ainda que o *quantum* de trabalho incorporado à máquina seja igual ao *quantum* de trabalho vivo que a mesma máquina substitui.

Aqui chega o capítulo ao ponto que nos interessa. O revolucionamento causado pela maquinaria chega ao trabalhador como renovadas formas de violência econômica e extra-econômica, como coerção para o trabalho. Para além da legislação sanguinária promulgada na época, contra a vagabundagem e a favor de longas jornadas de trabalho, como comentado no capítulo da *acumulação primitiva*, consideraremos aqui os relatos de Marx sobre a *apropriação de*

forças suplementares pelo capital, trabalho feminino e infantil. Suplementares, diga-se de passagem, à força de trabalho masculina e adulta. Começa assim o item:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! (MARX, 1985, p. 23)

Com isso, a grande indústria é capaz de ampliar o número de assalariados, abarcando toda a família. A força de trabalho do trabalhador é desvalorizada; seu salário antes deveria cobrir a manutenção de toda a sua família e, agora, essa exigência divide-se por todos os membros trabalhadores da família. Ao mesmo tempo, o capitalista consegue explorar, ao invés de uma, várias jornadas de trabalho excedente e, ainda que o total das várias jornadas de uma família seja superior em custo ao aluguel da força de trabalho somente de um homem, cai proporcionalmente o preço da jornada em relação ao trabalho excedente que se consegue extrair. Isso porque, é necessário lembrar, mulheres e crianças ganham menos que um homem adulto.

Além disso, a incorporação da família à produção da grande indústria afeta os arranjos de trabalho doméstico antes possíveis. Funções delegadas à mulher não podiam ser totalmente suprimidas, sendo necessário ainda cuidar das crianças não-trabalhadoras, amamentar os bebês etc. As atividades domésticas de reprodução passam a custar às famílias, que embora ganhem mais, gastam mais com mercadorias prontas que substituam tarefas femininas como remendar roupas, além de pagar substitutas para a realização das atividades imprescindíveis. Como afirma o próprio Marx, “(...) o capital usurpou o trabalho familiar necessário ao consumo para sua autovalorização” (MARX, 1985, p. 23).

Segundo Marx, muitos trabalhadores chegaram, à época, a vender suas mulheres e filhos, como verdadeiros mercadores de escravos. A legislação tenta, debilmente, conter a superexploração do trabalho infantil, proibindo a contratação de menores de 13 anos e obrigando a que fossem apresentados atestados de idade; ao que os capitalistas respondem com anúncios de “procura-se crianças que *aparentem* 13 anos” e com a forja de tais atestados, depois cobrados das próprias crianças. Além disso, havia uma alta mortalidade infantil, que foi atribuída ao trabalho feminino, por impedir as mães de cuidarem bem dos seus filhos, além da possibilidade de que elas assassinem suas crianças propositalmente, como assinalado ao final.

Como demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, abstraindo circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes – entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. – além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e conseqüentemente esfomeação e envenenamento propositais. (MARX,

1985, p. 25)

Segundo Marx, ainda, “Com a adição preponderante de crianças e mulheres ao pessoal de trabalho combinado, a maquinaria quebra finalmente a resistência que o trabalhador masculino ainda opunha na manufatura ao despotismo do capital” (MARX, 1985, p. 28). Seria a partir da entrada das mulheres e crianças na produção industrial que o trabalhador masculino e adulto entraria nas lutas contra a máquinas, discutidas por Marx mais adiante no capítulo, mas que não acessaremos agora.

É, assim, a partir de um processo inicial de formação do trabalho abstrato, constituído como forma necessária de relação, que se desenvolve a grande indústria como a forma mais adequada de exploração do capital. Com a substituição do trabalho vivo criador de valor por máquinas altamente produtivas, torna-se necessário ao capital desenvolver formas de aumentar o trabalho excedente em relação ao necessário, barateando as mercadorias e favorecendo a extração de mais-valia na medida do possível. A história de formação do trabalho abstrato é, como argumentamos adiante, a história de formação do valor-dissociação em que o trabalho é desde sempre conotado necessariamente como masculino. A apropriação das chamadas forças de trabalho suplementares, entre elas trabalho feminino, como estratégia de aumentar a proporção de trabalho necessário sobre excedente exigida pelo advento da maquinaria expõe a dissociação de gênero como fundamento daquilo que se constitui como um *patriarcado produtor de mercadorias*.

O argumento que desenvolvemos ao longo do texto pode agora apresentar-se plenamente: a conotação de gênero é pressuposto da formação do trabalho abstrato; isso porque, no processo da sua formação categorial, para que o trabalho abstrato se constitua como tal, ele é *cindido* das atividades domésticas de reprodução e do cuidado com as crianças, e essa cisão tem conotação necessária de gênero, determinando o primeiro como masculino e o segundo como feminino. Essa cisão é ainda o ponto nevrálgico da formação do masculino e do feminino como formas sociais de relação e de pensamento. As características posteriormente atribuídas a homens e mulheres como personificações dessas formas, fetichistamente mascaradas de biologia, tornam-se elas mesmas maneiras de justificar a própria cisão. A contradição interna do capital em relação ao desenvolvimento das forças produtivas expulsando o trabalho vivo da produção obriga a entrada das mulheres, como personificação do feminino, ao universo sagrado e masculino do trabalho abstrato, não passando de mera forma de redução do trabalho pago em relação ao excedente. Assim, o feminino terá um lugar sempre *dissociado* do masculino, pois dessa *dissociação* dependem as formas, ainda que críticas, de reprodução do próprio capital. Vejamos detidamente esses pontos.

A partir do curto trecho em que Marx (1985) menciona a incorporação de trabalho feminino

e infantil, podem já ser feitas uma série de perguntas complexas sobre o lugar que ocupam o feminino e o infantil nesse momento crucial de formação do trabalho abstrato com a dissolução da manufatura e totalização da grande indústria. Deixaremos de lado o problema das crianças, que extrapola os objetivos deste texto. Mas, sobre o feminino, perguntamos: por que não trabalhavam antes as mulheres, apenas os homens? Por que cabiam necessariamente a elas as atividades domésticas e os cuidados com as crianças? Por que seriam elas uma força de trabalho assumidamente mais barata – sem contentar-se com respostas biológicas sobre força física?

Roswitha Scholz (2000, 2004) tenta, em sua elaboração teórica, responder a perguntas como as que pensamos aqui. Através da formulação da teoria do valor-dissociação, anunciada em diversos textos publicados desde a década de 1990, a autora sugere que, para uma concepção da relação social total, a crítica do valor deve incorporar o lugar do feminino a partir de uma cisão entre o trabalho abstrato e as atividades domésticas de reprodução, associadas ainda a sentimentos, atitudes e qualidades que são eles próprios dissociados do valor. Como apresenta a própria autora:

Esta visão da “crítica do valor fundamental”, por mais lógica que se apresente e por mais plausível que seja a sua explicação de muitos fenómenos da presente crise mundial, permanece contudo, nesta sua lógica, indiferente face à relação entre os sexos. Percebe-se de imediato que aqui só o valor e o “trabalho abstracto” deste contexto ascendem, de modo sexualmente neutro, às honras da teoria, mesmo que apenas como objecto de uma crítica radical. Continua a não se ter em conta que no sistema produtor de mercadorias também tem de ser feita a lida da casa, tem de se educar os filhos, cuidar dos doentes e incapazes etc., tarefas que habitualmente são atribuídas às mulheres (mesmo se elas têm actividade remunerada) e não podem ser, pelo menos exclusivamente, tratadas de modo profissional. (SCHOLZ, 2000, s/p)

Seguindo tal argumento, portanto, sugerimos que o trabalho abstrato *com aparente neutralidade de gênero* mostra-se como trabalho dissociado desde a sua formação, se analisada a leitura lógico-histórica proposta por Marx. O pressuposto da sua formação é a cisão entre o trabalho diretamente produtivo e as atividades domésticas de reprodução. A partir daí, a contradição inerente do capital entre fixo e variável, desenvolvida ao longo do capítulo da grande indústria, exige a dissociação entre masculino e feminino como forma de consciência e como fundamento que permite aumentar o trabalho excedente em relação ao necessário, como exposto na retomada do capítulo *Maquinaria e grande indústria* de Marx (1985).

Os sentimentos, as atitudes e as qualidades atribuídas ao *feminino* seriam, elas mesmas, formas de justificar a dissociação de gênero como foi constituída. Argumentos naturalizantes que relacionam o feminino à falta de força física, à delicadeza, ao amor, ao cuidado, ao carinho etc. tornam-se a justificativa socialmente aceita que põe às costas um processo social constituído historicamente.

Não se trata, apenas, de uma diferença salarial entre homens e mulheres, mas da formação de uma relação social que estabelece o masculino e o feminino como formas sociais e da consciência. Naturalizar essas formas, como se elas decorressem da mera biologia, não passa de um fetichismo ao qual se oculta a formação histórica dessas formas do pensamento essencialmente modernas, como o são o masculino e o feminino. É apenas na modernidade que as formas sociais de gênero tornam-se em si fundamento de um processo de autovalorização do valor.

Essas formas sociais masculinas e femininas se referem a instituições, posturas, papéis e comportamentos que correspondem a cada uma, mas que podem ser mobilizadas por pessoas que personificam cada um dos gêneros. Dentro da forma social masculina, podemos considerar a violência, a concorrência, o trabalho, o dinheiro, a independência e a lógica de “ganhar tempo” (SCHOLZ, 2000). Essa forma pode ser assumida por homens ou mulheres; Jéssica conta que, quando chegou à oficina do irmão, decidiu que ia costurar mais rápido do que um certo costureiro, assumindo uma postura masculina de concorrência e competitividade. Na forma social feminina, estão a lógica de “perder tempo” (SCHOLZ, 2000), o amor, o carinho, o cuidado, a fragilidade, a dependência, o sentimentalismo. Um homem pode assumir qualquer um destes comportamentos da forma social feminina. A questão é que esses comportamentos são ressignificados quando assumidos por um homem ou uma mulher: vale pensar nas representações de mulheres fortes e independentes como masculinizadas e homens sentimentais como femininos, com “acusações” de homossexualidade nos dois momentos. Como cada uma dessas relações entre a forma social e a sua personificação de gênero vão se desdobrar depende muito dos contextos particulares e dos lugares sociais em que cada pessoa está inserida.

E m *A substância do capital*, Robert Kurz (2004) critica uma leitura ontológica e transhistórica do trabalho abstrato e a tentativa da sua diferenciação como trabalho concreto. Buscando as mediações práticas que decifram o trabalho concreto como mera aparência do trabalho abstrato, Kurz (2004) chega ao espaço social da produção capitalista como espaço funcional da economia empresarial. É na formação desse espaço, localizada por ele também no processo de acumulação primitiva, que se dissociam um espaço da produção *masculino* e um espaço da reprodução *feminino*. Aí chegaremos em breve.

Antes, retomamos uma definição de Kurz (2004) do mesmo texto: “O trabalho abstrato é *per se* definido como estruturalmente masculino, mesmo que desde o início tenha existido uma inegável participação das mulheres no processo de produção” (KURZ, 2004, s/p). Marx (1985) afirma que o trabalho abstrato, no momento de sua formação, começa utilizando força de trabalho apenas masculina, até o momento em que sua própria reprodução crítica o obriga a apropriar-se de trabalho feminino. Essa apropriação teria levado a altas taxas de mortalidade infantil em função das

crianças abandonadas pelas mães. As atividades domésticas passam a custar mais à família, já que a mãe já não pode, por exemplo, remendar roupas. Essa afirmação da responsabilidade necessária da mulher sobre o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas mostra como o trabalho abstrato se forma, necessariamente, sobre uma cisão entre o trabalho diretamente produtivo e as atividades domésticas de reprodução, com conotação inegável de gênero. Essa cisão é, ela mesma, o ponto de formação do feminino e do masculino como formas sociais fundamentalmente modernas.

E, ao contrário do que diz Kurz (2004), que o trabalho seria masculino *apesar* da inegável participação das mulheres no processo de produção, argumenta-se aqui que não é por uma participação ou não das mulheres no processo produtivo que se dá a formação do trabalho como estruturalmente masculino mas, justamente, a cisão entre trabalho abstrato e atividades domésticas com conotação de gênero, independente da participação feminina no universo do trabalho abstrato; quando a sua própria crise apropria-se então do feminino, já o faz sob o pressuposto da dissociação.

Retomando o argumento, a contradição colocada entre capital fixo e variável obriga ao capital buscar novas formas de diminuir o trabalho necessário e aumentar o excedente, antes ainda das lutas operárias exigirem a redução das jornadas de trabalho. O prolongamento das horas trabalhadas sempre foi uma estratégia recorrente; mas também formou parte da mesma estratégia a incorporação das crianças e, como nos interessa diretamente, das mulheres. Não é apenas uma questão de rebaixamento de salários mas, de acordo com o próprio Marx (1985), o levar a família toda para a produção industrial faz cair o preço do trabalho excedente em relação ao trabalho pago. De todo modo, o trabalho feminino não foi considerado jamais *equivalente* ao trabalho masculino, nem como média social.

É nessa relação do trabalho feminino com a necessidade de baratear o trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, não apenas inerente ao capital mas impulsionada pelo advento da grande indústria, que se termina de formar um sistema produtor de mercadorias estruturalmente generizado. Este forma-se necessariamente como dissociado perante as próprias contradições de reprodução do capital.

A conotação de gênero do trabalho abstrato corresponde assim à contradição necessariamente imposta entre o trabalho produtivo e as atividades de reprodução domésticas necessárias à sua manutenção. A cada uma dessas dimensões cindidas da vida social corresponde um espaço; o espaço doméstico reprodutivo e o espaço social da produção capitalista, desvinculado de todo o processo da vida, como as fábricas e os grandes centros empresariais. É uma cisão também entre os espaços diretamente conotados como masculinos e aqueles diretamente conotados como femininos:

O espaço social da produção capitalista é o espaço funcional da economia

empresarial, um lugar social específico, que não se determina essencialmente pela sua forma material, mas pela sua função social, como espaço da valorização do valor (...) Trata-se de um espaço totalmente “desvinculado” de todo o processo da vida. (KURZ, 2004, s/p)

Essa desvinculação foi também um processo histórico, o de formação da modernidade e do trabalho abstrato. Para Kurz (2004), é essencialmente ligado à revolução militar da aurora da modernidade: a máquina militar desvincula-se da sociedade, alimentando regimes despóticos do período feudal que monetarizam as taxas cobradas dos camponeses. A produção das armas passa por manufaturas e indústrias agrárias até que, com o advento da grande indústria e através do processo histórico da acumulação primitiva, a população torna-se *massa homogênea de material de valorização do trabalho abstrato*.

O caminho que Kurz (2004) encontra para a formação de um espaço desvinculado com conotação de gênero – uma articulação entre o desenvolvimento da grande indústria e o processo histórico de mobilização da massa de camponeses para o trabalho abstrato – não é diferente do que buscamos aqui para pensar a formação desse mesmo trabalho abstrato como inerentemente dissociado. E afirma Kurz (2004), portanto:

Ao ter-se constituído como espaço funcional abstrato, desvinculado, o trabalho abstrato também apresenta uma conotação sexual [de gênero]. (...) À abstração real do trabalho abstrato no processo de produção encontra-se portanto ligada a dissociação do feminino, de um modo essencial e não apenas accidental. Tal corresponde igualmente à raiz histórica do trabalho abstrato, nomeadamente ao cruzamento da “economia desvinculada” com a “desvinculada” máquina militar apoiada nas armas de fogo, no processo de constituição primordial da modernidade. (KURZ, 2004, s/p)

Assim, Robert Kurz (2004) atribui *a constituição primordial da modernidade* e a formação da categoria do trabalho abstrato, mais do que ao processo de acumulação primitiva em si como par expropriação-mobilização, ao advento das armas de fogo e ao pagamento de salário aos soldados da guerra (cf. também Kurz, 2002, 2014). Paralelamente, para Scholz (1996), a dissociação de gênero pode ser localizada na grande caça às bruxas que ocorreu durante a Idade Média, mais do que nas relações de trabalho estabelecidas na grande indústria⁵⁹. A análise que fizemos ajuda a pensar na formação da família trabalhadora nesse contexto e o lugar que ocupa a mulher trabalhadora.

Portanto, as oficinas de costura reúnem atividades e conteúdos que se referem às duas esferas, do valor e da dissociação, isto é, do trabalho abstrato e da reprodução doméstica. Esta se constitui, assim, como uma dimensão fundamental das oficinas de costura. A reprodução garante a forma de trabalho na costura como ela é, e é uma condição central para que a oficina seja aberta e se

⁵⁹ Para uma pesquisa mais aprofundada sobre o período, cf. Federici, 2017. Para um diálogo de Scholz com Silvia Federici, cf. Scholz, 2016.

mantenha. Enquanto o trabalho é personificado nos homens, a reprodução é personificada nas mulheres, como se verá no capítulo seguinte; o fato de que as mulheres também trabalhem e os homens eventualmente “ajudem” na lida doméstica não invalida este princípio. As oficinas se sustentam, assim, sobre formas particulares de trabalho e também de reprodução, ou sobre arranjos muitos particulares entre trabalho e reprodução que não são apenas de competência dos donos, mas de todos os costureiros que estão na oficina.

Aqui vale diferenciar ainda os vários sentidos da palavra reprodução. Em sentido mais amplo, diz respeito à esfera da reprodução, aquela que se opõe à esfera do trabalho, em sentido abstrato. Podemos falar em reprodução doméstica, que se refere ao campo de atividades dentro do lar e da família, correspondendo aos cuidados com a casa, crianças, idosos e outros membros da família. Quando falamos em reprodução do trabalhador ou da sua família, nos referimos às condições para que se vistam, se alimentem, morem etc. e possam continuar existindo (e, nesse sentido, se re-produzindo) como trabalhadores. Aqui, cabem as atividades do campo da reprodução doméstica e familiar mas cabe também o trabalho como condição necessária para adquirir as mercadorias que alimentam, vestem, abrigam etc.

Não é só dentro das oficinas que a *relação social total* extrapola a esfera do valor; também no processo migratório a reprodução é uma dimensão fundamental. Da mesma forma que todo migrante precisa trabalhar, ele também precisa garantir a própria reprodução e da sua família, mesmo que essa família permaneça na origem. Assim como a migração não pode ser compreendida se não através da liberdade contraditória do migrante, ela também não pode fugir à dimensão da reprodução individual e da família, esteja essa família no destino ou na origem. Veja-se, por exemplo, a pesquisa de Carolina Rosas (2013) sobre as famílias de mulheres migrantes que *ficaram*, no Peru, na Bolívia e no México, sob os cuidados do homem; mesmo nesse caso, a reprodução familiar continua sendo uma parte fundamental do processo migratório, ainda que se desenrole na origem e não no destino. Mesmo na migração sem mulheres a reprodução é um momento fundamental. Entre o grupo de senegaleses em Caxias do Sul (RS), há quase 99% de homens (HERÉDIA E GONÇALVES, 2017); aqui, vale supor que estes migrantes também sustentem a reprodução familiar na origem como pais, maridos, filhos, irmãos.

No caso dos bolivianos, como já argumentamos, o processo migratório e a forma de trabalho se formam juntos, e não separados. Esse trabalho existe porque existe essa migração, essa migração existe porque existe esse trabalho. O ponto é que a reprodução, além do trabalho, também faz parte dessa relação. Vale dizer ainda que reprodução não serve só à reprodução dos bolivianos como trabalhadores, mas como migrantes. Por isso cuidar das crianças – de donos e costureiros – é uma atividade importante da oficina de costura, ainda que seja constantemente obliterada em nome do

trabalho e da produtividade. Isto é, a oficina oferece um emprego mas também uma via para resolver questões da ordem da reprodução, como onde deixar as crianças, cuidar delas, montar um lar, cuidá-lo etc.; se essas condições não fossem providas pela oficina, o projeto migratório temporário nem poderia ser elaborado, pois se o migrante precisasse alugar a própria casa e dispensar tempo para cozinhar, cuidar das crianças, fazer limpeza e outras atividades, o emprego na costura não compensaria. Se a triangulação entre migração, trabalho e reprodução é sempre tangível, este é o caminho particular pelo qual ela se realiza no processo migratório de bolivianos para São Paulo. A expansão e a generalização das oficinas e da migração como um todo se deu sobre esses arranjos de trabalho e reprodução que, como indicamos, mudaram a partir da transferência das oficinas dos coreanos para os bolivianos.

No terceiro capítulo desta dissertação, discutiremos as formas concretas como essas relações se desdobraram nas trajetórias dos nossos interlocutores. Aqui, comentamos a trajetória de Celina, que não foi nossa aluna de português mas conhecemos porque frequentava o CAMI aos domingos. Ela morava em La Paz, com a filha, depois de ter se separado do marido. Não conseguia se manter em nenhum emprego porque não tinha com quem deixá-la. A migração para São Paulo e o trabalho nas oficinas de costura foi o caminho encontrado por Celina para conciliar os cuidados com a filha e o trabalho, porque podia costurar enquanto a criança ia para a escola ou ficava no quarto. Assim, não é só o trabalho que é central para organizar o projeto migratório, mas também a reprodução familiar.

Nem Freire (2008) nem Freitas (2009) reconhecem a centralidade da reprodução, ao lado da esfera do trabalho; as condições de formação das oficinas que importam para os autores e aparecem nas pesquisas são a oferta e a demanda de empregos ou, ainda, as relações de trabalho; mas não as condições internas de reprodução das oficinas, como a questão do casamento e da organização das oficinas em torno da família.

Assim, a reprodução é uma dimensão da vida que se migra para resolver e que precisa ser resolvida ao migrar, da mesma forma que o trabalho. Em outras palavras, a reprodução é uma dimensão da migração tanto quanto o trabalho. Mas é o seu reverso, o seu obscurecido, o seu dissociado e é a esfera personificada nas mulheres. Nesse sentido, concordamos com Ana Mallimacci (2011), que afirma que todo processo migratório se estrutura sobre relações de gênero, independente de contextos específicos de inserção ou das proporções estatísticas de homens e mulheres; tal preocupação não deveria, portanto, ser uma especificidade conceitual mas um ponto de partida para toda análise migratória.

Assim, no primeiro item deste capítulo, discutimos as condições de trabalho dos migrantes bolivianos nas oficinas de costura. No segundo item, contrastamos duas perspectivas distintas sobre

a migração boliviana para São Paulo: a que dá peso aos “contextos de atração” e a que privilegia os “contextos de repulsão”. Concluimos que nem as formas de trabalho na costura nem o processo migratório podem ser antepostos; antes, eles se desdobram em conjunto. A consolidação e a expansão do circuito de oficinas de costura de migrantes bolivianos foi alimentada por um processo migratório que se deu a partir de projetos e motivações que só foram concebidos a partir das possibilidades oferecidas pelas oficinas de costura, como argumentamos no começo do terceiro item. Em seguida, insistimos que a reprodução familiar e doméstica também se relaciona com as formas de trabalho e o processo migratório, embora seja pouco discutida na literatura.

Assim, nos perguntamos por que a cisão entre espaço laboral e doméstico não acontece dentro das oficinas de costura e sobre os nexos possíveis entre essa fusão, a indústria de vestuário e a migração boliviana para São Paulo como um todo. Para desdobrar essas perguntas, fizemos um caminho por Marx, Roswitha Scholz e Robert Kurz que identifica a formação histórica do trabalho abstrato como a formação da sua cisão com tudo aquilo que *não é trabalho*. Como vimos, essas duas esferas foram personificadas em homens e mulheres e definiram formas sociais masculinas e femininas.

A *fusão* entre trabalho e reprodução nas oficinas pode ser apenas aparente, porque os limites entre cada campo de atividade são bem marcados. Ao mesmo tempo, a *fusão* também se realiza na medida em que uma dona de oficina pode cozinhar para seus costureiros e seus filhos ao mesmo tempo, que podem inclusive ser a mesma pessoa. Mas a reunião das esferas do trabalho e da reprodução no mesmo espaço, nas oficinas de costura, foi condição para a formação e o estabelecimento das mesmas, e para a elaboração dos projetos migratórios que levaram à expansão da migração e à generalização do trabalho boliviano na indústria do vestuário. Esta se sustenta, portanto, sobre os arranjos de trabalho e reprodução das próprias oficinas que, por sua vez, configuram relações de gênero e familiares.

As pesquisas que trabalhamos ao longo deste capítulo partem do pressuposto de um migrante neutro e ideal, ou seja, masculino. Por isso, nos dedicamos a estudar as condições especificamente femininas da migração boliviana para o trabalho na costura. Em campo, fomos percebendo outras questões, como a participação das mulheres no trabalho, a sua obrigação com a realização de tarefas como cozinha e limpeza; o que isso tem a ver com a migração das mulheres bolivianas? Prosseguiremos então a delinear o lugar que as mulheres ocupam dentro das oficinas de costura.

CAPÍTULO 2

Condições femininas no processo migratório de bolivianos para São Paulo

Elisa nasceu em 1986 nos Yungas, a região amazônica do departamento de La Paz. A sua família mudou-se de El Alto para lá no marco de um projeto de colonização e ocupação promovido pelo Estado boliviano, o Projeto OSCAR⁶⁰. A mãe dela estava doente e ia sempre para La Paz se tratar. O pai estava empregado na parte de construção de estradas, portanto saía por longos períodos para trabalhar, e não deixava que mãe trabalhasse. Quando a Elisa era criança, eles se mudaram para perto de um acampamento militar e, na mudança, venderam parte dos seus bens e ficaram com um pouco de dinheiro.

Elisa: A gente vendeu tudo e foi pro acampamento. (...) O pai era muito ciumento. Como era uma comunidade, então todo mundo tinha que se ajudar. A minha mãe comprou uma geladeira, com esse dinheiro do que ela vendeu. Nem todo mundo tinha lá, então a gente começou a fazer sorvete, quando o meu pai não estava. Gelinho, né, não sorvete, gelinho, de leite. Minha mãe tinha galinhas, aí a gente vendia algumas galinhas e comprava leite. Com esse leite a gente fazia gelinho. Só que o meu pai, ele ficou sabendo disso e bateu na minha mãe, porque a gente nem pediu permissão dele para fazer essas coisas. Aí eles brigaram muito feio esse dia que ele ficou sabendo. Porque... Minha mãe aproveitou que era uma festa, que lá tinham muitas comunidades que ficaram reunidas, aí a gente começou a fazer... A gente ganhou um pouquinho, em dois dias que a gente fez isso. Só que o meu pai chegou no terceiro dia e a gente teve que parar com isso. Mas ele ficou sabendo por causa das pessoas.

Assim, a mãe da Elisa assumia já o lugar de tanto de responsável pelo cuidado quanto pelo sustento dos filhos; com o salário do marido insuficiente para cuidar dos oito filhos, coube a ela encontrar maneiras de assumir também o trabalho abstrato na família, sempre com ajuda das filhas. Para isso, tinha a criação de galinhas, que ela consegue vender; e tenta a sorte com a produção de “gelinhos” para uma festa da comunidade onde moravam. Mas, ainda que o objetivo seja garantir a reprodução da família, ela não pode fazê-lo *sem autorização do marido*. Por isso, apanha. Mais tarde, com autorização do pai da Elisa, ela monta na comunidade uma pequena venda. Nesse caso, além da permissão, seria de considerar a limitação do orçamento familiar (para uma família de oito filhos) apenas com o salário do marido, o que talvez tivesse incentivado a sua resposta positiva.

60 Organizado por padres franciscanos da Ordo Fratrum Minorum. “O Projeto OSCAR (Obras sociais de caminhos de acesso rural) celebra seu 30º aniversário. Criado e dirigido pelos Frades Menores da região tropical boliviana, o projeto tem a finalidade de promover programas de desenvolvimento para os camponeses provenientes do altiplano: construção de estradas e pontes, educação (através da promoção profissional dos professores, da construção de escolas e de casas para os professores, da supervisão dos programas de formação no campo), saúde (através da formação de agentes de saúde nas comunidades agrícolas e da medicina preventiva), agro-ecologia (por meio da informação sobre técnicas tropicais de cultivo), evangelização e formação de agentes locais de pastoral. O projeto também oferece aos jovens uma ocasião de trabalho voluntário. No momento, trabalham 90 estudantes universitários e 24 aspirantes à Ordem. Também os voluntários têm suas horas de estudo acadêmico. O projeto, coordenado por três Frades da Província Santo Antônio da Bolívia, quer ajudar pessoas marginalizadas sem cair no assistencialismo” (Revista FRATERNITAS, n. 45, jul./1999).

Quando a Elisa tinha nove anos, a mãe dela faleceu, em 1996. Depois de quinze dias, o pai já passou a morar com outra mulher na mesma casa. Os padres da comunidade pediram a ele que se retirasse, mas deixasse as crianças. O pai se recusou e se mudou para El Alto com os filhos, em 1997; “e aí que a gente começou a conhecer o que era a fome, a gente não conhecia o que era a fome”. Foi nessa época que eles se tornaram vizinhos da família do José, depois que ele foi para São Paulo pela primeira vez, em 1996. O pai não trabalhava; segundo a Elisa, ele se aventurava muito, tentava ser comerciante, abrir um negócio, e foi perdendo o dinheiro. Ela e os irmãos pararam de frequentar a escola porque o pai parou de pagar (era BOL\$8, depois BOL\$15, mesmo assim ele não pagava).

Uma tia conseguiu para Elisa um trabalho de babá, quando ela tinha 12 anos. Ela passava a semana em La Paz, na casa da família, e voltava para El Alto aos finais de semana. Nessa época, o pai contraiu dívidas e, depois, foi preso por não pagá-las. A madrasta foi morar com ele na prisão, o que é permitido na Bolívia, e Elisa e os irmãos ficaram sozinhos na casa. Eles tinham tios (filhos do tio-avô) que eram donos de uma oficina de costura em Buenos Aires e uma das irmãs mais velhas já estava lá trabalhando com eles. Ao saber que a Elisa já trabalhava de babá, a tia decidiu levá-la também para Buenos Aires.

Quando ela foi, trabalhou de babá e cozinheira. Ela foi no final de 1998 e voltou em 1999, com 13 anos, para a Bolívia. A tia era muito agressiva. Um primo da tia, que trabalhava lá, tentou abusar dela duas vezes. Quando a irmã, que trabalhava já em outra oficina, ficou sabendo, ela quis voltar. Antes, a Elisa tinha contado para a tia, que a ameaçou caso ela contasse para mais alguém. Chorando, Elisa disse que “ser mulher é difícil, na verdade, e se você não tem pai nem mãe que apoiem você, é muito triste”.

Assim, ela e a irmã retornaram a El Alto. Os irmãos mais novos já tinham sido acolhidos e estavam sendo cuidados pela família de José, que os levava para o campo onde, segundo Elisa, eles não passavam fome, mas tinham que trabalhar. Quando elas voltaram para a cidade, os irmãos também vieram do campo e eles ficaram todos juntos.

Ela e o José já tinham se encontrado antes, quando a Elisa ainda tinha 11 anos. Depois disso, foram se encontrando cada vez que ele voltava do Brasil para visitar, “a gente se falava, se abraçava, mas a gente não fazia nada”. Ela tinha trabalhado por um tempo em um restaurante, mas se demitiu porque era muito assediada. Então ela estava “sem rumo”, “sem fazer nada”, quando José a convidou para se mudar com ele para São Paulo, perguntando se ela queria “fazer essa loucura”.

Em 2001, Elisa veio para São Paulo com José, usando os documentos da irmã porque ela ainda era menor de idade: tinha 14 anos, “quase 15”. Aqui, sempre trabalhou na costura ao lado de

José. Eles foram para a oficina do “brasileiro”, onde ele já trabalhava; ela era ajudante e ele costureiro. Segundo ela, essa oficina era melhor porque pagava mais, porque fazia peças mais finas. Durante um ano, eles dormiram em quartos separados até que vagou um quarto de casal e eles passaram a “morar juntos”. Eram cerca de 30 bolivianos nessa oficina.

Depois disso, Elisa conta sobre a mudança para o outro bairro, a vinda da família de José para São Paulo, o estabelecimento da oficina própria e a compra dos imóveis. Também conta sobre a primeira gravidez que teve, ainda na oficina do “brasileiro”, quando teve um aborto espontâneo. Depois, na segunda gravidez, nasceu sua filha, na virada de 2003 para 2004. Quando ela tinha três anos, Elisa e José foram para a Bolívia e se casaram lá. Ao voltar, “trouxeram muitas pessoas”. Um irmão e uma irmã da Elisa moravam na Argentina, trabalhando em oficinas de costura. Elisa trouxe uma das suas irmãs mais velhas, que é deficiente auditiva, e o seu sobrinho, porque “precisava de mais ajuda”. Ela queria ter trazido também um dos irmãos mais novos, mais não podia trazer tantas pessoas. José também trouxe uma das suas irmãs que ainda estava lá e os seus quatro filhos.

Depois disso, o irmão de Elisa que estava em Buenos Aires, Francisco, pegou tuberculose e voltou para El Alto. Lá, esteve com o outro irmão, Nelson. Francisco faleceu depois de dois ou três meses e, logo depois, Nelson também ficou doente. Então José foi até a Bolívia para conseguir trazê-lo para se tratar no Brasil. Conseguiram tratamento para ele no Hospital Emílio Ribas mas, mesmo assim, com a tuberculose em estágio avançado, Nelson morreu logo depois de chegar ao Brasil. Um ou dois anos depois disso, a irmã mais velha de Elisa que morava na Argentina se mudou para São Paulo com o marido. Agora, as três irmãs estão juntas.

Na casa, eles moravam, na época da entrevista, em quatro casais e três jovens solteiros. Todos os homens são irmãos de José. Além deles, são mais duas irmãs e um irmão. Este mora no interior com os pais. Uma das irmãs mora no mesmo bairro e é dona de uma oficina de costura que foi montada com a ajuda da família, que deu a ela e ao filho parte das máquinas necessárias.

Elisa diz que ainda não sabe como será o futuro. No bairro onde moram, ela diz que a criminalidade e a falta de respeito aumentaram. Diz que passaram a ser hostilizados por serem bolivianos de uma forma que não eram antes. Fora isso, a costura está pagando muito pouco. Por isso, pensam em ir embora, mas ela sabe que, qualquer decisão que tomem, será feita em conjunto entre José e seus irmãos. Por isso é difícil, porque cada um quer uma coisa.

Assim, nas conversas com Elisa e as outras migrantes, fomos percebendo diferentes experiências em relação aos processos de migração: Selma, por exemplo, disse que mesmo depois de 14 anos continuava se sentindo uma estrangeira no Brasil, enquanto Gabriela dizia que já não voltaria mais à Bolívia porque “não tinha mais nada lá”. Dentro disso, aparecia a questão da violência exercida contra essas mulheres, que se expressava de diversas formas, dentro e fora das

oficinas de costura. Por outro lado, e especialmente do lado das organizações, havia o elogio de um certo protagonismo e empoderamento femininos manifesto no próprio processo migratório. A partir dessas observações, comecei a me perguntar sobre o sentido que essas experiências diversas tinham para as bolivianas. Me interessavam especialmente os relatos de violência e de ganho de autonomia, por pensar em uma relação possível entre ambos. Ao mesmo tempo, me interessava discutir diretamente a condição feminina dentro da oficina de costura, lugar que toma conta da maior parte da vida das costureiras. Haveriam formas de desigualdade de gênero na costura? Quais? Como as mulheres viam essas desigualdades? Como elas se refletiam na sua condição como migrantes?

A grande dificuldade de lidar, hoje, com o material de campo elaborado por nós a partir dessas perguntas é que elas partem, como pressuposto, de uma assimetria de gênero. Nesse movimento, a forma como as relações entre homens e mulheres se desenrolam em cada contexto e trajetória particular vai sendo apagado em nome de sustentar o pressuposto original, criando a ideia de uma relação de gênero *generalizada* nas oficinas de costura. Veremos esse problema nos relatos apresentados a seguir.

Começaremos pelas experiências particularmente femininas no processo migratório para São Paulo com inserção nas oficinas de costura, focando dois momentos em especial: o ganho e/ou a perda de autonomia e relatos de formas diversas de violência vividas por essas mulheres. Em seguida, nos dedicamos especialmente às condições particularmente femininas no trabalho da costura. Por fim, faremos uma breve consideração sobre os nossos pressupostos metodológicos.

2.1. Experiências femininas no processo migratório

No roteiro elaborado para as entrevistas, eu buscava investigar as experiências vividas pelas migrantes e as formas como elas compreendiam o próprio processo migratório. Eu me perguntava, especialmente, como elas se relacionavam com experiências de violência (doméstica, sexual, xenorracismo e outras), de autonomia e de controle familiar, e ainda como essas experiências configuravam a maneira como elas compreendiam o próprio processo migratório. Pensava, ainda, em investigar nexos entre possíveis ganho de autonomia e maior exposição à violência. Nas entrevistas, vieram à tona outros temas de subjetividade, como a solidão e a maturidade.

Outra questão difícil de acessar implicava em me perguntar sobre as diferenças entre ser “mulher brasileira” e “mulher boliviana”. Essas definições pareciam ter algum sentido tendo em vista que há costumes culturais muito diferentes entre os dois países que também incidem sobre as representações da mulher. Por outro lado, “o que é ser mulher boliviana” parece uma pergunta sem resposta, no sentido de que pode ser muitas coisas para muitas mulheres diferentes e também no

sentido de que o recorte nacional parece ser insuficiente para falar sobre as particularidades de ser mulher em casa contexto.

Ana Mallimaci pesquisou, no doutorado, o processo migratório de bolivianos para Ushuaia (Argentina). Em um artigo, a autora expõe os seus percursos de pesquisa diante do aporte teórico-metodológico da feminização das migrações e as tensões que encontrou em relação a ele. Assim, Mallimaci (2009) lidou com o problema da definição nacional de “ser mulher” ao se debruçar sobre os estudos de migração feminina que se baseavam nessa suposta formação nacional. Ela critica, assim, a relevância da nacionalidade como categoria descritiva e analítica nos estudos sobre as transformações nas relações de gênero e o pressuposto de que a convivência com diferentes regimes de gênero na origem poderia impactar os regimes originais. Para Mallimaci (2009), a nacionalidade é uma categoria insuficiente para pensar a questão:

Primero, este tipo de lecturas centradas en los estados nacionales supone aún el tipo de migración unilineal y singular (...). Segundo punto, y de mayor relevancia, estos estudios suponen que a una nacionalidad le corresponde un régimen de género. En el caso que nos ocupa deberíamos elaborar el mapa de la situación de las relaciones de género en Bolivia y en Argentina para luego analizar sus posibles transformaciones o continuidades. Ahora bien “Argentina” y “Bolivia” no pueden pensarse como marcos unívocos de referencias normativas y simbólicas sobre los géneros y sus relaciones. (...) El género como categoría debe ser puesto en contexto, localizado para completar sus significados. (...) Se hace muy difícil entonces hablar de “una” migración boliviana tomando la nacionalidad jurídica como criterio demarcativo y significativo del fenómeno. Hay diferentes “bolivianidades” acentuadas en sus contrastes cuando se trata de analizar fenómenos relacionados con los géneros: la socialización en espacios urbanos o rurales, la pertenencia étnica (quechua, camba o aymará), la posición de clase. Cuando en una investigación sobre migración boliviana se construye el objeto teniendo en cuenta el contexto pos-migratorio es altamente probable que esta heterogeneidad quede expresada en la muestra. Es decir que algunas de las diferencias presentes entre las mujeres bolivianas se originan en la procedencia. (MALLIMACI, 2009, s/p)

No entanto, as próprias migrantes bolivianas com as quais conversamos acabam por reforçar a “categoria unificadora” que Mallimaci (2009) critica. Elas fazem várias formulações sobre a “mulher boliviana” e a “mulher brasileira”: em geral, para elas, a mulher boliviana é mais submissa e calada, enquanto a mulher brasileira fala mais, “reclama” mais, é mais aberta. Jérica tem uma cunhada brasileira e se impressiona com o fato de que ela saia com as amigas, sem o marido, seja vaidosa, beba álcool. Ela compara, dizendo que se uma boliviana comprar um sapato, vai usá-lo até gastar, até ficar bem velho, enquanto a brasileira compra muito, segue a moda. Por outro lado, esse tipo de falas, embora dêem peso ao “caráter nacional”, indicam indiretamente que há formas particulares da dissociação em cada contexto. Assim, as formas sociais masculinas e femininas não são universais, mas se realizam concretamente em função dos processos históricos e sociais que

atravessam aquele que as personifica. Ao lidar com essa questão, a tensão entre a crítica ao “caráter nacional” e a realização particular das formas sociais de gênero estará sempre presente.

A indicação que dá Mallimaci (2009) para desatarmos essa tensão, pelo menos parcialmente, é considerar que há outras particularidades que vão muito além da nacionalidade e apontam para os processos sociais e históricos que concretizaram as formas sociais abstratas: a origem rural ou urbana, a origem étnica e a posição de classe, às quais podemos agregar ainda estado civil, idade / geração, entre outros.

Isso posto, o que podemos tatear como características femininas bolivianas? Entre as mulheres de origem rural, se destaca a figura da *chola*, a mulher que se veste com os trajes típicos: o chapéu, a manta, a saia e o cabelo longo, além de outros adornos que podem indicar seu pertencimento étnico, seu estado civil e sua posição social. A figura típica da *chola* foi formada a partir de uma imposição da Coroa espanhola após um levante popular. Como punição, as mulheres foram obrigadas a vestir roupas típicas das classes pobres espanholas do período, costume que se manteve até hoje (CÁRDENAS PLAZA, ESPINOZA MENDOZA E SALAZAR CACHI, 2015). Ao se mudar do campo para a cidade, muitas mulheres mantêm o uso dos trajes típicos, como se vê nas ruas de La Paz, El Alto e outras grandes cidades do Altiplano boliviano. No entanto, sempre há um conflito na forma como as *cholas* habitam o mundo urbano; se empregam principalmente como empregadas domésticas e comerciantes informais.

Para ocupar outras posições sociais, é exigido que a mulher “tire as *polleras*”, ou tire as saias, literalmente, isto é, deixe de usar os trajes típicos, como descreve Freitas (2014, cf. pp. 151-152). Culturalmente, esse processo é irreversível e essa mulher passa a vestir os trajes apenas em ocasiões especiais ou comemorativas; ou implica em uma humilhação caso a mulher que “tirou as *polleras*” decida voltar às vestes tradicionais definitivamente. Freitas (2014) relata que se hospedou na casa de uma professora universitária para quem trabalhava uma *cholita* jovem. Incentivada pela patroa a fazer faculdade de direito, ela precisou “tirar as *polleras*” para se dedicar ao curso e a profissão; isso significou um conflito com a sua família. Portanto, o lugar que a *chola* ocupa no mundo urbano será sempre conflituoso, seja ao assumir ou negar essa identidade. Muitas filhas de *cholas* nem chegam a vestir os trajes típicos, quando nascem e crescem em espaços urbanos, como as filhas da família Mamani Quispe. A relação com a igreja evangélica também impacta nessa forma de identidade, mas todas essas questões exigem pesquisas mais aprofundadas. Entre as costureiras de São Paulo, há muitas *cholas*. Entre as que entrevistamos, nenhuma; nas nossas aulas de português, não tivemos nenhuma aluna que vestisse as roupas tradicionais. Assim, há uma forte implicação entre ser *chola* e a origem rural/urbana, a identidade étnica e a posição social. Por isso, a relação entre as migrantes da costura e a figura da *chola* precisaria também ser aprofundada por

novas pesquisas.

Podemos identificar ainda o que caracteriza as mulheres bolivianas do ponto de vista das nossas próprias interlocutoras. Na entrevista, Elisa comentou como seu pai se sentiu desgraçado porque suas primeiras três filhas foram mulheres. Apenas quando veio um homem, o quarto filho, ele comemorou. Segundo ela, na Bolívia ninguém quer ter filhas mulheres, José concorda e diz que isso acontece porque os filhos homens vão ficar na família e cuidar dos pais, enquanto as mulheres seguirão os seus maridos e passarão a fazer parte da família deles. Ainda que José faça esse comentário em tom de crítica, é o que acontece com a sua própria família, que está nucleada em torno dos irmãos homens. Isso também pode indicar a posição de famílias de classes mais populares e mais ligadas às formas de sociabilidade rurais.

Além disso, é possível perguntar se há processos de mudança nessa posição de mulher especialmente na migração para São Paulo. Mallimaci (2009) debate com a perspectiva dos estudos de migração feminina que parte de dois pressupostos analíticos: i) que a migração teria uma relação causal com as posições de gênero personificadas; ii) que o pesquisador é capaz de localizar, dentro de trajetórias com várias migrações subsequentes, qual é a “mais importante” em relação à posição de gênero realizada pelas mulheres. Assim, podemos nos perguntar se o processo migratório por si só pode ser compreendido como momento definitivo de transformação; ou ainda se a migração para São Paulo prevalece sobre as outras migrações realizadas pelas mulheres. Adiante discutiremos as críticas da autora com mais profundidade.

Como exemplo, podemos pensar no costume das famílias bolivianas de ter um grande número de filhos. A maioria dos nossos interlocutores tinha, pelo menos, três irmãos, e é bastante comum que as famílias totalizem seis, oito, dez irmãos. Por outro lado, não vimos migrantes da costura com tantos filhos quanto os seus pais. Elisa e José tiveram apenas uma filha; Sandra também. Ela comenta que a maioria dos bolivianos não se cuida, não faz planejamento familiar, e disse que já tem um filho e não quer ter mais. Essa mudança pode ser atribuída à migração como fator causal? Ou ela também abarca a urbanização, a mudança de lugar social dessas mulheres em relação às suas mães, a crise do trabalho e a responsabilidade da mulher sobre o lar e a esfera do trabalho conjuntamente?

Ao mesmo tempo, a migração acaba ocupando esse lugar porque pode implicar em uma série de transformações na vida das mulheres ao se deslocar dos seus lugares de origem sociais e geográficos. Veremos essas mudanças a partir das próprias falas das migrantes, especialmente no que diz respeito às experiências de perda e/ou ganho de autonomia e de violência. Falando especificamente sobre violência, podemos ver na trajetória de Elisa que há relatos tanto antes como depois da migração, de várias formas, mas que se realiza de formas particularmente distintas nos

diferentes contextos.

Ao longo da pesquisa, tivemos dificuldade de considerar os pontos levantados acima. Nem sempre pudemos identificar as particularidades de cada fala e de trazer para o texto o debate que acabamos de apresentar. Mas, como estas questões em mente, podemos olhar para as experiências das mulheres migrantes inseridas nas oficinas de costura de São Paulo.

Autonomia e controle familiar

Jésica já tinha passado algumas temporadas em São Paulo antes de vir de novo em 2015. Por causa da sua experiência anterior na costura, para ela a percepção da crise econômica brasileira era uma questão marcante naquele momento. Assim, ela sentia uma diferença significativa nas possibilidades de ganho com a costura e na demanda de trabalho, que a desanimaram. Além disso, o seu filho faleceu durante o ano de 2015. Segundo ela, ele ficou doente de uma hora para a outra, foi levado para o hospital e os médicos não conseguiram identificar qual doença ele tinha. Assim, ele não foi tratado e faleceu em seguida. Ela considerava que havia algum erro médico que tinha levado a esse desfecho. Tudo isso mudou sua relação com a migração, o país e a ideia de permanência, e foi um dos fatores que a fizeram decidir pelo retorno à Bolívia no começo do ano seguinte. Ao mesmo tempo, ela disse que toda a sua experiência migratória lhe deu mais maturidade, fez com que ela ficasse mais focada e mais segura das suas decisões.

Por sua vez, Denise relatou uma experiência de solidão dentro da oficina, reforçada por um forte clima de concorrência. Ela conta que os outros costureiros acreditavam que sua tia, dona da oficina, tinha trazido a Denise para substituí-los. Por isso, sempre houve uma distância entre ela e os outros empregados. Quando encontrei a Denise de novo em La Paz, em 2017, ela contou que tinha trabalhado uma época de gerente (“encargada”) da oficina quando a tia viajava para a Bolívia. Quando a tia voltava, os outros costureiros diziam a ela que a Denise não tinha feito nada, não tinha trabalhado, e a tia acreditava. Como a Denise já queria voltar para a Bolívia, acabou deixando a oficina nessa época. Segundo ela, o que a impediu de voltar antes do tempo previsto foi o seu objetivo de juntar dinheiro. Além disso, seu pai havia incentivado a sua migração porque tinha medo que a filha, que ele via como tímida e fechada, se tornasse submissa nas mãos de um homem, de um futuro marido. Ela considera que a migração “mudou o seu caráter”, tornou-a uma pessoa mais aberta e comunicativa.

Brenda também teve a experiência em São Paulo marcada pelo falecimento do seu sobrinho, ao mesmo tempo em que se manteve na cidade pelo seu propósito de estudar e fazer faculdade, motivado pelo desejo dela de ajudar outras crianças que fiquem doentes como o seu sobrinho.

Quando ela conta sobre viver com a família na Bolívia, fala sobre um ambiente de controle familiar criado pelo seu pai. A decisão de permanecer em São Paulo após a morte do sobrinho passa também, possivelmente, por expectativas dela em relação a esse controle, caso volte a morar com a família na mina próxima à cidade de Oruro.

As entrevistas também trouxeram as percepções subjetivas das migrantes sobre o trabalho, o dinheiro e a família. Embora Jérica afirme que o trabalho tinha se tornado apenas uma distração, o trabalho aparece para ela como uma distinção social – por ser profissional – e como realização da sua vida, além de uma fonte de prazer porque ela gosta do emprego de dentista. Por causa da perda recente do filho, ela parecia desmotivada em relação ao trabalho, que ela dizia que servia apenas para que ela tivesse o suficiente e para ajudar o irmão. Por outro lado, o dinheiro – um dinheiro que não o do trabalho, mas que ela ganharia hipotecando uma propriedade na Bolívia – serviria para garantir a sua independência em relação ao irmão.

No caso de Denise e Brenda, também aparecia uma relação estreita entre trabalho, dinheiro e família, categorias que para elas se remetem uma à outra. As duas falaram muito sobre o “valor” do sacrifício do trabalho e como aquilo que se ganha só é valorizado em função desse sacrifício. Ao migrar, aprenderam a valorizar o sacrifício que os seus pais fizeram por elas e pelos seus irmãos. Isso também fala de uma experiência inicial das duas com o trabalho em si, e tem um processo importante de subjetivação de si mesmas como trabalhadoras. Com isso, aparecem também as preocupações de gestoras do lar e do dinheiro diante da sua escassez.

Durante a entrevista, perguntei a Denise e Brenda se elas sentiam mais independentes em São Paulo do que na Bolívia. Brenda disse que em parte sim; Denise disse que em parte era bom; tudo é bom, mas depende. Perguntei ainda se elas se sentiam independentes em que sentido e Brenda disse que nas decisões, enquanto Denise disse que poder tomar as próprias decisões, sem a família. Por que é após a migração que elas sentem que podem tomar as próprias decisões, sem a família?

Um pouco antes, Brenda tinha contado que o pai não permitia que ela trabalhasse na Bolívia:

Brenda: A mi papá no le gusta que nosotras trabajemos. Él lo veía feo. Yo quise trabajar.

Clara: Por ser mulher? Ou não?

Brenda: No por ser mujer, sino por la gente, no sé, a mi papá no le gusta eso.

Clara: Os filhos dele? Todos?

Brenda: Las mujeres, sólo mujeres.

Clara: Os homens tudo bem trabalhar.

Brenda: Tudo bem. Sólo mujeres, a él no le gustaba. Entonces yo busqué trabajo pero él no quiso.

Ela não conta quais eram os mecanismos dos quais o pai lançava mão para impedi-la de trabalhar. Mesmo assim, o pai permitia que ela fizesse faculdade na cidade de Oruro. Porém, sem um salário fixo, ela não conseguia garantir os recursos necessários para pagar as passagens, os materiais e ainda cuidar dos seus sobrinhos. Por isso, já pensava em deixar a universidade quando o irmão a convidou para vir ao Brasil. O pai então permite que ela trabalhe, porque nesse caso o irmão estava envolvido; como disse a Brenda em outro momento, sua família não a teria deixado migrar se não fosse para trabalhar na oficina do irmão. Existe, então, um controle do pai exercido sobre o acesso da filha ao trabalho e ao dinheiro, e inclusive sobre a possibilidade de tornar-se profissional; a permissão que ele dá para que Brenda migre a São Paulo está relacionada com a figura do irmão, que poderia exercer sobre a irmã o mesmo controle que exercia o pai na Bolívia.

Assim, tanto ela quanto Denise assinalam um ganho de independência porque, agora que trabalham, tem o seu próprio dinheiro e cabe apenas a elas tomar decisões sobre os seus gastos.

Clara: Que diferença faz para vocês ganhar o próprio salário, cuidar dos próprios gastos?

Brenda: Una es ser autónoma, independiente. Pero también, ver las preocupaciones, porque, suponiendo, si no hay en casa leche, el dinero se está acabando, y falta a que llegue el otro mes, el día que cumples para que te paguen el pago, ver de dónde sacar o cuál gasto minimizar y cuál gasto sustituir. O suponiendo si tienes para el pasaje ver que cosa vas a comer hoy día. Suponiendo si tomábamos un café con leche de R\$1,50, ahora vamos a tomar un café con leche de un real, para minimizar el gasto. Ver las cosas que te faltan realmente y ver las cosas que puedes comprar después. Yo lo veo así.

Denise: Tipo así, más que todo, es lo ella dijo, ya nosotras comenzamos a hacernos nuestros propios gastos. Por mí es, voy a gastar R\$150, entonces voy a gastar en esto, esto y esto, y me va a quedar esto. Comenzamos a guardar, no es como antes. En Bolivia, nos acostumbremos y decimos “papi, necesito para el otro”, antes estiramos la mano y nada más [Brenda concorda]. Claro, y tú no sabías de dónde venía, porque allá, cuando eres la menor, la hija, la última, tus papás dicen “vas a trabajar? pero tienes que tener cuidado”, eso te van decir, que eres la última hija, ya te dicen “te daremos”, dicen. Yo ahora lo que gano lo divido, esto va a ser para esto, esto va a ser para el otro, pero algunas veces...

Brenda: Se excede [risos].

Denise: [risos] Sí, se excede, porque es así, aquí en Brás más que todo, porque yo soy viciada en las compras, tipo hay un pantalón de oferta, agarro! Y tipo, “ay, no, esto es R\$150”, entonces para el próximo mes compro. Es tipo así... Compramos en atacado, tres shampoos, papel higiénico com tres pacotes. Entonces en un mes, para mí, se me va todo mi salario... Casi. La mitad, porque yo, a mí me gusta comprar, en lo que gasto R\$150 en un mes, y lo resto así, para mis gastos.

Para Brenda, ganhar o próprio salário torna-se então, nomeadamente, uma forma de alcançar autonomia e independência. Denise relata também a questão com os seus pais, que tentam dar-lhe dinheiro para que ela não precise trabalhar, para que tenha cuidado. Também se expressa na fala de Denise uma relação entre ter e não ter dinheiro e a autonomia em relação aos pais.

As experiências das migrantes em relação à autonomia e à independência foram relacionadas com formas de controle familiar e conjugal por parte de figuras masculinas como pais, irmãos, namorados e maridos: elas se sentem independentes na medida em que não se sentem controladas por essas figuras. Nesse controle, consideramos as formas de coerção empregadas por homens para decidir sobre a vida de mulheres que, pelo vínculo familiar ou conjugal, sentem-se submetidas a eles, incluindo exigências de permissão, proibições e punições pela desobediência das mesmas. Denise, Brenda e Jérica estavam solteiras no momento das entrevistas, portanto as figuras masculinas de controle que aparecem são os pais e o irmão; mas, para mulheres casadas, é muito frequente que o marido também assuma esse papel. Assim, aparece uma polarização entre um sentimento de autonomia e independência e formas de controle masculino, familiar e/ou conjugal.

Essas formas foram remetidas, pelas próprias migrantes, às categorias do dinheiro e do trabalho: para elas, ter um trabalho e através dele acessar dinheiro na forma de salário apareceu como condição necessária para a ruptura com o controle masculino. Este opera, muitas vezes, de forma a impedir que as mulheres trabalhem ou acessem dinheiro. O trabalho e o dinheiro aparecem assim como mediação entre os pólos do controle e da autonomia das mulheres em relação às figuras masculinas hierárquicas. Assim, o acesso ao dinheiro garantido pelo acesso ao trabalho aparece muitas vezes como meio para ganho de autonomia e saída do controle familiar. Por outro lado, esse controle muitas vezes é exercido sobre aquele acesso, aparecendo subjetivamente como ciúmes.

As posições dos pais de Brenda e Denise parecem formar, assim, um jogo de espelhos. O pai da primeira não permitia que as filhas trabalhassem, e assim impediu também que a filha estudasse, já que ela não tinha dinheiro suficiente para ir às aulas e comprar os materiais. O pai de Denise, por outro lado, incentiva a filha a estudar e trabalhar justamente para que se torne uma mulher independente, que não seja submissa ao homem (o futuro marido). Em ambos, no entanto, há um pressuposto comum: uma relação entre a independência feminina e o acesso ao trabalho e ao dinheiro.

A questão do ganho de autonomia feminino foi largamente discutida pelos estudos migratórios de gênero, que investigaram se os processos migratórios seriam capazes de garantir maior independência para as mulheres que migram. María José Magliano (2008) pesquisou, em seu doutorado, o papel da mulher no processo migratório de bolivianos para Córdoba (Argentina) e

tentou identificar transformações significativas nos papéis e relações de gênero após a migração. Entre as pesquisas sobre a migração de mulheres bolivianas para São Paulo inseridas na costura, indicamos os trabalhos de Rezera (2010) e Almeida (2013). As duas autoras já sinalizavam críticas ao pressuposto de que as migrantes obteriam maior autonomia após a migração. Danielle Rezera (2010) pesquisou as mulheres bolivianas residentes em São Paulo, tratando de identificar sua relação com o trabalho entre 1980 e 2010. A autora localizou a precarização e a responsabilização de mulheres e jovens pelo sustento da família. Táli Almeida (2013), por sua vez, pesquisou as trajetórias de mulheres latino-americanas em São Paulo, empregadas na costura e no trabalho doméstico. Para ela, também há uma precarização do trabalho e uma vulnerabilização das migrantes.

O possível ganho de autonomia após a migração foi, em alguns casos (cf. Magliano, 2008, pp. 333-345), compreendido como “empoderamento”⁶¹ feminino diante da opressão masculina. O que apareceu nas entrevistas como formas de controle familiar é compreendido como desigualdade de gênero (REZERA, 2010) ou como relações assimétricas de gênero (MAGLIANO, 2008; ALMEIDA, 2013). Essas definições mais amplas abarcam diversos conteúdos, como a formação familiar “tradicional” de homem-ganha-pão e mulher-dona-de-casa (SCHOLZ, 2016) idealizada pelas classes médias; o ganho salarial feminino inferior ao masculino; a obrigação feminina de cuidado com o lar e a família; a inserção de mulheres nos empregos mais precarizados, ou a maior precarização de empregos tradicionalmente femininos (como o trabalho doméstico); e o controle masculino (familiar e/ou conjugal) sobre as mulheres, inclusive como violência doméstica e sexual. A ruptura com esse controle – que apareceu como independência e autonomia nas entrevistas – é compreendida como uma ruptura com as desigualdades e uma subversão da assimetria de poder entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, as autoras também consideram esse momento como autonomia e protagonismo.

A questão investigada pelas pesquisadoras é se a migração poderia provocar tal subversão. Porém, o pressuposto de que a migração feminina estaria relacionada a processos de ganho de autonomia, embora perseguido por Magliano (2008), Rezera (2010) e Almeida (2013), não foi

61 Neste texto, não discutiremos o conceito de “empoderamento”, que aparece em falas de funcionários de ONGs e ativistas para se referir aos migrantes e a certas ações realizadas por eles nos locais de destino. Brevemente, indicariamos uma reflexão sobre qual o “poder” de que se fala quando se defende o “empoderamento”. Raffestin (1993), lembrando Foucault, indica que existem duas formas de poder: com P maiúsculo, ligado ao Estado, e com p minúsculo, referente às instituições paralelas ao Estado mas que fazem parte da sua soberania. O que escapa à discussão, no entanto, são os fundamentos dessa relação de poder. Em que consiste o poder? Quais os seus conteúdos? Os próprios projetos de empoderamento identitário que hoje ganham espaço não deixariam entrever uma concepção de poder como trabalho, dinheiro e mercadorias, e o acesso a eles compreendido como “empoderamento”? Em outras palavras, o empoderamento realizado pelo dinheiro não reproduz a própria forma do poder?

verificado pelas pesquisadoras em seus trabalhos de campo.

Magliano (2008) não encontrou transformações nos papéis de gênero representados por mulheres bolivianas após a migração para Córdoba. Assim, critica o pressuposto de que a inserção social e laboral da mulher migrante no destino poderia, por si só, garantir a transformação de relações familiares e, conseqüentemente, relações e papéis de gênero. Magliano (2008) sintetiza:

Dicho de otra manera, la migración de mujeres bolivianas puede pensarse como *un cambio que no cambió* las desigualdades de género: si en la esfera de la familia se asistió a la preservación de relaciones asimétricas de género, donde las funciones domésticas – todas ellas – han permanecido como competencia exclusiva de la mujer, en tanto reproductoras sociales, culturales y biológicas; en la esfera laboral han enfrentado múltiples exclusiones por ser mujeres y migrantes, ser bolivianas y también por la pertenencia de clase. Es necesario, entonces, cuestionar las potencialidades emancipatorias del trabajo productivo femenino, en la medida en que la inserción social y laboral, en un mercado de trabajo 'etnizado' y 'generizado', por sí sola no garantizó ni impulsó transformaciones en las relaciones de género. (MAGLIANO, 2008, p. 345)

Magliano (2008) se refere, portanto, às desigualdades de gênero como relações assimétricas na esfera da família e processos de exclusão na esfera do trabalho. O que chamamos de controle familiar, portanto, é identificado pela autora como assimetria de gênero. Por ora, centraremos nossa atenção nesse ponto; mais adiante, discutiremos a questão dos mercados de trabalho excludentes a partir das pesquisas mais recentes de Magliano (2017). Os papéis tradicionais de homem-ganha-pão e mulher-dona-de-casa não se transformam mesmo com a inserção laboral da mulher que, nesse âmbito, enfrenta a precarização com marcas de gênero e raça/etnia.

Para lidar com a questão, Rezera (2010) se baseia em um relatório regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em 2009, que versava sobre relações de trabalho e família na América Latina e no Caribe⁶². O próprio relatório parece vincular a condição autônoma feminina ao acesso à renda e ao trabalho, e a pesquisadora pondera que seria necessário um “acompanhamento” para que a autonomia feminina seja assegurada, já que o acesso à renda e ao trabalho não seriam suficientes para garanti-la:

Acrescenta o relatório que a participação da renda das próprias mulheres reflete a sua condição de autonomia e da mudança cultural em que vivem. Mas temos de atentar que esse processo de autonomia necessita ser acompanhado, uma vez que o acesso ao mercado de trabalho, ou a uma renda, não necessariamente significa autonomia frente a relações sociais com características patriarcais, ainda que essa mudança no contexto socioeconômico tenha aberto caminho para a entrada de mulheres a outro universo, além do trabalho doméstico e da vida familiar ou trabalho exclusivamente de campo. (REZERA, 2010, p. 116)

62 *Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social*. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2009/relatorioregional-trabalho-familia.pdf>>. Acesso em: 01/08/2018.

Mais adiante, a autora afirma que esse acompanhamento seria realizado através “(...) de políticas públicas que tenham a prioridade de romper com a hierarquização patriarcal de poder e de dominação” (REZERA, 2010, p. 116). Rezera (2010) contrapõe, no trecho acima, a autonomia com “relações sociais de características patriarcais” e a localiza, portanto, mais que no acesso ao dinheiro e ao trabalho, nas políticas públicas que garantam a condição feminina autônoma.

Para Almeida (2013), a leitura de que a migração feminina expressa conteúdos de independência e protagonismo, necessariamente, oculta os contextos de origem das migrantes:

Em grande parte, as mulheres protagonizam as migrações internacionais quando se encontram em situação de terem que assumir sozinhas o sustento dos filhos e da família. Esses fatores pesam na atitude, que aparentemente parecem revelar independência e protagonismo, quando na verdade elas se encontram envolvidas em contextos de separação, violência, conflito conjugal e familiar, nos quais não encontram mais alternativas de negociação ou apoio dos serviços sociais e da comunidade nos locais de origem. (ALMEIDA, 2013, p. 64)

Esses contextos são compreendidos pela autora como consequência de desigualdades de gênero. Segundo ela, sua pesquisa empírica não demonstrou a possibilidade da sua diminuição, mas expressa o seu “desejo” que fosse um “fato”:

A pesquisa realizada não oferece subsídios para afirmar que a inserção de mulheres em um processo de migração internacional pode diminuir as desigualdades existentes fruto das relações sociais de sexo – este seria mais um desejo da pesquisadora do que um fato. É possível afirmar que as migrações internacionais estão vinculadas a um processo de globalização que teve na reestruturação produtiva uma de suas principais consequências. Da mesma forma, a ausência ou diminuição de investimentos do Estado em políticas sociais tornam as mulheres as principais responsáveis por garantir o bem-estar dos membros de seu grupo doméstico. (ALMEIDA, 2013, p. 118)

Assim, Almeida (2013) contrasta a maior independência, autonomia e protagonismo femininos nas migrações com as situações de pobreza e conflito na origem, além da responsabilidade das mulheres pelo cuidado com a família e também pelo seu sustento.

O protagonismo cada vez maior das mulheres nas migrações internacionais parece revelar a existência de uma maior independência e autonomia. No entanto, as entrevistas demonstraram que a migração internacional é uma alternativa diante das situações de pobreza e conflito no país de origem, em casos nos quais as mulheres não encontram mais possibilidades de negociação ou apoio dos serviços sociais e de sua comunidade. (ALMEIDA, 2013, p. 119)

Mallimaci (2009), por sua vez, se pergunta quais seriam os nexos necessários entre o processo migratório e a transformação das relações particulares de gênero. Para ela, a leitura de uma relação possível entre a migração feminina e um ganho de autonomia ou uma transformação nas

relações de gênero particularmente vividas pelas migrantes supõe uma relação causal entre migrações e o regime de gênero, seja o gênero como um condicionante das migrações ou a migração como um condicionante das relações de gênero. Para Mallimaci (2009), ainda, o pressuposto dessa leitura é que a migração estabelece um “antes” e um “depois”, ou seja, um parâmetro comparativo entre a situação “original” e a situação “pós-migração”. Assim, a migração é analiticamente pressuposta como um momento de ruptura na trajetória de vida das pessoas migrantes que permitiria uma comparação entre dois momentos e espaços.

Nos migrantes entrevistados por Mallimaci (2009), porém, não se registrou *uma migração*, mas uma sequência de movimentos migratórios de vários tipos: internos à Bolívia, internacionais e internos também dentro da Argentina (país de destino do grupo estudado pela pesquisadora). Frente a esse tipo de trajetórias, a autora se pergunta qual o “antes” e qual o “depois” que devem ser considerados; e se há várias experiências de migração internas ao país de destino, qual desses movimentos seria determinante. A autora conclui que, nesse tipo de trajetórias, considerar duas situações a serem comparadas a partir da migração é tão complicado como explicar as transformações nas relações de gênero como efeito único da migração em si mesma.

Ao nosso ver, a análise que fizemos das trajetórias de Denise e Brenda toma um rumo diferente em relação ao pressuposto de que a migração em si é capaz de criar processos de ganho de autonomia ou transformações nas relações de gênero. No nosso caso, buscamos compreender como o ganho de autonomia aparece relacionado ao acesso ao trabalho e ao dinheiro através da costura como uma primeira experiência de inserção laboral, como apareceu nas conversas com as nossas alunas. Trata-se antes de buscar as particularidades das narrativas delas e entendê-las como parte de um processo social complexo.

Por isso, interessa também olhar para os relatos em que as migrantes indicam a perda de autonomia após a chegada em São Paulo. Assim, veremos a afirmação geral das autoras citadas acima – que o processo migratório não implica diretamente em uma transformação das relações de gênero – à luz destas outras experiências.

No caso da Jérica, como mulher solteira na Bolívia, sentia-se totalmente independente; ao vir para São Paulo e morar com o irmão, passa a ser vigiada por ele. Mas, por não conseguir pagar sozinha o aluguel para morar em São Paulo, permanece na casa do irmão até que tenha o dinheiro para conquistar de novo a sua *autonomia*.

Clara: Você se sente mais independente em São Paulo do que na Bolívia?

Jérica: Não.

Clara: Você era mais independente na Bolívia?

Jésica: Alá que acá.

Clara: Por quê?

Jésica: Acá eu estou morando com mi irmão. Se eu morasse sozinha, aí ia ser muito diferente. Se eu tivesse que pagar conta sozinha, se eu tivesse que pagar a minha comida sozinha, tudo eu teria que fazer, pagar. Mas do jeito que eu vivo hoje, meu irmão está atrás de mim.

Clara: Tudo o que você faz ele fica vendo.

Jésica: [risos] Tudo: “que Jésica não está comendo direito, que Jésica não está indo dormir”. Eu sou menina de casa e não gosto!

Clara: Você ganhou um pai de novo.

Jésica: De novo eu gané um pai, eu não gosto. Eu fazia tudo sozinha alá no meu país, eu vivia tudo sozinha. Eu vivia no meu quarto, eu tinha tudo, hoje eu tenho tudo para viver sozinha, eu tenho tudo. Mas eu vine pra casa dele, eu vine pra ganhar um pai, eu não gosto.

Clara: Você tem vontade de se mudar?

Jésica: É, eu vou mudar. Al año eu vou viajar para a Bolívia. Eu tengo una percepción de vida: hoje não dá pra pagar aluguel. Eu tenho casa lá, eu quero ir a hipotecar essa casa e comprar una casa pra cá. Para vivir muito melhor, para no pensar en aluguel, aluguel, aluguel, aluguel. Mas eu vou comprar casa, mas meu irmão vai ficar lá. (...) Eu vou no meu cantinho, eu vou morar sozinha e ele vai morar sozinho.

Aqui, mais uma vez, a percepção subjetiva da mulher migrante sobre a sua própria independência / autonomia é polarizada com o controle familiar, nesse caso exercido pelo irmão. O dinheiro também aparece como mediação na medida em que ela fala sobre a impossibilidade de morar sozinha porque “hoje não dá para pagar aluguel”.

Sandra, que foi nossa aluna no curso de português do Belenzinho, em 2016, contou durante a sua entrevista que ela havia saído da Bolívia quando ainda estudava e, em São Paulo, trabalhado sempre na costura. Na época, ela já estava no Brasil há cerca de dez anos. Ela afirmava que tinha vontade de retomar o curso de enfermagem iniciado na Universidad Pública de El Alto (UPEA) para sair da costura, especialmente porque via seus irmãos formados ganhando muito mais por trabalhar menos horas. No entanto, o maior impedimento para isso era o seu marido que, por medo que ela conhecesse “alguém” na faculdade, não deixava que ela estudasse.

Nas conversas com seus irmãos e sua mãe, retomamos esse assunto. Quando comentei com Nicholas sobre sua irmã voltar a estudar, ele disse que ela não tinha conseguido terminar de estudar por causa da crise na Bolívia. Ele falou também que a Sandra só conseguiria voltar a estudar se deixasse a costura, porque não tinha tempo durante a semana. Eu comentei com ele, ainda, sobre ela

ter dito que os irmãos trabalhavam menos e ganhavam mais, e Nicholas riu e respondeu que sim, sua irmã queria melhorar, trocar de área, ter uma empresa, mas que achava difícil que ela e o marido retornassem à Bolívia porque lá o salário deles seria muito menor.

A Rogeria contou uma história diferente. Perguntei a ela como a família tinha decidido que a Sandra deveria migrar; Rogeria hesitou um pouco para responder. Disse que a irmã, no primeiro ano de faculdade, começou a “andar com as pessoas erradas” e frequentar os bares da Ceja⁶³. Por isso, o pai e o irmão a “levaram” para São Paulo, para afastá-la desse cenário. Depois de falarmos sobre outros assuntos, ainda retomei a questão da vinda da Sandra. A ideia do pai tinha sido levá-la por um tempo para que Sandra voltasse a El Alto e à faculdade. Porém, segundo Rogeria, “el remedio fue peor que la enfermedad”, porque Sandra logo se casou com um costureiro que trabalhava na oficina do seu irmão, com quem abriu a própria oficina logo depois, e também engravidou. Comentei com Rogeria, ainda, que a Sandra falava que tinha vontade de voltar a estudar, mas não podia, ao que ela respondeu que acredita que querer é poder e que, na sua turma de faculdade, havia mães solteiras de dois ou três filhos, que trabalhavam e mesmo assim se formaram. Rogeria contou também que quando estava no Brasil tentava estimular a irmã a estudar, fazer alguns cursos, mas diz que eles (ela e o outro irmão que está em São Paulo, Julio) não abriram a mente, não quiseram buscar outras oportunidades.

Quando conversei com a mãe deles, María, ela também comentou sobre a época em que a Sandra frequentou os bares da Ceja, migrou para São Paulo e deixou a universidade. Ela pontua que todos os seus filhos (seis, ao todo) entraram na universidade, mas Sandra e outros dois irmãos não terminaram.

Aqui também há uma polarização entre o controle do marido e a liberdade de tomar decisões. Nesse caso, ainda, os conteúdos da proibição do marido estão remetidos ao trabalho e ao dinheiro na medida em que o desejo de Sandra de voltar a estudar relaciona-se com a percepção de que os irmãos que exercem trabalhos complexos trabalham menos e ganham mais.

Diante disso, insistimos no fato de que, ao migrar para São Paulo, Sandra não necessariamente se viu diante de um ganho de autonomia, porque tem a possibilidade de estudar e mudar de emprego negada pelo marido, que não deixa que ela vá estudar fora, por ciúmes. Ainda, retomaremos mais a frente o fato de que, nessa proibição do marido de Sandra, deve fazer parte o papel fundamental que ela tem dentro da oficina, não somente como cozinheira e faxineira, mas também como costureira. Segundo ela mesma e Nicholas, ela é uma das pessoas que mais trabalha dentro da oficina. Assim, há uma fusão complexa entre as figuras de esposa, mãe (já que Sandra

⁶³ “Ceja” pode ser traduzido, literalmente, como “sobrancelha”. É o nome de um dos primeiros bairros de El Alto, um dos mais próximos a La Paz e à grade que marca o final do planalto e a descida abrupta em direção à cidade vizinha.

também cuida do filho) e dona da oficina (costureira, cozinheira, faxineira e administradora).

Quando conversei com José, ele contou sobre o momento de extrema pobreza que a família viveu e sobre como sua mãe catava coisas na rua para vender e ter dinheiro para cuidar dele e dos seus irmãos, que eram muitos. Nesse momento, a Elisa interveio e disse que, como tinha falado na conversa com ela, a mulher que tinha poucos filhos era mal vista na Bolívia, não era considerada uma “boa mulher”. José disse que via isso como um costume machista. Ele continuou contando sobre essa questão de ter muitos filhos e a Elisa interveio de novo dizendo que o maior problema é ter meninas: se vier menino é festa, mas se vier menina é dor de cabeça. O José concordou e disse que o costume é que os filhos homens cuidem dos seus pais, e as mulheres acompanham os seus maridos. Está mudando, “mas eu sou dessa época, eu penso quase o mesmo, não é muito diferente meu pensamento”. Mesmo assim, ele afirmou que pensa diferente dos seus irmãos, que obrigam as esposas a ficar do lado deles, não deixam que elas viajem sozinhas à Bolívia para visitar as suas famílias e ficam com ciúmes quando elas vão. Segundo José, ainda, com a Elisa é diferente, mas ele entenderia se ela quisesse ir para lá todos os anos para visitar, ele não teria problema com isso. Mas, como ela não tem família, passa o ano inteiro com ele⁶⁴. Assim, José hesita entre diferenciar-se ou não dos irmãos; porém, ele afirma que deixaria a esposa viajar para a Bolívia todos os anos quando essa é, no caso, uma situação hipotética.

Um dos pontos a ser ressaltado com esses últimos dois relatos é que o casamento é muito comum nas oficinas de costura, entre costureiros que trabalham juntos, já que muitos migram jovens e solteiros. Após o casamento (e até antes), muitas vezes emerge o controle conjugal em diversas instâncias que envolvem, em geral, a proibição sobre a mulher fazer coisas “fora de casa” sem a companhia do marido. Como ressalta Miranda (2017), o casamento é um momento fundamental para a passagem de costureiros para donos de oficina.

Importa destacar ainda que aqui também há uma remissão dos conteúdos do controle familiar à esfera do trabalho e do dinheiro: no caso de casais donos de oficina, ou que trabalham conjuntamente na costura, é necessário atentar ao papel fundamental que tem o trabalho feminino. Este torna-se dessa maneira um conteúdo fundamental das formas de controle que os maridos exercem sobre as suas esposas neste contexto (e possivelmente em outros).

A modo de síntese, nos interessa agora destacar dois pontos. Em primeiro lugar indicamos como, tanto nas falas das migrantes quanto nos argumentos teóricos das pesquisadoras, a autonomia ou independência femininas são polarizadas com o controle masculino ou relações assimétricas de poder. Por exemplo, quando Jérica se sente controlada pelo irmão quando passa a morar com ele; ou

⁶⁴ Nessa fala, ele faz uma referência indireta ao fato de que é muito comum que os bolivianos residentes em São Paulo visitem a Bolívia todos os anos, para ver a família, especialmente em janeiro / fevereiro, durante a baixa temporada da costura.

quando Sandra não pode estudar por decisão do marido; ou ainda quando José e seus irmãos deixam ou não deixam que as esposas viajem.

Diante da contraposição entre os relatos de Denise e Brenda em relação com os relatos de Sandra e Jérica, poderia-se pensá-las como narrativas que se negam entre si. Se olhadas invertidamente, no entanto, as experiências de ruptura como de aumento do controle familiar e conjugal após a migração, que apareceram nas autoras como manutenção ou transformação das relações de gênero, apresentam um fundamento comum entre as situações em que há percepções subjetivas de perda ou ganho de autonomia. O segundo ponto que gostaríamos de destacar é a mediação de ambos processos pelo dinheiro e pelo trabalho como o seu fundamento comum, tendo em vista os conteúdos dos relatos. O jogo de espelhos entre os pais de Brenda e Denise nos permite especialmente localizar, mais que uma oposição, esse fundamento comum sugerido por nós.

O ganho de autonomia mediado pelo trabalho e pelo dinheiro é assim apresentado *positivamente*, seja como uma garantia de liberdade na tomada de decisões – como relatam as migrantes – ou como a transformação de relações patriarcais – como desejam as pesquisadoras. Como entender a determinação dessa autonomia ou transformação das relações patriarcais a partir das categorias do dinheiro e do trabalho? Podemos voltar à mobilidade do trabalho e à sua dupla liberdade, nos termos Gaudemar (1977). Cruzando essa definição com os conteúdos de gênero apresentados anteriormente, a polarização aparente entre autonomia e controle familiar (ou relações patriarcais de gênero) expressa o seu limite justamente na sua mediação pelo dinheiro e pelo trabalho. O acesso a essas categorias – que pode ser favorecido ou negado nos processos migratórios femininos – antes de serem uma afirmação positiva de “liberdade”, expõe o seu lado negativo.

Esticando um pouco o argumento, podemos interpretar as definições de autonomia feminina das migrantes e pesquisadoras a partir de uma ideia de “dupla autonomia” ou “autonomia negativa”, reinterpretando Gaudemar (1977) a partir dos conteúdos femininos expressados aqui: as mulheres conseguem alcançar certa liberdade em relação ao controle masculino, na medida em que conseguem vender sua força de trabalho. Livres do controle conjugal e familiar, porém livres para vender a sua força de trabalho.

A comparação poderia exigir mais pontos de mediação; porém interessa para chamar atenção para o fato de que o acesso ao dinheiro e/ou ao trabalho permite muitas vezes às mulheres a saída de situações de controle familiar/conjugal e/ou de violência⁶⁵; porém o seu caminho é também

65 Rego e Pinzani (2014), ao analisar o Programa Bolsa Família, assinalam como o programa brasileiro de transferência de renda – direcionado para mulheres – possibilitou que muitas saíssem de casamentos e relacionamentos violentos aos quais estavam atadas por uma dependência financeira e pelo cuidado com os filhos. No entanto, a formulação apresentada por Rego e Pinzani (2014) de que o dinheiro garante a liberdade e a autonomia femininas, também pode ser revista a partir de nossos apontamentos nesse trecho da dissertação.

o seu limite, porque a submissão ao dinheiro e ao trabalho como condições dessa autonomia expressam a submissão à forma mercadoria como mediação social necessária.

Podemos aqui ainda dar um passo importante para trazer a questão do campo do feminino para o campo da dissociação: tanto trabalho quanto dinheiro são conteúdos referidos à esfera do valor. Portanto, a transformação das relações de gênero não pode acontecer submetida a essas categorias que, elas mesmas, determinam os termos dessas relações dentro do valor-dissociação como fundamento da reprodução do capital. Assim, por mais que os papéis dentro dessas relações aparentemente se transformem, as relações fundamentais de gênero não se alteram nem a partir da conquista da “autonomia negativa” feminina.

Mais que isso, vale ressaltar que a autonomia feminina pode se realizar, apenas, a partir dos conteúdos da esfera masculina, encontrando aí o seu limite. Aqui se faz necessário caracterizar no campo do feminino as questões que se referem à experiência de mulheres, enquanto localizamos no campo de gênero as questões da relação entre as esferas masculinas e feminina. Assim, os sentimentos de independência e autonomia das migrantes se localizam no campo do feminino, mas é a sua relação com a esfera do valor conotada com o masculino que expressa uma relação de gênero. O poder do dinheiro não tem neutralidade de gênero: o dinheiro representa a forma social masculina. Assim como o dinheiro, a família também é patriarcal. A mulher que se movimenta entre a autonomia pelo dinheiro e o controle familiar transita entre dois campos patriarcais conotados com o masculino. A autonomia não faz parte da forma social feminina, então as mulheres só acessam a autonomia quando acessam o masculino. Isso é contradição fundamental do valor-dissociação e da cisão de gênero.

Fazem parte dessa contradição, ainda, por um lado, o controle patriarcal que também se exerce sobre os homens de formas particulares, como a obrigação dos pais sobre os filhos homens de ganharem mais dinheiro e se tornarem sustém da família. Por outro, a maneira como as mulheres também compõem a reprodução do patriarcado se colocando positivamente dentro da sua posição cindida – inclusive como faz a própria Denise, por exemplo, ao afirmar que precisa “mudar o seu caráter” para se tornar uma mulher independente. Nessas falas estão escondidas as formulações que são próprias do patriarcado produtor de mercadorias.

Isso posto, podemos considerar que a mulher também é capaz de exercer certo poder contra o homem dentro da família. Bruno Miranda (2016), em seu doutorado, esteve inserido “como um costureiro” durante um mês em uma oficina de bolivianos no Bom Retiro. Assim, ele consegue analisar a figura do dono da oficina que é, simultaneamente, patrão, marido e pai. Segundo Miranda (2016), todo o ritmo da oficina era dado por ele: “En la sala-taller, predominaba el silencio, siempre y cuando Roberto estaba en silencio; de la misma forma, había chistes cuando Roberto contaba

chistes. El ambiente era más o menos tenso dependiendo de su humor” (MIRANDA, 2016, p. 96). O marido também exercia um controle difuso sobre a mulher, que mudava de atitude quando ele estava ou não presente. Por outro lado, ele indica as formas ela tinha de responder a este controle.

El dominio patriarcal que se reproduce la mayor parte del tiempo tuvo momentos de resistencia expresada por Marta. A veces se expresaba a través de las habilidades de costura que tiene ella. En una de las prendas trabajadas por nosotros a partir de mi segunda semana, Marta se encargó de meter las cintas elásticas a pantalones femeninos porque Roberto no lo sabía hacer. Él, casi automáticamente, se encargó de la comida para todos, y la sirvió media hora más tarde. Sería la tercera vez que se encargara de la comida. Al preguntar a Marta como veía la situación, entre risas me dijo que es una forma de “castigarlo”. Otro momento de ruptura sucedía en sus locuciones diarias en la radio. (...) Me ha tocado en una ocasión escuchar a Marta bromeando con Roberto. En otra ocasión, en la cual él demostró en el aire incomodidad por el hecho de que mujeres tengan su propia cuenta de *Whatsapp*, así como lo hace Marta, ella contornó la situación diciendo que eso era irrelevante. Su figura cambiaba al fin de la locución; ya no se escuchaban tanto sus risas ni su voz desde la radio a la cocina. (MIRANDA, 2016, pp. 97-98)

Assim, Marta consegue “castigar” Roberto, ainda que o castigo implique em colocá-lo para realizar tarefas “femininas”, reforçando a própria hierarquia patriarcal. Ela também consegue, quando fazem juntos o programa de rádio, dialogar com as formas de controle que ele exerce. Ao mesmo tempo, há que se considerar quais são as condições para que a mulher exerça essas pequenas formas de poder em relação ao homem; por exemplo, não ser “castigada” de volta pela violência física do marido. Isso poderia ser relacionado às posições sociais ocupadas pelas mulheres.

Poderíamos, ainda, para sustentar a tensão da relação contraditória com as personificações de gênero, olhar para o ganho de autonomia como formas concretas pelas quais as mulheres acessam o campo do masculino. Por outro lado, valeria também considerar as experiências migratórias particularmente masculinas, como a relação com o desemprego, com as bebidas alcóolicas e com as brigas.

Podemos agora voltar às autoras que discutiram o problema do ganho de autonomia por mulheres bolivianas migrantes. Magliano (2008) questiona as “potencialidades emancipatórias do trabalho feminino” na medida em que o lugar feminino na esfera do trabalho parece ser muito mais precarizado que o masculino. Nos termos da autora, é a precarização que apresenta um limite para a conquista da autonomia feminina a partir do trabalho, ou ainda para a transformação das relações de gênero a partir do acesso feminino ao trabalho. Acompanhando a argumentação de Roswitha Scholz, no entanto, assinalamos que a definição categorial do trabalho e a cisão das esferas é que apresenta o limite da autonomia feminina e que expressa, na aparência, conteúdos como a maior precarização do trabalho feminino. Assim, nós questionamos as potencialidades emancipatórias de qualquer trabalho; sugerimos que a emancipação está mais além do trabalho.

Do mesmo jeito, a categoria do Estado também cai dentro da esfera do valor; constitui-se como uma instituição patriarcal em si mesmo. Assim, seria possível esperar políticas públicas capazes de romper com a hierarquização patriarcal, como indicou Rezera (2010)? O Estado atuando no sentido de romper com princípio estrutural do patriarcado produtor de mercadorias seria um Estado trabalhando pela sua própria implosão. O limite de atuação no Estado não seria, então, o campo do feminino e da “autonomia negativa”, como fez o próprio Bolsa Família?

Almeida (2013) remete ainda essa “autonomia” aos contextos de empobrecimento das mulheres nos seus países de origem. Uma primeira pergunta importante é se as condições de acesso dessas mulheres ao trabalho e ao dinheiro passa pela negação desse acesso aos homens (pais e maridos) em primeiro lugar. Essa relação entre o trabalho feminino e o masculino dentro da família, e a impossibilidade de manter os papéis tradicionais de homem-ganha-pão e mulher-dona-de-casa que, no contexto da crise do trabalho, muitas vezes nega emprego aos homens e abre possibilidades de emprego para as mulheres em condições mais precárias, também empurra as mulheres para uma dupla socialização nas esferas do trabalho e da reprodução; elas se tornam responsáveis, dentro do lar, tanto pelo seu sustento financeiro – através do trabalho – quanto pelo cuidado doméstico – com a casa e com os filhos.

Olhando para as mulheres alemãs após a Segunda Guerra, que precisavam sustentar os seus lares após a morte dos maridos na guerra e, para isso, recorreram a catar entre os escombros das cidades objetos variados que pudessem ser vendidos e gerar algum tipo de renda, Roswitha Scholz (2013) chega ao conceito de “mulheres dos escombros”: a mulher que se torna responsável, simultaneamente, pelo papel de ganha-pão e de dona-de-casa, sem que isso provoque qualquer transformação no princípio estrutural de cisão e personificação das esferas do trabalho e da dissociação. Assim, a “mulher dos escombros” é a realização da “autonomia negativa”: a mulher que acessa o trabalho e o dinheiro como forma de auto-sustento e sustento do seu lar; nisso, negando o controle masculino mas, ao mesmo tempo, sendo livre e obrigada a vender sua força de trabalho – onde quer que seja possível vendê-la. Subjetivamente, esse processo é compreendido positivamente como maior liberdade e autonomia para tomar decisões.

Apesar de não serem catadoras de lixo nos escombros da Alemanha pós-guerra, as mulheres bolivianas com as quais conversamos também são duplamente responsáveis pelos cuidados com o lar e a família e pelo trabalho abstrato. Seu ganho de autonomia é a responsabilização pelas duas esferas da reprodução social.

Denise e Brenda expressam elas mesmas a contradição do mesmo processo ao comentar a administração do próprio dinheiro e portanto a gestão da sua escassez; especialmente Brenda, que calcula os centavos do café que toma ou se preocupa com o que comprar para garantir não apenas a

própria reprodução como trabalhadora mas também a reprodução dos seus sobrinhos. Como afirma Scholz (2013), a “mulher dos escombros” torna-se também a administradora da crise no lar, ou seja, realiza o papel feminino de administrar o orçamento doméstico e assegurar através dele a reprodução de todos os membros da família.

Quando Almeida (2013) traz para o debate o empobrecimento das mulheres na origem como fator migratório ela faz referência a essa dimensão negativa do processo: a mulher tornada duplamente responsável pela reprodução doméstica e pelo trabalho abstrato no interior da família migra para tentar garantir a reprodução da mesma, quando a figura do homem-ganha-pão já se dissolveu – seja pela ausência, pela insuficiência de um salário para sustentar a família ou pelo desemprego masculino causado pela crise do trabalho. Nisso encontram-se também os conteúdos de gênero da migração feminina.

Entre as autoras, o debate parece limitar-se ao campo do feminino, ou à presença feminina em campos entendidos como masculinos, como o trabalho e as migrações. Apenas Magliano (2008) traçou uma relação para fora da esfera do trabalho e considerou a esfera familiar também como um âmbito onde se desdobram tais relações. As condições particulares de relação de uma mulher com o seu grupo familiar podem ou não se transformar durante o processo migratório mas, recuperando os questionamentos de Ana Mallimaci (2009), qual seria o nexos entre o aumento da migração de mulheres e a ruptura de relações patriarcais? Seria o processo migratório condição suficiente para a ruptura com relações estruturais que definem os próprios termos em que o processo migratório acontece?

Assim, recuperamos os relatos de Jéssica, Denise e Brenda sobre situações de perda e/ou ganho de autonomia após a migração como parte central das suas experiências em São Paulo. Essa questão foi elaborada dentro dos estudos migratórios de gênero do ponto de vista de que a migração não implica, necessariamente, em maior independência feminina, ao mesmo tempo em que Mallimaci (2009) critica essa formulação desde os seus pressupostos. O que marcamos como ponto central é que há uma relação contraditória entre a autonomia e o controle familiar que pode ser pensada como uma “dupla autonomia” e compreendida desde o ponto de vista de que, para se sair do controle patriarcal familiar, as mulheres são obrigadas a lidar com o campo masculino do dinheiro.

Para nós, o que inicialmente se apresentava como limite do possível ganho de autonomia por parte das migrantes era a experiência com formas de violência particulares em relação ao processo migratório. Partíamos do pressuposto de que esse ganho de autonomia seria negado como experiência positiva pela exposição dessas mulheres, simultaneamente, à formas de violência relacionadas à sua condição de migrantes. Veremos detidamente quais os relatos de violência

apresentados pelas migrantes e os nexos possíveis com a questão da autonomia.

Relatos de violência

O nosso trabalho de campo foi mostrando, aos poucos, a dimensão das experiências de formas variadas de violência a que estavam expostas as migrantes trabalhadoras da costura e a preocupação de instituições como o CAMI e as próprias UBS de realizar ações efetivas sobre a questão.

Em primeiro lugar, logo que começamos a frequentar o CAMI, uma das funcionárias havia começado uma pesquisa em que perguntava às mulheres atendidas pela instituição se haviam sofrido violência doméstica, se conheciam a Lei Maria da Penha⁶⁶ e se denunciariam uma situação de violência. Durante uma aula, em 2014, ainda na antiga sede do CAMI, outra funcionária pediu aos alunos que estivessem dispostos redigir situações de xenofobia e/ou racismo que houvessem enfrentado em São Paulo. Passei a incluir uma pergunta sobre isso nas entrevistas e as respostas dadas pelas migrantes foram abrindo um cenário de concorrência e violência sexual dentro das próprias oficinas. Nas UBS, os funcionários e agentes comunitários se preocupavam especialmente com a violência doméstica e sexual que, embora escondidas, apareciam para eles dentro das oficinas de costura.

Uma das minhas preocupações como pesquisadora era investigar como essas experiências de violência em São Paulo – dentro e fora das oficinas de costura – influíam nas percepções subjetivas das mulheres sobre o processo migratório. Porém, a percepção individual de cada migrante sobre a própria migração é complexa e variável em função não apenas dessa questão da violência, mas de muitos outros fatores, como as relações pessoais com a família e a comunidade boliviana, o sucesso econômico, convicções religiosas e outros. Inclusive o momento que aquele migrante está vivendo, como aparece na entrevista de Jéssica marcada pela morte do seu filho. Por outro lado, os migrantes também sinalizaram quais as situações enfrentadas por eles que consideraram ser violentas, além de indicar suas próprias percepções sobre porque elas ocorriam: por ser mulheres, por ser bolivianos etc.

Como nos foi relatado, a migração para São Paulo tem como decorrência a exposição à xenofobia e ao racismo da sociedade brasileira, que consideram os bolivianos como indígenas, atrasados, burros, sem higiene. O trabalho nas oficinas de costura, por sua vez, expõe as mulheres a formas diversas de violência de gênero, seja como assédio, estupro ou violência física conjugal. Entre costureiros, existe uma alta concorrência que leva a formas muito particulares de hostilidade e

⁶⁶ Nome da Lei no. 11.340/2006, que caracteriza e penaliza a violência doméstica contra a mulher.

humilhação, que mobiliza características relacionadas a gênero e origem. Assim, essas formas de violência são marcadas por características como gênero, raça/etnia, nacionalidade, origem rural/urbana e outras.

Racismo, violência doméstica e violência sexual também estão presentes nos locais de origem das migrantes e elas inclusive relatam como viveram estas agressões antes de migrar para São Paulo. As experiências migratórias de mulheres bolivianas em São Paulo são marcadas então por formas *renovadas* de violência, no sentido de que as mulheres já se viam imersas nessas formas na origem; ao migrar, no entanto, deparam-se com outras formas, relacionadas à sua inserção particular no destino, isto é, o trabalho nas oficinas de costura.

Uma parte dos relatos se refere à hostilidade por parte de brasileiros no espaço público. Movimentos sociais de migração tem reivindicado o uso do termo xenorracismo, reunindo racismo e xenofobia. O objetivo desse termo é indicar que a xenofobia não se estende, necessariamente, a todos os imigrantes, mas costuma ter traços étnicos/raciais, isto é, um migrante branco não sofre violência da mesma forma que um migrante negro ou indígena. Nisso entram também formulações sobre os lugares de origem desses migrantes, em termos de classe e de continente (a diferença entre um migrante europeu e um latino-americano, por exemplo). O aumento da população boliviana, a sua visibilização no espaço urbano e o seu uso dos equipamentos públicos de transporte, saúde e educação provocou diversas formas de atrito motivadas pela xenofobia e pelo racismo da população paulistana. São frequentes os casos de crianças imigrantes que frequentam as escolas públicas de São Paulo e são hostilizadas pelos seus colegas brasileiros, chegando à violência física, em casos extremos.

A minha conversa com a Gabriela ocorreu depois da aula em que havia sido solicitado aos alunos relatar experiências de xenofobia vividas em São Paulo. Perguntei a ela se tinha passado por alguma coisa assim, ao que ela respondeu que “graças a Deus não”. Depois, contou que, dentro de um ônibus na zona leste de São Paulo, presenciou uma mulher boliviana sendo verbalmente agredida por uma brasileira porque havia esbarrado nela sem querer. Jéssica também relatou que, logo quando chegou ao Brasil, ao descer do ônibus, um homem a chamou de índia, ao que respondeu que “não vinha da Índia, e sim da Bolívia”.

Outro espaço onde as bolivianas relatam que sofrem xenorracismo é no uso do sistema público de saúde. Segundo elas, o tratamento depende da unidade e dos profissionais, existindo aqueles que as tratam bem. Quando perguntei a Jéssica sobre as experiências de violência vividas em São Paulo, ela falou dos funcionários do hospital que atendeu seu filho quando este estava doente:

Jéssica: No hospital, quando internaram meu filho, falaram muitas coisas de mim que eu não gostei.

Clara: Por que você é boliviana?

Jésica: É, porque eles achavam que eu era só costureira, que eu vim pra o país de aqui só pra costurar, que eu tenho tudo alá e que eu vine para cá só para atrapalhar eles, assim.

O material oferecido pelo CAMI para as aulas de português, em 2016, estava organizado em capítulos que correspondiam, cada um, a uma área da vida do migrante: documentação, trabalho, educação, saúde etc. No capítulo sobre saúde, os exercícios tinham como objetivo informar os alunos sobre a existência e a possibilidade de utilização do SUS. Na aula, ao apresentar esses conteúdos, eu disse aos alunos que o SUS era gratuito e acessível para todos, ao que Sandra – que raramente falava nas aulas – respondeu que não, que muitos funcionários eram *racistas* e não aceitavam atender bolivianos.

No final dessa mesma aula, pedi a ela conceder uma entrevista. Um pouco contrariada, ela aceitou, e pediu a Nicholas que fosse voltando com o seu filho para casa. Ela falou pouco durante a entrevista e parecia realmente querer ir embora, seja pelo constrangimento da entrevista, seja pela urgência de voltar para casa. Para mim, ela aceitou realizar a entrevista nesse dia diante da minha “autoridade” como professora de português. Assim, foi a entrevista mais curta que eu fiz – não chegou a meia hora de gravação. Conversamos por algum tempo (cerca de 17 minutos), em uma versão muito resumida do roteiro que tinha guiado minhas conversas anteriores, e no final perguntei a Sandra se ela gostaria de contar mais alguma coisa.

A partir daí, ela voltou a relatar o que ela tinha passado no SUS, em quase dez minutos. Antes, ela morava no bairro do Belém e era atendida no posto de saúde local, onde se sentia muito bem. Ao mudar-se de endereço, teve que passar a ser atendida na unidade de saúde do novo bairro.

Sandra: Pero allá son racistas, no me querían atender. A los bolivianos, como son racistas, les gritan no más, porque tienen miedo. Cuando están por morir o están bien graves, les dicen para ir al hospital de emergencias. Sólo vienen cuando ya está bien grave, cuando ya no hay solución.

Primeiro, ela contou a má experiência com a mudança de UBS. Sandra disse ainda que reclamou com as trabalhadoras sociais da unidade, então a receberam. Mas ela vê os seus patrícios que vão lá e não são atendidos, dizem que não quiseram atendê-los e ela diz a eles que tem que reclamar, mas eles não reclamam. Eu perguntei ainda porque tinham mudado de bairro, ao que ela respondeu que foi quando montaram a própria oficina e se mudaram para essa casa.

Mantendo ainda o mesmo assunto, perguntei a ela como tinha sido o parto do seu filho, que nasceu em São Paulo. Ela disse que foi ao hospital e lá foi maltratada por uma enfermeira, e que não havia macas para que ela pudesse sentar, então teve que ficar de pé; durante o trabalho de parto, foi transferida para um hospital na zona sul, onde nasceu o Johnny. Lá, disseram a ela que o bebê

tinha nascido com sífilis e anemia e não entregavam o bebê a ela. Raspavam a cabeça dele, deram remédios, mas o filho dela não estava doente. Uma outra senhora dizia que tinha essa doença, então ela acha que confundiram o filho dela com o dessa senhora.

Ela tinha que sair da Moóca para ir visitá-lo no Ipiranga. Um dia falaram que o filho dela tinha morrido e entregaram um bebê morto para Sandra que ela sabia que não era o Johnny, ela o reconhecia porque ele era igual ao pai. Ela viu o Johnny em outra caminha e disse “esse é o meu filho”. Queriam dar a ela outro bebê, morto. Então ela pegou o Johnny e foi com ele para casa. Ela foi com ele ao hospital de crianças e fizeram um exame de sangue, que disse que ele não tinha nenhuma doença. Depois o levou à Penha, onde também disseram que não tinha, “quem te falou que esse bebê tem essa doença?”. Ela acha que os médicos talvez tenham se confundido, ou que eles podiam estar fazendo algum experimento. Quando ela foi buscá-lo no hospital disseram que ele seria cego, que ele não ia caminhar. Perguntei ainda à Sandra se ela achava que isso tinha acontecido com ela por ser boliviana. Ela disse que sim, porque era a única boliviana e a única com quem isso aconteceu. Quando tudo isso aconteceu, ela estava sozinha no hospital, então foi sozinha que ela conseguiu tirar o filho dela de lá e finalmente levá-lo para casa. Mesmo assim ela o tirou de lá. E ele está bem até hoje (Johnny tinha cerca de dez anos quando frequentava as minhas aulas). Só isso.

Assim, a relação das mulheres bolivianas com o espaço público, as escolas e os hospitais da cidade, embora seja importante para garantir certas condições de vida para elas e seus filhos, é marcada por enfrentamentos provocados pela sua condição não apenas de imigrantes mas de bolivianas. As formas particulares de xenorracismo a que estão expostas passam por serem consideradas indígenas, atrasadas e sem higiene.

Dentro das oficinas de costura, no entanto, há outras formas de hostilidade e humilhação com as quais lidam as migrantes bolivianas. Uma delas é a frequente agressão a mulheres por parte de seus cônjuges. Durante o trabalho de campo com as UBS, a questão da violência doméstica apareceu muitas vezes. Na primeira conversa que tive com um médico do posto de saúde do Bom Retiro, este já havia sinalizado o problema. As agentes de saúde que eu pude acompanhar relataram que frequentemente encontram mulheres feridas por seus maridos tanto nas visitas domiciliares quanto nas consultas realizadas no próprio posto de saúde. Ainda assim, quase nunca são feitas denúncias. Por isso, como me contou uma agente da UBS do Brás, as equipes do PSF haviam sido autorizadas a reportar casos de violência doméstica mesmo sem o consentimento da mulher agredida, por isso o número de casos registrados havia subido.

A gerente da UBS do Bom Retiro chegou a me procurar para pensarmos em alguma campanha de prevenção à violência doméstica, com apoio do Joshué na rádio. Eu sugeri o uso da

cartilha *Mujer: da vuelta la página* que foi lançada em 2013, pelo Grupo de Enfrentamento à Violência de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo. Essa cartilha foi uma tradução para o espanhol de outra, intitulada *Mulher: vire a página*, publicada pela mesma instituição, e foi direcionada ao grupo de mulheres imigrantes latino-americanas em São Paulo. Para que o público-alvo se visse representado na cartilha, foram modificadas também as imagens femininas presentes na versão original, que passaram a ter pele morena, cabelo liso e comprido, saia longa, entre outras alterações. O objetivo do texto é dar às leitoras instrumentos para identificar uma relação conjugal violenta e denunciá-la através da Lei Maria da Penha.

Outro momento grave da experiência de violência de gênero dentro das oficinas de costura é a violência sexual. Quando acompanhamos uma agente do PSF no Bom Retiro, visitamos uma oficina em que o dono havia recebido uma sobrinha que apareceu grávida sem dizer quem era o pai; logo depois, ela voltou à Bolívia. Meses depois, a mesma coisa aconteceu com outra sobrinha que tinha vindo trabalhar na oficina. Na UBS, eles suspeitavam que as duas meninas tinham sido estupradas pelo dono e “mandadas de volta” para a Bolívia por terem engravidado. Tanto os agentes de saúde como as mulheres entrevistadas sinalizaram a alta incidência de casos de estupro e assédio, presenciados ou vivenciados por elas. Jélica, que havia migrado da Bolívia por ter sofrido esse tipo de violência na origem, chocou-se ao ver a reprodução desse cenário no contexto de destino:

Jélica: Eu tenho certeza que muitas mulheres que vão trabalhar nas oficinas de costura sempre por los donos são violadas. Eso sempre escuté, sempre. Por meninas que falam pra mim... (...) eu conheci muito boliviano que en lugar delas, en casa que elas viviam, el dueño de oficina violava elas. Isso eu vi muito... Meninas, hasta filha deles violavam, costureiros, pais, tios, eu vi muito de eso. Eu falei: “Poxa, eu estou num lugar muito triste”.

Ao conversar com Aidé, pedi que ela relatasse como tinha sido sua migração para Buenos Aires, como tinha sido a sua experiência nas oficinas de costura e como tinha sido a formação do Colectivo Simbiosis. Depois de relatar que tinha saído de El Alto por causa da violência física exercida pelo seu pai contra ela e sua mãe, disse que tinha migrado logo em seguida por convite de uma tia, para trabalhar em sua oficina. Ela contou um pouco sobre os momentos percebidos por ela como exploração, como o pagamento inferior e as jornadas mais longas do que o combinado e o tratamento agressivo dispensado pela tia para com os costureiros.

Aidé relata ainda que, na oficina dos seus tios em Buenos Aires, tinha que dividir quarto não só com outras mulheres, mas com homens. Os companheiros de trabalho faziam festas e bebiam álcool nos horários livres, e sempre insistiam para que Aidé se juntasse a eles. Ela costumava recusar, mas certo dia seu tio pediu para que ficasse na festa durante algum tempo, ao que ela cedeu. Os outros homens não a deixavam ir embora para dormir e, mesmo quando subia de volta para a sua

beliche, algum deles a trazia de volta. Segundo Aidé, depois que finalmente conseguiu se separar do grupo para ir dormir, acordou sobressaltada já sem a camiseta e com um de seus companheiros de trabalho deitado sobre ela. Gritando, conseguiu ser acudida por uma colega. Porém, como nos disse, “no dia seguinte, a fácil era eu”. Aqui aparece a questão da divisão dos quartos e das formas de convivência internas às oficinas que expõem mais as mulheres e não se trata, portanto, de um problema apenas de um ou outro país de destino. Aqui podemos recuperar também o assédio que Elisa viveu na oficina dos tios em Buenos Aires.

Vale reforçar que o problema da violência sexual não é exclusivo das oficinas de costura ou dos migrantes bolivianos. O que queremos indicar é que como estas situações marcam as experiências migratórias das mulheres inseridas neste contexto e articulam decisões de retorno, mudança de oficina etc. O que favorece a questão da violência sexual, no caso das oficinas, é o confinamento e a proximidade forçada entre costureiros e costureiras pela moradia comum. Por isso Selma, como comentamos, não queria mais ter uma oficina, para proteger as filhas de possíveis assédios, porque proximidade com um costureiro dentro de casa as tornaria mais expostas. O problema não é uma falta de respeito à lei, mas a violência perpetrada contra as mulheres; ainda mais se pensarmos na relação de concorrência e competição entre homens e mulheres colocada pelas oficinas de costura. Nesse contexto particular, a violência sexual poderia ser compreendida como uma forma masculina de afirmação diante de um momento de concorrência com as mulheres. Vejamos essa questão.

Nas oficinas de costura, os donos conseguem os pedidos, que demandam tarefas em máquinas específicas. O valor do pagamento por peça varia em função do tipo de roupa e da máquina, e por isso há disputas entre os costureiros pelos melhores trabalhos. A competição acontece também pela quantidade de serviço. Quando há pouca oferta de trabalho, na baixa temporada ou em períodos de crise, é fundamental para os costureiros serem selecionados para os pedidos que cheguem, para garantir o seu ganho mensal. Uma de nossas interlocutoras saiu da oficina onde trabalhava porque, segundo ela, a dona repassava todos os trabalhos de costura à sua irmã e reservava pouco serviço aos outros costureiros.

Quando perguntamos a Denise sobre episódios de violência que ela havia vivido e presenciado, nos contou duas histórias internas às oficinas de costura que demonstram esse forte clima de concorrência interna. No primeiro caso, relata como Jenny, uma mulher *de pollera*⁶⁷ era obrigada a fazer a limpeza da oficina de costura mesmo que o combinado fosse dividir a limpeza entre todos.

67 Literalmente, uma mulher de saia. Tal expressão refere-se aos trajes típicos utilizados pelas mulheres bolivianas de origem indígena e rural.

Denise: Tipo, en la oficina donde yo trabajo tenía que hacer la limpieza todo el mundo, pero como... Es así, hubo una violencia en donde que, era la esposa del cortador, tenía que... Ella era de pollera, era humilde y, por ser nueva, le han hecho limpiar toda la oficina, toda vez, toda vez, toda vez. Le dijeron así: “ay, Jenny, porque vos no limpias”, tipo, los otros le han reclamado, “ah, eres muy lenta”, así tipo que le han querido, así, contra ella. (...) por ser de pollera le han dicho “nos vas a limpiar” y por ser mujer, y “porque además te pagan eso, no haces nada en la oficina, solo estás ahí abotonando, o solo te estás despiqueando [cortando os fios que ficam soltos na costura], no haces nada y tienes que limpiar”. Tipo que ellos no eran el patrón, eran otros funcionarios. Ahí he visto que el boliviano ha vuelto a discriminar al mismo boliviano.

Nesse caso, os costureiros da oficina em que trabalhava Jenny se valeram de uma violência marcada, duplamente, por gênero e pela origem indígena e rural; assim, vale olhar para quem é a mulher, de todas as mulheres dentro da oficina, que é forçada a realizar a limpeza em nome dos outros costureiros. A concorrência aparece no sentido em que os costureiros percebem em Jenny uma pessoa que trabalha lentamente, que não faz nada, contra o ritmo altamente acelerado das oficinas. Com isso, se liberam de fazer a limpeza e podem dedicar mais tempo à costura ou ao lazer. Mesmo entre bolivianos, existe uma discriminação baseada na origem, especialmente contra aqueles que vêm de zonas rurais, de origem indígena e camponesa. Em certos casos, os recém-chegados são hostilizados por aqueles que já estão no Brasil há muitos anos, que vêm nos migrantes mais recentes as mesmas características de atraso e burrice que a sociedade brasileira impõe sobre eles.

Outro caso que Denise nos relatou foi de uma costureira que produzia muito, bem mais rápido que seus colegas de trabalho. Um homem a abordou e, diante da recusa, difamou-a na oficina acusando-a de “mulher fácil”. Nesse caso, a moralidade sobre a sexualidade feminina foi usada na disputa concorrencial entre os costureiros, por um homem que dizia que aquela mulher “vai tirar o nosso trabalho”.

Denise: (...) en otra oficina, de mis tíos, han traído allá de Bolivia una de Cochabamba, casi de veinte años. Allá era costurera, era overloquista y rendía bien. Mi tío trabajaba con cuatro casales y un hombre, soltero no, era divorciado, tenía su mujer en Bolivia. Quien había comenzado la pelea era él. Tipo, que él le hablaba a la chica, pero la chica no le hablaba. Entonces él comenzaba a decir a la oficina: “ah, ella es así, es así” y toda la oficina, hasta las mujeres, no le han hablado, porque el hombre ha hecho mala reputación, ha dicho que ella era una cualquiera, que “ella me ha querido molestar, ha querido entrar a mi cuarto”. Tipo así, los otros como eran casales no sabían, como vivían en un cuarto a parte, no lo veían. La chica sola, el chico solo, otros se podrían juntar, entonces a la chica le han querido... La misma boliviana le hecho a un lado, le ha dicho: “ah, tú quieres estar con mi marido”, tipo así. Es feo cuando el boliviano le hace al boliviano. Mi tío la había contratado porque ya era costurera mismo en Bolivia, entonces rendía más en over [máquina de overloque], y el hombre había dicho: “ah, ella nos va a quitar el trabajo, mira, es así, es así”.

É de suma importância que Denise considere esses dois episódios como formas de violência presenciadas por ela dentro das oficinas de costura, considerando-as para além de formas físicas e diretas. A violência de gênero mostra-se muito mais ampla que os casos de estupros, assédios e espancamentos; passa pela construção de atributos femininos como a obrigação ao cuidado com o lar e moralidade sexual, que em contextos determinados podem ser mobilizados como formas de humilhação.

Assim, os relatos das bolivianas com as quais conversamos em nosso trabalho de campo remetem a experiências de violência associadas a características como gênero, raça/etnia, nacionalidade e origem (urbana/rural), tanto nos espaços e serviços públicos da cidade de São Paulo quanto dentro das oficinas de costura onde as migrantes moram e trabalham.

O campo dos estudos migratórios de gênero tem dado grande ênfase à maneira como estas características definem as experiências migratórias e as possibilidades de inserção laboral de mulheres migrantes. Nesse contexto, a interseccionalidade tornou-se um paradigma explicativo fundamental.

Segundo Mara Viveros (2016), o conceito de interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez pela advogada Kimberlé Crenshaw, em 1989, ao defender trabalhadoras negras da companhia General Motors. A questão da relação das diferentes opressões – de gênero, raça e classe – já tinha antecedentes na arte, na política e na teoria. Nos anos 2000, a interseccionalidade passou a ser considerada um novo paradigma teórico. A partir daí, Viveros (2016) aponta diversas questões que disputam a interpretação do conceito: enquanto algumas autoras tentaram definir pressupostos básicos para a interseccionalidade, outras insistem que a potência do conceito reside em ser vago, podendo reunir diferentes influências teóricas e circular por variados contextos. A sua dupla filiação teórica – o *black feminism* (feminismo negro dos anos 1970) e a pós-modernidade / pós-estruturalismo – também gera embates, e diferentes caminhos de estudo da interseccionalidade, em geral, privilegiaram um ou o outro. Assim, não há conceitos definidos para as formulações de gênero, raça e classe.

En resumen, la apuesta de la interseccionalidad consiste en aprehender las relaciones sociales como construcciones simultáneas en distintos órdenes, de clase, género y raza, y en diferentes configuraciones históricas que forman lo que Candace West y Sarah Fentersmaker llaman “realizaciones situadas”, es decir, contextos en los cuales las interacciones de las categorías de raza, clase y género actualizan dichas categorías y les confieren su significado. Estos contextos permiten dar cuenta no solo de la consustancialidad de las relaciones sociales en cuestión, sino también de las posibilidades que tienen los agentes sociales de extender o reducir una faceta particular de su identidad, de la cual deban dar cuenta en un contexto determinado. (VIVEROS, 2016, p. 12)

As primeiras pesquisas sobre *feminização das migrações*, que focavam sobretudo o processo

migratório de latino-americanas para a realização de trabalhos de cuidado na Europa, criticavam o pressuposto de um migrante neutro e universal que escondia experiências migratórias determinadas a partir de características de gênero (HERRERA, 2012). Tais estudos foram fundamentais para justificar a questão migratória feminina teórica e metodologicamente e visibilizar a presença de mulheres nos processos migratórios internacionais, inclusive como pioneiras dos seus grupos familiares (MALLIMACI, 2014). Por outro lado, foram criticados pela “presença seletiva” de um determinado tipo de mulher migrante, aquela que migra sozinha e sustenta a família na origem, quando as mulheres participam de diversos processos migratórios internacionais, de várias formas diferentes (HERRERA, 2012).

Por isso, passou-se a reivindicar uma análise mais ampla da relação entre migração e gênero, que incluísse perguntas sobre a forma como o cruzamento de características como raça, classe, origem, nacionalidade, idade e sexualidade incide de diversas maneiras nas possibilidades de migração e na inserção na sociedade de destino (MALLIMACI, 2014). Assim, as experiências migratórias subjetivas, como os relatos de violência que apresentamos, poderiam ser interpretados a partir da perspectiva teórica da interseccionalidade. Cabe pensar, então, quais foram os processos que levaram à consolidação destas características como categorias de cisão. Em primeiro lugar, esses “marcadores da diferença” diferenciam-se do quê? De quem?

Partindo de Scholz (2004), sugerimos que características como gênero, raça/etnia e origem sejam entendidas como forma de diferença em relação a um sujeito supostamente neutro e universal que é masculino, branco e ocidental. Aqueles sujeitos que são não-masculinos, não-brancos e não-ocidentais tornam-se portadores da diferença, tornam-se o “outro”. Esse “outro” pode ser entendido exoticamente, como portador de “diversidade cultural”, ou pode ser visto como ameaça – sobretudo em contextos de crise e elevada concorrência. Decorrem daí formas de violência de gênero, raciais, xenófobas e outras.

Faltaria ainda investigar o surgimento histórico do sujeito masculino, branco e ocidental como suposto universal e neutro, portanto processo histórico de formação das diferenças. Para isso, podemos recuperar o processo histórico da formação do trabalho como categoria de mediação social moderna, como vimos no primeiro capítulo. Como argumentamos, o trabalho é cindido das outras esferas da vida social, especialmente da reprodução doméstica (o cuidado com o lar e a família). A fábrica e a casa consolidam-se como espaços dedicados a uma ou outra atividade e há, também, uma identificação de gênero que personifica no homem a esfera do trabalho e na mulher a reprodução doméstica; isso se traduz, ao mesmo tempo, em uma hierarquização das esferas e das suas personificações. É na medida em que a esfera do valor e do trabalho é identificada como masculina e personificada no homem que este torna-se o suposto neutro e universal.

Por outro lado, os processos de acumulação primitiva e de formação do trabalho se deram inicialmente entre populações brancas europeias. A violência da colonização nos continentes “além-mar” se deu como imposição do trabalho sobre os outros povos, submetendo o que hoje chamamos de populações negras e indígenas em contextos diversos (SCHOLZ, 2004). Da mesma forma, a esfera do trabalho e do valor é personificada na população branca, que seria a mais apta para o trabalho em contraste com povos bárbaros, burros, preguiçosos e inaptos para o o trabalho e a realização produtiva.

Assim, a partir do trabalho forma-se um homem universal que o personifica, que é branco e ocidental; que *dissocia* de si mesmo todos aqueles que dele se *diferenciam*, considerando-os inaptos ao trabalho: seja pela preguiça, pela burrice ou pela emotividade. Daí surgirem formas de violência contra o conjunto dos *dissociados do trabalho* que aparecem como “de gênero” e “raciais”, e que tem o seu fundamento na imposição violenta do trabalho, como descrevemos rapidamente.

Agora, o trabalho alcança o seu limite histórico: o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado nas últimas décadas pelo advento da micro-eletrônica, substitui o trabalho humano por máquinas, tornando-o obsoleto. Os trabalhadores supérfluos disputam entre si os poucos empregos sobrantes. Assiste-se a um acirramento da concorrência que se manifesta concretamente, entre outras formas, como violência contra os *dissociados*, contra os *outros*. Da mesma forma, restam a eles os piores dos empregos, em geral com péssimas condições e altas taxas de exploração.

Nesse contexto, podemos retomar as experiências de violência relatadas pelas migrantes bolivianas e remetê-las não apenas à existência das diferenças, mas à sua formação como a personificação do trabalho no sujeito branco, masculino e ocidental. O totalitarismo do trabalho como mediação social define a sua suposta universalidade e neutralidade.

A população paulistana que habita os serviços públicos da cidade – transporte, saúde, educação – se reconhece como *mais ocidental*, portanto superior, aos bolivianos e bolivianas que migram para São Paulo, como fica manifesto nos relatos das migrantes. Entre homens e mulheres, as relações de controle e violência também expressam uma relação fundamental de cisão. Por fim, que Denise considere como violência os dois casos que ela relata expressa da maneira mais clara a maneira como as diferenças são mobilizadas no jogo da concorrência entre os costureiros, dentro da própria oficina.

Autonomia e violência: dois lados da mesma moeda

Dieter Heidemann (2004), ao pensar sobre as migrações internacionais do século XXI, chama de humilhação secundária o sofrimento de migrantes e refugiados. Para o autor, a

humilhação primária ocorreu no começo da modernização, com a imposição do trabalho: “Relatos constantes do sofrimento de migrantes e refugiados levam-nos, de certa forma, a poder falar de uma humilhação secundária. A humilhação primária já se deu no início da longa história da modernização: a transformação das pessoas em mero material do processo de valorização” (HEIDEMANN, 2004, p. 27). Para as mulheres, esse acirramento aparece mais ainda na sua socialização nas esferas do trabalho e da reprodução: reconfiguração da família, responsabilidade sobre o sustento do lar, protagonismo nas migrações.

As formas possíveis de autonomia para as mulheres migrantes – a “autonomia negativa”, como designamos – pode ser reencontrada nessas formas de humilhação. Por um lado, na humilhação primária, na imposição do trabalho e do dinheiro como forma de mediação social e, mais que isso, como mediação necessária para a ruptura com o controle familiar e conjugal. Por outro lado, o ganho de autonomia através do trabalho altamente precarizado das oficinas de costura também pode ser compreendido como uma das formas de humilhação secundária. Por isso, sugerimos inverter a leitura de um processo de ganho de autonomia / empoderamento – buscado por muitas autoras – para uma leitura das formas de humilhação e violência a que os e sobretudo as migrantes se submetem necessariamente.

Entre essas formas de humilhação secundária podemos listar ainda as formas de violência que experimentam essas mulheres após a migração, como o xenorracismo no espaço público, a violência sexual e doméstica nas oficinas de costura e as formas de humilhação mobilizadas pela concorrência interna às oficinas. Como indicamos, a formação das diferenças como categorias da concorrência também compõe o processo histórico violento de imposição do trabalho.

As experiências das migrantes de ganho de autonomia e exposição à violência são dois momentos da experiência migratória de mulheres bolivianas na costura. Um momento não nega o outro; antes, eles se reafirmam porque tem o mesmo fundamento e porque acontecem simultaneamente. Poderia se dizer até que um momento é possível em função do outro: o ganho de autonomia é possível pela submissão à violência, enquanto a submissão à violência do trabalho permite o ganho de autonomia. São dois momentos da humilhação secundária.

A autonomia feminina se apresenta como dois lados da mesma moeda porque se apresenta como dupla autonomia: as mulheres ficam entre duas formas sociais do masculino, o controle familiar e o dinheiro. Mas nisso também se verifica a forma social do feminino: a submissão ao controle e à violência. Essa é a contradição fundamental que encontramos nessas experiências.

Gaudemar (1977), ao apresentar a dupla liberdade, afirma que “vê-se desenharem-se como formas contingentes desta 'liberdade' de compra-venda da força de trabalho as formas de uma *mobilidade* capitalista do trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). Dessa passagem podemos

desdobrar uma relação entre uma busca de autonomia e ruptura com o controle familiar, por parte das mulheres, e a migração, mesmo que esta acarrete a exposição a formas renovadas de violência. A migração é que possibilita, diante do controle masculino, a “liberdade” de venda da força de trabalho, que por sua vez pode permitir a ruptura com esse mesmo controle. Assim a mobilidade do trabalho como característica fundamental da força de trabalho ganha um outro sentido. Este foi o caso de Brenda, por exemplo. Insistimos nesse ponto – na relação entre autonomia, violência e trabalho – porque para nós é importante sustentar a contradição inerente ao processo migratório, embebido nas contradições próprias das formas de reprodução social do colapso da modernização.

Falta ainda fazer um salto em nossa reflexão que permita incluir a mediação do processo migratório das mulheres bolivianas com quem conversamos pela inserção no trabalho altamente precarizado na costura. Primeiro, importa considerar como as possibilidades de migração e inserção na sociedade de destino também se configuram a partir das categorias da diferença que discutimos anteriormente.

Por um lado, é importante ressaltar que no caso de casais donos de oficina, como Elisa e Sandra, o fato de que o seu trabalho é associado aos maridos também amplia o campo de controle que eles tem sobre as vidas delas, porque a relação de controle conjugal transborda como uma relação de controle sobre o trabalho.

Pesquisas recentes no campo dos estudos migratórios de gênero tem pensado a implicação destas categorias da diferença especialmente em relação às formas de inserção laboral de mulheres migrantes nas sociedades de destino. Segundo María José Magliano (2017), ao considerar a experiência migratória de mulheres peruanas na Argentina, tais categorias acabam determinando a sua inserção em postos de trabalho precarizados e invisibilizados, como o trabalho doméstico e a costura. A autora considera fundamental a compreensão de processos de racialização e generização na definição de hierarquias no mercado de trabalho. “Esta jerarquización se sostiene con la premisa de que las mujeres migrantes son las 'más aptas' (en términos materiales y simbólicos) para el ejercicio de determinadas actividades, en general precarias e informales” (MAGLIANO, 2017, p. 4). As categorias de gênero e raça, somadas à condição de migrantes, seriam fundamentais para determinar as experiências migratórias e a inserção laboral do grupo de mulheres peruanas pesquisado por Magliano (2017).

Retomando as contribuições de Heidemann (2004), podemos considerar a experiência das mulheres bolivianas que trabalham nas oficinas de costura como humilhação secundária, desdobramento do processo de imposição do trabalho como mediação social necessária. Assim, o trabalho boliviano na costura, com as suas formas degradantes de trabalho e de moradia, pode ser retomado desse ponto de vista e ser compreendido, também, como uma *forma de violência* atrelada

às características de raça, nacionalidade, classe e origem dos costureiros bolivianos, indo além da categorização jurídica de análogo ao de escravo. Os conceitos de agência e consentimento podem também ser recuperados deste ponto de vista: como liberdade negativa de trabalhadores que devem se movimentar dentro da forma social que lhes foi imposta.

A perspectiva da interseccionalidade pode ser, por sua vez, aprofundada a partir do trabalho e de seu processo histórico de formação. A cisão da esfera de reprodução doméstica, bem como os processos de colonização de populações não-europeias, foram fundamentais na construção subjetiva do *outro do trabalho*, que hoje se expressa como formas de opressão e violência fundadas nas categorias da diferença.

Vale olhar para os desdobramentos contemporâneos destes processos e como tais características formadas historicamente determinam certas experiências: as bolivianas também se enfrentam com formas de violência nos seus contextos de origem, mas que são *renovadas* após a migração, adquirindo outros conteúdos. Assim, a humilhação secundária se mostra hoje em experiências de migração particularmente violentas, em especial para mulheres, não-brancas, sem qualificação, clandestinas. Como mostraremos, de maneiras diversas: xenorracismo, violência doméstica, violência sexual, concorrência e condições precárias de trabalho e de vida.

A modo de conclusão, ecoamos os estudos de migratórios que reivindicam que características como gênero, raça, nacionalidade e origem sejam trazidos ao centro das pesquisas que trabalham com os processos de migração contemporâneos. Reivindicamos que tais características sejam analisadas desde o ponto de vista do trabalho, considerando não apenas uma relação entre elas e a inserção laboral, mas uma relação fundamental a partir dos processos históricos da modernização. Assim, a dimensão do trabalho e a dimensão subjetiva podem ser compreendidas uma a partir da outra, e não confrontadas como pólos explicativos opostos. No caso do trabalho de migrantes bolivianos em São Paulo, isso implica trazer novos conteúdos ao debate da reestruturação produtiva e do trabalho análogo ao de escravo.

Assim, apresentamos brevemente as experiências femininas de migrantes bolivianas no contexto das oficinas de costura, tratando de considerar as particularidades das suas condições e as contradições entre a sua personificação como mulheres e o jogo entre assumir formas sociais masculinas e femininas, ainda que com bastante dificuldade.

2.2. Trabalho feminino nas oficinas de costura

Uma das questões que singulariza o processo migratório de bolivianos para São Paulo é a inserção de homens e mulheres nos mesmos trabalhos. Em diversos processos migratórios, acabam

se inserindo em diferentes ramos, por exemplo, as mulheres no trabalho doméstico remunerado e os homens na construção civil. No caso das oficinas, de maneira geral, todos se inserem como costureiros, mas é necessário assinalar as diferentes formas dessa inserção.

Por isso, outro conjunto de questões com o qual eu me preocupava eram as particularidades do trabalho feminino na costura e o papel que as mulheres ocupavam dentro das oficinas. A partir de falas que já tinham surgido no trabalho de campo, eu buscava identificar se havia, nos termos clássicos da crítica feminista, desigualdade de gênero na esfera laboral: diferença salarial, realização de tarefas domésticas, maior precarização do trabalho feminino, entre outras.

Como indicamos na introdução, em 2015 foram realizadas as primeiras rodas de conversa de mulheres imigrantes no CAMI, como preparação para o Seminário Mulher Imigrante que seria realizado em agosto do mesmo ano. Nesse evento, eu participei de uma roda de conversa com homens e mulheres que tinham como temas i) por que as mulheres migram; ii) situação laboral; e iii) trabalho análogo ao de escravo. Primeiro, os participantes foram enunciando as suas próprias definições de trabalho análogo ao de escravo: longas jornadas, não cumprimento da legislação trabalhista, enganar etc. Nesse momento, muitos também argumentaram que, por outro lado, há pessoas que trabalham por conta própria e que a extensão das jornadas tem a ver com o ganho individual: quem costura mais ganha mais.

Dessa conversa, também foram saindo alguns conteúdos relativos à condição feminina na oficina de costura: que as mulheres grávidas continuam trabalhando e voltam às máquinas logo após o parto; que nas oficinas elas não têm os mesmos direitos que gestantes com carteira de trabalho; que as mulheres recebem menos que os homens, em geral, porque tem que tirar tempo para cozinhar e cuidar dos filhos; que muitas mulheres escolhem trabalhar nas máquinas que são mais fáceis mas que pagam menos, porque assim tem mais tempo para cuidar dos filhos e da casa.

Além desses relatos, pudemos observar bolivianas grávidas trabalhando na costura ou, pelo menos, nas tarefas domésticas, na ocasião das visitas às oficinas com as equipes do PSF. Um médico da unidade do Bom Retiro nos disse que a preferência das bolivianas pelo parto natural é motivada não apenas por uma questão cultural, mas pela possibilidade de um retorno mais rápido ao trabalho. Além disso, o cuidado posterior com os bebês é muitas vezes negligenciado em função da necessidade do trabalho. Em uma das oficinas que eu visitei, o bebê tinha caído do berço e quebrado o braço enquanto os pais costuravam. Com o barulho das máquinas e a música que costuma acompanhar o trabalho, o choro não foi ouvido imediatamente. Em outra, o bebê estava ficando com a cabeça deformada por passar muito tempo deitado na cama, enquanto os pais costuravam.

Assim, nem sempre homens e mulheres ocupam de fato os mesmos postos de trabalho nas oficinas. Isso porque as mulheres são responsáveis por tarefas como cozinhar e limpar, além de serem as principais cuidadoras das crianças, ainda mais se consideramos as mulheres solteiras que tem filhos. Muitas vezes, a mulher recém-chegada, se não sabe costurar, começa trabalhando como cozinheira ou faxineira. Tais ofícios, atribuições naturalizadas da mulher, ela já *deve* saber realizar, e provavelmente o sabe. Segundo a maioria das entrevistas, o migrante recém-chegado à oficina de costura costuma receber como atribuição aquilo que está em falta: se a oficina precisa de retista, ele vai trabalhar na máquina reta; se precisa de overloquista, vai para o overloque; e assim por diante. Na mesma lógica, a mulher vai para os cargos de faxineira, cozinheira ou ajudante se a oficina estiver precisando e podendo pagar.

Gabriela nos contou que, quando o irmão e a irmã vieram juntos para São Paulo, ela começou trabalhando como cozinheira e aprendia a costurar nos momentos de “folga”, enquanto seu irmão já foi direto para a máquina de costura. Selma também trabalhou como cozinheira quando chegou a São Paulo, e só depois tornou-se costureira e então dona de oficina. Denise e Brenda comentam um pouco sobre essa atribuição de tarefas na chegada dos costureiros:

Clara: E vocês acham que tem alguma diferença entre homem e a mulher no trabalho da costura?

Denise: Na costura, primero le dan la oportunidad al hombre. Tipo, al hombre como pisa más fuerte y es costumbre tener fuerza, entonces a la mujer al último caso. Verdad?

Brenda: Sí.

Clara: Então se o dono tiver que escolher entre um costureiro e uma costureira...

Brenda: Eligen al costurero.

Denise: Cuando son nuevos, sí, al hombre primero lo van a querer enseñar, para que pise rápido. Más si la mujer ya comienza le dan oportunidad, le dicen...

Brenda: Si saben que está haciendo un buen trabajo, si se está empeñando bien, la apoyan.

Denise: La apoyan, ellos dependen siempre de eso. Más si es mujer que ha traído de Bolivia recién, ellos le ponen para cocinera, para ser ayudante del costurero, para...

Brenda: Para limpieza, para cuidar a sus hijos de los jefes...

Denise: Para separar piezas, tipo así.

Assim, a mulher recém-chegada da Bolívia pode ser empregada como cozinheira e/ou faxineira, da mesma forma como os homens costumam ser empregados como ajudantes. Isso pode

se realizar concretamente de inúmeras maneiras, porque a mulher pode começar como ajudante, como costureira ou mesmo se dividir entre as tarefas de reprodução e o trabalho de ajudante e ir praticando aos poucos para se tornar costureira.

A mulher pode, portanto, ocupar lugares muito diferentes dentro da oficina: pode ser dona da oficina, patroa, mãe, responsável por gerenciar o trabalho e também as formas de reprodução dentro das oficinas; pode ser costureira, realizando um projeto migratório e uma produtividade imposta pelo dono da oficina mas também internalizada; pode ser cozinheira e/ou faxineira, na condição de recém-chegada ou de parente mais velha, realizando o trabalho de menor remuneração dentro da oficina mas sem o qual o trabalho não se desenvolve.

Na citação de Bruno Miranda (2016) sobre os acordos do casal dono da oficina onde ele fez seu trabalho de campo, vê-se que, embora a mulher seja a primeira responsável por cozinhar, o homem pode, em algumas situações, assumir essa tarefa. No caso relatado por Miranda (2016), ele assumiu quando a esposa saiu da oficina para comprar aviamentos e quando ela teve que ser liberada para realizar um trabalho que ele não conseguia fazer. Mesmo assim, ele fazia as comidas com atraso, com menos qualidade e, em uma das ocasiões, não houve jantar quando o homem estava responsável pela comida. Então, a responsabilidade da mulher sobre as tarefas de reprodução é primordial mas, concretamente, se realiza com certa textura, isto é, com a possibilidade do homem assumir certas tarefas em certos momentos, *cum grano salis*. Da mesma forma que a mulher, ao trabalhar, vive o conflito da personificação do feminino habitando o campo do masculino, o mesmo acontece com o homem que cozinha, como se vê no relato de Miranda (2016). Mais que isso, vale retomar a ideia de que, para a esposa, fazer o marido cozinhar é uma forma de “castigá-lo”.

Entre o casal dono da oficina de costura também há uma importante divisão de tarefas. Os dois ajudam no trabalho de costura na medida do necessário, mas o homem cuida principalmente das tarefas do espaço público: dirigir e transportar peças e materiais, pagar contas no banco, contatar fornecedores etc. A mulher cuida da administração interna da oficina, o que é fácil de perceber nas falas dos costureiros: em geral, quem deixa ou não deixa sair, quem paga ou não paga, quem contrata ou não contrata, quem comunica quando começa e quando termina o turno de trabalho é a dona da oficina. Nos relatos de Aidé e José, por exemplo, isso fica evidente; o dono quase não aparece nas falas deles, enquanto a dona é a figura que organiza todas as atividades internas à oficina, sejam elas da esfera do trabalho ou da reprodução. A mulher ainda fica responsável pelas tarefas de ordem doméstica: ir ao supermercado, levar e buscar os filhos na escola, organizar a faxina e a comida e, inclusive, cuidar dessas tarefas quando não há uma empregada contratada – o que pode acontecer em momentos de crise ou de baixa produtividade. De

todo jeito, a mulher costureira e/ou dona de oficina tem um papel central dentro da oficina também no que se refere à esfera do trabalho, e não apenas da reprodução.

Assim, há uma grande diferença entre as migrantes contratadas como cozinheiras / faxineiras e as donas de oficina ou as mães das oficinas familiares que se responsabilizam sobre as tarefas de reprodução. O que as diferencia é o caráter de abstração colocado sobre as tarefas domésticas: para as primeiras, é um trabalho remunerado que pode ser trocado ou equivalido com o trabalho na costura, porque está abstraído das qualidades sensíveis e de cuidado presentes nas tarefas de cuidado com a família. Para as segundas, embora faça parte da reprodução da oficina, vem carregado de conteúdos sensíveis de cuidado com a família. No caso das faxineiras e cozinheiras contratadas também podem ter conteúdos sensíveis em contradição com o caráter abstrato do seu trabalho. Recuperamos aqui o relato de Bruno Miranda (2016) que diz que, dentro da oficina, o dono Roberto era patrão para os costureiros; para os filhos, pai-patrão; para a esposa, marido-patrão. Assim, a linha que divide o abstrato e o sensível, nesse caso, é tênue, porque tanto as faxineiras e cozinheiras remuneradas quanto as donas de oficina lidam com as duas dimensões dentro das atividades de reprodução que realizam.

Uma das tendências da migração de bolivianos para São Paulo é que ela seja feita em casal, como fizeram Marta e Christian. A atribuição de tarefas pode ser diferente quando um casal chega junto à oficina. No caso deles, o desejo era juntar dinheiro entre os dois para que cada um pudesse realizar o seu projeto: ele terminar os estudos e ela abrir um negócio. Nas oficinas onde trabalharam, o seu ganho salarial era conjunto: no fim do mês, o dinheiro que recebiam cobria o trabalho de ambos. Bruno Miranda (2017) diferencia duas formas de produção dentro da oficina: por adição ou por cadeia, realizadas por pessoas solteiras ou casais.

Bajo la producción por cadena, la pareja es considerada como una unidad productiva, es decir, cobra como si fuera un sólo costurero. Pareciera una desventaja, pero se trata de un “costurero con cuatro brazos”, lo que acelera la actividad diaria. Cuando por otro lado se echa mano del método de confección por adición, el tallerista [dono da oficina] contabiliza el pago que corresponde a cada quien, prenda por prenda. La pareja, en este caso, participa individualmente. Por lo mismo, la forma de confección por adición es en general aplicada a los costureros solteros. (MIRANDA, 2017, p. 209)

Assim, o casal pode se tornar uma unidade produtiva e receber o pagamento conjuntamente. Por isso, talvez, Denise afirma que a maior preferência dos donos de oficina é por casais, mais que por pessoas solteiras de qualquer gênero:

Clara: E tem diferença entre o trabalho de homem e de mulher, alguém que costura mais rápido, trabalha melhor?

Denise: Depende la habilidad, pero a lo que yo he visto que la mujer pisa más rápido el over, verdad? [Brenda concorda] Para la mujer es más rápido pegar el

over que pegar recta y galonera. Tipo, si un hombre hace diez piezas en over la mujer puede hacer un poco más, quince... Bota más rápido. Y le conviene al oficinista tener una overloquista mujer.

Clara: Sempre tem mulher nas oficinas?

Denise: Sí. Y algunas oficinas prefieren casales que solteros. Tipo, o soltero te va a hacer problemas, va a tomar, va a pelear, le va a molestar a otra persona, mientras si es casal, le conviene. Si su marido, por ejemplo, sabe hacer galonera y su mujer no, entonces ya tiene una cocinera. Y si viene otro casal, y la mujer es buena en over, y el hombre se pone en recta, entonces completo. Le conviene. En un cuarto, tipo, dos casales pueden entrar en dos cuartos. Mientras para esas cuatro personas [se são solteiras] va a tener que poner cuatro cuartos. Hay personas que se incomodan de compartir su cuarto, entonces el dueño le da un cuarto separado.

Clara: Então o melhor de tudo é casal?

Denise: En la media, verdad? [Brenda concorda]

Assim, Denise também aponta para um tema recorrente na questão da divisão de tarefas por gênero dentro das oficinas, que é a atribuição da máquina reta aos homens e da máquina de overloque para as mulheres. A galoneira às vezes figura como uma máquina masculina e às vezes feminina. A principal diferença entre as máquinas é a quantidade de agulhas que cada uma tem; a reta tem apenas uma, enquanto as outras tem mais agulhas (dependendo também do modelo). Por isso, a reta exige que a pisada seja mais forte, até porque também é muito utilizada para tecidos mais “duros”, como o jeans, por exemplo.

Por isso, existe uma diferença de remuneração por máquina, em que os valores por peça costumam ser maiores na máquina reta do que na galoneira e na overloque. Por outro lado, uma peça pode demorar muito mais tempo para ser costurada na reta do que na overloque, devido ao tipo e à quantidade de costuras.

Em alguns casos, a diferença na atribuição das máquinas para homens e mulheres é explicada justamente por essa diferença de remuneração: as mulheres teriam que trabalhar nas máquinas que pagam menos e assim ganham menos também. O Colectivo Simbiosis defende essa leitura: “Generalmente son las mujeres quienes manejan la máquina Overlock, más que nada por el sentir machista, porque quienes mejor ganan son las personas que trabajan en la Recta, en su mayoría hombres” (COLECTIVO SIMBIOSIS / COLECTIVO SITUACIONES, 2011, p. 3). Veiga e Galhera (2016), que discutiremos adiante, também defendem essa análise.

Diversas vezes perguntamos às bolivianas quem ganhava mais na oficina de costura. A resposta invariável foi: quem trabalha mais. Isso significa não só quem costura mais horas, mas sobretudo quem trabalha mais rápido e assim finaliza mais peças. Jérica conta que chegou a ganhar R\$3000 por mês na costura, o que é um valor muito acima da média, ainda mais porque fazia

apenas camisetas na máquina de overloque. Por mais que o valor da peça fosse baixo, ela maximizava o ganho fazendo grandes quantidades. Quando perguntamos às migrantes sobre a diferença de remuneração entre reta e overloque, elas afirmaram que a reta pode pagar mais, mas um retista demora mais tempo em cada peça que o overloquista. Segundo Jérica, essa é a principal diferença entre as máquinas: “O que depende es el tiempo que você tá. Por exemplo, um overloque es fácil fazer, pero una galoneira não, porque ele tem que trenzar, eso tarda un pouquinho. Mas en la recta es muito peor, porque tem muitos detalhes” (Jérica). O ganho final depende, portanto, muito mais do tipo de peça que se costura e da habilidade do costureiro⁶⁸.

Denise apresenta uma definição parecida:

Denise: Rectista gana más en la pieza de vestido de fiesta, mientras si es malha gana más el overloquista. Depende, si es tejido plano, el que gana es el overloquista. Si es malha también, overloquista. Mas si es vestido de fiesta es el rectista.

Se não é o ganho final, o que organiza, então, a divisão de gênero por máquina? Segundo as próprias costureiras, tem muito mais a ver com qual máquina exige mais força física. A resposta estaria muito mais nas atribuições naturalizadas dos corpos masculinos e femininos:

Jérica: Os homens mais gostam de recta e as mulheres mais gostam de overloque e galoneira. Eu vi isso.

Clara: Elas costumam escolher mais overloque e galoneira? Por que você acha?

Jérica: Não sei, eu vi muito de eso. Porque recta parece que é muito pesada, la pisada dela es forte, tem que pisar forte. Me parece que es desse jeito que eles escolhem.

Clara: E você, trabalha em qual?

Jérica: Só galoneira e overloque.

Clara: Você também não gosta da reta?

Jérica: Não, porque a pisada dela es muito forte, tem pisar muito forte, aí eu não gosto. E cansa mais.

É interessante aqui reconhecer como, na visão das migrantes, a divisão das tarefas acontece de acordo com os critérios da força física masculina e da agilidade e atenção ao detalhe femininos. Em nossa interpretação, são características constituídas socialmente, muito mais que dados físicos e biológicos *essenciais*. As próprias migrantes acabam reforçando essas construções na forma como se inserem na costura e como falam sobre a diferença entre o trabalho feminino e masculino.

⁶⁸ Miranda (2017) considera ainda que o costureiro realiza um certo jogo dentro da oficina, onde pode lançar mão de pequenas estratégias para ter mais trabalhos, por exemplo, aumentar o ritmo de produção para pegar o próximo pacote de peças no lugar de outro costureiro.

Clara: Eu já ouvi isso, que os homens vão pra reta e as mulheres vão pra galoneira e overloque.

Elisa: Aham, eu acho que é porque pensam que as mulheres não conseguem fazer rápido a reta, porque eu falei, né, a mulher sempre produz menos. Porque... Não sei, porque eu vi mulheres produzirem mais também. Eu vi, só que eu não sei, alguns lugares também são assim, né. As mulheres fazem mais rápido a overloque, elas pegam mais manha rapidinho. Agora, da galoneira também. Mas também tem homens trabalhando na overloque e na galoneira. Por isso que eu falei, muitas vezes o que querem aprender sempre colocam na over, pra poder aprender.

Clara: Por que é mais fácil?

Elisa: É, a over é mais fácil que a reta. A reta você tem que costurar já direito a peça, agora a over é só fechar junto, selar. (...) Agora, a reta é mais detalhe, bolsos, gola, tudo isso.

Segundo Jérica, não há diferença entre homens e mulheres costurando; quando ela chegou, tinha um costureiro na oficina que costurava muito rápido e ela quis costurar mais rápido que ele, até que conseguiu. Para ela, quem quiser ganhar mais só precisa costurar mais rápido. A única diferença entre homens e mulheres, para ela, é que as mulheres tem mais detalhe. De resto, trabalham igual e trabalha mais quem quiser. Na oficina do seu irmão onde ela morava em 2015, quem cuidava da faxina era a cunhada; só quando a oficina era maior que eles tinham faxineira. Assim, a própria Jérica assume as formas sociais masculinas e femininas e se coloca em uma postura masculina para poder lidar com elas.

Veiga e Galhera (2016) analisaram detidamente não apenas a questão da diferença de remuneração interna às oficinas de costura, mas o papel das mulheres bolivianas na indústria de vestuário em São Paulo como um todo. Buscaram, em sua pesquisa, identificar elementos da divisão sexual do trabalho na perspectiva da reestruturação produtiva. Para isso, realizaram uma *survey* com cerca de 70 questionários com apoio do CAMI. Eu pude acompanhar o desenvolvimento dessa pesquisa e a divulgação dos resultados preliminares.

Os autores buscaram explicar as diferenças de distribuição de tarefas – de trabalho como de reprodução – e de remuneração a partir de fatores como origem rural e urbana, estado civil e idade. Além disso, desenvolveram algumas hipóteses para interpretar os dados que encontraram na *survey*. A dedicação ao que Veiga e Galhera (2016) chamaram de “espaço reprodutivo” entra como um fator possível de menor remuneração, já que as mulheres tirariam horas da costura – que é paga por produtividade – para cuidar das atividades de reprodução.

Nesse sentido, as mulheres solteiras e divorciadas (principalmente com filhos) têm menores rendimentos que casais com filhos que trabalham juntos, e ainda menores rendimentos em comparação com casais sem filhos que trabalham juntos, devido à conjugação de trabalho produtivo e reprodutivo. O grupo das solteiras e o das divorciadas têm mais tempo livre para as atividades produtivas, embora se insiram

com mais frequência em trabalhos que remuneram menos (como ajudante e *overlock*), em parte devido à falta de experiência derivada da juventude dos dois grupos. Portanto, a família e a idade são determinantes na remuneração dessas mulheres. (VEIGA E GALHERA, 2016, p. 135)

Além disso, a origem rural ou urbana também apareceu como um fator importante de diferença na remuneração, em que as mulheres de origem urbana apareciam ganhando mais. Por outro lado, indicamos que em casos como o de Marta e Christian, eles relatavam o ganho do casal em conjunto, afirmando por exemplo que “nós ganhamos R\$1000 entre os dois”. A pesquisa, como foi realizada, não permite saber se os ganhos relatados pelas mulheres casadas seriam individuais ou do casal. De novo podemos considerar se não se trata da produção em cadeia, nesse caso.

Os autores também indicam que as mulheres casadas costumam dedicar mais horas às tarefas reprodutivas – pelo argumento acima, teriam menor remuneração. Mesmo assim, figuram como aquelas que ganham maiores salários porque conjugam com o marido o “trabalho produtivo e o reprodutivo”, atingindo maiores níveis de produtividade. Esse nexos não é debatido em detalhes pela pesquisa e portanto não se esclarece como a divisão de tarefas tornaria o casal mais produtivo, já que o que parece determinar o nível de produtividade na costura é o menor tempo de costura de cada peça. O que essa ideia de conjugação parece querer dizer é que as horas dispensadas pela mulher para as tarefas de reprodução parecem ser “compensadas” pelo marido que segue costurando, enquanto as mulheres solteiras – especialmente mães – arcam sozinhas com o tempo retirado da costura para atividades de limpeza, cozinha e cuidado com os filhos.

Assim, para Veiga e Galhera (2016), a diferença de remuneração aparece como questão central para explicar a condição da mulher dentro da oficina de costura. Para eles, a divisão sexual do trabalho se expressa na medida em que a mulher pega as “piores” tarefas e, assim, recebe menos. Essa análise se estende ao tipo de máquina, na perspectiva que indicamos anteriormente; assim como a contradição com as falas das migrantes.

A questão das particularidades femininas na costura é importante na medida em que expõe as experiências particulares vividas por elas como migrantes e como trabalhadoras, seja considerando a menor remuneração, o acúmulo de tarefas ou os problemas de saúde decorrentes da falta de repouso durante a gravidez e após o parto. Essas situações são, sem dúvida, graves. Mas, para além disso, podemos considerar que elas se referem a uma posição hierarquicamente inferior da mulher na esfera masculina do trabalho. Embora essas situações denotem esse lugar, elas fazem referência unicamente à esfera do trabalho, à qual se refere o problema da remuneração. A esfera feminina da reprodução é reiterada, nessa análise, pela sua “lógica de perder tempo” mas

obscurecida tanto nos seus conteúdos quanto na relação fundamental que ela estabelece com a esfera do valor.

Não se trata de contestar a existência de uma diferença de remuneração interna às oficinas de costura, e menos que ela opere em função do gênero e também de outras características, como origem, idade e estado civil. A questão é que a remuneração é tomada como o fundamento da exploração e a mulher como principal alvo de uma cadeia global – da indústria do vestuário – de exploração do trabalho a níveis absurdos. A remuneração, longe de ser o fator central da exploração, é a forma de expressão de um fundamento que fica oculto nessa explicação, como discutimos no primeiro capítulo.

Voltemos ao argumento sobre o lugar de inferioridade que a mulher ocupa no universo da costura: responsável pelas tarefas de reprodução, que não são remuneradas; atribuída as piores tarefas; e, portanto, atribuída também a pior remuneração.

Assim, tanto a divisão sexual do trabalho quanto o trabalho reprodutivo, realizados pelas mulheres, inserem-se em condição de inferioridade em vários níveis e ordens de consideração porque: (i) as mulheres já se inserem no trabalho produtivo em condição de inferioridade em relação aos homens devido à divisão sexual do trabalho que se reproduz; (ii) elas têm menos condições de aprender a utilizar as máquinas, em comparação aos homens; (iii) e elas são alocadas em atividades de menor remuneração por suas “qualidades naturais”, como habilidade na cozinha ou em condição de polivalência como ajudante geral. Assim, é estabelecida uma hierarquia de gênero na esfera produtiva. Essa questão faz com que as mulheres diminuam a chance de gerar maior renda, devido ao tempo diminuto, em comparação aos homens, no aprendizado com os trabalhos remunerados ou mais bem remunerados. (VEIGA E GALHERA, 2016, p. 139)

A questão da divisão de tarefas de trabalho e reprodução é entendida, nesse contexto, como parte dessa “inferioridade” feminina criada na divisão sexual do trabalho. Essa perspectiva, apesar de demonstrar a diferença no tipo de tarefas personificadas por homens e mulheres, não se debruça sobre os fundamentos que constituem essa diferença; acaba por ocultá-los na medida em que deseja que a desigualdade entre homens e mulheres seja resolvida na equiparação das suas atividades, em geral desejando que a mulher possa ocupar a esfera do trabalho em pé de igualdade com os homens.

Ainda, as tarefas de trabalho e reprodução são entendidas como *sobreposição*, como uma soma de diferentes atividades que a mulher deve realizar – remetendo ao conceito de dupla jornada. O cerne do problema é pensar trabalho e reprodução *em relação contraditória*, em que se diferenciam e se negam, mas se remetem uma à outra necessariamente. Assim, a esfera da reprodução dentro das oficinas de costura não importa só como horas retiradas do trabalho produtivo ou como (não) remuneração, mas como uma relação central que sustenta a oficina nos seus próprios termos.

Assim como Veiga e Galhera (2016), Rezera (2010) e Almeida (2013) também associam a perspectiva da reestruturação produtiva à divisão sexual do trabalho como caminho interpretativo para o papel das mulheres dentro das oficinas de costura. Em linhas gerais, o processo de reestruturação produtiva teria resultado em uma “redução de custos” levada a cabo por meio da flexibilização e da precarização do trabalho; que por sua vez leva ao emprego preferencial de imigrantes e mulheres no setor de costura, como sintetiza Almeida (2013):

De acordo com a pesquisa realizada por Márcia Leite (2004), existe uma concentração do trabalho feminino nas menores empresas do setor da costura, além disso, as mulheres recebem uma menor remuneração em relação aos homens. Segundo afirma Silva (2009), a irregularidade migratória favorece o barateamento dessa mão-de-obra aos empresários do setor, permitindo assim reduzir o custo da produção de mercadorias. (...) O caso da indústria da confecção em São Paulo é um exemplo de como, nas últimas décadas, houve um considerável crescimento de circuitos alternativos de produção, ou seja, uma intensificação da terceirização e da flexibilização das relações de trabalho. Esse cenário criou as condições para o barateamento dos custos da mão-de-obra e para a absorção de mão-de-obra imigrante. (ALMEIDA, 2013, p. 85)

Dessa forma, podemos desdobrar dessa interpretação que o emprego de mulheres imigrantes na costura, com os piores níveis de remuneração, também compõe essa “estratégia de redução de custos e maximização de lucros” do setor de confecção. Partindo do que já discutimos sobre o emprego de imigrantes como “estratégia de redução de custos” no primeiro capítulo, dediquemo-nos agora ao argumento do emprego de mulheres com o mesmo sentido, à luz das particularidades do trabalho feminino na costura expostas por Veiga e Galhera (2016) e por nós.

A primeira pergunta que nos cabe fazer a essa formulação é redução de custos e maximização de lucros para quem? Para o dono da oficina ou para a marca de roupa que está no topo da “cadeia produtiva”? Em outros termos, se empregar imigrantes e mulheres é uma estratégia, esta é estabelecida por quem? Denise e Brenda indicaram, nas suas falas, que a preferência do dono da oficina é por um trabalhador masculino, capaz de pisar a máquina com mais força e costurar mais rápido, portanto mais “produtivo”; a mulher se torna “vantajosa” quando já tem experiência e consegue costurar tão rápido quanto um homem. A mulher inexperiente, no entanto, é empregada preferencialmente como cozinheira ou faxineira, e não como costureira, onde teoricamente poderia se tornar essa força de trabalho barata que a indústria de confecção requer. Como a mulher que trabalha na cozinha se traduz em exploração do trabalho na costura? Como o emprego de mulheres recém-chegadas como cozinheiras e faxineiras se realiza como estratégia de redução de custos através do emprego de mulheres?

Ainda, se considerarmos como fato a menor remuneração das mulheres em função do tipo de máquina em que costuram, tampouco há uma estratégia de substituir as máquinas “masculinas”

(em especial a máquina reta) pelas máquinas “femininas”; o uso de cada máquina também depende do tipo de costura exigido pelas peças a serem costuradas. Mas, por outro lado, não há uma estratégia de substituição dos homens pelas mulheres nessas máquinas que pudesse justificar uma redução no pagamento da força de trabalho.

Considerando também o argumento de que as mulheres ganham menos porque tiram tempo de trabalho para tarefas de reprodução, isso não se traduz em maior exploração do trabalho, já que o que elas fazem é justamente *não trabalhar*. O ato de cozinhar ou limpar – seja como dona de oficina, seja como cozinheira ou faxineira contratada, seja como costureira que limpa e cozinha nos períodos de folga – não é diretamente apropriado como exploração do trabalho pelo dono da oficina ou pela marca de roupa.

Retomando o capítulo 1, lembramos que a explicação do trabalho é a extração de mais-valia; que uma parte do trabalho não seja paga ao trabalhador, mas apropriada pelo capitalista que o emprega. Como essas particularidades do trabalho feminino na oficina de costura se traduzem em maior extração de mais-valia de mulheres em relação aos homens ou, dito de outra forma, como emprego de mulheres como estratégia de redução de custos? Esse fundamento da exploração e da acumulação fica apagado no argumento da reestruturação produtiva que, ao equiparar simplesmente o emprego de imigrantes e mulheres à “redução de mão-de-obra”, acaba apagando esse fundamento da exploração e da acumulação. Lembramos aqui que há uma diferença entre os termos estritos da mais-valia pensados por Marx (1983) e o ganho por peça praticado na costura. Faz falta uma passagem dessa reflexão sobre o trabalho assalariado para a remuneração por produtividade.

Assim, recuperamos as falas das migrantes sobre a sua condição de mulheres no campo do trabalho abstrato das oficinas de costura. Consideramos como questões importantes a remuneração das mulheres, o tipo de máquinas mais utilizadas por elas e a sua responsabilidade sobre as tarefas domésticas de cozinha e reprodução, diferenciando o trabalho remunerado abstrato e as atividades realizadas com conteúdo sensível.

Assim, sugerimos dois pontos de conclusão. O primeiro, que a leitura de uma disparidade salarial traduzida em maior precarização do trabalho feminino pode ser desdobrada como uma relação contraditória que se expressa nessa disparidade; e que o trabalho e a reprodução não são momentos que simplesmente se sobrepõem, mas que a sua cisão tem que ser entendida como pressuposto mesmo da exploração do trabalho. Isso nos permite dar um salto do debate sobre o papel da mulher na oficina de costura para como as relações de gênero estruturam internamente as oficinas e, portanto, o processo migratório de bolivianos para São Paulo.

Podemos voltar ao relato de Sandra, quando ela comenta que gostaria de voltar a estudar para ter uma profissão em que pudesse trabalhar menos e ganhar mais, como os seus irmãos, mas o

seu marido não deixa, porque tem ciúmes que ela encontre outro homem. Qual o sentido dessa proibição? Para além dos ciúmes, o que aconteceria com a oficina de costura caso Sandra deixasse de trabalhar lá? Não seriam só a limpeza, a cozinha e o cuidado com o Johnny que ficariam desfalcados, mas uma grande parte do trabalho de costura. Como ela conta, sua rotina de trabalho é de 7h a 23h30, e às vezes vai até a uma da manhã; nesse meio tempo, além de todas as tarefas de reprodução, ela também passa muito tempo costurando. Nicholas, seu irmão, diz que ela é a pessoa que mais trabalha na oficina. Quando a costura rendia mais, inclusive, Sandra pagava uma empregada doméstica para que pudesse ter ainda mais tempo para dedicar à costura. Assim, essa proibição do marido acaba expondo não só um controle conjugal, mas o papel fundamental que a Sandra cumpre dentro da sua própria oficina, e nos permite voltar a olhar para o fato pouco considerado de que as oficinas de costura costumam ser empreendimento de um casal. Isso indica o lugar central que tem, na oficina de costura, não apenas uma “divisão sexual de tarefas” mas uma relação fundamental entre trabalho e reprodução que se personifica em papéis de gênero. A mulher, no entanto, acaba se ocupando das duas esferas, ainda que entre inferiorizada no campo do trabalho abstrato.

Para Sandra, as mulheres trabalham mais que os homens nas oficinas, por causa da sua responsabilidade sobre a limpeza e a cozinha. Por outro lado, ganha mais quem “trabalha melhor”, já que o pagamento é por peça. Segundo ela, há funcionários que não querem trabalhar, ficam vendo o celular, mas para ela isso deveria ser feito no tempo livre: “trabajo es trabajo, ellos tienen que trabajar” (Sandra). Assim, Sandra também assume a posição social de patroa, mesmo que tenha queixas sobre o trabalho que a aproximam dos costureiros, já que ela tem poder de controle sobre o trabalho deles – uma forma de poder que também assume a forma social do masculino.

Sandra: Claro, la costura es forzoso, só ficamos sentados, pero... ficamos mais trabalhando.

Clara: Trabalha muito, né, muitas horas.

Sandra: É, trabalhamos muito, especialmente as mulheres mais, porque tem que ir a dejar a sus hijos a la escuela, tem que cocinar, tem que trabalhar, tem... Eu me sinto bem cansada. Trabalho de 7h hasta 23h30, às vezes uma hora, ou meia-noite, eu me siento cansada.

Clara: E você faz tudo isso, você cozinha também?

Sandra: Eu cozinho, voy a dejar a mi filho...

Clara: Faz limpeza também?

Sandra: Eu faço limpieza, todo.

Clara: E além disso costura?

Sandra: Costuro.

Clara: E para cozinhar e limpar você ganha uma parte a mais de salário ou faz parte do trabalho?

Sandra: Faz parte do trabalho. (...) Todas trabalhamos, las bolivianas somos trabajadoras. Todos somos... Homens... Trabajamos, hombres e mulheres trabajamos. Só que eu penso que las mulheres trabajamos más que los hombres.

Clara: Por que você acha que sobra pra mulher fazer essas coisas, cozinhar e limpar?

Sandra: Os homens não querem limpar, só eles falam “não, es dever de mulher”. Yo misma... Tem que fazer também a mulher, porque se fica aí o hombre nunca faz.

Clara: E as crianças também quem cuida são sempre as mulheres?

Sandra: Aham, as crianças.

Denise também afirmou que as mulheres trabalham mais, porque fazem a limpeza:

Clara: Alguém, homem ou mulher, trabalha mais na oficina de costura?

Denise: [pausa antes de responder] Por costumbre, creo que la mujer, porque tiene que hacer limpieza. Tipo, el hombre deja a su máquina, entonces la mujer en fin de semana sí o sí tiene que limpiar. Limpia la oficina, despolvorea [tira a poeira], limpia si tiene oleo, si no tiene oleo coloca la mujer y hace limpieza de toda la casa.

Clara: As costureiras?

Denise: As costureiras.

Clara: Qualquer uma ou tem uma faxineira?

Denise: Tipo, depende. Si tiene cocinera, ella hace, y si no, entonces vienen las costureras. El mismo dueño le dice “tienes que limpiar, tienes que hacer eso”, le viene con el propósito que “eres mujer”, “tú tienes que demostrar que eres mujercita”. Se a oficina tem cozinheira ou faxineira, elas fazem, se não são as costureiras.

Clara: E recebem por fazer isso?

Denise: No.

Clara: É por obrigação?

Denise: Sí, por género [Denise e Brenda dão risada].

Clara: Nas oficinas de vocês, vocês tem que fazer isso, cozinhar, limpar?

Denise: Por ejemplo, en mi oficina no hay cocinera, por el momento casi soy la única mujer, entonces hay que limpiar. Claro, pero yo no aguanto la sujeira, yo lo

hago para que yo me sienta cómoda. Porque cuando tú ves todo desordenado te irritas, te pones estresada.

Assim, aparecem nas entrevistas duas falas contrastantes: i) trabalha mais quem costura mais e ii) trabalha mais a mulher, porque além de costurar cuida da cozinha, da limpeza e de outras tarefas. Parece difícil definir se essa limpeza, feita “por gênero”, “por incômodo” ou “porque é dever de mulher” está no mesmo plano de atividades que o trabalho na costura. Por um lado, não, porque cabe apenas às mulheres realizá-la: não é uma atividade recoberta pelos mesmos critérios de salário e produtividade que a costura. A Sandra, como dona de oficina, é capaz de dizer que os seus funcionários “tem que trabalhar”, mas não de fazê-los limpar a casa ou o espaço de trabalho, coisa que “o homem nunca faz”. A faxina – e poderíamos estender à cozinha – acaba recoberta por outros critérios, sejam de gênero ou afetivos. Por outro lado, a própria Denise indica que a limpeza pode ser “trocada” com horas de trabalho na loja:

Clara: Nessas atividades de limpeza, quanto tempo vocês gastam por dia?

Denise: Eu faço limpeza no fim de semana, porque no tengo tiempo durante la semana. Claro, yo hago limpieza, varro la oficina, dejo limpio todo, pero no hago la limpieza que yo gustaría hacer, o sea, pasar pano, una limpieza profunda. La limpieza profunda la hago fin de semana, porque es más libre para mí. Claro, pero es cansador, pero me irrita ver el piso sucio.

Clara: Mas você recebe por essa limpeza que você faz?

Denise: Não. Por ejemplo, es “una por la otra”. Para enero, febrero no va haber venta, entonces tú vas a estar descansando en la loja. No va haber venta. Al día vos vas a vender R\$800, o menos de R\$1000, no va entrar mucho, la entrada para enero y febrero. Entonces “yo te estoy pagando un salario fijo, entonces tienes que hacer”. Ellos hacen una por la otra.

Pelas falas das migrantes, entendemos que as mulheres ocupam dois lugares dentro da oficina de costura: como parte da esfera do trabalho, onde costuram e vendem; e como parte da esfera da reprodução, onde fazem faxina, cozinham e cuidam dos filhos, justificando que o fazem “por gênero” ou porque “se deixar o homem não faz”. Esses dois lugares aparecem sempre misturados, confundidos nos relatos, porque elas ocupam os dois simultaneamente. Especialmente se consideramos que o espaço da oficina é também um espaço de moradia e, no caso da Sandra, é a sua própria casa e convivem na oficina funcionários e familiares. Quando ela cozinha, quem come são os costureiros mas também o seu marido, o seu filho e o seu irmão – que também costura. Sandra soma à reprodução dos costureiros conteúdos da família e inclusive a mistura das figuras do trabalhador e do familiar nas mesmas pessoas, como o seu marido, seu pai e seu irmão; ela mesma personifica o cuidado com a família e a reprodução dos seus próprios funcionários. Ao fazer faxina,

limpa o espaço de trabalho, a oficina, mas também limpa os espaços da sua casa. Denise também mistura os conteúdos do trabalho – quando fala em “una por la otra” – com conteúdos mais sensíveis, quando afirma que faz a limpeza porque se irrita com a sujeira. Pelo relato dela, essa tarefa deveria ser compartilhada entre os costureiros, mas acaba ficando com ela porque é quase a única mulher. Denise se irrita com o espaço sujo, desorganizado, um espaço no qual ela não trabalha, já que não é costureira e passa mais tempo na loja; porém, é parte do seu espaço de moradia, de vivência cotidiana.

Elas variam entre equivaler e diferenciar as atividades de limpeza e de trabalho. Diferenciam, ao afirmar que ganha mais quem trabalha mais, excluindo a limpeza do campo do trabalho; mas equivalem, ao dizer que a mulher trabalha mais porque faz faxina e cozinha, trazendo essas atividades para dentro do campo do trabalho.

No entanto, nos aproximamos da análise de Veiga e Galhera (2016) ao pressupor uma assimetria de gênero em moldes determinados, mirando uma “relação de gênero geral” dentro das oficinas, que se manifesta particularmente de acordo as posições ocupadas por homens e mulheres. O valor-dissociação se desdobra em cada contexto, como insiste Scholz (2004). A relação fundamental entre trabalho e reprodução se realiza sempre particularmente.

Para Veiga e Galhera (2016), a oficina de costura pode ser dividida em “espaços produtivos” e “espaços de reprodução”; mas essa cisão estrita implode diante do espaço interno das oficinas. Para os autores, esse fato pode ser compreendido como “privatização do espaço fabril”:

A resultante das duas variáveis dependentes – as redes de parentesco e amizade, e a divisão sexual de trabalho – aponta para uma questão inusitada e preocupante: a 'privatização' do espaço fabril e laboral na cadeia da costura, ou seja, as 'fábricas' confundem-se com o lar, o espaço doméstico familiar. Praticamente sem custo, desloca-se de um ambiente formal e hierárquico para outro informal e subjetivo, embora ambos sejam disciplinados. *Esse parece ser o 'segredo' por trás dos ganhos de competitividade associados à informalidade da organização do trabalho na cadeia da costura.* (VEIGA E GALHERA, 2016, p. 140, grifo nosso)

Olhemos para os termos dessa “privatização do espaço fabril”. Essa nos parece ser, de fato, o cerne da questão de gênero dentro das oficinas de costura mas, para isso, é preciso fazer uma passagem importante da responsabilidade feminina sobre as tarefas de reprodução como desvantagem feminina (remetendo à ideia de dupla jornada) para uma compreensão da relação de gênero fundamental das oficinas de costura.

Roswitha Scholz (2000), a partir da teoria do valor-dissociação, apresenta a ideia de cisão entre duas esferas, uma esfera do valor e outra que é dissociada desta primeira, porque representa tudo aquilo que ela não é. À esfera do valor corresponde o trabalho abstrato e a lógica da

produtividade, enquanto à esfera dissociada são remetidos os conteúdos da reprodução e do cuidado doméstico. Assim, Scholz (2000) diferencia fundamentalmente as duas atividades:

O que não pode ser compreendido no valor, que é portanto por ele dissociado, já desmente a pretensão de totalidade da forma do valor; ele representa o oculto da própria teoria e por isso não pode ser compreendido com o instrumental da crítica do valor. As atividades femininas de reprodução, uma vez que representam o reverso do trabalho abstrato, não podem ser simplesmente cobertas com o conceito abstrato de trabalho, como faz frequentemente o feminismo, que em grande medida tomou do marxismo do movimento operário a categoria positiva trabalho. Nas atividades dissociadas, que não em último lugar compreendem também o afeto, a assistência e os cuidados aos doentes e incapazes, bem como o erotismo, a sexualidade e o “amor”, incluem-se ainda os sentimentos, as emoções e as posturas que são contrapostos à racionalidade da “economia empresarial” no domínio do trabalho abstrato, e que se opõem à categoria trabalho, mesmo se não estão completamente livres dos momentos da racionalidade de objectivo nem das normas protestantes. Na modernidade patriarcal são delegadas n’“a mulher”, ou seja, são-lhe atribuídas e projetadas nela não só determinadas actividades, mas também sentimentos e qualidades (sensualidade, emotividade, fraqueza de entendimento e de carácter etc.). (SCHOLZ, 2000, s/p)

Portanto, para a autora, o trabalho deve ser diferenciado radicalmente da reprodução doméstica. O trabalho é abstraído das suas qualidades sensíveis, enquanto a reprodução doméstica e o cuidado familiar caem fora dos conteúdos do valor e se opõem radicalmente a ele, na medida em que remetem ao afeto, ao carinho, à emotividade. Seguindo o valor-dissociação, esses conteúdos são personificados na mulher, que torna-se a portadora destas características e a responsável pelas tarefas. Scholz (2000) nega radicalmente o argumento que exige que as atividades de reprodução doméstica sejam compreendidas como trabalho, uma fetichização que tentaria conceder certa positividade às tarefas que são inferiorizadas por não fazerem parte da esfera do valor. O fato de que consomem tempo e energia das mulheres, embora possa ser criticado, não significa diretamente que estas atividades possam ser equivalidas à abstração do trabalho, quando a sua característica fundamental é justamente estar recobertas de uma sensibilidade que é atribuída e personificada nas mulheres⁶⁹.

Nos casos de Denise e Sandra, as atividades de limpeza e cozinha aparecem dotadas de conteúdos sensíveis, como o sentimento de irritação em relação à limpeza e a obrigação de gênero – que não aparecem relacionados ao trabalho na costura ou na loja. Essas características sensíveis da reprodução são diferentes dos conteúdos da esfera do trabalho, como uma contabilização de

69 Ana Nasser (1989), em sua dissertação de mestrado, compara o significado do tempo e do dinheiro para operárias e donas-de-casa. Seu objetivo é pensar qual o significado subjetivo do dinheiro para as mulheres que o ganham sem ser pelo trabalho, como as donas-de-casa, que o recebem dos maridos. Na comparação entre o trabalho abstrato e as atividades de reprodução, as operárias dizem preferir o trabalho na fábrica, pois sentem que estão “realizando algo”, enquanto em casa o trabalho é repetitivo e interminável: logo depois da faxina, a casa volta a estar suja. Faltaria, nesse esquema comparativo, incluir o trabalho de limpeza remunerado para pensar as representações subjetivas daquelas que o realizam. Assim, seria possível discernir se as qualidades desse trabalho estão totalmente abstraídas ou guardam alguma qualidade sensível comparável às atividades de reprodução realizadas na própria fábrica.

dinheiro ou de horas em relação a essas tarefas, mesmo que eles também apareçam na relação da Denise com a limpeza da oficina. Retomamos aqui o desafio de pensar sobre a diferença entre as mulheres que realizam as tarefas domésticas como trabalho remunerado e as que as realizam como cuidado com a família.

O “espaço produtivo” e o “espaço de reprodução” a que se referem Veiga e Galhera (2016) seriam, nesses termos, os espaços em que se desenrolam cada uma das esferas e das suas atividades correspondentes: a fábrica e outros espaços de trabalho cindidos, sobretudo, da casa, do lar, como diferencia Robert Kurz (2004). Para o autor, a vida é cindida em esferas especializadas – uma funcional e uma de reprodução –, ao mesmo tempo em que a esfera do trabalho centraliza toda a vida. Esta cria um “espaço funcional da economia empresarial”, que corresponde a essa lógica. “Por outro lado, tudo o que não tiver cabimento na lógica do espaço funcional central desvinculado e das suas 'derivações' (sobretudo determinadas atividades da reprodução) é deixado por conta da relação de dissociação sexual e assim conotado com o 'feminino’” (KURZ, 2004, s/p). Mas mesmo a esfera dissociada remete os seus conteúdos à esfera do trabalho, que a centraliza.

Nas oficinas de costura, então, a cisão se dissolve aparentemente se considerado o espaço; a esfera do trabalho também aqui engloba a reprodução. Nesse caso, não seria a “privatização do espaço fabril” mas, antes, a abstração, a funcionalização do espaço doméstico. A fala da Sandra dá a entender que o cuidado com a casa e os familiares já está, para ela, abstraído de qualquer conteúdo sensível. Parece remeter-se apenas à reprodução e à manutenção da oficina de costura. Essa mistura aparente de trabalho e reprodução borra os contornos estritos que delimitariam os limites de cada esfera. Porém, a re-união dessas atividades nas oficinas não se traduz, como vimos, em uma superação da dissociação dessas esferas.

Isso nos leva à pergunta sobre quais os processos particulares que se desenrolam nesse contexto e fazem com que formas antes separadas passem a estar assim tão imbricadas. Ou ainda, qual o significado dessa re-união de esferas cindidas na sua própria formação? Por que as duas esferas cindidas / dissociadas aparentemente se re-unem no contexto das oficinas? A resposta que Veiga e Galhera (2016) propõem, ao nosso ver, é que essa mistura ou confusão aparente dos espaços funcionais e reprodutivos dentro das oficinas de costura apresenta um “ganho de competitividade” para o setor da costura. Mas de novo faltaria delinear os conteúdos específicos sobre como essa “privatização do lar” cria vantagens nos níveis de concorrência globais. Para nós, essa é a pergunta central para entender não só o papel das mulheres nas oficinas de costura, mas a estrutura das relações de gênero nesse contexto e, inversamente, como as oficinas se sustentam sobre essa forma muito particular de arranjo entre trabalho e reprodução.

A partir daí, também é necessário apontar que o debate sobre a relação entre trabalho e reprodução dentro das oficinas de costura não é igual ao debate sobre o papel da mulher no trabalho de costura ou na oficina. A reprodução é personificada na mulher, daí o seu papel; mas é no embate entre as esferas cindidas do trabalho e da reprodução que encontramos o cerne da relação de gênero. Portanto, por mais que as pesquisas com as quais debatemos neste capítulo interessem na medida em que jogam certa luz sobre o lado obscurecido da relação – o feminino, o dissociado – acabam também polarizando um lado. O grande desafio da pesquisa que tenta contemplar o valor-dissociação é sustentar o contraditório da relação de gênero.

2.3. Assimetria e contradição

No primeiro item deste capítulo, nos dedicamos à análise das percepções subjetivas de mulheres bolivianas migrantes sobre dois aspectos principais: o seu entendimento sobre um ganho de autonomia ao longo do processo migratório e as experiências de violência que viveram em São Paulo. Ambos aspectos da migração feminina foram amplamente discutidos nos estudos migratórios; porém, principalmente, desde um ponto de vista da mulher e da experiência feminina de migração. A partir das falas das nossas interlocutoras, procuramos investigar como esses conteúdos aparentemente femininos se reportam à esfera masculina, a saber, aos conteúdos do dinheiro e do trabalho. Podemos, agora, retomar alguns pontos à luz do debate sobre o trabalho feminino nas oficinas de costura.

Como apresentamos no primeiro capítulo, as donas de oficina, como Elisa e Sandra, tem uma relação com os seus maridos que passa por formas de controle conjugal. O fato de Elisa e Sandra terem o seu trabalho associado aos maridos também amplia o campo de controle que eles tem sobre as vidas delas, porque entra aí não só uma relação de controle conjugal mas também uma relação de controle sobre o trabalho.

Assim, podemos retomar as considerações de Magliano (2008) sobre a inserção das migrantes bolivianas em trabalhos “etnizados” e “generizados”, isto é, empregos ocupados principalmente por mulheres não-brancas, que são precarizados e desprovidos de segurança social. Isso acontece em um contexto de crise do trabalho e acirramento das contradições formadas historicamente nos processos de colonização, caça às bruxas e acumulação primitiva.

No segundo item deste capítulo, discutimos as particularidades do trabalho feminino nas oficinas de costura. Estas acarretam em uma situação mais crítica das mulheres, seja pela exposição à violência de gênero, pela menor remuneração, pela falta de cuidados com a saúde das grávidas e

mães, pelas horas de dedicação às atividades de limpeza e cozinha. Apontamos que falar sobre esse lugar da mulher nas oficinas não é necessariamente falar de relação de gênero.

O cerne da relação de gênero na costura está nessa aparente fusão entre trabalho e reprodução que se personifica nas mulheres, responsáveis pelos dois campos de atividade. Resta agora olhar para os arranjos particulares realizados pelos migrantes nas oficinas para compreender os conteúdos dessa fusão e tratar de investigar *por que* se torna, nas palavras de Veiga e Galhera (2016), uma “vantagem competitiva” do setor de costura. Será essa fusão o resultado estrito de formas de concorrência?

Do ponto de vista de Robert Kurz (2004), considerando o desenvolvimento das forças produtivas, a questão pode ser lida da seguinte maneira:

Este processo parece culminar na crise da terceira revolução industrial. Por um lado, na penúria da crise de acumulação e financeira, a lógica do espaço funcional da economia empresarial, em tempos desvinculado, vai-se impondo a todas as esferas dele derivadas da reprodução social (...) Por outro lado, esta expansão da lógica funcional da economia empresarial para além do seu espaço próprio e específico não pode sustentar a crise, e muito menos pode substituir as atividades reprodutivas dissociadas como 'femininas' (...) Na mesma medida em que o espaço realmente abstrato, desvinculado, do processo de valorização quer totalizar-se e nisso está necessariamente condenado ao fracasso, os momentos dissociados conotados com o 'feminino' estão sujeitos a uma pressão cada vez mais insuportável. (KURZ, 2004, s/p)

Assim, o estudo sobre “a mulher” e a assimetria de gênero parecem insuficientes porque essas definições não pairam no ar: têm um longo processo de formação histórica e se apresentam como desdobramentos contemporâneos do mesmo, relacionados às crises de reprodução do capital. A análise das experiências femininas remeteu necessariamente à esfera masculina do valor. A análise das experiências particularmente masculinas de bolivianos na costura, como a bebida e as brigas de rua, fica ausente desta pesquisa, bem como o ponto de vista masculino sobre a violência doméstica e o controle familiar, sobre as atividades domésticas de reprodução etc. Mas, nas entrevistas que fizemos com migrantes homens, eles também se reportam à esfera feminina da reprodução. As mulheres tem trabalhar porque o modelo ideal de dona-de-casa de casa não aconteceu todo o tempo e nem em todos os lugares; mas os homens conseguem ainda se desvencilhar com alguma facilidade das atividades domésticas ou pelo menos de uma parte delas, dependendo do contexto. Isso expressa a diferença entre essas duas esferas, mas também o fato de que homens e mulheres assumem conteúdos das formas sociais masculinas e femininas, mas de formas particulares. Entre os bolivianos, a costura é ressignificada nessa chave: de atividade feminina, porque pertencia ao campo da reprodução, à atividade masculina, em que são elogiados os homens porque costuram mais rápido e com mais força.

Assim, criticamos os nossos próprios pressupostos de pesquisa de uma relação de gênero *generalizada* nas oficinas de costura. Veremos esse problema nos relatos apresentados a seguir. O limite que identificamos nas autoras que trabalharam com a migração de mulheres bolivianas – a análise tautológica da assimetria de gênero – se apresenta também como o nosso próprio limite, o qual tentamos expor e sustentar ao nível da tensão.

CAPÍTULO 3

Costura, família e migração

Voltemos à história de José. Ao chegar em São Paulo, ele trabalha com dois dos seus irmãos em uma oficina de costura no Brás; ele foge de lá sozinho, trabalha em outra oficina por um tempo, sem ter contato com os irmãos até que retorna à Bolívia dois anos depois. Chegando lá, se reencontra com a família. José tenta arrumar emprego entre La Paz e El Alto e não consegue e, assim, retorna a São Paulo com os irmãos e eles passam a trabalhar sempre na mesma oficina a partir de então.

Também é nessa viagem que José e Elisa se encontram pela primeira vez. Enquanto José estava em São Paulo, a família da Elisa tinha se tornado sua vizinha em El Alto. A mãe de Elisa havia falecido antes da mudança de cidade e o pai havia sido preso, por isso a família de José ajudava a cuidar de Elisa e seus irmãos. Depois disso, eles passam a se encontrar sempre que José voltava a El Alto para passar as férias e assim começam a se relacionar.

Ao voltar para São Paulo, José e os irmãos começam a trabalhar na oficina do “brasileiro” no Itaim Bibi. Eles enviavam entre US\$100 e 150 para a família na Bolívia todos os meses. Assim, a migração dos irmãos já faz parte de um projeto familiar de sustentar a família na origem. Como contou José sobre a oferta do salário na costura, a costura pagava mais dinheiro em um mês do que os pais dele ganhavam em um ano. Assim, trabalhando na oficina de costura do Itaim, os irmãos decidem parar de mandar dinheiro para a família na Bolívia para comprar alguma coisa em São Paulo e aí trazer a todos. Nesse momento, o projeto familiar se transforma em permanência no Brasil não apenas dos irmãos, mas de toda a família. Esse projeto não implica, a princípio, a montagem de uma oficina de costura necessariamente, mas o estabelecimento de condições para que toda a família – os pais e os outros irmãos – pudesse se mudar para São Paulo.

Nessa época, os três irmãos que já estavam no Brasil se casam. É significativo que isso aconteça justamente no momento em que eles decidem levar a cabo um projeto de acumulação que envolve toda a família. É quando José “traz” a Elisa para São Paulo. No começo, eles dormiam em quartos separados na oficina, e só quando outro casal sai da oficina, vagando um quarto para eles, que passam a “morar juntos”.

Clara: O que você pensou? Você quis trazer ela [a Elisa] por que queria casar, por que tinha trabalho, por quê?

José: Eu, por causa que... Eu fui contagiado, eu acho, pelo meu irmão. O meu irmão tava casando na época, tava namorando. A gente também já tava namorando, na Bolívia. Quando eu conheci ela, a gente brincou... Assim como se fosse namoro, a gente ficou nisso. Aí eu já comecei a falar dela... Aí quando o meu irmão

começou a namorar, ele tava ficando junto, né, aí eu acho que fui contagiado, né. Não trouxe para trabalhar ela, “ah, eu vou ganhar mais dinheiro”, não, foi mais pela companhia mesmo. Eu era já, 18 anos...

Elisa: Não, você tinha mais.

José: Ah, 20, 21 anos. 2001, né. É por isso que eu trouxe ela. Não era por, assim, por ganhar dinheiro não. Era mais por companhia que eu trouxe ela. Aí meu irmão casou. Aí em 2005 que a minha família veio para cá.

José e Elisa ainda contaram que ela, quando veio, tinha 14 anos de idade. Por ser menor, não podia viajar sem autorização dos pais, que ela não tinha. Então, ela entrou no Brasil com o documento da irmã, pelo Paraguai – no caso dos bolivianos, aqueles que tem os documentos em dia costumam entrar por Corumbá (MS), onde a fiscalização da fronteira é mais rígida; quem está em situação irregular, seja usando documentos de terceiros, documentos falsos ou sem visto de permanência, costuma entrar no Brasil pela fronteira com o Paraguai em Foz do Iguaçu (PR). Assim, mesmo que José afirme que “trouxe” a Elisa para ter a sua companhia, a situação também pode ser vista como um costureiro que foi à Bolívia trazer mais trabalhadores para a oficina onde trabalha, e com documentação irregular. O próprio José nega essa possibilidade mas, objetivamente, ele “trouxe” da Bolívia uma nova costureira para a oficina onde já trabalhava. Assim, trazer a família para trabalhar para “o brasileiro”, mesmo com a intenção de ajudá-los, também entra nessa contradição.

E o que acontece entre 2001 e 2005 para que José e seus irmãos pudessem finalmente trazer toda a família? Durante um tempo, os três casais trabalham na oficina do Itaim Bibi. O dono é ameaçado por comerciantes da região, que afirmam que irão denunciá-lo para o Ministério do Trabalho. Assim, ele transfere os costureiros para outro bairro, onde aluga dois imóveis: um para oficina e outro para a família. Os casais trabalham em uma parceria interna e porque, mobilizados pelos irmãos, tem todos um projeto comum de comprar uma propriedade que seja para “a família” (dos maridos). Eles tentam fazer um acordo com o “brasileiro” para que eles trabalhem sem receber salário por cinco anos em troca do sítio que ele tinha no interior de São Paulo, para ter um lugar onde todos pudessem morar, mas o patrão não aceita.

Em 2003, Elisa engravida e tem a filha bem na virada do ano para 2004. Eles brincam que ela entrou no hospital em um ano e só saiu no outro, porque eles tiveram problemas com a documentação de Elisa e o hospital queria retê-la junto com a filha, já que a mãe ainda era menor de idade. Nessa época, Elisa ficou seis meses sem costurar, se dedicando a cuidar da própria filha e dos sobrinhos, além de cozinhar e fazer faxina. Esse tipo de decisão só consegue ser tomada, nesse caso, por causa dos acordos em família que os casais tinham. Quando um casal está sozinho, a mulher não pode simplesmente abrir mão de trabalhar para cuidar dos filhos enquanto o marido costura,

porque o ganho deles cairá pela metade. Provavelmente, o dono da oficina também não aceitaria que ela deixasse de costurar. Por causa dessas dificuldades que Marta e Christian decidiram retornar à Bolívia quando ela engravidou. No caso de Elisa e José, “estar em família” ajudou a equilibrar um arranjo entre o trabalho e a reprodução que a maioria dos costureiros que tem filhos em São Paulo não consegue.

Em seguida, os pais de José vêm a São Paulo para visitar, a princípio, por um ano. Assim, o pai ajudava na costura enquanto a mãe cuidava dos netos, liberando as outras mulheres para continuar costurando. A vinda dos pais, portanto, por mais que tenha uma intenção de “ajudá-los”, também é fundamental para que eles consigam distribuir as tarefas da esfera do trabalho e da reprodução. Nesse sentido, eles tem um papel chave no projeto de acumulação familiar, porque ajudam a liberar o tempo dos costureiros ao realizar tarefas que demandem menos qualificação e experiência – as tarefas de ajudante e de babá. Também é significativa a forma como essas tarefas são distribuídas entre a mulher e o homem.

Em 2005, um dos irmãos de José que estava em São Paulo decide ir à Bolívia para estudar lá e cuidar dos irmãos mais novos que tinham ficado, já que os pais estavam em São Paulo. Ao mesmo tempo, deixa no Brasil a esposa e os filhos. Toda a família se organiza conjuntamente para dar conta do cuidado com as crianças tanto na origem quanto no destino. Chegando em El Alto, o irmão de José não consegue pagar os estudos e nem trabalhar, por isso decide voltar para São Paulo levando todos os irmãos, porque lá já não tinha quem pudesse cuidar deles. O “brasileiro” aceita que toda a família seja trazida para a oficina e passa a trabalhar só com eles naquele bairro, sem contratar outros costureiros por ali, enquanto mantém uma segunda oficina no Itaim Bibi.

Nesse momento, eles buscam uma casa para a família toda no próprio bairro, até encontrarem uma casa, com quartos suficientes para morarem com toda a família. Eles conseguem comprar o imóvel, de R\$35.000, pagando em duas parcelas. Segundo eles, emprestaram dinheiro de todo lugar para pagar a primeira parcela e depois trabalharam e economizaram muito para pagar o resto da casa. Todo o dinheiro que ganhavam costurando era guardado para o pagamento da dívida do imóvel. Eles contam que foi nessa época em que “descobriram os brechós”, porque para economizar compravam roupas e móveis usados.

Depois de um tempo, conseguem comprar também o sítio no interior do dono da oficina. Aí eles percebem que, se o dono tivesse aceitado a proposta inicial de entregar o sítio por cinco anos de trabalho, eles teriam “se dado mal”, já que em pouco mais de cinco anos conseguiram comprar a casa e o sítio, ainda que através de empréstimos. Nesse período, o “brasileiro” acaba falindo e, em dívida com a família, entrega a eles todos os recursos da oficina de costura. Dessa época, Elisa e José contam que os irmãos saíam de ônibus, iam até o Itaim para buscar clientes para a oficina que

agora era de propriedade da família, lembrando elementos do momento de transferência das oficinas dos coreanos para os bolivianos (mas não intencional, nesse caso). Como os antigos clientes já os conheciam, eles foram aos poucos conseguindo pegar trabalhos e construir uma certa base de pedidos e encomendas.

Quando passam a ter a própria oficina, o caráter familiar do empreendimento significa também uma gestão coletiva do dinheiro e uma economia compartilhada entre todos.

José: Se a gente gastasse comprando algumas coisas, a gente não ia conseguir juntar dinheiro. Como a gente mora em bastantes, por exemplo, a gente faz CEASA, compra em quantidade, para o mês inteiro, dá pra guardar o que sobrou. A gente nunca recebeu salário desde que a gente juntou. Aí essa parte, a gente sempre guardou num lugarzinho, está lá, guardado. Quando às vezes aparece alguma coisa para comprar a gente usa o dinheiro, mas ninguém tem na conta deles. Hoje, todo mundo tenta se ajudar.

A fala de José explica muito como o projeto familiar exige que se lide com o dinheiro; aqui, parece que não há uma distribuição individual do dinheiro, apenas uma gestão coletiva. Elisa, por outro lado, faz uma fala sobre a distribuição de salário que se assemelha às formas de distribuição das cooperativas de costura de Buenos Aires, ainda que sem o conceito do valor-hora, mas com uma média de preço por peça:

Elisa: A peça, a produção é individual já. Só que o preço é o mesmo. Agora, como a gente trabalha em família, é casal, a maioria é casal. Então já tem que passar, já tem que fazer over, a família pode mandar você fazer. Cada casal faz as próprias... tudo, a gente faz assim agora. A gente divide por peça, por exemplo, eu faço um *paquete* [pacote], uma quantidade maior que o outro, então o outro recebe menos. A gente já não conta as máquinas [não tem diferença de remuneração por máquina], só as peças, por exemplo, R\$15 por peça.

Mas a própria Elisa também faz uma fala como a de José, em que a família já não divide os ganhos por salário:

Elisa: A gente não recebe salário, a gente junta e com o que tem a gente pensa: o que a gente está precisando? Por exemplo, máquina de corte. Eles já usam esse dinheiro, ou seja, todo o dinheiro que já juntamos depois que trabalhamos com essa máquina de corte. Depois de um tempinho a gente juntou de novo, a gente comprou gaseadora, outro tipo de máquina.

O que ambos enfatizam, no entanto, é que só conseguiram ter a oficina e comprar as propriedades porque trabalharam em família. A sua organização coletiva – também reforçada pelas crenças religiosas evangélicas e pela sua afirmação como pessoas tranquilas, que não brigam, que não bebem – aparece, na fala deles, como o principal motivo para terem acumulado as propriedades. Ao contrário dos cooperados de Buenos Aires, no entanto, José afirma que tem mais liberdade ao trabalhar na sua própria oficina do que se tivesse um emprego formal:

José: A gente conseguiu ter alguma coisa assim, juntando a família toda, porque é oito filhos. Tem quatro casais. Quatro casais, a gente coloca mano de obra, tem

produção. Juntando tudo isso, a gente conseguiu comprar uma casinha lá fora da cidade [o sítio no interior], minha mãe mora tranquila lá. (...) Por isso que, assim... A costura hoje em dia não dá dinheiro. Meu salário por mês no máximo deve chegar a R\$200. Só que, ao contrário, eu tenho outras coisas que eu gano, né. Quem sabe outros não tem esse conceito, mas eu tenho. Como eu te falei, eu moro do lado da minha família. (...) Por isso que hoje eu me sinto feliz, por causa que a gente dá condições de vida pra minha mãe. Mas isso estando juntos só. Se eu fosse trabalhar sozinho, eu conseguiria arranjar um emprego lá fora. Por exemplo, quando eu pego serviço de fora, como conhecem a nossa responsabilidade de dar conta, ser tranquilo, não dar problema pra ninguém, também a gente paga CNPJ, a gente paga direitinho. Por exemplo, eu fui desde 1998 pra Igreja. Desde que a gente foi para a Igreja, a gente tenta caminhar direito, dentro das leis, a gente tem a documentação de todo mundo, ninguém é indocumentado. Eu já aprendi, por exemplo, se você trabalha dentro de casa e dorme dentro de casa é trabalho escravo, então a gente tenta separar isso, essas coisas. Se eu conseguisse um emprego eu ganharia na faixa de R\$2.000, 2.500, lá fora, por causa que eu tenho experiência na área, né, mas eu não prefiro, eu prefiro ficar com a minha família. Eu tenho condições de, por exemplo, meu pai amanhã tem cirurgia. Se eu trabalhar em um emprego, eu vou ter que estar lá no trabalho, eu não vou conseguir trazer o meu pai de lá fora. Então, como eu não estou registrado, eu consigo, eu vou lá, pego ele, e dou mais atendimento para a minha família.

Hoje, os pais de José moram no interior com o mais velho dos irmãos. Lá, eles produzem *chuño*⁷⁰ para vender na feira da Rua Coimbra, negócio no qual toda a família também ajuda. Em São Paulo, eles continuam morando no imóvel que compraram, enquanto alugam outro para a oficina de costura. Todos os irmãos homens, com suas esposas e filhos, moram na mesma casa. Uma das irmãs mora no imóvel onde está a oficina e a outra abriu a própria oficina de costura, no mesmo bairro, com ajuda dos irmãos e de um dos seus filhos. O irmão mais novo de José cresceu em São Paulo e não trabalhou na costura; quando fizemos as entrevistas, ele estava para se formar em contabilidade, o que José considerava “uma vitória”.

Esta trajetória familiar levanta algumas perguntas. Em especial, sobre o sentido da família no processo migratório e no estabelecimento das oficinas. Quais são os projetos e arranjos familiares dentro do processo migratório de bolivianos para São Paulo? Como eles costuram os termos dessa migração? Como eles sustentam as oficinas de costura? A sugestão construída ao longo deste texto é que as oficinas se estruturam sobre arranjos de trabalho e reprodução. O que nos interessa investigar agora é como estes arranjos se entrelaçam com relações familiares e de gênero.

Mais que isso, a questão que se coloca é sobre a fusão das esferas cindidas no mesmo espaço, como acontece na maioria das oficinas de costura. A maior parte da literatura sobre migração boliviana para São Paulo, como vimos discutindo nesta dissertação, se perguntou pelo sentido das formas de trabalho na costura. Ao incluir a questão de gênero em nossa pesquisa,

⁷⁰ Alimento produzido pela desidratação da batata, de origem inca, muito comum nas comunidades indígenas andinas da Bolívia e do Peru.

pudemos argumentar que essas formas de trabalho só acontecem por causa do arranjo com as formas de reprodução oferecidas pelas oficinas de costura. Agora, vale perguntar qual o sentido desses arranjos e da fusão aparente entre as atividades dissociadas de trabalho e reprodução.

3.1. Arranjos familiares de trabalho e reprodução

Na minha primeira ida ao CAMI, em 2013, conversei com uma funcionária sobre questões que envolviam as mulheres bolivianas que migravam para São Paulo. Segundo ela, havia grande diferença entre as mulheres solteiras sem filhos, as solteiras com filhos e as casadas, cada uma com trajetórias e problemas particulares. As solteiras são muitas vezes jovens e tem poucas pessoas de confiança, entrando em situações de alta vulnerabilidade quando não estão apoiadas pela família, embora também enfrentem o controle familiar e a migração seja uma forma de escapar dele. As “mães solteiras” tem como principal dificuldade trabalhar e cuidar dos filhos ao mesmo tempo e, muitas vezes, não são aceitas nas oficinas. As casadas, por sua relação próxima com um homem, conseguem as melhores posições nas oficinas, podendo chegar a ser donas, como um negócio do casal, porque é quando melhor consegue se organizar o projeto familiar de acumulação. Do ponto de vista do percurso que foi feito até aqui, essa fala já sinalizava como os arranjos familiares estão centrados sobre a questão do trabalho e da reprodução e, ainda, como eles configuram diferentes experiências de migração mesmo que elas aconteçam dentro dos mesmos termos (mulheres, bolivianas, na costura).

O que vemos hoje, depois de um longo percurso de investigação, é que falar apenas da condição das mulheres pode ser insuficiente. Como vimos no capítulo anterior, as atividades domésticas de reprodução, mesmo que realizadas por mulheres, se refere a um conjunto de relações que inclui também os homens, assim como a autonomia feminina está remetida a conteúdos masculinos, como o trabalho e o dinheiro. Um caminho possível para contornar o limite colocado pelo estudo “das mulheres” é olhar para as relações de gênero dentro da família, particularmente considerando os arranjos internos das oficinas de costura e da migração boliviana, considerando a centralidade que a unidade familiar tem para as relações de trabalho e de reprodução dentro das oficinas e, também, para a elaboração dos projetos migratórios. Experiências como as que relatamos no segundo capítulo, como o controle masculino, formas diversas de violência e, por outro lado, a realização de objetivos como a compra de propriedades, a acumulação de dinheiro, os estudos universitários e a montagem de uma oficina própria também tendem a acontecer dentro da família. Por outro lado, também é dentro da família que as mulheres assumem papel de gestoras do lar e da produção, que representa um lugar contraditório de responsabilidade e obrigação, por um lado, e de

certo poder, por outro.

Vale afirmar que a família não é uma síntese necessária da relação de gênero ou do valor-dissociação, mas tem um lugar central no contexto particular que estamos discutindo. Nesse sentido, cabe perguntar qual a importância da família dentro do processo migratório de bolivianos para São Paulo. Mais que isso, vale olhar detidamente para a forma como as relações de gênero se desdobram dentro do âmbito familiar e configuram projetos migratórios e arranjos internos. Entre as narrativas migrantes que ouvimos ao longo do nosso trabalho de campo, nenhuma é simplesmente individual, mesmo que a migração seja. Todas elas estão, de alguma maneira, articuladas com um projeto familiar de núcleo mais ou menos estendido. Não parecem haver projetos de migração estritamente individuais, completamente independentes de qualquer tipo de estratégia familiar.

Assim, retomamos algumas trajetórias de migração que já apresentamos, agora do ponto de vista dos projetos e arranjos familiares. Por um lado, consideramos *projetos migratórios familiares* como um objetivo comum perseguido por uma unidade familiar mais ou menos extensa que inclui a migração de um ou mais membros da família. Por outro, os *arranjos* são, para nós, os acordos familiares de distribuição de tarefas de reprodução e trabalho. Isso pode acontecer dentro da oficina de costura ou incluir também a família que permanece na Bolívia.

Apresentaremos narrativas de costureiras e donos de oficina: Celina, solteira e mãe, foi costureira; Aidé e Denise migraram sozinhas para trabalhar em oficinas de tios; Jérica, junto com os irmãos, conseguiu financiar seus estudos com o trabalho na costura; Marta e Christian migraram e retornaram juntos, como casal; Selma migrou sozinha e se casou em São Paulo; a família de Gabriela montou a própria oficina; e a família Mamani Quispe.

Celina nasceu em El Alto e, na infância, teve problemas com os pais que não puderam cuidar dela. Morou com os irmãos em um orfanato e começou a trabalhar aos oito anos para poder cuidar deles. Quando jovem, se casou e teve uma filha; se separou do marido quando a criança tinha sete anos. O pai não dava nenhuma ajuda e para Celina era muito difícil trabalhar e cuidar da filha ao mesmo tempo. Tentou trabalhar em uma sorveteria onde podia levá-la junto, mas a filha ficava sempre doente. Ela então vê um anúncio na televisão de trabalho em São Paulo na costura e decide ir para ver como é. A princípio vem sozinha e, depois de seis meses, sente que a vida é melhor em São Paulo, trabalhando na costura, do que na Bolívia, e sente que é possível trazer a filha. Sem autorização do pai, entra primeiro com documentação falsa para a criança; depois, precisa dos papéis certos para poder inscrevê-la em uma escola ou creche. Quando consegue, muda-se para uma oficina perto de uma escola, para que a filha possa ir.

Na época em que conversamos, em 2014, a Celina seguia trabalhando na costura. Segundo ela, não podia sair da costura porque não teria com quem deixar a filha durante o dia. Ao fim do

mês, ganhava R\$1.000, 1.050, 1.200: “no alcanza para nada”. Tinha a moradia e comida de segunda-feira ao almoço de sábado, seus horários de trabalho, mas gastava com a comida do final de semana, com as passagens de transporte público para ir ao CAMI aos domingos, com a perua para Belinda ir e voltar da escola, já que não podia fazer isso ela mesma porque estava trabalhando.

Aqui em São Paulo, pelo menos, Celina pode estar mais com a filha: trabalha em casa e a Belinda está lá, vai ao quarto de tanto em tanto tempo, sempre que pode. Vai ver o que a filha está fazendo, se já comeu. Na Bolívia, também não poderia estar com a Belinda; trabalhava e não conseguia nunca ver a filha, quando chegava ela já estava dormindo e a filha acordava e saía cedo para a escola. Seu sonho era que a vida de Belinda fosse melhor, ter sua própria casa e estar com filha, poder ajudá-la a estudar.

Assim, no caso de Celina, ela é responsável sozinha por conseguir estabelecer um arranjo entre o trabalho e a reprodução, especialmente no que concerne ao cuidado com a filha. A migração para São Paulo não é motivada por desemprego ou pobreza na Bolívia, mas pela dificuldade de conciliar qualquer emprego com a responsabilidade com a filha, assim como a decisão sobre a sua permanência no Brasil. Na costura, justamente pela maneira como a oficina organiza não só o trabalho, mas a reprodução doméstica, é que Celina consegue resolver um arranjo sobre o qual ela é inteiramente responsável.

Ao longo dos anos, continuei encontrando a Celina nos eventos do CAMI. Em 2016, ela estava casada e tinha tido mais uma filha. Minha sugestão é que, no caso dela, o casamento foi uma condição para que ela pudesse sair da oficina de costura, porque garantiu a ela a possibilidade de pagar o aluguel e cuidar das filhas.

Tanto Aidé quanto Denise migraram sozinhas, isto é, sem a companhia de um parente ou cônjuge. Ao mesmo tempo, as duas foram trabalhar em oficinas de tios. Nos dois casos, elas não tinham vínculos próximos e afetivos com os tios. Denise cita como principal dificuldade da migração a solidão, a falta de contato diário e não ter parentes preocupados com onde ela está, se está bem ou não etc. Aidé critica os tios pela exploração que sofreu, por eles não pagarem os salários corretamente, revistarem as coisas dos costureiros e ainda pegarem o dinheiro que encontravam. Ela também os critica por saber que os homens colocavam drogas nas bebidas das mulheres para poder estuprá-las e não fazer nada sobre isso.

Nos dois casos, no entanto, ser sobrinhas garante a elas uma condição diferente dos demais. Aidé conseguia se impôr à tia e pedir que ela fizesse o pagamento correto, ressaltando principalmente que precisava mandar dinheiro para a família. Assim, a tia às vezes lhe pagava o que não pagava aos outros costureiros, “por ser a sobrinha”. Denise sofria com a concorrência dos outros costureiros também por ser sobrinha, mas ficava como encarregada da oficina quando a tia

saía e viajava de volta para a Bolívia.

Considerando os arranjos de trabalho e reprodução em que elas estão inseridas, nenhuma delas é diretamente responsável pela esfera de reprodução das oficinas como as donas ou as faxineiras e cozinheiras contratadas. Aidé mandava dinheiro para a mãe e o irmão na Bolívia, e assim ajudava a sustentar a família na origem, assumindo um papel que muitas vezes é deixado ao filho homem, como no caso de José. Podemos considerar que Aidé migra “no lugar” do irmão por diversos fatores, incluindo ele ser bem mais novo, a costura empregar tanto homens quanto mulheres e, nesse sentido, garantir uma inserção para mulheres jovens, além de ela ter ido trabalhar na oficina dos tios. Ela planejava juntar dinheiro para pagar o último ano da faculdade, mas acabou levando a mãe e o irmão para morar com ela em Buenos Aires.

No caso de Denise, como vimos, ela não era totalmente responsável pela reprodução da oficina mas cuidava principalmente da limpeza do espaço da oficina, fazendo tanto uma manutenção diária quanto uma limpeza profunda de fim de semana. Ela não cumpre o mesmo papel que Aidé em relação à sua família, mas também assume um papel masculino ao migrar sozinha para juntar dinheiro e pagar os próprios estudos, assumindo uma postura da forma social masculina, como Aidé. Segundo Denise, a mãe e os irmãos não queriam deixar que ela migrasse, mas o pai a incentivou; mesmo assim, ela acha que só foi permitido porque a oficina pertencia aos seus tios. Quando ela tenta enviar dinheiro para os pais, eles recusam e dizem que ela deve guardar e gastá-lo com os seus estudos: “Mi papá me dijo así: 'Yo ya estoy yendo para abajo, tú tienes que ir para arriba’”. No caso da Denise, o pai queria e insistia que ela fizesse faculdade para se tornar uma profissional liberal, o que na Bolívia lhe daria direito a um salário fixo e a outro lugar social, além de ser uma forma de escapar ao controle do homem, do (futuro) marido. Segundo a própria Denise, a mulher que não estuda fica em casa, limpando a casa ou cozinhando para os irmãos.

Denise: Más que nada mi papá está preocupado que yo sea una mujer independiente, que no sea sometida en las manos del hombre como ha sido la mayoría de las mujeres allá. Mi papá siempre me ha aconsejado y mi mamá, más que todo. Los mayores me dicen así: “tienes que estudiar, tienes que ser algo en la vida para que los demás no te digan que 'ah, ella no es nada, ella es una simple costurera, o una simple comerciante, entonces no es nada’”. Allá en Bolivia el que es profesional pisa más que el otro.

O lugar que ela ocupa como mulher, nesse projeto, tem a ver com uma tentativa dos pais de realizar uma ascensão familiar pela chegada dos filhos à universidade. Para a irmã mais velha de Denise, eles puderam pagar os estudos; para ela já não, o que a obrigou a migrar em busca do dinheiro para realizar esse projeto. Ainda, isso é organizado por uma ascensão social, muito mais que financeira⁷¹, pelo lugar de prestígio que o profissional ocupa na sociedade boliviana; mais

71 “Denise: El comerciante gana lo que él quiere. Mientras el profesional gana según a la labor que hace, según a lo

ainda, no caso da Denise, isso inclusive é entendido como condição para que ela não seja dependente do marido. De certa forma, assumir o lugar de profissional significa assumir um papel masculino de independência, autonomia, e de conquista de um certo lugar social através dos estudos e da carreira.

Em dois anos, a Denise retorna à Bolívia; o dinheiro que ela juntou ao longo do primeiro ano foi gasto quase todo em um tratamento dos dentes e uma viagem de visita à família; mas uma parte ela conseguiu guardar⁷². Quando nos reencontramos em La Paz, em 2017, ela cursava direito na universidade pública, enquanto trabalhava em um posto de gasolina do bairro San Pedro, próximo ao centro. Ela disse que não gostava do curso, mas que fazia para ter estabilidade no trabalho depois. Mesmo sem ter juntado o dinheiro que queria, ela continuava seguindo os planos que tinha estabelecido. Sobre o seu retorno, ela afirmou que o prazo que ela tinha estabelecido para si mesma coincidiu com o período difícil que passou a enfrentar na oficina quando foi colocada como encarregada pela tia e passou a sofrer, mais do que com o isolamento que já vivia, com a concorrência dos outros costureiros.

A trajetória familiar de Jérica vale ser discutida porque, nesse caso, ela e os irmãos conseguiram fazer faculdade pagando os estudos a partir do trabalho na costura: trabalhando na costura nos meses de alta temporada, juntando dinheiro e pagando os estudos na Bolívia.

Jérica: Eu tenho irmãos que trabalham, que tem oficina que trabalham de costura. Mas todos eles estudamos desse jeito, trabalhamos de costura después fuimos estudiando con eso. Depois todos já tuvimos profesión. (...) Um dos meus irmãos está em La Paz, tem trabalho, es profesional. O outro irmão está em Cochabamba, también está estudiando. Siempre falo com eles, somos muito juntinhos. Um deles, ele morou já 20 años acá. Ele foi embora porque ele queria estudar, ele já está sendo formado ingenheiro civil, entonces ele vai voltar. También é do jeito que eu penso, que aquí es la tecnología muito bom e o trabalho é muito melhor para um profesional.

Apenas um deles continuou como dono de oficina de costura em São Paulo, o que serviu para que ela voltasse para a cidade e usasse o trabalho com o irmão como forma de se manter enquanto procurava começar um mestrado ou se estabelecer como dentista. Ela acreditava que o trabalho em São Paulo seria melhor, porque para ela no Brasil a ciência e a tecnologia são mais avançados, e também pagaria mais.

Aidé e Denise não conseguem juntar o dinheiro que desejavam para pagar os estudos, mas no caso de Jérica e seus irmãos parece ser fundamental o fato de que pelo menos um deles seja dono da oficina onde os irmãos trabalharam. Assim, eles se engajam juntos nesse projeto de

que recibe. Pero el comerciante, si él se esfuerza, gana más”.

72 Mas ela mesma diz que, entre os irmãos, “Yo soy la única que por lo menos tiene un capital, que tiene dinero”.

formação superior de toda a família. Por isso é possível para Jérica, mesmo tendo um filho para cuidar, realizar a acumulação necessária para estudar na faculdade. Com os irmãos, devem ter sido feitos arranjos de trabalho e cuidado com o filho, ainda que ela não tenha comentado essa questão na entrevista. Além disso, Jérica nunca foi responsável pelas tarefas domésticas na oficina, que coube a uma empregada doméstica brasileira por muitos anos e, em 2015, quem cuidava da casa era a esposa do seu irmão. Se comparadas Jérica e sua cunhada, são mulheres que participam da mesma família mas ocupam lugares muito diferentes. Jérica foi incluída no mesmo plano que os seus irmãos, enquanto a esposa do irmão dono da oficina permanece cumprindo esse papel. Pelo contato que mantivemos posteriormente, sabemos que Jérica voltou a morar em Cochabamba em 2016.

Assim, Celina, Aidé e Denise foram mulheres que migraram sozinhas; Jérica esteve sempre em companhia dos irmãos e, da última vez, do filho. José variou entre estar sozinho e com os irmãos até eles se estabelecerem juntos. Marta e Christian migraram como casal e sempre estiveram juntos nas oficinas em que trabalharam. Ser um casal e não ter filhos foi apontado, em muitas oficinas, como uma condição favorável para os costureiros, que interessa aos donos de oficina. Talvez por isso eles nunca tiveram dificuldade de trocar de uma oficina para outra e, mesmo sendo mulher, Marta nunca foi responsável pelas tarefas domésticas gerais dentro da oficina. Na entrevista, nem ela nem Christian comentaram sobre as atividades que realizavam para si (lavar roupas, cozinhar fora dos horários de trabalho, fazer supermercado, fazer a limpeza do quarto etc.)

O que interessa apontar sobre os caminhos da migração de Marta e Christian é, na verdade, o seu retorno. Ambos queriam juntar dinheiro, ela para reabrir um pequeno comércio que já tinha em Santa Cruz e ele para realizar os estudos de engenharia civil. Sem conseguir juntar esse dinheiro, eles decidem retornar quando Marta engravida. Para eles, o problema era criar a filha no ambiente das oficinas de costura. Mais que isso, ela teria que trabalhar mesmo no final da gravidez, porque as costureiras grávidas continuam trabalhando, seja pela pressão de ter o próprio dinheiro ou dos próprios donos.

Lourdes conta que, em Buenos Aires, foi expulsa de uma oficina onde trabalhou porque queria fazer o acompanhamento pré-natal. A mesma coisa acontece no pós-parto. Assim, para um casal que trabalha junto, como costureiros, a gravidez atrapalha o trabalho na mesma medida em que a mulher não consegue cuidar da sua saúde e do bebê. Essa condição é diferente para a dona, mas também depende de quantas tarefas ela cumpre dentro da oficina e da possibilidade que ela tem de deixar de fazê-las. Em uma das oficinas que visitamos com o PSF, a filha da dona da oficina estava prestes a dar à luz e tinha sido “liberada” da costura para cuidar “só” da cozinha e da limpeza.

Além das questões que envolvem a gravidez, é difícil dentro das oficinas de costura ter um

recém-nascido, ou mesmo um bebê maior ou uma criança. Vale lembrar o que Nicholas fala sobre a diferença entre os filhos dos costureiros e dos donos, sendo que estes tem mais liberdade e os outros passam a maior parte do tempo no quarto dos seus pais. Há também vários riscos para as crianças dentro da oficina, como acidentes com as máquinas de costura, incêndios (vale lembrar Luis Viale) e doenças respiratórias, ou ainda os casos que já comentamos de bebês negligenciados pelos pais enquanto trabalham. Fora a ameaça de assédio e violência sexual contra as meninas, como comentamos no segundo capítulo.

Esse contexto nos ajuda a dar densidade à decisão de Marta e Christian. Do ponto de vista dos arranjos de trabalho e reprodução internos ao casal, ter a filha em São Paulo exigiria uma reorganização das tarefas que, como afirmamos, nem sempre é permitida pelos donos da oficina e nem sempre convêm aos costureiros, considerando o projeto migratório, como era o caso deles. Além disso, em Santa Cruz, para onde retornaram, eles podiam contar com a ajuda da madrinha de Marta, que pode fazer parte desse arranjo e ajudá-los com os cuidados com a filha, distribuindo o tempo que seria retirado do trabalho.

Como afirmamos no capítulo 2, e como acontece na oficina do irmão de Jérica, os arranjos de trabalho e reprodução da oficina podem ser baseados no emprego de uma mulher como cozinheira e faxineira. Apesar disso, uma série de outras tarefas ainda precisam ser realizadas pela dona e/ou pelas outras costureiras e familiares. Selma vem para São Paulo com um primo para trabalhar na mesma oficina que ele, começando como cozinheira. Na conversa, não ficou muito clara a circunstância da sua vinda para São Paulo, o que dificulta pensar se era um projeto individual ou familiar. Mas, depois de pouco tempo, conhece o marido e logo tem sua primeira filha. Então, suas decisões de migração ou permanência passam a contemplar as filhas, necessariamente.

Ela e o marido chegam a ter uma oficina com 15 máquinas de costura, quando moravam no Brás. Na época da entrevista, ela morava com o marido e as filhas no bairro de Cangaíba e ainda tinha algumas máquinas. Mas disse que não queria montar uma oficina com mais trabalhadores porque tinha medo que as filhas, já grandes, fossem violentadas por algum costureiro. Também disse que os custos de manter uma oficina são muito altos: o aluguel de casas grandes, a comida, as contas etc.

A decisão de não montar a oficina é, no entanto, difícil: pelas dificuldades que têm de conseguir trabalho na costura, já que costurando apenas em dois não conseguem pegar grandes pedidos porque “não dá produção”, o marido trabalhou “fora” por algum tempo, dando a entender que ele tinha saído da cidade. Neste caso, cabe à mulher ficar com a casa e as filhas, sendo essa a sua obrigação; são formas empíricas das características do feminino que se coadunam com o valor-

dissociação. Se à mulher cabe a afetividade, a emotividade e a marginalidade no universo abstrato do valor, então é a ela que cabe o cuidado com os filhos, enquanto o marido sai para trabalhar.

A vontade de Selma era, ainda em 2014, voltar para a Bolívia, porque mesmo depois de quase quinze anos no Brasil, sentia-se uma estranha. Já havia sofrido diversas vezes, nas ruas de São Paulo, com agressões de racismo e xenofobia. Além disso, sentia medo da violência urbana. Mas seu argumento para permanecer em São Paulo era a vontade das filhas: nascidas no Brasil, queriam continuar aqui e aproveitar as oportunidades de estudo e trabalho. A mais velha, Elena, com treze anos, já queria saber como poderia se inscrever no Projeto Aprendiz⁷³ e no ENEM, preocupada em fazer uma escola técnica para começar logo a trabalhar. A Elena dizia que queria começar a trabalhar logo porque queria poder estudar todas as profissões e também porque queria ajudar em casa.

Selma, nos encontros que tivemos aos domingos, estava sempre com as filhas e a sobrinha, responsável por elas e pelo seu almoço. Na entrevista, explica que é ela quem cuida das filhas, as leva e busca na escola, já que tem medo que circulem sozinhas pela cidade. Além das filhas, portanto, cuida também da filha do irmão, ajudando o projeto de oficina dele com a esposa, que também ajudam a Selma oferecendo alguns serviços e dinheiro quando ela não consegue sozinha.

Esse é talvez o ponto mais interessante da fala da Selma. O nível de desemprego entre os bolivianos na costura é muito baixo. Por mais que haja períodos de pouca produção e queda nos preços, e por mais que seja difícil realizar os projetos de acumulação inicialmente sonhados, de maneira geral os bolivianos conseguem garantir a própria reprodução e ter comida e moradia, pelo menos. Selma foi a única pessoa com quem conversei que chegava ao limite de não consegui-lo, segundo ela por causa da dificuldade que era manter as filhas fora do ambiente da oficina, para protegê-las da possibilidade de um abuso sexual.

Assim, o centro do projeto de Selma, da forma como ela o apresenta, é o cuidado com as filhas, que estrutura as decisões de não ter uma oficina e, ao mesmo tempo, permanecer no país. A principal preocupação é com “o futuro das filhas”, que se expressa na ideia de que no Brasil elas terão uma formação melhor e melhores oportunidades de emprego. É nesse sentido que se dá o caráter familiar do seu projeto migratório.

No caso das famílias que conseguem abrir e manter uma oficina de costura durante um longo tempo, os arranjos de trabalho e de reprodução podem ser transformados ao longo do tempo, mas continuam sendo o fundamento necessário para que a oficina funcione.

Gabriela chega em São Paulo com 17 anos. A primeira pessoa que decide migrar é a sua irmã mais velha, mas o pai não deixa que ela vá sozinha; por isso, ela vem acompanhada do irmão.

73 Para trabalhar a partir de 16 anos.

Os dois trabalham juntos em uma oficina, ele começando como costureiro, ela como cozinheira; percebem que podem se organizar para montar uma oficina própria, mas para isso precisam de mais pessoas para trabalhar com eles – a família, ou seja, os pais, Gabriela e a irmã mais nova. Assim organizam o projeto familiar: pela migração e pelo trabalho conjunto, além da garantia da reprodução pelas mulheres (mãe e irmãs). Na fala dela, o pai tinha trabalho na Bolívia, mas o grande problema era a inflação, que fazia o dinheiro ganho perder sistematicamente o seu poder de compra.

Gabriela migra então com os pais e, com os irmãos, vão morar todos em um quarto de cortiço no Bom Retiro. As máquinas que eles usaram para começar a oficina são adquiridas por dívida e, durante algum tempo, o dinheiro que se ganhava era dividido apenas entre aluguel, comida e o pagamento das máquinas.

Gabriela: Olha, não tinha espaço daqui até ali, era só esse o espaço que tinha para andar [aponta com o pé]. Tinha três máquinas assim [faz um gesto que indica três máquinas, uma ao lado da outra] e uma tela que dividia assim, separava as camas. Eram duas beliches para mim e os meus irmãos e uma cama sozinha, onde dormiam meus pais. Depois a gente tirou uma beliche porque ficava muito sufocante, não tinha ar, era muito sufocante. Então tiramos uma beliche e eu dormia com a minha irmã em uma cama e o meu irmão com a minha irmã na outra. Foi uma época muito dura, mas a gente aguentava tudo porque era família.

A fala dela lembra José e Elisa, ao enfatizar como as situações de aperto e dificuldade são suportadas em família. No cortiço, havia quatro cômodos e cada um era ocupado por uma família. A cozinha era comum e tinha quatro fogões, um para cada. A folga geral era apenas aos domingos, o que diz que mesmo a oficina sendo familiar e sendo possível organizar o próprio tempo em função dos prazos, é mantido um esquema de tempo abstrato em que o domingo é o dia do descanso. Gabriela ajudava a mãe a cozinhar e dizia que os domingos eram o dia de maior bagunça, porque todos queriam cozinhar ao mesmo tempo.

Gabriela: Minha mãe acordava cedo para cozinhar, começava a fazer almoço de manhã, porque quando todas cozinham ao mesmo tempo não dava, uma queria usar a pia, outra queria passar pro outro lado, a outra isso, a outra aquilo, não dava. E era só uma geladeira pra tudo aquilo de gente, você imagina.

Na costura, trabalhavam os pais e o irmão mais velho. A irmã mais velha já tinha conseguido trabalho fora da costura e encorajava Gabriela a fazer o mesmo, ressaltando os benefícios da carteira assinada. No caso delas, ter a moradia garantida pela família ajuda a realizar o projeto de saída da costura; uma das grandes dificuldades é conseguir um lugar para morar fora da oficina, tanto por conta de documentação quanto por causa do alto preço dos aluguéis em São Paulo. Quando Gabriela vai trabalhar fora, primeiro em uma loja de coreanos no Bom Retiro e depois em uma fábrica de tecidos na Moóca, continua ajudando no trabalho familiar da costura ao chegar em

casa.

Quando a família consegue finalmente terminar de pagar as máquinas, depois de cerca de dois anos, eles se mudam do Bom Retiro para Cangaíba, na zona leste de São Paulo, bairro que atraiu muitos bolivianos por causa dos alugueis mais baixos. Lá, eles mantêm a oficina com o trabalho dos pais e do irmão, depois que a irmã mais velha casou e foi morar com o marido. Gabriela continuava ajudando quando era necessário para cumprir com os prazos.

Eles conseguiram, portanto, juntar dinheiro suficiente para obter as máquinas e manter a oficina, realizando uma acumulação que não havia sido possível na Bolívia. Para isso, é necessário o trabalho de toda a família e a reprodução no limite entre a qualidade sensível e a abstração do cuidado com o local produtivo. Cuidar da comida da família, tanto para Gabriela quanto para sua mãe, significa cuidar dos trabalhadores da oficina de costura mas também cuidar da própria família. A necessidade de resolver as duas esferas através da oficina de costura fica evidente, inclusive determinando onde e como será a casa onde moram, que será também a oficina. Por outro lado, para Gabriela, o trabalho fora da costura era também uma forma de garantir melhores condições de vida, pelos direitos trabalhistas. Seu projeto era terminar a escola e fazer faculdade em São Paulo; já não pensava em voltar para a Bolívia.

A minha relação com a família Mamani Quispe permite olhar para o projeto migratório familiar com maior complexidade. A primeira pessoa com quem conversei foi Sandra, que junto com seu irmão Nicholas foram meus alunos no Belenzinho em 2016. Em 2017, me encontrei com a irmã e a mãe deles, Rogeria e María, e pude visitar a casa da família em El Alto.

María destacou, na nossa conversa, que todos os seis irmãos começaram a estudar na universidade, mas apenas três terminaram: Nicholas, Rogeria e Brayan, que atualmente mora em Oruro. Diferente da família de Jérica, eles não se basearam no trabalho da costura para conseguir pagar os estudos, mas foram se virando mesmo sediados em El Alto. Julio, o irmão mais velho, começou a estudar mas, diante das dificuldades, veio para o Brasil para trabalhar só por um tempo mas foi ficando, se casou, abriu a própria oficina e teve filhos. Sandra, como vimos, veio alguns anos depois e se casou com um antigo costureiro do irmão, com quem abriu a própria oficina e teve seu filho, Johnny. Como também já comentamos, ela veio para São Paulo no começo da faculdade. Ela chegou a fazer dois anos de enfermagem e gostaria de terminar o curso:

Sandra: Quería venir a São Paulo a ganar mi dinero y seguir mis estudios pero estuve con mi esposo y me engravidé, entonces eu não consegui más estudiar. Eu quiero, só que meu marido no quiere porque ele piensa que estudiando voy a conocer a otro y que lo voy a dejar. Mis hermanos me dicen “estudiá”, y yo también envidio porque ellos solo trabajan pocas horas y ganan bien. Y mis otros hermanos menores ellos igual son ingenieros y ganan bien, pocas horas. Y yo en costura trabajo horas, horas, pero gano poco, no es como ellos que tienen su profesión y

ganan, ganan bien.

O sentido dos estudos, para ela, seria estritamente financeiro: trabalhar menos e ganhar mais. Mas aqui o que a impede é o projeto familiar do marido, de manter a oficina de costura (inclusive com o trabalho dela como costureira, cozinheira e faxineira), que entra em confronto com o projeto dos irmãos, de ascensão da família pelos estudos. Mas, no caso deles, também há um irmão dono de oficina (Sandra não comentou qual o papel dele em garantir os estudos dos outros irmãos, como no caso da Jésica). O lugar de mulher da Sandra, por outro lado, é o de garantir o projeto familiar de manutenção da oficina de costura, sendo ela mesma responsável não apenas pela reprodução (aquela que se abstrai das qualidades sensíveis ou está no limite dessa abstração, e mesmo assim sem remuneração) mas pelo trabalho produtivo da costura. Como já indicamos, ainda que essa proibição do marido de que ela volte a estudar apareça como ciúmes, não pode ser vista desconectada do papel central que Sandra tem na oficina de costura da família.

Nicholas mora na oficina de costura de Sandra e seu marido desde que chegou em São Paulo, em 2016. O projeto dele, como comentamos, é conseguir se inserir como engenheiro na cidade, seja exercendo a profissão ou fazendo um mestrado. Rogeria, sua irmã, também formada em engenharia, pretendia seguir o mesmo caminho em 2018, pelo menos até o último contato que tivemos, no final de 2017. Para realizar esse projeto, ambos dependem dos irmãos serem donos de oficina de costura em São Paulo, já que o trabalho e a moradia na oficina garante uma inserção inicial na cidade. Assim, existe uma articulação entre os projetos elaborados pelos irmãos que puderam se formar na faculdade e exercer trabalhos complexos com os irmãos que montaram suas próprias oficinas de costura em São Paulo.

A mãe deles, María, também é uma migrante da costura que retornou a El Alto. Ela e o marido não tem uma relação próxima, por isso as trajetórias de migração dos dois não são articuladas entre si⁷⁴. O pai deles mora em São Paulo e trabalha na oficina de costura de Julio há mais ou menos dez anos. No início, Julio descontava dinheiro do pagamento do pai para mandar à mãe, na Bolívia, como ela nos contou. María foi para São Paulo depois que nasceu seu neto Johnny, para ajudar Sandra. Além de cozinheiras e faxineiras contratadas, as mulheres mais velhas da família muitas vezes assumem essas tarefas junto com o cuidado dos netos, coisa que também acontece em função da oficina ser um espaço simultaneamente doméstico e de trabalho. Também é uma forma de cuidar dos idosos da família quando a maioria ou até mesmo todos os filhos se mudaram da cidade natal – como na família de José.

⁷⁴ María afirmou que pensou em se divorciar porque seu marido a traía, mas que não o fez pelos filhos e pelo que “as outras pessoas” poderiam pensar. Segundo ela, o pai nunca ajudou os filhos com dinheiro; “Mis hijos tienen su padre pero nunca los ayudó en nada”.

María retornou quando ficou mais velha e já não conseguia ajudar tanto quanto antes nas tarefas da casa. Tanto ela quanto os filhos sinalizaram que morar na oficina “sem fazer nada” não é bem visto pelos outros costureiros e mesmo pelo cônjuge do filho ou da filha. María também afirmou que retornou a El Alto porque se sentia mais confortável na cidade onde mora há muitos anos, com o clima e acredito que, também, sem um certo sentimento de estranhamento com São Paulo. Ela nos contou sobre uma vez em que estava indo buscar o neto na escola e se perdeu; teve dificuldade para conseguir pedir informações, mas um senhor lhe deu uma carona até onde ela precisava ir, por isso ela também via o povo brasileiro como cálido e acolhedor.

Hoje, os irmãos precisam lidar com quem cuidará da mãe. Segundo María, quem a ajuda financeiramente são Nicholas e Rogeria, porque são solteiros. Nicholas insiste em que voltará a morar em El Alto para poder estar com a mãe e cuidar dela. Algum tipo de arranjo precisará ser feito entre os irmãos para que María seja cuidada quanto estiver mais velha.

Assim, os arranjos de trabalho e de reprodução acabam se desdobrando em vários níveis. Por um lado, dentro da oficina de Sandra, seu papel na esfera da reprodução da oficina de costura é fundamental. Mas também na esfera do trabalho: não só porque ela também é costureira, mas porque gerencia e organiza a produção das peças, a distribuição do trabalho e do salário e lida mais diretamente com os costureiros. Por outro lado, quando necessário, María também fez parte do arranjo de reprodução e trabalho da oficina da filha Sandra, cuidando do seu filho e liberando tempo dela para a costura.

Entre a família como um todo, também há um arranjo interno de reprodução e trabalho do qual as oficinas de costura de Julio e Sandra fazem parte. Através delas foi possível empregar os pais e os irmãos quando necessário e desejado por eles. O trabalho na oficina também ajudou a manter a casa da família na Bolívia (inclusive a construir parte dela) e a sustentar a mãe. Cuidar de María também é um momento importante desse arranjo que precisa ser negociado entre todos os irmãos.

Podemos ainda estabelecer paralelos entre as trajetórias de Sandra e Jérica. Sandra não terminou os estudos e acabou ocupando o lugar de dona ou esposa do dono da oficina, que a Jérica poderia ter ocupado, porque também se envolveu e teve um filho com um costureiro na primeira vez em que esteve no Brasil. Na expectativa da família, Sandra teria seguido o caminho de Rogeria, isto é, terminar a faculdade e se tornar profissional. Por outro lado, é porque a irmã se tornou dona de oficina que a Rogeria conseguia, em 2017, elaborar o plano de se mudar para São Paulo para buscar melhores oportunidades de inserção como engenheira. Assim, a Sandra é criticada pela família mas, por outro lado, garantiu condições para que os irmãos pudessem elaborar seu projeto migratório e ter uma inserção inicial em São Paulo, onde almejam obter melhores colocações como

trabalhadores complexos.

Diante disso, o projeto familiar de José também pode ser retomado. Vale considerar também aqui que há vários níveis de arranjo entre trabalho e reprodução, mas que o centro familiar principal são os irmãos de José. Quando José e Elisa falam sobre “a família”, se referem à família dos maridos, lembrando o que eles comentaram sobre o sentimento de “desgraça” dos pais em relação a ter filhas mulheres, porque elas vão se inserir na família do marido. Também vale lembrar que, quando fiz a entrevista com Elisa, comecei pedindo para que ela me contasse a sua história, como ela tinha chegado a São Paulo e se inserido na costura. Ela começou contando a história dos pais do José, para então falar dos seus pais e da sua trajetória até se casar; depois disso, seu relato se centrou em torno da sua família, considerando a família de José e seus irmãos.

Inclusive, o fato de serem muitos homens sem dúvida contribuiu para o projeto de acumulação familiar que permitiu, como afirmou José, mobilizar força de trabalho de pelo menos quatro casais. Entre os irmãos e as esposas, conseguiu-se garantir um arranjo de reprodução e de trabalho que contempla o cuidado com os filhos, as tarefas de reprodução da família como um todo e também dos trabalhadores que, no caso, estão personificados nas mesmas pessoas.

Por outro lado, as irmãs não participam do projeto migratório como os irmãos homens. Uma delas era mais nova e, hoje, está estudando. A outra estava casada, mas teve ajuda dos irmãos para montar a própria oficina junto com o filho quando se separou. Aqui, como no caso de Jéssica, as esposas e as irmãs são incluídas diferencialmente no projeto da família. As esposas ficam no lugar de donas de oficina ao lado do marido – o que explicita o papel fundamental que ocupam – enquanto o projeto sustentado pela oficina permite outras escolhas às mulheres.

Além disso, a oficina também garantiu o cuidado com os irmãos mais novos, que puderam inclusive estudar e não trabalhar na costura, e com os pais, que participam ativamente das esferas de trabalho e reprodução ao mesmo tempo em que são cuidados pelos filhos. Assim, o trabalho na costura garante a reprodução da família mas as tarefas de reprodução também garantem o trabalho na costura; a oficina sintetiza as duas esferas (embora no caso deles o espaço de trabalho e de moradia seja efetivamente separado em dois imóveis diferentes).

O que é importante considerar na relação entre trabalho, reprodução e família é a relação que a mãe que cozinha para toda a oficina estabelece, borrando as linhas que diferenciam a reprodução da família e a reprodução dos empregados, ao mesmo tempo em que sustenta a cisão das esferas. É nesse lugar contraditório que se realiza a figura, sugerida por Miranda (2016), do dono de oficina que é patrão, patrão-pai e patrão-marido. Da mesma forma, os filhos são empregados-filhos e a esposa ocupa um lugar duplo de sócia e funcionária.

Esses arranjos são tão importantes para a manutenção das oficinas de costura que se

reproduzem em outros contextos para além dos bolivianos em São Paulo e Buenos Aires. María José Magliano discute os arranjos familiares de trabalho e reprodução para as oficinas de costura de migrantes peruanos no bairro Sabattini em Córdoba, Argentina.

Em primeiro lugar, vale olhar para a particularidade desse contexto. Segundo Magliano, Perissinotti e Zenklusen (2017), o bairro Sabattini foi formado pela toma ilegal de terras fiscais do município. Elas consideram Sabattini uma *villa de emergencia*, ou seja, um bairro criado a partir de um mercado paralegal de terras e que não tem os serviços básicos. Em seu trabalho, as autoras abordam a presença seletiva do Estado, o que significa que este é ausente no que toca aos serviços básicos e outras demandas, porém presente muitas vezes como polícia. A ausência do Estado no bairro, ainda que seletiva, ao mesmo tempo permite o desenvolvimento de certas ocupações para além das normativas legais. Assim, partindo de uma análise ancorada no bairro, elas apresentam uma relação importante entre a informalidade do setor têxtil e a informalidade do bairro como *villa* e ocupação irregular de terras, reafirmando também a informalidade do trabalho na costura como uma característica essencial das formas de reprodução cotidiana deste grupo de migrantes.

No bairro Sabattini, a maioria da população é peruana, seguida de argentinos – conformada principalmente por filhos de migrantes nascidos no país. As oficinas são, em geral, de propriedade de famílias peruanas; as próprias casas são construídas para acomodar a oficina, que divide espaço com a cozinha. Os membros da família trabalham juntos e, nos períodos de alta temporada da costura, contrata-se costureiros no bairro que não vão morar na casa, mas vão e voltam das suas próprias moradias.

Os costureiros contratados desejam, em grande parte, tornar-se donos de oficina. Para isso, precisam conseguir um terreno e depois construir a casa, o que se faz a partir de negociações internas dentro do bairro e de práticas comunitárias de apoio e solidariedade, como *mutirões* e o *pandero*, um sistema informal e coletivo de empréstimos.

Essas práticas também ajudam os donos das oficinas a conseguir trabalhos “de fora”, ou seja, de lojas de roupa localizadas nos bairros centrais de Córdoba. Para Magliano, Perissinotti e Zenklusen (2017), configura-se uma lógica urbana em que as roupas são costuradas na periferia e vendidas no centro. Além disso, muitas oficinas abrem pequenas vendas dentro da própria casa, colocando algumas peças na janela e criando um circuito informal de venda de roupas dentro do bairro.

Magliano publica dois artigos (MAGLIANO, 2015, 2017) em que discute, separadamente, as experiências femininas e masculinas nesse contexto. Magliano (2017) considera as costureiras peruanas desde um ponto de vista da interseccionalidade, no qual considera a maternidade e as formas de organização familiar, os efeitos da instabilidade laboral gerada pelo negócio familiar da

costura e os sentidos da invisibilidade do trabalho doméstico realizado por estas mulheres. Assim, identifica a responsabilidade da mulher sobre o cuidado com os filhos e com o espaço doméstico e de trabalho, além do seu importante papel produtivo dentro da oficina, de maneira similar ao das bolivianas que costuram em São Paulo e Buenos Aires. Ademais, afirma que a precariedade, a instabilidade e a informalidade vão além do âmbito laboral e alcançam a totalidade das suas existências, corpos e subjetividades. As famílias são obrigadas a lançar mão de diversas estratégias de organização, que incluem o bairro e a vizinhança, para conseguir viver e trabalhar na imprevisibilidade do trabalho informal na costura.

Segundo Magliano (2015), embora hajam muitos estudos sobre os migrantes peruanos no setor de costura de Córdoba, há poucos trabalhos sobre gênero e menos ainda que dêem foco às experiências masculinas nesse contexto. A pergunta central para ela é a relação dos homens com a própria identidade masculina ao se inserir em um campo de trabalho tradicionalmente feminino como a costura, a partir de uma perspectiva da sociologia do trabalho. Para ela, essa relação é dupla: os homens compartilham uma certa precarização do trabalho que, para Magliano (2015), tradicionalmente recai sobre as mulheres mas, por outro lado, conseguem lançar mão de estratégias para estabelecer sua masculinidade:

Los varones, en un escenario de feminización de su trabajo, pueden, por un lado, experimentar las mismas condiciones laborales que las mujeres (con especial referencia a los bajos salarios, la inestabilidad y la precariedad); por el otro, pueden desplegar un conjunto de estrategias para fortalecer su identidad y minimizar las connotaciones femeninas mediante la búsqueda de liderazgo. (MAGLIANO, 2015, p. 338)

Em nosso trabalho de campo, tanto em São Paulo quanto em Buenos Aires, o caráter feminino da costura parecia já ter se apagado. Ao contrário, aparecia já totalmente imerso na lógica do valor e na sua abstração como trabalho, tornado uma atividade masculina (no sentido da forma social) onde a maior produtividade também é atribuída aos homens, pela sua força física e rapidez, como vimos no capítulo anterior.

Para lidar com a questão dos papéis masculinos e femininos dentro das oficinas de costura de migrantes peruanos em Sabattini, Magliano (2015) analisa a trajetória do casal Jorge e Jimena. Eles se conhecem na feira de Gamarra, em Lima, onde há um mercado de contratação de costureiras: as mulheres ficam reunidas esperando que os homens venham escolhê-las para trabalhar. É assim que eles se conhecem. Para Magliano (2015), esse esquema de contratação reproduz papéis tradicionais de gênero, que também aparecem reforçados no medo que Jimena tem de entrar em uma atividade de alta presença masculina, lançando mão de estratégias para proteger-se nesse ambiente e, assim, considerando Jorge como o seu “anjo”. No caso de Jorge, a costura o

permitiu manter sua identidade masculina como responsável da sua família e como homem-ganha-pão, além de manter uma posição superior nas hierarquias de poder internas às oficinas. Assim, o casal já atuava na indústria de vestuário no Peru.

Jorge e Jimena migram a Córdoba agenciados por uma senhora, que os emprega como costureiros no bairro Sabattini. Em 2009, conseguem construir uma pequena casa em um terreno ocupado com ajuda de uma ONG e decidem montar a própria oficina. Todas as decisões e resoluções para os problemas são tomadas por Jorge – reforçando, para Magliano (2015), que a organização familiar da costura reproduz hierarquias de gênero. Para ela, o limite da ruptura que as oficinas provocam nos papéis tradicionais de gênero é que homens e mulheres passam a trabalhar juntos, ao invés do modelo do homem que sai para trabalhar enquanto a mulher permanece em casa:

De algún modo, la existencia del taller domiciliario disputa el patrón clásico de división sexual del trabajo que establecía que los varones salían a trabajar fuera de la casa para asegurar el ingreso monetario, mientras que las mujeres se quedaban a cargo de las tareas domésticas. Las familias peruanas que poseen un taller domiciliario combinan los espacios dedicados a la producción y reproducción, convirtiendo al hogar, al espacio reservado a la cocina, en el lugar de trabajo – permanente o temporario – de varones y mujeres. (MAGLIANO, 2015, p. 347)

Jorge e Jimena também combinam o trabalho em casa com o trabalho em outras oficinas nos meses de baixa temporada. Na divisão interna das tarefas, Jorge trabalha mais, enquanto Jimena cuida do lar e das crianças. Às vezes, para cumprir os prazos, eles fazem as *amanecidas*, ou seja, viram a noite trabalhando. Como vimos no capítulo 1, isso acontece muitas vezes pela demanda da própria indústria. Mesmo que o casal seja dono da própria oficina, não necessariamente tem controle total sobre os seus horários e prazos para a produção das roupas encomendadas. Assim, Magliano (2015) entende que é mantida uma divisão sexual do trabalho dentro da família:

En el estudio de caso que orienta este artículo, el trabajo de campo realizado indica que, si bien no es posible identificar una diferenciación sexo-espacial de la organización del trabajo (ambos desarrollan la actividad en los mismos lugares y espacios), así como tampoco mejores condiciones laborales para los varones en relación con las mujeres, persiste una desigual distribución de responsabilidades en las esferas productivas y reproductivas. (MAGLIANO, 2015, p. 349)

Nesse caso, a perspectiva da divisão sexual do trabalho já não é suficiente para a compreensão do que acontece entre o casal. Sobre as relações de gênero internas à oficina familiar, Magliano (2015) conclui:

(...) el modo en que se disputa la también clásica diferenciación de trabajos entre varones y mujeres, pues ambos (Jorge y Jimena) comparten la misma ocupación, realizando indistintamente la misma tarea en el mismo espacio. No obstante, esta situación no se traduce en un cuestionamiento de la identidad masculina y en transformaciones en los roles de género; al contrario, Jorge despliega estrategias de masculinización que se manifiestan en la reproducción intacta del ideal familiar del jefe varón-proveedor, en las formas en que se organiza y representa la actividad y

en el sostenimiento de la división sexual del trabajo en ámbito familiar, en donde Jimena es constituida como su 'cuidadora natural', mientras que Jorge es exonerado de las tareas reproductivas. Pero, además, las estrategias de masculinización o las resistencias a la feminización se materializan en la configuración de la costura como un trabajo transitorio para los varones, aunque en la práctica no lo sea. (MAGLIANO, 2015, pp. 349-350)

Assim como na pesquisa de Veiga e Galhera (2016), os processos aparecem cindidos: a mulher costura e *además* cuida da casa e dos filhos; o nexu interno entre a esfera do trabalho e a da reprodução parece ser compreendido apenas nos termos da divisão sexual de tarefas e da assimetria de gênero. Porém, a relação necessária entre trabalho e reprodução parece se explicitar nas oficinas de Sabattini tanto quanto em São Paulo, já que a própria casa é construída para ter um espaço para a oficina de costura.

O debate principal de Magliano (2015) é como, mesmo dentro desse projeto familiar que parece igual, a mulher está em uma posição inferior e não participa da propriedade da oficina e nem dos processos de decisão. A nossa pesquisa não foi fundo nos processos de decisão internos às oficinas, embora o relato de Bruno Miranda (2016) sobre a relação entre mulher e marido nas oficinas pareça reforçar a posição de Magliano (2015).

Magliano (2015) afirma que os homens tratam a costura como um trabalho temporário, mesmo que na prática não o seja. Valeria repensar essa afirmação em dois sentidos. Por um lado, por que os homens esperam que o trabalho na costura seja temporário? Mesmo que seja pela sua identificação como “trabalho de mulher”, vale lembrar também que para Magliano (2015) a precarização, a informalidade e a instabilidade laborais fazem parte do campo do feminino. Por outro lado, por que na prática o trabalho na costura se torna permanente, mesmo para os homens? Caberia recuperar quais as outras possibilidades de emprego que eles teriam ou os motivos pelos quais acabam permanecendo na costura.

Na nossa pesquisa, a costura não aparecia como um trabalho considerado feminizado. Pelo contrário, uma das formas da masculinidade no ambiente das oficinas de costura é justamente a eficiência no trabalho, a capacidade de costurar melhor e mais rápido, de operar as máquinas mais difíceis. A precarização, a informalidade e a instabilidade não aparecem exatamente como campo do feminino. O que é atribuído a esse campo é o uso das máquinas mais fáceis e a realização das tarefas domésticas.

Além disso, a masculinidade também apareceu na violência sexual e doméstica presente dentro das oficinas de costura. Carolina Rosas (2013), ao estudar os casos de agressão nos lugares de origem dos processos migratórios de mulheres para empregos de cuidado na Europa, entende que o desemprego masculino levava os homens a se tornarem mais violentos com as suas parceiras,

ainda mais em um contexto em que elas assumiam o papel masculino de ganha-pão. Essa interpretação pode ser estendida à relação entre homens e mulheres dentro das oficinas de costura, se considerarmos especialmente o jogo da concorrência que apontamos no capítulo anterior.

Nesse sentido, vale olhar para a análise de Magliano (2015) da relação entre costura e masculinidade. Embora advogue que o estudo das relações de gênero passa também pelos homens e pela forma social masculina, a autora também cinde, pelo menos em parte, as relações de trabalho da relação de masculinidade. Ainda que a pesquisa de Magliano comporte um passo fundamental em relação à de Veiga e Galhera (2016) que é estabelecer um nexos entre família, costura e reprodução, a análise volta para os conteúdos anteriores e as relações de trabalho e as relações de gênero aparecem como momentos absolutamente cindidos. A família é um caminho central e relevante de análise, porque ela nos permite entrever a articulação entre esses dois momentos no detalhe.

Por isso, vale a pena ainda pensar na formação da família, como fez Friedrich Engels (2012), ao se perguntar pela origem da família burguesa. Para isso, Engels (2012) se baseia na obra de Lewis Morgan, que estudou a organização gentílica das comunidades indígenas norte-americanas organizadas de acordo com o direito materno, isto é, a linha hereditária central da gens é a feminina. Para Morgan e, por consequência, Engels (2012), a gens indígena norte-americana de direito materno teria dado origem às gens grega e romana, de direito paterno.

Para que essa passagem seja compreendida, vale lembrar que, para os autores, a história da humanidade está dividida em três fases: estado selvagem, barbárie e civilização, cada uma dividida nos estágios inferior, médio e superior. Essa divisão decorre dos “progressos obtidos na produção dos meios de subsistência” (ENGELS, 2012, p. 37). Nessa perspectiva, o trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas são traços essenciais dessa humanidade em evolução linear. A virada do direito materno para o paterno seria, assim, uma decorrência do desenvolvimento das forças produtivas provocada pela possibilidade da herança. O Estado teria surgido como instituição de proteção da herança e da propriedade privada. Antes mesmo do advento da grande indústria, Engels (2012) vê o trabalho feminino perdendo a importância e a mulher sendo confinada dentro do lar, em uma esfera doméstica inferiorizada em relação à esfera produtiva dominada pelo homem.

O texto de Engels (2012) aparece até hoje como o início de uma crítica que seria retomada pelo feminismo e pelos estudos de gênero (BEECHEY, 1979; MAGLIANO, 2008; ALMEIDA, 2013). Isso porque o texto identifica, de certa forma, os princípios da divisão sexual do trabalho: a mulher confinada no lar e por isso inferiorizada:

A divisão do trabalho na família havia sido base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher. Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transtornava as relações domésticas, pelo simples fato de ter

mudado a divisão do trabalho fora da família. A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa – a exclusividade no trato dos problemas domésticos – assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição. Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Essa condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública. (ENGELS, 2012, p. 204)

Como vimos em Marx (1983), no entanto, a mulher não alcançou esse lugar de emancipação e equiparação ao homem na grande indústria, mesmo que tenha “participado da produção em grande escala” e que o trabalho doméstico “lhe tome um tempo insignificante”. A crítica de Marx (1983) às operárias da grande indústria consiste, justamente, no “tempo insignificante” que elas dedicam ao cuidado dos seus lares, quando comenta a situação em que as crianças se encontravam quando as mães começaram a trabalhar. Assim, o “tempo insignificante” que as mulheres passaram a dedicar à esfera da reprodução com o advento da grande indústria pode ter acontecido, mas não no sentido de uma “emancipação feminina”; antes, do acirramento de uma condição crítica da reprodução das famílias operárias, se considerarmos os problemas levantados por Marx (1983).

Seria possível, como quis Engels (2012), transformar o campo doméstico privado em uma indústria pública? Isso dependeria essencialmente de investimentos do Estado? Essa pergunta poderia derivar para um debate sobre a relação entre Estado e esfera da reprodução ao qual não nos dedicaremos agora. Cabe apenas insistir em perguntar se, tivessem as atividades domésticas se tornado indústria pública, teria sido assegurada a emancipação feminina?

Formulado de outra maneira, por que a entrada das mulheres na esfera produtiva não teve o caráter emancipatório previsto por Engels (2012)? Para ele, o trabalho é uma atividade humana ontológica de mediação com a natureza, como se evidencia na interpretação do autor sobre as comunidades não-capitalistas. Na nossa leitura, no entanto, o trabalho como mediação social necessária é formado como categoria essencialmente moderna, como abstração real; e, mais importante, em relação necessária e contraditória com o seu oposto, isto é, a reprodução. Cada um desses campos de atividade forma, como já indicamos, esferas cindidas e contraditoriamente relacionadas: valor e dissociação, às quais cabem formas sociais de gênero – masculina e feminina – que se personificam em homens e mulheres.

Para Engels (2012), como vimos, a reprodução doméstica parece se reduzir a um campo de

atividades de responsabilidade feminina da qual as mulheres poderiam se retirar, caso fossem dadas condições ideais. A relação fundamental entre trabalho e reprodução escapa a Engels (2012); mais que isso, escapa a centralidade que tem as formas sociais femininas e masculinas para processos de subjetivação individuais. O caminho que fizemos pelas falas das migrantes bolivianas no segundo capítulo expressa alguns momentos desses processos.

Assim, é possível a mulher se emancipar da reprodução pelo trabalho? Isso poderia ainda suprimir assimetrias de gênero? Se o trabalho e a reprodução tem uma relação dialética fundamental, é possível suprimir a segunda sem suprimir o primeiro? Em outras palavras: a mulher não pode se emancipar pelo trabalho porque está submetida à relação entre as esferas do valor e aquela que lhe é dissociada, isto é, ao trabalho e à reprodução conjuntamente. Não apenas a mulher, mas também o homem; ainda que a tendência generalizada seja que a mulher assuma mais responsabilidades nas duas esferas do que os homens. Vale lembrar ainda que as formas sociais masculinas e femininas que formam sujeitos homens e mulheres são próprias do moderno patriarcado produtor de mercadorias ou, dito de outra forma, homens e mulheres só são homens e mulheres na sociedade do trabalho (e da reprodução). A emancipação – não apenas feminina, mas generalizada – passaria pela supressão conjunta do trabalho e da reprodução e, assim, das formas sociais masculinas e femininas. Mais que isso, se compreendermos o Estado como uma instituição também patriarcal e moderna, ele só poderia colaborar para a emancipação feminina através da sua própria supressão, segundo o que comentamos sobre Rezera (2010) no segundo capítulo.

Nesse período de surgimento e estabelecimento da grande indústria, a mulher que ficava apenas em casa podia ser uma realidade para as famílias burguesas, mas não para as trabalhadoras. Nesse sentido, é possível perguntar pelo modelo homem-ganha-pão e mulher-dona-de-casa, considerando quais foram os contextos – considerando especialmente a classe – em que esse ideal chegou a se concretizar de fato. Como vimos nas trajetórias dos migrantes, as mulheres das classes mais baixas poucas vezes puderam se realizar exclusivamente como donas de casa; na maior parte do tempo, tiveram que trabalhar e participar do sustento das suas famílias. O modelo de homem-ganha-pão-mulher-dona-de-casa parece ter se realizado muito mais entre famílias das classes médias e altas. Nas famílias bolivianas, como vimos, embora a mulher tenha uma responsabilidade muito maior sobre o cuidado com a casa e os filhos, e esse modelo tenha uma realização particular inclusive dentro da divisão de tarefas dos casais donos de oficinas de costura, ela sempre teve responsabilidade também sobre o trabalho abstrato e o sustento da família.

Considerando esse problema, é possível questionar a clareza com que Morgan e Engels (2012) se debruçam sobre “a história do desenvolvimento da família”, tendo a família como uma forma essencial e ontológica de organização das relações sociais e, mais que isso, em

desenvolvimento linear e contínuo. Mesmo os conceitos de “direito materno” e “direito paterno” acabam projetando as relações familiares modernas em comunidades cujos nexos sociais não são acessíveis a partir das categorias do valor-dissociação.

A família moderna parece ser muito mais uma ruptura com as relações de parentesco anteriores, no sentido de que elas são revestidas de um novo sentido social: as relações familiares também fazem parte do auto-movimento do valor de se valorizar a si mesmo, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, resguardam um caráter sensível que as diferencia de relações completamente abstraídas da lógica do valor, embora se remetam a ela. Nisso coincidem homens e mulheres. Assim, a família que existe é a família burguesa e moderna, que comporta em si as formas sociais masculinas e femininas e cisão entre a esfera do valor e a da reprodução. A sua formação implica mais do que uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que a modernização é um processo que abarca mais do que a inovação técnica, mas justamente a imposição de formas sociais e de mediação cuja finalidade é o movimento tautológico de reprodução crítica do capital.

Por outro lado, vale considerar que a forma da família, dentro do movimento histórico da modernidade, também tem particularidades de acordo com o contexto, como já indicamos. Damiani (1992) chama atenção para a dimensão da família na população, e para as mudanças que sofre com o processo de modernização, conforme o tamanho das famílias diminui: não apenas no número de filhos, mas em uma transformação de um sentido tradicional de família, de muitas gerações, para a família nuclear contemporânea. Segundo a autora, a família é um núcleo de reprodução da sociedade, além de realização das necessidades objetivas de cada membro, indicando aquilo que chamamos aqui de arranjo entre trabalho abstrato e reprodução doméstica. A família também inclui o que não é da lógica mercantil, porque inclui relações fora do mundo estrito do trabalho. Na interpretação de Scholz, são as formas sociais do feminino que fogem à esfera do valor e que se personificam nas relações familiares, justificando a obrigação da mulher sobre a reprodução.

Nisso, podemos considerar por exemplo a diferença entre a família Mamani Quispe e a família da moça que nos hospedou em La Paz, uma família boliviana tradicionalmente de classe alta. O avô dela trabalhava na Organização das Nações Unidas (ONU) e, por isso, seu pai e suas tias tinham crescido no Rio de Janeiro; o pai chegou a se formar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A casa dos pais fica em Achumani, na zona sul de La Paz, que concentra bairros de classes mais ricas. A moça que me hospedou fez faculdade na Argentina; seu irmão se preparava para fazer o doutorado em Física na Finlândia e a irmã estava em dúvida entre fazer o mestrado nos EUA ou na Inglaterra. A mãe não trabalhava, cuidava da casa com ajuda de uma *chola* que cozinhava e limpava. Vale lembrar que María, quando se mudou para La Paz, foi trabalhar de

empregada doméstica em uma casa de família na zona sul de La Paz. Enquanto os irmãos da nossa anfitriã se preparavam para fazer pós-graduação em países europeus e possivelmente em universidades privadas de alta reputação (e altas mensalidades), Nicholas e Rogeria dependem do vínculo dos irmãos à costura para tentar conseguir um mestrado no Brasil. Assim, a posição de classe de cada família torna-se fundamental para a determinação das trajetórias migratórias dos seus membros.

Além disso, a posição de classe também define as relações familiares em si. Nas nossas conversas com os funcionários do Centro Marcelina Meneses, eles insistiam na existência de um “modelo familiar andino” diferente do ocidental. Nesse modelo, a família é entendida em um sentido mais comunitário, e não estritamente como laços de parentesco, como no modelo ocidental. Para eles, isso explicaria, em parte, as relações internas às oficinas de costura. Esse modelo de família andino teria, assim, fortes raízes indígenas e seria mais presente entre as classes populares e de origem rural; mas, vale comentar, costumes compreendidos hoje como andinos e indígenas foram formados historicamente, inclusive durante o período colonial e por imposição dos próprios colonizadores, como a figura da *chola*, segundo o que comentamos no segundo capítulo.

Assim, dentro da família, homens e mulheres estão sempre lidando com esses arranjos entre trabalho e reprodução e com os papéis contraditórios que assumem dentro deles, em que podem assumir simultaneamente formas sociais masculinas e/ou femininas porém dentro dos limites das suas próprias personificações como homens e mulheres.

Dentro da mesma família também há personificações femininas (e masculinas) diferentes. Jérica, por exemplo, estava junto com os irmãos no projeto de se formar, se tornar profissional, assumir um trabalho qualificado e complexo; a sua cunhada, esposa do seu irmão, não participava desse mesmo projeto, assumindo o lugar de “dona de oficina de costura”. A mesma separação acontece entre Rogeria e Sandra, que são irmãs. Sandra tem que lidar com as críticas da família por ter deixado os estudos e ficado em São Paulo, e agora com a proibição do marido de que volte a estudar. Rogeria, por outro lado, conseguiu se formar e hoje seu projeto migratório implica em conseguir continuar sua formação ou ter um trabalho em São Paulo.

A questão das formas sociais masculinas e femininas pode ser discutida também com María José Magliano (2017). A principal pergunta da autora é sobre os processos de feminização e masculinização dentro da costura, isto é, como papéis de gênero anteriores à costura se (re)conformam nesse contexto. Para ela, as oficinas apresentam certas particularidades em relação às definições estritas de gênero: que homens e mulheres tenham o mesmo trabalho, que dividam os mesmos espaços e que homens realizem um trabalho tradicionalmente considerado feminino. Mesmo assim, Magliano (2017) considera que os papéis de gênero permanecem os mesmos.

O debate que estamos fazendo nos ajuda a direcionar para Magliano (2017) a pergunta sobre a origem destes papéis. Para a autora, de onde emerge a determinação de que as mulheres fiquem em casa cuidando dos filhos e do lar e o homem saia para trabalhar? Embora o artigo não explicita esse problema, vale perguntar como a migração de Jimena e Jorge para Córdoba provocou uma ruptura nesses papéis, já que para a autora a oficina cria uma disputa em relação ao padrão clássico do homem que trabalha fora e da mulher que fica em casa. No Peru, Jimena já atuava como costureira, então tanto ela quanto Jorge já trabalhavam fora de casa. Assim, com a migração, não é apenas Jorge que “fica em casa”, mas Jimena também. O modelo tradicional ao que a autora faz alusão parece não ter se realizado nem mesmo na origem. Aqui vale retomar também a forma como a família – e os seus arranjos internos – se realiza de formas particulares em cada contexto. Jorge e Jimena não correspondiam, desde antes da migração a Córdoba, ao ideal do homem-ganha-pão e mulher-dona-de-casa, porque Jimena já trabalhava, mas mantêm apesar disso papéis de gênero derivados desse modelo.

Por outro lado, Magliano (2017) afirma que os papéis tradicionais de gênero se mantêm, no sentido de que Jorge consegue lançar mão de estratégias para manter sua identidade masculina diante de um trabalho feminizado e o ideal familiar do chefe masculino provedor. Seguindo nessa pista, diria-se que ele mantém o domínio da esfera do trabalho dentro da família, mesmo que a divida com a mulher. Nesse sentido, vale olhar para a relação a Jimena estabelece com a esfera do trabalho, na qual ela assume uma grande responsabilidade, mesmo que em tarefas internas à oficina e de maneira invisibilizada. Na hierarquia de poder do casal, Jorge pode ser quem tomou todas as decisões referentes à migração e à oficina de costura mas, ainda assim, a Jimena sustenta uma parte importante da dimensão laboral dentro da oficina organizada em torno da família.

Embora as formas sociais sejam personificadas em homens e mulheres, tanto uns quanto outras podem assumir posturas da outra forma social, como vimos no capítulo 2. Assim, Jimena fica na tensão entre assumir uma postura masculina fundamental de sustento econômico da casa e de pilar da atividade laboral da família, mas assume simultânea e contraditoriamente uma postura feminina dentro dessa mesma esfera, sendo invisibilizada e apagada diante dele. Nessa tensão, ela só conseguiria se reivindicar como “equivalente” ao marido se reforçar a sua postura masculina, impondo-se diante do marido e apelando para o seu papel dentro da esfera do trabalho. Foi o que fez Jérica, quando quis concorrer com o costureiro mais rápido da oficina do seu irmão, assumindo uma postura masculina de competição e de alta produtividade, ancorada na “lógica de ganhar tempo”.

A modo de conclusão, reiteramos que a família é uma instituição patriarcal formada pela cisão entre a esfera do valor e a esfera daquilo que não é valor, mas a ele se remete. Por isso, a

família se apresenta como um caminho possível para estudar as formas particulares e contraditórias que o valor-dissociação assume concretamente; no caso da migração boliviana para São Paulo os projetos migratórios, o estabelecimento das oficinas de costura e os arranjos internos entre produção e reprodução tem uma unidade em torno da família que define a sua própria particularidade.

Assim, a família não é só uma dimensão da migração feminina mas da masculina também; mesmo que o cuidado imediato dos filhos e do lar seja muitas vezes deixado para elas. Por isso, existe uma relação entre família, migração e valor-dissociação que extrapola o contexto particular sobre o qual no debruçamos mas, ao mesmo tempo, ganha nele uma potência especial.

Para cada um dos casos que encontramos na nossa pesquisa, vimos diferentes arranjos e projetos familiares. Para Celina, a migração tem como centro trabalhar e cuidar da filha, ou seja, criar um arranjo possível entre trabalho e reprodução em um contexto em que ela é responsável pelos dois campos. Aidé assumiu, dentro da família, uma postura masculina ao ser a filha que migrou para trabalhar e mandar dinheiro, assumindo responsabilidade principalmente sobre o campo do trabalho, pelo menos nesse momento inicial. Denise assumiu tarefas nos campos do trabalho e da reprodução dentro da oficina dos seus tios. Jérica também teve que realizar um arranjo entre o trabalho e a reprodução para poder trabalhar e cuidar do filho. Marta e Christian, por outro lado, não conseguiram realizar esse arranjo em São Paulo, por isso o seu retorno. Entre os percursos familiares, vimos aqueles que conseguiram estabelecer as próprias oficinas junto com o lar, como a família de Gabriela, em que há uma fusão entre os trabalhadores e os familiares. No caso de Selma, também. Na família de Elisa e José, além da fusão entre trabalho e reprodução, a oficina de costura articulou um projeto migratório para toda a família, assim como para a família Mamani Quispe. No caso de Jorge e Jimena do bairro Sabattini, de Córdoba, também se estabeleceu uma relação entre a oficina de costura, a fusão de trabalho e reprodução e o projeto migratório.

Podemos, assim, retomar a pergunta que é central para nós nesse capítulo, sobre a fusão das esferas cindidas do trabalho e da reprodução no contexto das oficinas de costura. Primeiro, vejamos como aparece essa questão em Magliano (2015, 2017). Apesar da abordagem de gênero ser central para a autora, o problema fica oculto nas próprias perguntas que a pesquisadora se faz. Seguindo a linha de Jerónimo Montero (2014), Magliano, Perissinotti e Zenklusen (2017) entendem a formação das oficinas de costura de Sabattini como consequência da crise da indústria do vestuário argentina. Como vimos no primeiro capítulo, a importância fundamental da reprodução para a formação das oficinas de costura ligadas ao trabalho imigrante fica obscurecida, assim como a sua importância para os processos migratórios e a sua relação com decisões de permanência, retorno ou de uma nova migração. A questão da reprodução fica apenas no nível dos papéis de gênero e da divisão sexual de tarefas, servindo como indicativo da inferioridade hierárquica da mulher que é mantida dentro das

oficinas e do processo migratório.

Olhando ainda para as descrições do trabalho de campo de Magliano (2017) e também para as nossas próprias experiências em campo, vale perguntar por que as duas esferas, tradicionalmente cindidas em dois espaços (KURZ, 2004) aparecem reunidas nas oficinas de costura. No caso de Magliano (2015, 2017), por que a oficina é construída dentro da casa, dentro da cozinha? No caso dos bolivianos, como ligar a questão dos arranjos familiares dentro das oficinas de costura com as formas da indústria do vestuário que aparecem como trabalho análogo ao de escravo e reestruturação produtiva?

3.2. Crise do trabalho, crise da reprodução

No primeiro capítulo, vimos que não só o trabalho, mas também a reprodução são dimensões fundamentais do processo migratório de bolivianos para São Paulo. Por um lado, porque os migrantes lidam com os dois campos ao migrar, seja na origem ou no destino. Por outro, porque os arranjos entre essas duas dimensões são o fundamento da oficina de costura e do próprio processo migratório. Os relatos familiares vistos nesse capítulo podem ser compreendidos desde esse ponto de vista.

No segundo capítulo, ao lidar com as experiências particulares de mulheres nas oficinas de costura, pudemos diferenciar os estudos sobre mulheres dos estudos de gênero. A assimetria nas relações entre homens e mulheres é uma dimensão fundamental das experiências de cada gênero, mas insuficiente para compreender a relação entre eles, porque os isola. É preciso pensar que há uma dimensão contraditória nos papéis que as mulheres ocupam nos diferentes âmbitos pelos quais circulam.

Ao pesquisar os processos migratórios contemporâneos, localizar os momentos contraditórios dos papéis ocupados por homens e mulheres torna-se um desafio importante. Gioconda Herrera (2013) estudou a migração de mulheres andinas (bolivianas, peruanas, equatorianas e colombianas) para diversos países da Europa com inserção em empregos de cuidado ou de *care*, isto é, de cuidado com crianças e sobretudo idosos. Estas mulheres migravam sozinhas para manter as famílias que deixavam na origem, sustentadas a partir de remessas. Os filhos ficavam sob cuidados do pai ou de outros parentes. Na literatura dos estudos migratórios, esse processo foi amplamente chamado de *feminização das migrações* e chamou atenção por constituir um processo migratório altamente feminizado (HERRERA, 2012; MALLIMACI, 2009, 2014; ROSAS, 2013). Herrera (2013) entende o processo de feminização das migrações como um conjunto de fatores na origem e no destino:

El crecimiento de las migraciones desde la Región andina fue explicado fundamentalmente a partir de variables relacionadas con la situación en los países de origen –las crisis económicas, las políticas de ajuste estructural, la reestructuración de los modelos productivos, la violencia social y política– o con factores relacionados con la globalización, como el aumento de las comunicaciones y tecnologías, los nuevos imaginarios de movilidad, la interdependencia entre mercados laborales y otros (Castles y Miller, 2003). Sin embargo, las explicaciones sobre la feminización de las migraciones andinas supuso, además, volcar la mirada hacia lo que estaba ocurriendo en las sociedades de destino: al rol de los estados en el ámbito del bienestar y a factores estructurales relacionados con cambios demográficos y sociales generales. Así, en su explicación emergieron fenómenos como el envejecimiento de la población, el carácter familista de los estados de bienestar de Europa del sur que no garantizaban la reproducción social de las personas dependientes, el ingreso de las mujeres al mercado laboral sin cambios en la división sexual del trabajo reproductivo al interior de los hogares, todos fenómenos que derivaban en la conformación de una demanda estructural de mano de obra femenina migrante que se hiciera cargo de labores de cuidado de los menores, los adultos mayores y las personas dependientes que fue suplida en gran parte por mujeres andinas en la década de 2000. (HERRERA, 2013, pp. 25-26)

Assim, esse processo migratório altamente feminizado parece ser o resultado de uma crise do trabalho na origem, que levou sobretudo ao desemprego masculino (ROSAS, 2013). Ao mesmo tempo, as mulheres já estariam inseridas em empregos informais, tendência que é reforçada em um contexto crítico (ROSAS, 2013). Simultaneamente, parece haver uma crise da reprodução no destino, provocada por dois fatores principais. O primeiro deles é o envolvimento cada vez maior das mulheres europeias com a esfera do trabalho, tendo cada vez menos tempo para se dedicar a atividades de reprodução (aqui também a previsão de Engels parece ser negada). Por outro, o envelhecimento da população concomitante ao aumento da expectativa de vida, formando uma nova população de idosos que exigem cuidados constantes. A pergunta sobre por que se contratam mulheres imigrantes (e não nativas) pode ser explorada da mesma forma que fizemos para o caso da costura: quais as possibilidades oferecidas às mulheres europeias, quais os projetos migratórios envolvidos, como a inserção em um determinado campo de atividade se relaciona com a reprodução da própria migrante no país de destino etc.

Mas, vejamos ainda a questão do processo migratório para trabalhos de *care* de maneira invertida. Ele indica uma crise do trabalho no destino, ligada ao trabalho feminino: o ganho de espaço no campo do trabalho por mulheres implica, muitas vezes, em precarização e informalização do emprego, ou ainda desemprego masculino, embora contraditoriamente também indique maior ganho de autonomia das mulheres. Nesse caso, importa perguntar *por que* as mulheres europeias precisam dedicar cada vez mais tempo ao trabalho.

Também indica uma crise da reprodução na origem, no sentido de que, diante do desemprego masculino, as mulheres assumem a socialização nas duas esferas mesmo antes da

migração. Após a migração, a reprodução das famílias que ficaram na origem também precisa ser reorganizada diante da ausência da mulher.

A pesquisadora argentina Carolina Rosas (2013) se dedicou a esse problema. Segundo ela, antes da migração as mulheres permaneciam responsáveis pela maior parte das tarefas domésticas, mesmo que elas estivessem trabalhando (formal ou informalmente) e seus cônjuges não. A literatura sobre a feminização das migrações geralmente considerou, de acordo com os preceitos da divisão sexual do trabalho, que os filhos deixados pelas mães migrantes na origem eram cuidados por alguma parente mulher. Por isso, Rosas (2013) decidiu investigar as famílias e os homens *que ficaram*, se perguntando sobre os arranjos que se restabeleciam na origem a partir da migração da mulher. Ela encontrou que muitos pais ficaram responsáveis pelos cuidados dos seus filhos, sendo apenas marginalmente ajudados por uma familiar mulher, e reuniu diversos relatos de homens que contavam como se sentiam ao se tornarem responsáveis pelas “tarefas de mulher”. Valeria aprofundar a pesquisa sobre os processos de subjetivação decorrente dessa aparente inversão de papéis do ponto de vista das formas sociais.

O que esse processo migratório mostra, especialmente considerando em conjunto os argumentos de Herrera (2013) e Rosas (2013), é que a crise do trabalho não acontece cindida de uma crise da reprodução. A crise do trabalho é simultânea a uma crise da reprodução, no sentido como aparece ao longo deste texto. A totalidade da reprodução social é composta contraditoriamente pelas duas esferas, que negam e se referem uma à outra. Portanto, a crise a que nos referimos, mais do que uma crise do trabalho como forma de mediação social é uma crise da reprodução social como um todo.

Como vimos ao longo desta dissertação, a migração boliviana para São Paulo articula as duas esferas e as re-une dentro das oficinas de costura. Inclusive, foi condição para a formação e o estabelecimento das mesmas, e para a elaboração dos projetos migratórios que levaram à expansão da migração e à generalização do trabalho boliviano na indústria do vestuário. Esta se sustenta, portanto, sobre os arranjos de trabalho e reprodução das próprias oficinas que, por sua vez, configuram relações de gênero e familiares.

A oficina se apresenta, assim, como um momento dessa crise da reprodução social como um todo, porque se expressa como crise do trabalho, como argumentamos no primeiro capítulo; e como crise da reprodução, como apresentamos no segundo, isto é, como as dificuldades que as famílias vivenciam para se reproduzir dentro das oficinas de costura: se alimentar, manter os ambientes limpos, se vestir, manter as crianças na escola etc.

Homens e mulheres lidam particularmente com os desdobramentos concretos dessas duas crises, que também se diferenciam em função dos contextos nacionais, de classe, rurais/urbanos etc.

Na costura, o homem assume o papel de responsável pela esfera do trabalho mas também tem que enfrentar a concorrência com as mulheres dentro da mesma, ao mesmo tempo em que precisam lidar com a reprodução familiar dos seus filhos e dos pais, como os irmãos de José, que são os responsáveis pelo cuidado com a família, mesmo que dentro dos termos da relação social do masculino. As mulheres, por sua vez, são responsáveis pela reprodução mas também habitam contraditoriamente a esfera do trabalho. Nesse sentido, vale recuperar a figura do pai-patrão (MIRANDA, 2016). Se pensarmos em Sandra, por exemplo, ela é irmã-patroa e filha-patroa, enquanto a sua relação com o marido fica entre sócia e empregada.

Assim, a *fusão* aparente das oficinas de costura não se trata de um “novo fenômeno”, mas do próprio acirramento da crise de reprodução do capital que chega na questão de gênero, ao reconfigurar as posições masculinas e femininas diante dela mesma. As mulheres se tornam responsáveis pelas duas esferas mas também abrem caminhos contraditórios para a própria autonomia ou para certos espaços de poder dentro das famílias; elas acabam ocupando os piores trabalhos, porque a precarização e a vulnerabilização se direcionam para as mulheres; mas se empregam no lugar dos seus maridos, porque são os empregos que restam. Nós não investigamos a relação dos homens na mesma medida mas, a partir dos próprios relatos das mulheres e das pesquisas de Rosas (2013) e Herrera (2012), podemos pensar que reagem ao “empoderamento” feminino e ao desemprego masculino com agressão, o que também faz parte dos conteúdos de gênero da crise.

Podemos agora retomar o trabalho análogo ao escravo, para terminar por onde começamos. Não se trata de uma nova forma de trabalho que se distancia, do trabalho assalariado, mas se trata do desdobramento da crise do trabalho assalariado, revelando o seu segredo que é a sua crise. No caso da costura, o que se vê hoje é o trabalho análogo ao de escravo se tornando empreendedorismo, como no caso da Lucia, que já tinha se tornado uma empreendedora migrante. O que não se vê é o trabalho análogo ao de escravo se tornando trabalho formal, regularizado, como queriam os cooperados da Alameda. A própria cooperativa pode ser compreendida como uma forma de empreendedorismo e empresariamento de si, coletivo ao invés de individual, da mesma forma que a oficina familiar, como na família de José. Nesse sentido, o trabalho análogo ao de escravo não é falta, mas excesso de modernização: é o auge do trabalho livre, como expressam os costureiros ao dizer que “são livres para trabalhar quantas horas quiserem”, ou nas formas de consentimento (MIRANDA, 2017). Nesse sentido, a indústria de vestuário não lança mão de expedientes “arcaicos”, mas aponta para os processos de desdobramento da crise de reprodução do capital.

Assim, identificamos as condições de formação do processo migratório de bolivianos para São Paulo como a relação entre contextos de inserção e contextos de expulsão; localizamos a

expansão desse processo em relação com a generalização das oficinas de costura de migrantes bolivianos na indústria do vestuário paulistana; traçamos uma relação conjunta entre a o projeto migratório, o trabalho na costura e a reprodução doméstica dentro das oficinas; caracterizamos as experiências particularmente femininas no processo migratório, considerando especialmente os relatos de violência e de ganho/perda de autonomia; caracterizamos as formas como as mulheres se relacionam tanto com a esfera do trabalho quanto com a esfera da reprodução dentro das oficinas; identificamos o papel das mulheres nesse processo migratório como responsáveis principais pela esfera da reprodução ao mesmo tempo inseridas na esfera do trabalho; analisamos particularmente diferentes arranjos familiares de trabalho e reprodução. Entendemos, por fim, que a migração boliviana para São Paulo aponta para as transformações do processo de reprodução capitalista, que se desdobra em novas contradições de gênero concretizadas de formas particulares em diferentes contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo desta dissertação, começamos discutindo as condições de trabalho nas oficinas de costura, que contrastamos com as experiências de empreendedorismo, cooperativas e trabalho formal. Derivamos desse problema um debate sobre o conceito de exploração e como ela acontece na costura. Consideramos que os trabalhadores vivem uma condição de liberdade contraditória. Em seguida, nos perguntamos sobre a formação do processo migratório centrado nessas formas de trabalho a partir de duas perspectivas distintas: a reestruturação produtiva e as condições históricas da Bolívia e da Coreia do Sul. Através da análise das condições de trabalho e das transformações ocorridas no processo migratório, consideramos que não há um prevalecimento de “contextos de expulsão” sobre “contextos de inserção”, mas que a migração boliviana para São Paulo se formou e se expandiu em conjunto com a participação das oficinas de costura de migrantes bolivianos na indústria de vestuário de São Paulo. Por fim, consideramos também que a reprodução doméstica é uma dimensão fundamental das oficinas de costura e do processo migratório.

No segundo capítulo, apresentamos as experiências particulares de mulheres migrantes inseridas nas oficinas de costura, tanto de ganho e/ou perda de autonomia quanto de violência em formas variadas. Consideramos que estes são dois momentos da forma do masculino com a qual as mulheres se relacionam contraditoriamente. Depois disso, discutimos o trabalho feminino dentro das oficinas de costura, considerando as suas particularidades em relação ao trabalho masculino, e também a sua relação com as atividades domésticas de reprodução.

No terceiro capítulo, apresentamos as trajetórias familiares das nossas interlocutoras e os arranjos particulares de trabalho e de reprodução de cada uma, chegando à formação da família. Por fim, consideramos que a crise de reprodução do capital não se apresenta apenas como uma crise do trabalho, mas também da reprodução.

A seguir, faremos algumas últimas considerações sobre o problema enfrentado por nós nesta dissertação. Esta pesquisa se situa naquilo que os estudos migratórios tem chamado de “fluxos migratórios contemporâneos”, marcando uma diferença em relação sobretudo aos processos migratórios internacionais do século XX. Carlos Vainer (1999) escreve um artigo em que, chamado a discorrer sobre as “novas migrações”, se pergunta se de fato há “novidades” ou apenas modismos teóricos. Reconfigurando o argumento de Vainer, nos perguntamos quais são as diferenças qualitativas dos processos migratórios mais recentes em relação aos mais antigos? Será que a cisão temporal século XX / século XXI se aplica?

O processo migratório de bolivianos para São Paulo faz parte dessas tendências? Lembrando que o seu início foi no século XX, mas sua expansão foi no XXI. As tendências que tem sido

assinaladas para os “novos fluxos migratórios” tem sido: feminização, migrações sul-sul, aumento de refugiados e outras. Os bolivianos poderiam se enquadrar, possivelmente, como feminização e como migração sul-sul. Ainda, poderíamos discutir exaustivamente a possível qualificação dessas “novas tendências” como realmente novas ou não.

Mas preferimos nos perguntar ainda pelas mudanças qualitativas que implicam essas “novas tendências” e quais seriam os processos da totalidade que levariam essas tendências a ocorrerem ao mesmo tempo. A perspectiva transnacional entendeu essa mudança a partir do conceito de transmigrante, um migrante que não abandona vínculos afetivos e identitários com o seu país de origem mas que também cria laços com o país de destino; ele seria um transmigrante porque já não teria a sua experiência social limitada a apenas um Estado-nação, mas criaria processos identitários e afetivos nos dois países, simultaneamente. Esse processo seria reforçado ainda pelos meios de comunicação e pelo envio de remessas. Nesse sentido, vale perguntar quais foram as condições históricas que possibilitaram o envio de remessas e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação – indicariamos o desenvolvimento das forças produtivas, a terceira revolução industrial e o advento da microeletrônica. Acontece que esse surgimento de novas tecnologias se estende à esfera produtiva, com tecnologias de produção que expulsam o trabalho humano do processo produtivo, como discutimos no primeiro capítulo. Com isso chegamos à crise do trabalho e da reprodução social como um todo, como discutimos no terceiro capítulo. A possibilidade histórica do “transmigrante” é dada então por esse processo.

Assim, qual a mudança qualitativa nas migrações sugerida pela crise do trabalho? Por um lado, a migração sem trabalho definido, ou com a única possibilidade de trabalho como os postos mais precarizados do país de destino; aliado a isso, a impossibilidade de permanência, e a “nova tendência” torna-se uma sucessão de migrações internas e internacionais. Por fim, a migração associada a formas de de confinamento nos lugares de destino. Essas tendências podem ser encontradas facilmente na migração boliviana para São Paulo.

Contrariando uma mobilização para o trabalho em que a expulsão dos camponeses da terra permitiu a formação do trabalho, a mobilidade contemporânea se ficcionaliza, porque já não tem condições de realizar-se como mobilidade para o trabalho, tornando-se antes mobilidade para o não-trabalho. Sugere-se como leitura possível para os “processos contemporâneos de migração internacional” a sua realização como mobilidade fictícia, e a realização da figura do migrante como um mobilizado sem trabalho. Deixamos em aberto a possibilidade de aprofundarmos o debate sobre esse conceito e as formas concretas que ele implica.

Como último comentário, lembramos que Silva (2018) considerou a figura que emerge em contextos recentes do migrante como um criminoso. A figura do migrante criminoso é polarizada

com o migrante trabalhador, que contribui para a sociedade de destino gerando recursos, pagando impostos e criando diversidade cultural. Nos perguntamos em que medida essa figura do migrante criminoso não tem relação com a mobilidade fictícia na medida em que representa o migrante sem trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Táli. *As imigrantes sul-americanas em São Paulo: o trabalho feminino na construção de trajetórias transnacionais*. 2013. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência para Análise da Integração da América Latina) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de et al (org). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997, pp. 319-367.

BEECHEY, Veronica. On patriarchy. In: *Feminist Review*, v. 3, n. 1, 1979.

BENENCIA, Roberto e QUARANTA, Germán. Producción, trabajo y nacionalidad: configuraciones territoriales de la producción hortícola del cinturón verde bonaerense. In: *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, no. 23, 2005.

CÁRDENAS PLAZA, Cleveth, ESPINOZA MENDOZA, Yenny e SALAZAR CACHI, Ladislao. *Realidades solapadas: la transformación de las polleras en 115 años de fotografía paceña*. La Paz: MUSEF, 2015.

COLECTIVO SIMBIOSIS/COLECTIVO SITUACIONES. *De chuequistas a overlockas: una discusión en torno a los talleres textiles*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2011.

CÔRTES, Tiago Rangel. *Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado*. 2013. 277 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. In: *Cadernos Metrópole*, n. 17, 2007, pp. 119-133.

DAMIANI, Amélia. *População e geografia*. São Paulo: Contexto, 1992.

DELMONTE ALLASIA, Antonella e RIBEIRO, Clara Lemme. Proyectos migratorios de

estudiantes y profesionales que trabajan en costura: migración cualificada, interseccionalidad y descualificación. In: *Revista Périplos*, v. 2, n. 1, 2018, pp. 116-133.

DURÁN GIL, Aldo. *Bolívia: duas revoluções nacionalistas?* Perspectivas, São Paulo, volume 33, janeiro/junho 2008, pp. 157-189.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESTRADA VÁZQUEZ, Juan Carlos. *No olvidamos: el incendio de un taller textil en Caballito*. Buenos Aires: Retazos, 2010.

ETZEL, Maíra Costa. *Trabalhadoras em movimentos: bolivianas nas oficinas de costura em São Paulo*. 2018. 125 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Núcleo de Estudos e Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. 2009. 289 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. *Imigração e trabalho: determinantes históricas da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de costura na cidade de São Paulo*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú – MG, 2010.

_____. *Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria da confecção das cidades de destino*. 2014. 411 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GAGO, Verónica. *La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires:

Tinta Limón, 2014.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GOLDBERG, Alejandro e SILVEIRA, Cássio. Desigualdad social, condiciones de acceso a la salud pública y procesos de atención en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo: una indagación comparativa. In: *Saúde Soc. São Paulo*, v. 22, n. 2, pp. 283-297, 2013.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (SPM). *Migrações: discriminações e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti E GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. *Experiências migratórias: uma migração sem mulheres*. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017.

HERRERA, Gioconda. Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. De la visibilización del campo a una presencia selectiva. In: *Política y sociedad*, 2012, Vol. 49, no. 1, pp. 35-46.

_____. *Más allá de los cuidados. Revisitando la relación entre género, migración y desarrollo a partir de la experiencia de la migración andina*. E-DHC, Quaderns Electrònics sobre el Desenvolupament Humà i la Cooperació, no 1, 2013, pp. 22-37.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global*. 1995. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: 28/08/2018.

_____. *O estouro da modernidade: com canhões e tostões*. 2002. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz94.htm>>. Acesso em: 19/10/2018.

_____. *A substância do capital: O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização*. 2004. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>>. Acesso em: 06/01/2016.

_____. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 4, n. 1, 2014, pp. 60-81.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves; GIAVAROTTI, Daniel Manzione; KLUCK, Erick Gabriel Jones; BOECHAT, Cássio Arruda; TOLEDO, Christian de Almeida. A mobilidade revisitada: capital, trabalho e subjetivação. In: *Geografares*, no. 24, jul-dez 2017.

LIEUTIER, Ariel. *Esclavos: los trabajadores costureros en la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Retórica Ediciones, 2010.

MAGLIANO, María José. *El rol de la mujer boliviana en el proceso migratório hacia Córdoba (1947-2001)*. Tese de Doutorado em História, Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

_____. Varones peruanos en Argentina y trayectorias laborales en costura. Masculinidades, roles de género y organización del trabajo en contextos migratorios. In: *Universitas humanística*, no. 81, enero-junio de 2015, pp. 331-356.

_____. Las trabajadoras invisibles: experiencias laborales de mujeres migrantes en Argentina. In: *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, no. 1, primeiro semestre 2017.

MAGLIANO, María José; PERISSINOTTI, María Victoria; ZENKLUSEN, Denise. Peruanos en Córdoba: migraciones, talleres textiles y prácticas comunitarias. In: *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, n. 74, mayo-agosto 2017, pp. 137-160.

MALLIMACI, Ana. Estudios migratorios y perspectiva de género. Apuntes para una discusión sobre la relación entre los géneros y las migraciones. In: *Revista Estudios*, no. 22, Invierno 2009.

_____. Migraciones y géneros: consolidación de un campo y nuevos desafíos. In: ASSIS, Gláucia; MINELLA, Luzinete e FUNCK, Susana (org.) *Entrelugares e mobilidades*. Tubarão: Editora Copiart, 2014, pp. 191-208.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, v. 1, t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política*, v. 1, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MERA, Carolina. Los migrantes coreanos en la industria textil de la Ciudad de Buenos Aires. Inserción económica e identidades urbanas. In: *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 28 (4), 2012, pp. 67-87.

MIRANDA, Bruno. *Entre coerción y consentimiento: la circulación de trabajo no-libre boliviano visto desde un taller de costura de Bom Retiro, São Paulo*. 2016. 307 p. Tese. (Doutorado em Ciências Políticas e Sociais). Departamento de Ciências Políticas e Sociais, Universidad Nacional de México, Ciudad de México, 2016.

_____. “Uno ya sabe a lo que viene”: la movilidad laboral de migrantes andino-bolivianos entre talleres de costura de São Paulo explicada a la luz de la producción del consentimiento. In: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 25, n. 49, 2017, pp. 197-213.

MONTERO, Jerónimo. Discursos de moda: ¿Cómo justificar la explotación de inmigrantes en talleres de costura? In: *Trabajo y sociedad*, no. 23, invierno/2014, pp. 107-125.

MONTES, Maria Lúcia. *Prefácio*. In: SILVA, Sidney Antônio da. *Virgem / mãe / terra: festas e tradições bolivianas na metrópole*. São Paulo, Hucitec / FAPESP: 2003.

NASSER, Ana Cristina Arantes. *O outro lado da moeda: a representação do dinheiro na vida de operárias e donas-de-casa*. 1989. 199 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

NÓBREGA, Ricardo. Migração e mobilização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo. In: DOMINGUES, José Maurício et al (org). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 181-206.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. In: HEIDEMANN e SILVA (org.) *Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*, Coletânea de textos do Simpósio Internacional (São Paulo, 19 a 25 de abril de 1999). São Paulo: Humanitas / USP, 1999, pp. 44-56.

PUCCI, Fábio Martinez Serrano. “Viver outramente”: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo. 2016. 277 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessando. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

REZERA, Danielle do Nascimento. *Gênero e trabalho: Mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010*. 2012. 209 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Clara Lemme. *Migração feminina e mobilidade do trabalho: mulheres bolivianas em São Paulo*. 2015. 79 p. Trabalho de Graduação Individual (Graduação em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. *A feminização como tendência da migração boliviana para São Paulo*. In: Revista Travessia, no. 78, 2016, pp. 101-120.

ROSAS, Carolina. Discusiones, voces y silencios en torno a las migraciones de mujeres y varones latinoamericanos. Notas para una agenda analítica y política. In: *Anuario Americanista Europeo*, no. 11, 2013, pp. 127-148.

SÁENZ, JAIME. *Imágenes paceñas*. La Paz: Plural, 2012.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais, v. 3, São Paulo, ABEP, 1992, pp. 119-144.

SASSONE, Susana María. Migración, territorio e identidad cultural: construcción de “lugares bolivianos” en la Ciudad de Buenos Aires. In: *Población de Buenos Aires*, vol. 4, no. 6, 2007, pp. 9-28.

SASSONE, Susana María e MERA, Carolina. *Barrios migrantes, espacios interculturales: coreanos y bolivianos en la Ciudad de Buenos Aires*. XXVI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia. 2007.

SCHOLZ, Roswitha. *O valor é o homem*: Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. 1996. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm>>. Acesso em: 06/01/2018.

_____. *O sexo do capitalismo*: Teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado. 2000. Disponível em: <http://obeco.no.sapo.pt/livro_sexo_capitalismo.htm>. Acesso em 15/04/2018.

_____. *A nova crítica social e o problema das diferenças*. 2004. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz3.htm>>. Acesso em 28/02/2018.

_____. *Feminismo – capitalismo – economia – crise*. 2013. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz17.htm>. Acesso em: 25/08/2018.

_____. *Cristóvão Colombo forever?* Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “colapso da modernização”. 2016. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm>. Acesso em: 30/09/2018.

SILVA, Allan. *Imigrantes africanos solicitantes de refúgio no Brasil: Cooperação para o desenvolvimento e humanitarismo no Atlântico Sul*. 2018. 315 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2018.

SILVA, Carlos Freire da. *Trabalho informal e redes de subcontratação: Dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. 2008. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando sonhos – trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. *Virgem / mãe / terra: festas e tradições bolivianas na metrópole*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2003.

SILVEIRA, Cássio et al. Living conditions and access to health services by Bolivian immigrants in the city of São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 29 (10): 2017-2027, out. 2013.

VACAFLORES PEREIRA, Victor. Migración interna e intraregional en Bolivia: una de las caras del neoliberalismo. In: *Revista Aportes Andinos*, no. 7, 2003.

_____. *Migración interna en Bolivia: causas y consecuencias (1985-2000)*. La Paz: CEF / Plural Editores, 2004.

VIVEROS, Mara. La interseccionalidade: una aproximación situada a la dominación. In: *Debate feminista*, n. 52, 2016, pp. 1-17.

VAINER, Carlos Bernardo. *Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória*. Cadernos IPPUR, v. 1, n. 1, 1984, pp. 6-43.

_____. Migração e mobilidade na crise contemporânea da modernização. In: HEIDEMANN e SILVA (org.) *Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*, Coletânea de textos do Simpósio Internacional (São Paulo, 19 a 25 de abril de 1999). São Paulo: Humanitas / USP, 1999, pp. 11-30.

VEIGA, João Paulo e GALHERA, Katiúscia. Entre o lar e a 'fábrica': trabalhadoras bolivianas da costura na cidade de São Paulo. In: FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A.; GALVÃO, E. M. (Org.).

Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo: teoria e pesquisa. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, pp. 119-145.

WANDERLEY, Fernanda. A Bolívia entre a mudança e a inércia: regime de emprego e de bem-estar social nos últimos vinte anos. In: DOMINGUES, José Maurício et al (org.) *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editoria UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 161-180.